

Aires, the “conchavo” artist: a critical reading of Esaú e Jacó  
and Memorial de Aires



Vinicius Cherobino Brunette  
St. Anne's College

Thesis submitted for the degree of

*Doctor of Philosophy in Medieval and Modern Languages (Portuguese)*

Trinity Term 2025

## Table of Contents

Short Abstract .....	iii
Extended Abstract.....	v
Introdução.....	11
1. Mais um narrador machadiano.....	25
2. Referências clássicas .....	44
3. Encobrir materialidades .....	86
4. Memória em papel.....	134
Conclusão.....	209
Bibliografia .....	223

## Short Abstract

Os dois últimos romances de Machado de Assis, *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), receberam menor atenção do público, enquanto a crítica consensual viu no narrador, José da Costa Marcondes Aires, um alter ego do escritor. Conselheiro e diplomata, Aires se apresenta como um distinto cavalheiro e jura narrar com distanciamento, garantindo não ter lado nos confrontos políticos que mal cita, preferindo se focar nos pequenos dilemas de um círculo restrito de pessoas riquíssimas. Assim, o que se teria é um narrador machadiano apaziguado e apaziguador, em contraste radical com os seus narradores pregressos.

Lido a contrapelo, contudo, o que surge nesses romances é radical: uma reprodução farsesca da estratégia dos intelectuais do período – projetar a pacificação em um dos momentos mais tumultuados da história do país, já que os romances estão posicionados durante a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). É o período do grande acordo brasileiro, ou grande conchavo, que colocou o dinheiro novo dos cafezais do Oeste Paulista em concórdia com a elite imperial e os coronéis regionais em detrimento do restante da população.

A análise desse cenário mostra que Aires não é o oposto de Brás Cubas e de Bento Santiago, mas a versão mais bem sucedida deles. Aires combina a apresentação incansável dos seus vários tipos de capitais (social, cultural e simbólico) e a sua distinção, analisados aqui com o arcabouço teórico de Pierre Bourdieu, somados à bajulação aos leitores e afetação de franqueza para naturalizar seus pontos de vista.

Ao combinar essa estratégia narrativa com o papel de Aires enquanto memorialista, e sua impressionante semelhança com Joaquim Nabuco, um dos principais intelectuais do período, em seus diários, o que temos são romances que iluminam o período histórico brasileiro.

## Extended Abstract

Os anos finais da vida de Machado de Assis foram difíceis. Até sua morte em 1908, ele estava cada vez mais frágil, doente e com crises frequentes de epilepsia, que chegaram a ser registradas em fotografias. Além disso, ele lidava com a perda da esposa desde 1904, um golpe duro após 35 anos de casados. O seu status como figura pública, contudo, nunca foi maior. Depois de longa carreira na imprensa como jornalista e cronista, somada à sua extensa produção literária, Machado foi um dos poucos escritores a ser reconhecido em vida, ao ponto de receber o título de presidente vitalício da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897.

Pode surpreender, contudo, que os seus dois últimos romances, *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), tenham recebido menor atenção do público em comparação aos seus romances anteriores, *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1892) e *Dom Casmurro* (1899). A crítica, no entanto, teve apetite enorme, mas a leitura consensual tendeu a apontar as semelhanças entre o narrador desses dois romances com o Machado final (ou a versão imaginada dele pelo crítico em questão). Abundam louvor à maturidade, à civilidade e à germanidade de José da Costa Marcondes Aires, o seu narrador-derradeiro, efetivamente criando elogios que teriam como endereço final o próprio Machado de Assis.

Assim, implicitamente, se explica a mudança de tom do escritor pela proximidade da morte, que teria conseguido superar a agressividade brutal de um Brás Cubas e a casmurrice virulenta de um Bento Santiago para criar um narrador finalmente civilizado. Em vez da exposição inclemente da sociedade brasileira, talvez a maior característica de *Memórias*

*Póstumas e Dom Casmurro*, o que surge são romances narrados por um experiente diplomata e conselheiro que se diz acima dos conflitos ao repetir a declaração que foi tomada como profissão de fé do escritor, o tédio à controvérsia. Outro movimento crítico recorrente foi ver, em *Esaú e Jacó* e no *Memorial de Aires*, a declaração final de amor do escritor à sua finada esposa – a bondade e a doçura de Carolina sendo vista ora em uma, ora em outra personagem.

Em que pesem semelhanças entre criador e criatura, esse movimento crítico acabou gerando pontos-cegos que persistem até os dias de hoje. O primeiro deles é que tais críticas culminaram por tirar radicalmente o foco da materialidade histórica do período em que Machado de Assis escolheu posicionar os romances: 1888/1889, dois dos anos mais agitados da história política brasileira, com a Abolição da Escravidão, a base econômica do país, o fim do Império e a Proclamação da República. Mais, escondeu, também, o momento histórico da escrita dos romances, em que Machado de Assis via a república já com os dias de ditadura militar e guerra civil para trás, aproveitando uma certa calma de um novo acordo oligárquico.

O segundo ponto-cego é o hábito de ler os romances como reflexos da vida de Machado, quase um biografismo, o que nublou a percepção de que são romances que giram em falso, em que personagens, sempre muito ricos, têm seus dilemas – menores, quiçá irrisórios, quando vistos em contexto nacional – sendo resolvidos rapidamente. Em especial no *Memorial*, essa estratégia chega ao paroxismo.

Terceiro, e crucial para esta análise, o movimento crítico consensual tirou o foco do narrador, perdendo de vista que se trata quintessencialmente de um narrador não confiável. As declarações de Aires de que paira acima dos conflitos são questionáveis e precisam ser reavaliadas. Ainda que o conselheiro seja o mais agradável entre os narradores machadianos, há diversos traços ignorados que indicam continuidade, não ruptura. O principal deles é a dominação dos leitores. Ocorre que, com Aires, a estratégia narrativa para esse fim se modifica radicalmente. Agora, há um narrador distinto, que apresenta incansavelmente os seus vários tipos de capitais (social, cultural e simbólico), somados à bajulação e afetação de franqueza para adocicar seu efeito ante os leitores. Trata-se de uma maneira de naturalizar os pontos de vista do narrador, mas isso é logrado nos dois romances ao se investir na sistemática manipulação dos leitores, tentando sua sedução para garantir a sua cumplicidade ou, ao menos, sua passividade.

Este projeto faz uma leitura crítica a contrapelo, desafiando esses três grandes pontos criados a partir do consenso crítico de décadas. Em outras palavras, o argumento é que o momento histórico em que as obras estão posicionadas é fundamental, assim como importa o período de escrita dos romances; atenção cerrada precisa ser levada ao enredo dos romances, aos gêneros e, principalmente, ao papel desempenhado pelo narrador.

Finalmente, o conselheiro Aires precisa voltar ao foco da análise e suas declarações precisam ser reavaliadas com amplo distanciamento, senão ceticismo. O que este projeto afirma é que, após ser questionada a posição ilibada do conselheiro, todos os outros pontos consensuais que pareciam firmemente estabelecidos se mostram frágeis, passando a cair como um castelo de cartas.

Assim, em vez de um retrato da sabedoria, o conselheiro se torna o ponto mais alto do narrador machadiano manipulador e não confiável, que usa de suas habilidades de navegador político ímpar para criar um verniz de afabilidade capaz de confundir até hoje. Escamoteando as suas intenções, Aires apaga tanto sua indiferença ao restante do país quanto a função fundamental que desempenha na oligarquia brasileira, a de intermediador de acordos no topo, realocando os prejuízos para os de baixo ou, nos termos propostos, de artista do conchavo.

No primeiro capítulo, o caminho crítico tomado foi reposicionar Aires como um narrador machadiano maduro. Longe de ser uma figura discrepante e apaziguadora, a hipótese é que se trata de uma evolução, uma figura mais sagaz, polida e eficiente do que os anteriores. Para tanto, Brás Cubas e Aires são aproximados pela maneira com que usam alusões e citações, ilustrando como os narradores machadianos lidam com a tradição literária, sempre com o objetivo de controlar os leitores.

O segundo capítulo cerra atenção em algumas das referências clássicas utilizadas por Aires. O conselheiro cita o poeta Teócrito em dois momentos cruciais no *Memorial*, enquanto Xenofonte aparece, também duas vezes, em *Esau e Jacó*. As citações surgem um tanto forçadas, como que desconectadas tematicamente, do trecho do romance. O conhecimento sobre o pai da poesia bucólica e sobre o escritor e mercenário ateniense (e o período histórico de ambos), contudo, aponta paralelos frutíferos com o próprio conselheiro, em particular nos artifícios usados por ambos para avançar em suas relações com a cena política e econômica de seu tempo.

No terceiro capítulo, caminho semelhante é traçado – a tentativa de desnudamento do papel do conselheiro e da materialidade histórica do Brasil na época –, com a análise detalhada da diplomacia brasileira no período. O ápice desse processo está na discussão do jantar do aposentado Aires com o diplomata belga relatado no *Memorial*. A relação do país com os seus vizinhos revela muito de frutífero, se vista em paralelo com as cenas fictícias apresentadas por Machado de Assis. O argumento geral é como a percepção de distinção do império/república brasileiros foram base de uma estratégia de expansão territorial agressiva. No caso da Bélgica, os jantares e encontros civilizadíssimos discutiam a possibilidade de recriar, na América do Sul, a brutal experiência do Congo.

No quarto e último capítulo, este projeto se foca no gênero da produção do conselheiro: autobiografias/memórias. Era o início da popularização da publicação de autobiografias/memórias no país, e elas surgiam como uma tentativa de rediscutir, em papel, a vida pregressa ao mesmo tempo em que se buscava interferir no cenário político contemporâneo, sem perder de vista a tentativa de estabelecer as linhas mestras do debate sobre o futuro da nação. Por isso, foi importante rastrear a ascensão das autobiografias (e a diferença delas para as memórias), como esse gênero chega ao Brasil e quais eram as únicas vozes suscetíveis de serem publicadas e os subsequentes diversos silêncios autobiográficos. Por fim, serão analisados o *Memorial Orgânico*, do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, e o livro *Minha Formação*, – a do prócer do abolicionismo parlamentar, Joaquim Nabuco. Ambas ajudarão a apontar exemplos, concretos, de como as memórias de intelectuais foram usadas para fazer uma intervenção política contemporânea e, crucialmente, para determinar o que seria a história do país. Em especial no caso de Nabuco,

a proximidade do político recifense com Aires é impressionante e merece ser investigada a fundo.

Ao ver este esforço retroativamente e em conjunto, é possível dizer que ele se mostrou válido e se justificou. Oferecer uma leitura a contrapelo de tal monta seria apenas interessante se isolada, mas este trabalho se junta a uma crescente produção de acadêmicos que, cada um com sua metodologia e seu viés teórico, suspeitando de termos como civilizatório e distinto, passaram a questionar o consenso crítico a respeito do velho conselheiro. É evidente que esse esforço crítico não termina aqui. De maneira geral, contudo, este trabalho espera colaborar com a percepção de que obras de arte são infindáveis e, quando questionadas por outro ângulo, podem revelar mais e motivar uma nova geração de leitores e críticos a se dedicarem ela.

## Introdução

José da Costa Marcondes Aires é um narrador peculiar. Conselheiro e diplomata, altamente educado e com boas maneiras, ele foi considerado pela ampla maioria da crítica como um narrador machadiano atípico, uma figura sábia, afável e eminentemente positiva. Muitos destacaram a sua indisposição para o conflito ou, nos próprios termos do conselheiro, o tédio à controvérsia. Os vários anos de experiência, a diplomacia, e o tato, enfim, seriam marcas civilizatórias desse narrador que foi o mais próximo de um *gentleman* que a ficção brasileira conseguiu produzir. Mais do que isso, Aires foi apontado, repetidas vezes, como o próprio Machado nos seus últimos anos plasmado em livro (Pujol, 1917; Pereira, 1936; Bosi, 1970 e 2003; Roncari, 2007) naquilo que se tornou um consenso crítico.

Este trabalho tem como objetivo desafiar essa premissa, argumentando que o conselheiro representa o ponto mais alto do narrador machadiano manipulador e não-confiável, especialista em “descobrir e encobrir”,<sup>1</sup> que usa suas habilidades de navegador político ímpar para criar um verniz de afabilidade que confunde até hoje. Escamoteando as suas intenções, Aires apaga tanto a sua indiferença ao restante do país quanto a função fundamental que desempenha na oligarquia brasileira – a de intermediador de acordos no topo, realocando os prejuízos para os de baixo ou, nos termos propostos neste projeto, de artista do conchavo.

---

<sup>1</sup> “Aires fora diplomata excelente, apesar da aventura de Caracas, se não é que essa mesma lhe aguçou a vocação de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dois verbos parentes” (Assis, 2012, p. 234). A partir de agora, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* vai ser referenciado como MPBC (1881), *Esau e Jacó* como EeJ (1904) e *Memorial de Aires* como MdA (1908).

No primeiro passo dessa jornada, vamos avaliar algumas das referências clássicas utilizadas por Aires. O conselheiro cita o poeta Teócrito em dois momentos cruciais do enredo de *Memorial de Aires* (1908) e Xenofonte, também duas vezes, em *Esaú e Jacó* (1904). As citações surgem um tanto forçadas, como que desconectadas tematicamente do romance. O conhecimento sobre o pai da poesia bucólica e o escritor ateniense (e o período histórico de ambos), contudo, aponta paralelos frutíferos com o próprio conselheiro, em particular nos artifícios usados por todos para avançar em suas relações com a cena política e econômica de seu tempo. Antes disso, no entanto, é fundamental reposicionar Aires como um narrador machadiano maduro, não uma figura discrepante, mas uma evolução, mais sagaz, polida e com mais sucesso do que os anteriores. Para tanto, vamos aproximar Brás Cubas e Aires pela maneira como ambos usam alusões e citações, ilustrando o estilo machadiano de lidar com a tradição literária.

### **Uma figura machadiana tardia**

De diversas maneiras, José da Costa Marcondes Aires é único. Ele é o último narrador da fase madura de Machado de Assis e o único a narrar dois livros: em terceira pessoa disfarçada, em *Esaú e Jacó*, e em primeira pessoa, em *Memorial de Aires*. Além disso, diametralmente oposto a Bento Santiago e a Brás Cubas, o conselheiro possui uma clara aversão aos enfrentamentos evidentes, o que foi lido pela crítica como contraponto positivo e apaziguador aos agressivos narradores pregressos. Mais do que isso, sua postura demonstraria, na prática, os resultados exemplares da diplomacia, que promete a superação de confrontos pelo diálogo e a pacificação acordada por tudo aquilo que é *good and proper* – educação, civilidade, disciplina e autocontrole.

Aires também foi o único narrador/personagem a ser visto como o próprio Machado plasmado em livro. Esse foi um movimento crítico que começou imediatamente após a publicação dos romances. As semelhanças entre autor e criatura foram (e seguem sendo) incansavelmente apontadas. Um dos primeiros a fazer isso foi Alfredo Puyol, em 1917, vendo no livro posicionado entre a abolição da escravidão e o fim do Império Brasileiro um romance “cheio de encanto e doçura” (Puyol, 2007, p. 298). Para ele, a esposa falecida de Machado estaria retratada na dona Carmo como um disfarce literário, enquanto o próprio autor se encontraria espalhado em diversos personagens, especialmente em Aires.

O obsessivo distanciamento de Aires, seu sorriso aprovador e sua indisposição para conflitos, portanto, representariam a reprodução no papel do próprio Machado e de seu (suposto) desinteresse político, com a marcante e obsessiva discricção, em especial ao que diz respeito aos grandes temas do seu tempo, notadamente a Abolição da Escravidão (1888) e o fim do Império Brasileiro, com a Proclamação da República (1889).<sup>2</sup>

O ápice de tal leitura se dá com Lúcia Miguel Pereira, biógrafa de Machado, que define o *Memorial de Aires* como livro autobiográfico em que o escritor retrata o seu amor conjugal. Classificando a relação de Machado com a esposa como “idílio de 35 anos”,<sup>3</sup> Pereira avança ao conclamar Aires como “sósia de Machado [com a mesma] concepção da vida” (Pereira, 1936, p. 212). Desaparece por completo a diferenciação entre autor e narrador – mesmo

---

<sup>2</sup> No caso de Machado, a impressão de desinteresse é facilmente refutável e vai ser abordada na sequência. Já sobre Aires, a questão é pertinente. A sua estratégia padrão parece ser consenso a todo custo.

<sup>3</sup> Ao notar a falta de documentos e o controle obsessivo de Machado sobre suas cartas e documentos pessoais, é difícil não ver idealização nesses trechos. Especialmente por encobrir marcas contraditórias: “[Machado] não deixava [Carolina] sair só, e ia até o extremo de proibir-lhe, já velho, as idas a casa de umas amigas de cujo primo, rapaz de vinte anos, tinha ciúmes” (Pereira, 1936, p. 209).

depois de Machado ter sido apelido de esfinge por seus amigos, por nunca se revelar inteiramente, o escritor teria se traduzido candidamente no seu romance final. Frágil, doente e viúvo, a implicação é que Machado teria finalmente desistido do quente embate político dos últimos anos do império para se preocupar apenas com os grandes temas humanos como amor, fidelidade, velhice e morte.

Alfredo Bosi, um dos principais críticos literários brasileiros, foi ainda mais radical no amalgamento entre narrador e escritor em uma leitura que, desde então, se tornou consensual.<sup>4</sup> “[Um] tom menor de complacência irônica afina a palavra do conselheiro, figura na qual parece entrever-se o eu ideal do último Machado” (Bosi, 2003, p.47). Ou seja, mais do que o próprio Machado de Assis plasmado em livro, quem ele gostaria de ter sido. Bosi conclui chamando o *Memorial* de testamento moral e literário machadiano.

Não se trata, aqui, de tentar refutar as de fato inúmeras coincidências entre o escritor e o seu último narrador que, como explicitado, foram exaustivamente exploradas pela crítica desde a publicação dos romances finais de Machado de Assis. O ponto aqui é oposto: investigar o que foi negligenciado ao se investir diversas décadas nesta certeza.

Para tanto, propomos uma leitura a contrapelo desta visão, que se apoia em duas perspectivas críticas sócio-históricas da literatura de Machado de Assis. A primeira, de Roberto Schwarz (1990; 2000), que vê nas *Memórias póstumas* uma denúncia da elite brasileira escravocrata feita por um dos seus, Brás Cubas. A segunda é de John Gledson (1986) que, ao vincular a temporalidade dos romances com grandes acontecimentos

---

<sup>4</sup> Mesmo leituras mais recentes, como Roncari (2007, pp. 153-198) ou Baptista (2020), a reavaliação dos dois últimos romances machadianos é feita de maneira interessante, mas ainda aferrada a uma visão eminentemente positiva sobre o conselheiro.

históricos brasileiros, demonstra claramente que Machado não só estava plenamente envolvido nos grandes debates do seu país e do seu tempo como oferece comentários, notadamente críticos, sobre a situação. Esse trabalho apoia-se, também, na sugestão de Gledson de que existe, nos romances maduros de Machado de Assis, uma relação com os leitores que escapa ao narrador. Certas citações e alusões, datas ou obsessões do narrador podem indicar esse diálogo possível. Ao discutir a novela machadiana *Casa Velha* (1885), o crítico inglês afirma: “Em vários momentos, no texto, são transmitidas ao leitor fortes sugestões (desconhecidas do narrador, naturalmente) (...) de maneira que se torna natural e necessário procurar o significado político do relato” (Gledson, 1986, p. 47).

Assim, o que se quer argumentar é que Aires não é uma ruptura com os narradores anteriores ou nem o próprio autor plasmado em papel, sobrevoando equidistante os embates políticos (ou sua figuração de um ideal de eu), mas o narrador machadiano mais bem sucedido em naturalizar suas premissas e garantir aderência ao seu ponto de vista. Seu sucesso impossibilitou a visualização do papel que ele representa em todos os romances em que participa: a de um artista do conchavo.<sup>5</sup>

Vale ressaltar, aqui, a multiplicidade de significados embutidos no termo conchavo, que viajou pelo tempo no Brasil e por países, indo além do supracitado conluio entre os ‘de cima’. Um dos principais exemplos é o conchavo das farinhas. Essa foi uma série de medidas draconianas adotadas pelo governo central português sobre as vilas menores baianas tendo como justificativa alimentar as milícias reunidas na defesa contra a invasão holandesa e

---

<sup>5</sup> Conluio, mancomunação para um fim ou intento mau (‘Conchavo’, Houaiss, 2009).

operou até 1738. Já no Mato Grosso, conchavo significava a contratação de trabalhadores paraguaios com a antecipação do salário para a colheita, efetivamente criando uma prisão por dívida (Centeno, 2022, p. 61).<sup>6</sup>

Aires, contudo, em seus conchavos no topo, se mostra como um *smooth operator* da corte. Ele é o único narrador machadiano a ter conquistado sucesso profissional no topo da pirâmide – apenas 72 pessoas se tornaram conselheiros de estado durante todo o império brasileiro. O conselho era um “órgão que no Segundo Reinado abrigava o topo da elite política e exercia significativa influência na formulação e mesmo na implementação da política pública” (Carvalho, 1982, p. 379). Nos termos de José Murilo de Carvalho, tratava-se da “elite da elite” e contava com senadores, ministros de estado e dos supremos tribunais, bispos e presidentes de províncias. Além do acesso direto ao imperador, tinha tamanho poder concreto que historiadores classificaram como um “quinto poder” (Rodrigues, 1979, p. I).

Mais do que isso, os conselheiros foram figuras privilegiadas ao efetivamente criar a memória coletiva do país, publicando livros cujos temas vão da administração pública ao direito constitucional, do sistema eleitoral do império à saúde pública, entre muitos outros. Um conselheiro como Aires, portanto, não seria uma exceção entre os seus pares do

---

<sup>6</sup> Entre as principais demandas do conchavo das farinhas estava a obrigação de enviar a farinha para a capital Salvador, a proibição da produção de itens de exportação nas áreas do interior, os preços tabelados de venda e a obrigação do plantio da mandioca (Marques e Grelle, 2021, p. 71). Rafael Barros destaca que o conchavo criou um mercado regional de produção, mas o forte controle estatal fomentou fraudes e, acima de tudo, manteve as vilas do interior presas produzindo os mesmos produtos por séculos (Barros, 2018, pp. 84-92). Historicamente, conchavo parece habitar, muitas vezes e em vários contextos, o universo semântico da fraude ou bem próximo disso.

conselho, mas apenas mais um a tentar pastorear a posteridade ao escrever a história. A publicação de memórias nesse grupo estava longe de ser rara.

É importante ressaltar o quão pantanoso é o epíteto conselheiro no Brasil. O mesmo termo define os participantes do conselho de estado e aqueles que receberam o título apenas honorífico, de valor menor, dado a profissionais liberais, advogados e escritores alinhados com o império. Este segundo foi recusado pelo próprio Machado (Jackson, 2009, p. 20). Com Aires, por exemplo, o consenso tácito da crítica foi vê-lo como o segundo tipo de conselheiro, mais um dos agraciados de nome apenas. Mas não há, nas obras, nenhuma definição clara de qual tipo de conselheiro Aires era. E não ter dúvidas, especialmente com um título que traz tal paradoxo em um romance machadiano, parece temerário.<sup>7</sup>

O que pode não ficar claro a leitores desatentos é que o conselheiro Aires, ao longo dos romances, é capaz de articular, mesmo alegando estar aposentado, afastado e entediado com tudo, a continuação da sua função de intermediador mesmo em um novo sistema político, a república brasileira sem escravidão que, apesar das alegações de mundo novo, não vai enfrentar a desigualdade brutal da sociedade brasileira ou reparar a violência continuada de séculos de sistema econômico de base escravocrata. Acima de tudo, vão ser mantidos praticamente os mesmos nomes – salvo a família real – no poder. O conselheiro sabe, portanto, que vai continuar em alta demanda a sua função de mediar os acordos de portas fechadas que vão lubrificar as engrenagens da oligarquia brasileira. Ou como resume

---

<sup>7</sup> “É comum no Brasil não se saber distinguir entre conselheiro e conselheiro de Estado. O primeiro era um título honorífico e o segundo indicava (...) um membro integrante de um colegiado remunerado” (Rodrigues, 1979, p. 29). Significativamente, a esfera de relacionamento de Aires nos dois romances está no topo da pirâmide: desembargadores, juízes, ministros de estado, latifundiários e banqueiros.

a crônica da série *Bons Dias!*, assinada pelo pseudônimo machadiano Boas Noites, dois dias antes da abolição, traduzido do alemão: “Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional” (Assis, 2015d, p. 756).<sup>8</sup>

Ao analisar a transição do império para a república, período histórico específico dos dois últimos romances machadianos, Sérgio Buarque de Holanda define o conchavo como resposta inescapável ao caldeirão de patrimonialismo, clientelismo e mandonismo das elites brasileiras:

No Brasil, os grupos dirigentes (...) nunca deixaram de formar uma camada extremamente rala de privilegiados, que se sobrepõem à grande massa da população, e estão unidos entre si através de vínculos mais ou menos estreitos de interesses, de classe social, até de sangue. Não é difícil, em condições tais, que alguma saída pacífica encerre afinal todos os conflitos capazes de transtornar empenhos ou aspirações comuns àqueles privilegiados, e então chega-se ao conchavo. Porque o conchavo constitui o recurso eminentemente apropriado para se resolverem brigas de família, e nunca faltará, com efeito, o cunhado, ou o amigo do tio, ou o amigo deste amigo, que se prestará, solícito, a servir de intermediário no litígio, uma vez que tem boas ligações com ambas as partes.<sup>9</sup>

Aires seria, portanto, o venerável amigo do amigo que fará, com “o sorriso aprovador” (EeJ, p. 50), qualquer operação para suavizar as discordâncias no topo. Aires será, também, aquele também que vai indiretamente contar (nublar?) a história do período, já que escreve seus cadernos do memorial para a posteridade, descobrindo e encobrendo o quer. Nesse caso, ficam encobertos os grandes acontecimentos e, principalmente, as eternas vítimas de tais conchavos – os escravizados e os pobres em geral.

---

<sup>8</sup> As crônicas são publicadas entre 1888 e 1889, anos que Machado posiciona os seus dois últimos romances. Na crônica de 11 de maio de 1888, Machado surpreende ao escrever o comentário em alemão, traduzido acima: “Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist” (Assis, 2015d, p. 756). A estratégia do escritor parece ser escolher o idioma que pouquíssimas pessoas falavam no país para evitar repercussões negativas à crítica. No entanto, como esclarece Gledson (1986, p. 149), quatro palavras são facilmente identificáveis: monarquia constitucional e oligarquia absoluta.

<sup>9</sup> Holanda, 2022, p. 377.

A análise, contudo, seria incompleta se este fosse o seu final. Aires é mais do que a figura fundamental a celebrar acordos diversos no enredo dos livros, tendo como força motriz a própria água gélida do seu cálculo egoísta e o desinteresse por todo o restante. O conchavo final que o conselheiro logra com sucesso atinge os leitores. Ao abandonar o tradicional enfrentamento estabelecido pelos pregressos narradores machadianos,<sup>10</sup> Machado potencializa em Aires o narrador não-confiável, colocando-o em outro patamar.

O velho conselheiro mantém os leitores ao alcance da sua pena, seduzindo-os, em confortável subordinação, com uma estratégia narrativa única, que envolve afetação de franqueza, elogios bajuladores, sutis ameaças bonachonas, calculadas para permitir sempre o benefício da dúvida e confissões circunspectas de pecadilhos compreensíveis e perdoáveis. Tudo estrategicamente usado para manter uma sensação de bem-estar e a aparência de bonomia. Os dentes caninos de Aires só aparecem no uso de alusões e citações à cultura ocidental, que o desnudam como mais um narrador machadiano, outro praticante de um jogo de salão de erudição tipicamente brasileiro feito para garantir submissão de quem ouve/lê.

Aires não é apenas um narrador pouco confiável, mas um narrador que constrói sua posteridade no seu *Memorial*, fazendo autobiografia (auto-hagiografia) editada e calculada. Esse movimento aparece, de maneira mais crua, em *Esaú e Jacó*, já que o conselheiro simula um narrador equidistante em terceira pessoa, mas se disfarça de personagem e não poupa elogios a si mesmo (enquanto encobre as relações lucrativas que segue firmando no topo).

---

<sup>10</sup> Gledson sugere que esse enfrentamento é uma dimensão estrutural dos romances (1986, p. 77-85).

Já no *Memorial*, Aires, em primeira pessoa, é capaz de atingir a potência máxima de encobrir quase perfeitamente o que não lhe interessa (e aos seus). Em comum nos dois romances, Aires organiza um apagamento radical da história do país em um de seus períodos mais tumultuados, mantendo foco obsessivo em poucas pessoas ricas e seus pequenos problemas. A pena do conselheiro adoça o olhar dos leitores, propõe debates metafísicos sobre os temas humanos universais, enquanto esvazia conflitos e garante que a aderência ao seu ponto de vista tenha a aparência de que tudo surgiu naturalmente, como se fosse uma decisão oriunda do livre-arbítrio dos leitores.

A tarefa de alterar a percepção sobre um narrador machadiano tão bem-quisto é enorme, mas isso não é feito isoladamente. Este trabalho se soma a uma pequena, mas crescente, fortuna crítica que se avoluma nas últimas décadas para avaliar criticamente a figura do conselheiro Aires. O primeiro trabalho nessa linha foi, salvo engano, feito por Gledson (1986, pp. 247-292), que questionou o tanto de artifício no amor súbito entre Tristão e Fidélia, além de recomendar alguma desconfiança ante o conselheiro. Ocorre que sua leitura coloca Aires como vítima de um engodo perpetrado pelos jovens “pombinhos”. Este trabalho argumenta que, ao contrário, ele é participante ativo e acaba usurpando o título de padrinho e, no fim, tornando-se conselheiro do novo casal. Há, mais recentemente, uma série de questionamentos sobre Aires, iniciados por Maria Manuel Lisboa, que ressignifica a alegação de distanciamento diplomático do conselheiro e o seu *male discourse* por lentes feministas (Lisboa, 1996, pp. 118-131). A partir de um ponto de vista materialista, Pedro Fragelli (2007) ressalta o apagamento dos escravizados sob a pena do conselheiro e mostra como a doação da fazenda de Santa Pia aos libertos indica mais o esgotamento de uma terra superexplorada do que caridade. Cilene Pereira (2007) investigou as curiosas (e inúmeras) semelhanças

entre o arrivista Tristão e o narrador Aires. Já Pedro Meira Monteiro (2008) viu, no lento e entediante desenrolar narrativo do conselheiro, um comentário machadiano sobre as promessas não cumpridas da nascente república brasileira.

Ao propor Aires como entidade separada de Machado, esse tipo de abordagem enfrenta, em um primeiro momento, um biografismo redutor de interesse menor, surpreendentemente comum ainda hoje nas produções críticas sobre o escritor. Mais do que isso, contudo, colabora para acabar com o superado debate sobre o absenteísmo de Machado de Assis, cujo ponto nevrálgico está na alegada indiferença do escritor perante a escravidão.<sup>11</sup>

Tal ponto foi, inicialmente, refutado por Astrojildo Pereira (2020), em 1959, ao destacar a formação profissional de Machado de Assis, jornalista e obcecado pela cobertura política até os seus últimos dias de vida. Mais recentemente, esse mesmo ponto foi reavaliado e novamente refutado por uma série de trabalhos importantes, com destaque para Chalhoub (2003), Newcomb (2017), Lima (2020) e Wood (2021). Os comentários de Machado sobre a escravidão, seja em poesia, dramas, crônicas, contos ou romances, podem ser encontrados na detalhada antologia organizada por Assis Duarte (2009).

### **Trajetória crítica**

O primeiro passo dessa trajetória se dá, nas páginas a seguir, comprovando a proximidade entre José da Costa Marcondes Aires e os outros narradores da maturidade de Machado, em

---

<sup>11</sup> A polêmica relacionada com o absenteísmo de Machado e indiferença ante a escravidão começa imediatamente após a morte do escritor, ainda em 1906, com a publicação de carta de Hemetério dos Santos no jornal *Gazeta de Notícias*. “O problema do negro (...) não mereceu do romancista e do poeta senão pálidas e aquareladas pinturas tão tímidas que claramente revelam que do artista primeiro partiam as ideias preconcebidas contra a sua cor e procedência” (Santos, 1906, citado por Lima, 2020). O ataque se adensou e foi repetido por figuras díspares como Gilberto Freire e Mário de Andrade, se solidificando em consenso.

especial Brás Cubas. A aproximação escolhida foi o uso bastante próximo das alusões e citações literárias, que surgem como uma espécie de pirataria intelectual para marcar a potência erudita do narrador. Depois, vão ser investigadas detalhadamente algumas citações diretas ao período clássico que aparecem em pontos cruciais dos romances machadianos discutidos: Teócrito, em *Memorial de Aires*, e Xenofonte, em *Esau e Jacó*. Vistas de perto, elas destoam, parecem colocadas quase à força, mas ao se atentar para a sua materialidade histórica, revelam mais: apontam para figuras complexas, pantanosas, nas quais a busca por patronagem (ou poder e reconhecimento, ou tudo somado) são tão cruciais quanto a produção artística. E isso parece indicar comentários irônicos, longe de positivos, sobre o próprio conselheiro e suas artimanhas.

O primeiro caso a ser detalhado é o de Teócrito. O poeta, nascido em Siracusa, é famoso por ter sido o criador da poesia bucólica; porém, mais relevante para o ponto em questão, foi um artista que cruzou oceanos em busca de patronagem real enquanto produzia elogios em verso aos monarcas e seus familiares, naturalizando, inclusive, a opção por incesto na família real de origem macedônica que controlava o Egito como faraós. Na figuração em que aparece no *Memorial*, a citação desnuda um conselheiro ativamente burilando uma pastoral fluminense, recriando um passado ideal não apenas contra a urbanização crescente, mas ante o risco representado pelas ideias novas que desembarcariam na abolição e proclamação que batiam à porta.

A segunda referência clássica investigada será Xenofonte de Atenas. O discípulo de Sócrates, escritor e mercenário ateniense, recebe o título de um capítulo em *Esau e Jacó* e tem uma passagem direta da sua *Ciropédia* citada longamente por Aires. O que pode passar

desapercebido é que o escritor ateniense se disfarçou de narrador em terceira para se elogiar como personagem comum, em sua *Anábasis*, e acabou, ao longo de uma agitada vida pública, trabalhando para os principais rivais: Esparta, o principal rival ateniense, e o Império Persa, a principal ameaça a todas as cidades-estados gregas no período. As semelhanças a certos comportamentos de Aires indicam as linhas mestras da discussão.

Caminho semelhante de tentativa de desnudamento do conselheiro vai ser feito, na sequência, com a análise detalhada da diplomacia brasileira no período, em especial com os vizinhos sul-americanos. Depois, é discutido especificamente o jantar do aposentado Aires com o diplomata belga, que aparece em seu *Memorial*. O objetivo é descobrir o que a história brasileira do período e a relação do país com os seus vizinhos podem revelar de frutífero nas cenas fictícias apresentadas por Machado de Assis. O argumento geral é que a percepção de distinção do Império/República Brasileiros foram base para uma estratégia de expansão territorial agressiva. No caso da Bélgica, os jantares e encontros civilizadíssimos discutiam a possibilidade de recriar, na América do Sul, a brutal experiência colonial no Congo.

O último passo deste projeto, então, foi se focar no gênero da produção do conselheiro – as autobiografias/memórias. Foi um movimento comum entre figuras da elite política do país, que pareciam discutir, em papel, a sua vida pregressa ao mesmo tempo que interferiam no debate político do presente da publicação e tentavam colocar as linhas mestras sobre como a nação seria vista no futuro. Por isso vai ser importante rastrear a ascensão das autobiografias (e a diferença com as memórias) em países como Inglaterra e França, como esse gênero chegou ao Brasil e qual tipo de pessoa publicava no país. Por fim, vai se olhar a

produção memorialista do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen e do prócer do abolicionismo parlamentar, Joaquim Nabuco, para apontar exemplos concretos de como as memórias foram usadas para intervenção política contemporânea e para determinar o que seria a história do país. Em especial, no caso de Nabuco, a proximidade do político recifense com Aires é impressionante e merece ser investigada a fundo.

# 1. Mais um narrador machadiano

Aires é visto como uma ruptura entre os narradores machadianos da sua fase madura, já que o suave conselheiro destoaria dos virulentos e agressivos narradores anteriores. O que vai ser argumentado, é que Aires não só segue em linha reta nascida com Brás e Bento, como representa o ápice dos narradores machadianos não confiáveis. Capaz de seduzir os leitores e mantê-los sob jugo, ele faz isso mantendo a aparência de bonomia e dando sempre a impressão de que tudo veio de comum acordo.

A análise demanda alguns passos. Primeiro, vai ser discutido como as digressões representam a força motriz do romance machadiano e que alusões e citações são o seu veículo fundamental. Depois, o passo está em definir como a maneira de referenciar a literatura foi alterada pelos narradores machadianos, em uma movimentação com traços de pirataria, que reduz a tentativa de construção de um diálogo intelectual com os leitores a uma queda de braço na qual o que está em jogo é quem (aparentemente) sabe mais. Em seguida, vai ser contrastado o método de citar e aludir de Brás com o de Aires. Em vez do enfrentamento claro na relação adversarial nascida desde a primeira página de Brás Cubas, o que surge sob a pena do conselheiro é um delicado jogo de descobrir e encobrir, pensado a cada instante para bajular e dissimular suas intenções.

## **Vício de estilo ou capricho do narrador?**

Todos os narradores machadianos, especialmente depois de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), se apoiam em inúmeras digressões que travam o enredo, quebrando a expectativa dos leitores e o fluxo do que seria o desenrolar esperado da história. As

intervenções são tantas que foram lidas como um entrave a se superar, um defeito estilístico. Silvio Romero, em sua diatribe racialista contra Machado, em 1897, classifica as digressões como um errar a esmo, nomeando-a tartamudear (Romero, 2000).<sup>12</sup>

O hábito dos narradores machadianos de usar as digressões para fazer alusões e citações diretas de grandes obras da cultura ocidental era especialmente malvisto. Uma das principais características compartilhadas por todos os protagonistas e narradores machadianos, de Brás Cubas a Joaquim Borba dos Santos, de Bento de Albuquerque Santiago a José da Costa Marcondes Aires,<sup>13</sup> era a capacidade de citar, de maneira direta ou indireta, várias obras, sejam passagens bíblicas, autores da Grécia ou Roma clássica, filósofos franceses ou peças de Shakespeare (entre muitas outras).

Augusto Meyer, em 1935, foi o primeiro a inverter a leitura das digressões dos narradores machadianos, vendo na estratégia um traço estilístico com consequências críticas profundas. Segundo ele, as digressões se adensam ao ponto de se transformar em um aspecto formal do romance, mimetizando os próprios narradores machadianos que “faz[em] do seu capricho uma regra de composição” (Meyer, 2008a, p. 15). Em outras palavras, as repetidas digressões mostram como os caprichosos narradores não têm limites ao submeter tudo, no romance, à sua vontade. O enredo inclusive.

---

<sup>12</sup> Ao mesmo tempo, Romero fazia um ataque pessoal à gaguez que acompanhou o Machado de Assis em vida. É deste livro, também, que surge a imagem do escritor como “um mulato pernóstico, de modo afetado, afrancesado” (Romero, 2000, p. 164). A alegação é que Machado aludia e citava um universo literário que não compreendia.

<sup>13</sup> A mais notável ausência é de Pedro Rubião de Alvarenga, de *Quincas Borba* (1891). É preciso fazer a ressalva que Rubião não é um narrador— e, na prática, as alusões e citações trabalham contra ele, o ingênuo *nouveau riche* é o alvo do engodo de Sofia e Cristiano Palha.

Ainda assim, Meyer fazia ressalvas sobre as alusões e citações aos clássicos. “[E]ste vezo de meter o nariz no entrecho (...) leva-o a descaídas de mau gosto, e casos há em que o aparte do autor é simplesmente descabido pois vem acompanhado de uma citação erudita ou literária ostentosa para a modéstia do acidente” (Meyer, 1935, citado em Bosi (org.), 1982, p. 359).<sup>14</sup>

No geral, a predileção estilística de Machado de Assis e de seus narradores pelo uso (recorrente e generalizado) de alusões e citações abriu espaço para um ataque ainda maior contra sua obra que ia além de defeito de estilo. Seria uma tentativa de escamotear o plágio. “Sente-se o amontoamento livresco desde as primeiras páginas, nos inúmeros nomes famosos (...) evocados implícita ou explicitamente (...). [O que cria] um mosaico (...) no qual o menos autor é o brasileiro” (Grieco, 1960, p. 47).<sup>15</sup>

Novamente, os críticos não diferenciaram autor de narrador, freando a análise antes de investigar como essa maneira específica de aludir e citar, completamente machadiana, poderia afetar os leitores. No entanto, antes de avançar nesse debate, precisamos resgatar como funciona normalmente o modelo tradicional de alusões e citações para melhor definir os contrastes com a prática machadiana.

---

<sup>14</sup> O que Meyer vê como erro, este projeto vê como traço fundante do narrador. O excesso de alusões e citações é pensado para quebrar o fluxo de leitura, colocando o enredo quase em sequestro, sendo parte da estratégia narrativa de sujeição do leitor.

<sup>15</sup> Era recorrente a acusação que Machado era um escritor ‘fora da linha’ por não ser branco e acessar um universo intelectual a que não pertencia. A declaração do poeta Martins Fontes resume o ataque: “[Machado é um] mulato que escrevia de cócoras com pena de pato” (Martins Fontes, citado em Meyer, 1947, p. 132).

## Alusões e citações

As alusões e citações funcionam como “an indirect or passing reference (...), the nature and relevance of which is not explained by the writer but relies on the reader’s familiarity. (...) Calling upon the literary tradition that author and reader are assumed to share” (Baldick, 2015, p. 9).

Gérard Genette (1979) destaca que as alusões e citações funcionam como interrupções que marcam a presença literal de um texto em outro. “[S]avoir tout ce qui le met en relation, manifeste ou secrète, avec d’autres textes. J’appelle cela la transtextualité (...) c’est-à-dire la présence littéraire (plus ou moins littéraire, intégrale ou non) d’un texte dans un autre” (Genette, 1979, p. 87). Destes, argumenta Genette, a citação é o caminho mais direto, que normalmente separa graficamente, com aspas, o texto invocado. Na outra ponta, as alusões atuam de maneira mais discreta, sub-reptícia; é preciso conhecimento prévio para descortinar o comentário embutido ou, até, para simplesmente compreender o que foi escrito. Genette chama de transtextualidade, ou transcendência textual, a marca no papel do relacionamento de uma obra com o restante da literatura.

Assim, tradicionalmente, um escritor usa alusões e citações para comprovar seu pertencimento a esse universo de *homme de lettres*, fazendo homenagens a um ídolo literário ou mostrando a sua vinculação a um determinado movimento ou escola filosófica específica. Elas marcam, ao mesmo tempo, uma forma de autovalorização, já que o autor se coloca em nível similar a escritores canônicos ou figuras históricas de grande importância.

O que as alusões e citações abrem, também, é uma expectativa diferente sobre os leitores. Em vez de apenas um receptáculo basicamente passivo, elas trazem uma demanda implícita de uma ação de mão-dupla: o descortinamento completo do que está escrito depende dos leitores e das suas leituras pregressas. No seu ponto mais idealizado, é uma maneira de extrapolar os significados possíveis ao criar um diálogo intelectualizado ‘superior’.

Joseph Pucci, analisando o papel histórico das alusões na literatura, as classifica como uma figura literária essencial que exige um “a powerful reader, possessed of discrete and unique competencies” (Pucci, 1998, p. XV). Ou, por outra, a alusão depende de leitores específicos, capazes de ‘ativar’ a alusão literária, transformando-a em uma espécie de nova linguagem com o autor: do texto em si e a referência anterior, mas também entre o escritor e o que Pucci classifica como leitores de conhecimento pleno.<sup>16</sup>

O que essa descrição não pode ignorar é que existe algo de pernicioso no movimento de aludir e citar, como argumentou Antoine Compagnon, em 1979. Além da óbvia perda do contexto original da obra referenciada, o movimento cria desníveis de poder muito fecundos para exploração de um escritor – como Machado – pouco respeitador das tradições e hierarquias literárias. A produção prévia não tem chances de se defender enquanto, ao mesmo tempo, os leitores podem acabar acobardados por não ter a leitura exigida, estando muito distante do ente de conhecimento pleno que poderiam/deveriam ser. “Quando cito, extraio, mutilo, desenraizo (...). O fragmento escolhido converte-se ele mesmo em texto, não mais em fragmento de texto” (Compagnon, 2007, p. 13). A imagem proposta

---

<sup>16</sup> “[The] full-knowing reader” (Pucci, 1998, p. 43).

pelo crítico francês é poderosa – a alusão/citação cria um movimento complexo de amputação e de enxerto cuja cirurgia passa apenas pelos dedos do escritor, a quem Compagnon chama de carnicheiro. No geral, Compagnon vê um leitor muito menos independente e capaz de concretizar o diálogo idealizado via alusões e citações.

“Entregando-se à leitura, ele aceita todas as citações que queriam lhe impor. A única liberdade que o texto concede ao leitor é a da acomodação” (Compagnon, 2007, p. 22). Mas isso não é feito apenas por força bruta. A marca da alusão e da citação é funcionar em modelo de desafio de quem “provoca com uma piscadela” (Compagnon, 2007, p. 23). É nesse desnível de poder que o modelo machadiano de alusões e citações se desenvolve.

### **Pirataria literária**

Os narradores de Machado de Assis faziam alusões e citações de maneira diferente. Em vez de pacientemente reescrever passagens com máxima exatidão, de fazer uma espécie de beija-mão<sup>17</sup> de patronos literários pregressos, ou mesmo de tentar criar uma linguagem compartilhada e uma experiência de pertencimento com os leitores, via diálogo altissonante, o que os narradores machadianos fizeram foi transformar essa estratégia literária em arma, afiando-a contra os leitores.

Não há, praticamente, narrativa machadiana que não cite outros autores, que não aluda a outras obras, que não se reporte a outros escritos, num universo temático, cronológico e geográfico de magnitude sem precedentes (e sem sucessores) na literatura brasileira. Nos romances da chamada ‘maturidade’, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e *Quincas Borba*, o uso, ou antes, a manipulação das citações, desempenha [...] um papel fundamental na estruturação da narrativa, tanto na urdidura da trama como na caracterização das personagens. Para tanto, Machado se valerá de citações truncadas, ou apenas parcialmente transcritas, às vezes significativamente interrompidas segundo a conveniência de seus narradores ardilosos, decididos a controlar ao máximo a recepção do leitor.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> A escolha por beija-mão traduz exatamente o que os narradores machadianos querem do leitor. É um estar submetido, evidentemente, mas não de qualquer jeito, é preciso alguma forma de liturgia, algum reconhecimento teatralizado da superioridade. Ainda que Aires seja mais comedido nesse aspecto, ele não está imune a demandar esse tipo de reconhecimento, algo que vai aparecer na sua citação a Teócrito.

<sup>18</sup> Senna, 2003, p. 11.

De acordo com Senna (2003), os narradores machadianos ativamente modificam e adulteram as citações, ao ponto de drasticamente alterar o significado das referências originais, não raro ficando com o significado oposto ao original. Não hesitam nem mesmo em dessacralizar os livros sagrados em busca de um comentário prosaico ou, até, de uma piada herética. Em resumo, os narradores de Machado torcem e retorcem as alusões e citações para encaixá-las em suas necessidades de momento. Em vez do comportamento reverencial, trabalham como quem escolhe opções ao gosto do freguês. “[É uma forma de] pilhagem ao patrimônio cultural e, especialmente, ao patrimônio literário do Ocidente (...) numa abundância de citações e alusões que chegam a estontear o leitor” (Senna, 2003, p. 67).

O comportamento, contudo, vai além de estontear os leitores, algo que já seria possível com rebaixado *name dropping*. O que as alusões e citações machadianas fazem, ao contrário, é ser a ponta de lança de um ataque inclemente que vislumbra apenas a submissão. Em vez dos leitores de conhecimento pleno, essa espécie de parceiro ativo e colaborador na aventura da leitura, o que tal tática produz são leitores sob jugo, submissos.

Não parece haver possibilidade, dentro da prosa madura machadiana, de manter a ideia de um diálogo idealizado entre escritor e leitores. O que se tem, ao contrário, são leitores com espaço apenas para admirar tal demonstração de erudição. Isso pode ser lido, inicialmente, como uma crítica à longa tradição brasileira do bacharelismo (erudição de salão mostrada com pirotecnias verbais). Mas, indo além, apresenta um narrador empenhado em demonstrar, continuamente, o desnível de conhecimento (e de poder) entre si mesmo e os leitores.

O melhor caminho para discutir esse efeito é olhar diretamente para os exemplos concretos do uso de alusões e citações pelos narradores machadianos. Antes, porém, um fato chama a atenção. Na lista de narradores machadianos, Marta de Senna (2003) se abstém de citar o último deles: José da Costa Marcondes Aires. O conselheiro Aires, portanto, não estaria entre os narradores machadianos ardilosos e manipuladores.

Uma vez que Machado não abandonou a prática de usar alusões e citações de sua maneira peculiar, já que Aires as utiliza tanto quanto os narradores progressos, isso só pode significar uma coisa: o conselheiro é um outro tipo de narrador. Isto faria dele o primeiro narrador cândido da prosa machadiana madura. Assim, o bom e velho Aires não teria interesse em controlar a recepção dos leitores, estando entre desinteressado e indiferente com o que seria lido a partir das suas palavras.

O argumento aqui é diametralmente oposto. Aires não representa uma quebra com a agressiva dinâmica de poder entre o narrador machadiano e seus leitores, em particular no que diz respeito ao uso das alusões e citações para impressionar os leitores e motivar submissão intelectual. Mas há diferenças cruciais. Aires, ao contrário dos outros, é plenamente bem-sucedido em esconder as suas motivações reais. O conselheiro é capaz, via construção cuidadosa da sua autoimagem e da sua pena ardilosa, que esconde seus motivos, de criar uma relação que se sugere pacífica com os leitores e mantém a aparência de comum acordo, em uma dança muito mais próxima da sedução do que a tradicional relação adversarial dos narradores machadianos anteriores.

A aparência de *gentleman* de Aires, acima de qualquer suspeita, combinada com sua fala comedida, remodela a recepção e cria leitores que estão em paz com a própria situação subjugada. E este comportamento é exclusivo de Aires. É apenas ao olhar para Brás Cubas, primeiro narrador machadiano maduro em suas *memórias póstumas*, que é possível ter dimensão clara do contraste. Aires, ao contrário, se apresenta como um observador afastado, indiferente aos conflitos, e vai com a promessa de civilidade diplomática avançando sobre os leitores, colocando aqui e ali um elogio comedido, mantendo o tom de bajulação discreta e sistematicamente dobrando resistências. No fim, o velho conselheiro passa a ser um bom, velho e sábio amigo.

### **Brás Cubas, contra os leitores**

[A] franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste de interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos (...) a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência. (...) Mas na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade!<sup>19</sup>

Brás Cubas, o ‘defunto autor’, está finalmente livre. Escrevendo da campa, o narrador não precisa mais temer as consequências de falar a verdade. É só depois da morte que ele vai conseguir dar cabo de cálculos mundanos dos jogos políticos: Brás está finalmente longe, ele garante solenemente, da luta das cobiças.

E toda essa franqueza coloca os leitores como alvo. Já do prólogo, Brás é incansável em seu ataque.<sup>20</sup> De acordo com Schwarz (2000, p. 17), o tom é de “abuso deliberado”; Alfredo Bosi (2006, p. 281) vê nada menos do que “descaramento”. A animosidade é claramente exposta:

---

<sup>19</sup> MPBC, p. 92.

<sup>20</sup> Nomeado, apropriadamente, como ‘Ao Leitor’. De acordo com Senna (2003), é a primeira vez que, em um romance de Machado, o narrador (em vez de um editor ou a versão ficcional do próprio Machado de Assis) assina um prólogo.

“Que Stendhal confessasse haver escrito um de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal (...). Dez? Talvez cinco”.<sup>21</sup>

A função da passagem é dupla. Brás se coloca próximo de Stendhal, um dos principais prosadores franceses, e escritor que, de fato, só foi apreciado postumamente.<sup>22</sup> As memórias de Brás, portanto, compartilharão tal destino. Ainda que a estimativa inicial de leitores tenha a aparência de ser mais humilde do que a de Stendhal, de 100 para cinco, não parece se tratar de uma inesperada modéstia de Brás. O defunto autor pode simplesmente estar sugerindo que sua obra é ainda mais revolucionária do que a do francês.

A segunda função da passagem parece mais perniciosa e diz respeito diretamente ao público. Ao marcar que o seu romance é um divisor de águas, Brás encurrula os leitores. O risco está claro: seja parte do pequeno grupo de visionários ou apenas mais um do público-geral ignaro incapaz de ver a relevância da sua obra. Criam-se duas opções: submeta-se à grandeza de Brás ou desista.

Mas essa é só a primeira salva de tiros. O defunto autor segue, então, listando as suas influências principais, Laurence Sterne e Xavier de Maistre, para rapidamente adotar respostas preventivas a quaisquer possíveis críticas ao seu livro: “[A] gente grave achará aparências de puro romance, (...) a gente frívola não achará nele o seu romance usual; ei-lo

---

<sup>21</sup> MPBC, p. 26.

<sup>22</sup> Como é sabido, *La Chartreuse de Parme* (1839) só foi efetivamente apreciada depois de meio século de sua publicação. A provocação do prólogo de Stendhal se mostrou verdadeira. Ironicamente, a de Brás Cubas não. O reconhecimento, apesar da polêmica que o livro gerou, foi imediato.

aí privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, as duas colunas máximas da opinião” (MPBC, p. 26).

Brás faz comentário irônico sobre o mercado da literatura e reduz os leitores a graves ou frívolos; independentemente de sua classificação, vão se sentir insatisfeitos com as *Memórias*. Em ‘as duas colunas máximas da opinião’, Brás resume, grosso modo, o sucesso de público ou de crítica. Nenhum desses mundos, é preciso ressaltar, parece ser possível (ou desejável) para as *Memórias póstumas*. É um momento de aumento de intensidade no ataque do narrador. Depois de garantir que apenas cinco pessoas vão ler o seu livro, Brás ataca novamente para dividir e conquistar mesmo dentro daquele pequeno grupo. Não há escapatória do seu capricho.

Ainda longe de se dar por satisfeito, Brás encerra o curto prólogo com uma ameaça aberta: “[S]e te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus” (MPBC, p. 27). Os extremos são apresentados – o elogio barato pode se mostrar preferível ao *piparote*, gesto infantil cômico, mas não sem promessa de violência física. Mesmo que o tom seja brincalhão, a agressão e a disputa de poder estão claras e claramente apresentadas.

Um clima de perpétua ameaça é uma forma pertinente de resumir a relação de Brás Cubas com o público leitor.<sup>23</sup> Assim, os leitores estão encurralados: ou aceitam e se submetem ao

---

<sup>23</sup> Roberto Schwarz (2000, p. 22) chama de “leitura de má vontade”. Sérgio Paulo Rouanet (2005, p. 333) define o narrador das *Memórias Póstumas* como tirânico. Já Senna (98, p. 112) vê a dinâmica entre narrador e leitor de maneira menos agressiva, quase como um jogo, já que o narrador precisa do leitor para o livro funcionar. De qualquer maneira, o desnível de poder é inegável.

narrador, seguindo as guinadas da vontade indomável de Brás ou abandonam o livro. Se optaram por continuar, podem até ganhar um elogio, 'fino', mas há dúvidas quanto à sua sinceridade.<sup>24</sup>

### **Sem espaço para os mornos**

A estratégia de Brás Cubas, de tudo ou nada, não abre espaço para indiferença. Se os leitores continuarem lendo, isso significa que Brás venceu a queda de braço. E uma das principais maneiras pelas quais o defunto autor reforça sua superioridade está na utilização das alusões e citações como a feita ao supracitado Stendhal.

É impressionante a quantidade, a variedade e o fôlego das alusões e citações usadas no romance. Constantemente manipuladas e adulteradas, elas parecem mais importantes se olhadas como um todo, imaginadas como parte crucial da estratégia formal do narrador. Em outras palavras, o que se pretende argumentar é que as alusões e citações, em vez convidar a uma releitura específica e individual a ser descortinada pelos leitores interessados, funcionam nas *Memórias póstumas* como a teia que mantém os leitores enredados.

Augusto Meyer, no seminal ensaio 'De Machadinho a Brás Cubas', faz o alerta: "Brás Cubas é homem muito lido e comprova-o, citando, aludindo, glosando. Dê-se o leitor ao trabalho de verificar nas poucas páginas iniciais (...) referências, nomes, alusões históricas e literárias" (Meyer, 2005, p. 211). O narrador quer, de fato, mostrar algo: sua superioridade intelectual.

---

<sup>24</sup> Senna compara o papel do leitor com a dedicatória feita por Brás Cubas, ao verme que primeiro roeu as suas carnes. Para Brás, ambos são parecidos. "Se for mesmo fino, o leitor deduzirá de pronto não haver grande distinção entre ele e um verme" (Senna, 2003, p. 98).

Meyer lista, em uma nota de rodapé, apenas algumas das alusões e citações do início das

*Memórias Póstumas:*

Cf. Stendhal, Sterne, Xavier de Maistre, Moisés e o Pentateuco, Hamlet e o seu solilóquio, alusão a Chateaubriand, alusão ao enigma de Édipo, o Brás Cubas histórico, Cavour e Bismarck, Suetônio e os Doze Césares, Cláudio, Sêneca, Tito, Lucrecia e os Borgias, Messalina, Gregorovius, a dieta germânica, a batalha de Salamina, a confissão de Augsburg, Cromwell e uma sugestão de Pascal, Corneille, Ezequias, Buffon, a Suma Teológica, o cavalo de Aquiles e a asna de Balaão, a tenda de Abraão, Natureza ou Pandora, Jó, os Hebreus do cativo, os devassos de Cômodo, Tebas de cem portas, Tertuliano, etc.<sup>25</sup>

O domínio de Brás não se dá apenas por volume. A volta final da chave desse narrador se dá quando ele mostra, sem titubeios, que não tem nenhum limite: não serão as sensibilidades religiosas do seu leitores que vão pará-lo. Brás, após mostrar uma curiosa dúvida metodológica sobre como começar as suas memórias, se deveria começar tradicionalmente pelo nascimento, ou se pela sua morte, conclui: “Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no introito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco” (MPBC, p. 28).

A comparação não é nada menos do que herética. Não só por comparar uma das figuras centrais da tradição judaico-cristã com o defunto autor brasileiro, mas também, como destacado por Roberto Schwarz, por sugerir que as *Memórias póstumas* são superiores à Bíblia por serem mais originais. “Ao distinguir entre a sua obra e a Bíblia num ponto preciso, como se fossem comparáveis no resto, Brás Cubas mostra (...) a sua disposição escarninha. Seu ânimo só se completa na ofensa e na conspurcação” (Schwarz, 2000, p. 21).

Brás Cubas ataca incansavelmente os leitores, desde as primeiras páginas de suas memórias, mostrando um escopo inédito de erudição – todos deveriam ficar em adoração perante

---

<sup>25</sup> Meyer, 2005, p. 211. A amplitude e o fôlego das alusões e citações certamente é impressionante. Mas vale ressaltar como o erudito Meyer tem o cuidado de encerrar a nota de rodapé com um etc., marcando discretamente que outras alusões podem ter sido ignoradas.

tamanho intelecto. Brás parece ter prazer em apresentar o seu ânimo para o conflito, algo sem paralelos na literatura brasileira de então. Mais, ele também deixa claro que não é o mais sagrado dos textos que fará parar; na verdade, ele vai usá-lo de escada para uma piada fácil.

Só há um porém: Brás Cubas está constantemente errado. Sua erudição, como demonstrado por Senna (2003), parece estar muito mais relacionada com criar para si a imagem de intelectual do que um profundo conhecimento das referências. O cerne do seu jogo está em convencer os leitores da sua erudição, mas não muito mais do que isso. Parece se tratar de uma forma específica de erudição peculiarmente vazia, superficial e descontextualizada. Brás, volta e meia, altera citações, confunde os nomes dos autores, lembra informações incorretas e, no fim, basicamente torce e retorpe seu capital cultural em busca de um efeito prático. Ele é um narrador ardiloso, como definido por Senna, disposto a tudo para controlar os leitores.

Já Schwarz vê, no movimento do narrador, uma forma de “desfaçatez de classe”, o que significa dizer que Machado de Assis foi capaz de reproduzir, na forma do romance, como a elite brasileira usou a erudição como arma de dominação social: “Brás exhibe o figurino do gentleman moderno, para desmerecê-lo em seguida, e voltar a adotá-lo. (...) É como se a cultura ilustrada (...) funcionasse ora como norma indispensável, ora como trambolho” (Schwarz, 2000, p. 20).

O acúmulo das alusões e citações traz um imbricamento interessante. É possível argumentar corretamente que Brás foi a melhor tentativa de Machado de apresentar a erudição como

um show pirotécnico: alusões e citações funcionando como uma ferramenta intelectual de força bruta em jogo de salão. Trata-se, por si só, de uma grande conquista artística, especialmente ao ver que o uso de uma erudição superficial dada a espetáculos era algo bastante rotineiro na corte brasileira ou na nascente república contemporânea a Machado.

O que, contudo, nem sempre fica claro é que as *Memórias póstumas* recontam fracassos.

Brás tem orgulho de nunca ter tido que ganhar o pão com o suor do seu rosto, de fato, mas ele nunca habitou os picos da elite brasileira. Ao contrário, ele falhou em se tornar um inventor e empresário, um ministro de estado, um político de sucesso e, inclusive, um marido; em tudo, no fundo, que era visto como marca de sucesso ou, mesmo, o dever de um ‘homem de verdade’ na sociedade brasileira do século XIX. A história de fracassos de Brás Cubas é o contrário do sucesso do conselheiro Aires.

### **A impressão da bonomia**

Com terno de flor na lapela e a extrema formalidade, Aires representa tudo o que Brás Cubas não é. O conselheiro é distinto, diplomático e apropriado. Helen Caldwell alega: “Aires - the intellectual, the free-thinker man of European culture, read in the classics, suave, moderate, kindly, urbane and youthful” (Caldwell, 1970, p. 171).

Ao menos é isso o que ele aparenta ser. As aparências são fundamentais para nublar o fato que José da Costa Marcondes Aires é o ápice dos narradores não-confiáveis e manipuladores de Machado de Assis. Uma continuação discreta, de fato, já que, a cada passo, o conselheiro esconde e disfarça o quanto atua para controlar a recepção das suas palavras. Em especial, a

maneira pela qual ele lida com as alusões e citações funciona como ponto alto do escamoteamento da estratégia de pirataria intelectual dos narradores machadianos.

O fato de mesmo os críticos machadianos mais argutos acabarem ignorando os pontos menos positivos do conselheiro é marca da eficiência do movimento sedutor de Aires. Um exemplo concreto marca o contraste com Brás e ajuda a demonstração. Como discutido, Brás compara os leitores ao verme que roeu as suas carnes mortas. Aires não pode ser mais distinto:

Papel, amigo papel, não recolhas tudo o que escrever esta pena vadia. Querendo servir-me, acabarás desservindo-me, porque se acontecer que eu me vá desta vida, sem tempo de te reduzir a cinzas, os que me lerem depois da missa de sétimo dia, ou antes, ou ainda antes do enterro, podem cuidar que te confio cuidados de amor. Não, papel. Quando sentires que insisto nessa nota, esquiva-te da minha mesa, e foge. A janela aberta te mostrará um pouco de telhado, entre a rua e o céu, e ali ou acolá acharás descanso. Comigo, o mais que podes achar é esquecimento, que é muito, mas não é tudo; primeiro que ele chegue, virá a troça dos malévolos ou simplesmente vadios. Escuta, papel. O que naquela dama Fidélia me atrai é principalmente certa feição de espírito, algo parecida com o sorriso fugitivo, que já lhe vi algumas vezes. Quero estudá-la se tiver ocasião. Tempo sobra-me, mas tu sabes que é ainda pouco para mim mesmo, para o meu criado José, e para ti, se tenho vagar e quê, — e pouco mais.<sup>26</sup>

Essa passagem é o ápice da afetação de franqueza como estratégia narrativa. Trata-se de um despiste, já que Aires tenta esconder o seu desejo sexual por Fidélia aumentando os elogios aos leitores e abusando da entonação empertigada – ‘recolhas’, ‘acabarás’, ‘esquiva-te’. E atinge-os de duas maneiras. Caso acreditem na alegação de Aires, que o seu interesse em Fidélia está na sua feição de espírito (seja lá o que isso signifique), é preciso comprar acriticamente a versão do narrador. Caso contrário, precisam duvidar da declaração e ver na passagem uma confissão atabalhoada de desejo sexagenário. O que esse segundo caminho,

---

<sup>26</sup> MdA, entrada de 8 de abril, p. 39.

de aparente questionamento, permite é, ao contrário, leitores ainda mais enredados ao narrador e cúmplices no crime (ou no pecadilho).<sup>27</sup>

A saída que Aires dá ao seu desejo, na passagem ‘quero estudá-la se tiver ocasião’, é uma das frases tipicamente machadianas que impressionam pela multiplicidade de efeitos e níveis de leitura. Para leitores que confiam cegamente no narrador, pode significar uma tentativa concreta de sublimação de desejo via estudos superiores, quase científicos. Para alguém com alguma desconfiança, há muito mais. Se começarem a duvidar do conselheiro, os leitores se enredam mais em sua teia – já que notam, e dificilmente escapam de ter certo enternecimento, pela exposição, aparentemente involuntária e sem jeito, do desejo sexagenário inconveniente. De qualquer forma, o conselheiro é mantido em uma luz favorável e os leitores presos a ele.

Aires segue tecendo sua teia ao transformar o papel em metáfora para os leitores. O uso repetido do vocativo na abertura dos parágrafos mostra, inicialmente, leviandades de lirismo, mas trai o seu canto de sereia. Com o refrão, o conselheiro tenta convencer os leitores que estes têm mais poder sobre ele do que o contrário.<sup>28</sup> Trata-se, evidentemente, de uma mentira: Aires afirma que é incapaz de resistir à tentação de escrever algo irrecuperável, indicando que ele é quase tão indefeso perante o papel/leitor quanto o é perante os encantos da viúva Fidélia. Nada mais distante da realidade, já que ele nunca se

---

<sup>27</sup> Aires é discreto demais para escrever qualquer coisa inadequada. Ele nunca se aproxima da conspiração. O velho conselheiro se apresenta, e aos seus desejos, de forma tão oblíqua ao ponto de transformá-los em algo quase incorpóreo. Essas migalhas, contudo, são vendidas como grandes confissões.

<sup>28</sup> Há traços, na passagem, de algo que se aproxima a uma ameaça velada de violência. Mas, ao contrário do virulento Brás, Aires apresenta a violência em conjunto com a sua indisposição de perpetrá-la. Com “sem tempo de te reduzir a cinzas”, Aires preventivamente se absolve de ato de tamanha brutalidade.

compromete em seu diário.<sup>29</sup> Mais do que isso, Aires esconde que não há nada que o papel/leitor possa fazer contra si.

Augusto Meyer, em 1937, se mostrou surpreso por quão pouco o *Memorial de Aires* oferecia – seja em termos de enredo, de escopo, ou de algo acontecendo: “Livro cinzento, livro morto, livro bocejado e não escrito. Aires? Fidélia? Tristão? Casal Aguiar? Só vejo uma personagem - o Tédio” (Meyer, 2008a, p. 41). É um resumo competente de Aires e dos dois livros que narra: o menor dos escopos, uma dúzia de pessoas riquíssimas e os seus pequenos problemas, com ele afetando franqueza e empulhando os leitores com um atoleiro de alusões e citações que só faz encorajar a submissão, tudo isso enquanto esvazia quaisquer conflitos indesejáveis. Não é à toa que o resultado final é tédio. Mas é um tédio útil – para quem o narra.

Em resumo, Brás representa tudo de ruim da elite brasileira do período: a erudição superficial, a singela e indiscreta exposição dos interesses (pecuniários), o súbito ligar e desligar das boas maneiras, a violência sempre à mão. Aires, contudo, é a outra ponta do compasso: tudo o que é bom, apropriado, elegante, disciplinado. Alguém que nunca parece ser agressivo, ou franco, mas um diplomata experiente, que pode ter a orelha do imperador (e dos leitores). São duas formas de dominação.

### **Navegando nas alusões e citações do conselheiro**

---

<sup>29</sup> “Comigo, o mais que podes achar é esquecimento” (MdA, entrada de 8 de abril, p. 39). Aires confessa que é um criador do esquecimento. É difícil não ver, aqui, um claro paralelo entre Aires e os intelectuais brasileiros do período em relação à produção da memória coletiva do país. Vai ser discutido, nos próximos capítulos, como o comportamento de Aires ilustra a criação coletiva do apagamento da escravidão.

O atoleiro de alusões e citações do conselheiro pode ilustrar parte do que está sendo dito. É na maneira pela qual o conselheiro Aires utiliza alusões e citações que ele mostra os seus caninos (e eles são parecidos com os de Brás Cubas): como capital intelectual a ser torcido e retorcido para ‘incentivar’ certos comportamentos em outros personagens e leitores. Ainda assim, Aires, no entanto, evita o confronto e passa longe da conspurcação típicas do defunto autor. Aires foi capaz de aperfeiçoar a maneira de mostrar superioridade via erudição e demandando adoração, mas mantendo as aparências dos outros personagens (e dos leitores).

As alusões e citações no *Memorial de Aires* sugerem que parece existir nos romances um comentário criticando o próprio Aires e a sua afetação de erudição, algo que vai ser detalhado no próximo capítulo. Essa crítica silenciosa ajudaria a explicar como um personagem que, apesar de ter sido visto majoritariamente de maneira positiva pela crítica, tenha em seu sobrenome uma variação de “aire” que significa “coisa vã, fútil, sem valor”.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> (‘Aire’, *Dicionário Houaiss*, 2009).

## 2. Referências clássicas

Foi discutido, no capítulo anterior, como Aires mantém a utilização das alusões e citações de maneira análoga ao que faziam os outros narradores machadianos, ainda que disfarçando o afã de demonstrar sua superioridade intelectual aos demais personagens e aos leitores. O passo agora está em, ao se voltar para os dois romances narrados pelo conselheiro, identificar e discutir referências clássicas que se mostram importantes.

A escolha não foi aleatória. As citações que vão ser discutidas a seguir foram retiradas dos romances por aparecerem em momentos cruciais do enredo, por serem referenciadas mais do que uma vez, tanto nos romances em si quanto na obra machadiana, e, também, por reforçarem a linha que leva o conselheiro diretamente aos outros narradores de Machado de Assis.

### **Quase me cita Teócrito**

No seu *Memorial*, o conselheiro Aires cita Teócrito diretamente por duas vezes.<sup>31</sup> É uma das poucas ocasiões na qual Aires repete uma referência; as citações são feitas, de maneira inesperado, em momentos cruciais para o enredo.

Vale se atentar para a primeira referência ao poeta de Siracusa no *Memorial de Aires*.

Referindo-me o que se passou há cinco dias, Tristão explicou esta comunicação nova: sentia-se obrigado a contar-me o final de um idílio, cujo princípio me confiara em forma elegíaca. Usou dessas mesmas expressões, e quase me citou Teócrito. Eu apertei-lhe a mão com sincero gosto, e prometi calar.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Nascido em Siracusa, na Sicília, Teócrito provavelmente trabalhou sob a patronagem de Ptolomeu 2, na Alexandria, e é considerado o criador da poesia bucólica.

<sup>32</sup> MdA, entrada de 29 de janeiro, p. 160.

A leitura superficial parece clara, ainda que apresentada em circunlóquio. O idílio poderia ser apenas uma referência ao novo relacionamento amoroso de Tristão; elegíaco, portanto, já que sua relação com Fidélia só pode acontecer por conta da morte do seu primeiro marido. Na origem está uma tragédia, uma morte inesperada. O idílio, assim, seria o (segundo) casamento – a nova fase dos sonhos. Isso pode ser o que leitores intuem com a passagem, mas não é o que está escrito.

Aires trabalha duro para ser abstruso. A entonação sobe a um tom empolado enquanto o velho conselheiro empilha frases que voltam em si mesmas para terminar em uma passagem confusa que evita, como a praga, qualquer desenvolvimento lógico. Aires trabalha, paralelamente, com três linhas do tempo: a festa de aniversário do casamento (cinco dias atrás)<sup>33</sup>, sua conversa pregressa com o noivo e o momento da escrita. Da festa, ele faz uma paráfrase de Tristão para acrescentar um comentário sardônico sobre a declaração e terminar o período fazendo referência ao fim da conversa. Não deixa de ser curioso ver o conselheiro, supostamente um homem da razão, tortuosamente começar pelo final para voltar ao princípio usando o pronome relativo cujo.

No fim, essa construção convoluta poderia ser uma referência velada ao status da mente dos amantes, ainda confusos com as segundas bodas, as reações dos padrinhos e afins. Ou, de maneira mais plausível, pode indicar algo menos caridoso. Aires está reproduzindo, em texto, a falta de jeito de Tristão na tentativa de usar um símile de erudição para impressionar

---

<sup>33</sup> Foi durante a festa do aniversário de casamento dos Aguiares que Tristão pede a mão da Fidélia em casamento – e o pedido é aceito.

seus ouvintes.<sup>34</sup> Existe até a possibilidade de que o jovem noivo tenha se enganado em sua comunicação; que tivesse a intenção, como a intuição dos leitores indica, de falar do começo de um idílio, ou o início da vida matrimonial, mas de dizer o oposto. Aires, contudo, mantém a construção e faz a ressalva que ele usou dessas mesmas expressões.

É possível, ainda, encontrar outra camada sob a utilização de idílio e elegia, que aumenta o interesse da passagem. Em seu significado dicionarizado, idílio significa uma relação especialmente amorosa entre namorados. No universo lexical da poesia, contudo, o termo significa apenas poema curto.<sup>35</sup> Não importa o tom, celebratório ou funéreo, apenas o tamanho. De maneira semelhante, no dicionário, a palavra elegia significa poema triste, melancólico, mas pode significar simplesmente um tipo de versificação, sua métrica. Assim, a confusa comunicação de Tristão poderia significar que Tristão se sentiu obrigado a contar o fim de um curto poema que tinha uma métrica específica.

De qualquer maneira, Aires se mostra bem pouco impressionado e, apesar da aparência de concórdia, não vai deixar impune o passo em falso do noivo. Ao notar que Tristão tentava navegar em um universo lexical próximo da poesia bucólica, Aires faz questão de marcar que os termos não parecem surgir de um sólido conhecimento sobre o tópico, mas do empilhamento de palavras que soam muito melhores se os interlocutores ignorarem as referências clássicas. Essa leitura também ajuda a explicar a construção ‘quase me citou Teócrito’ com o tom de admoestação. Aires, um velho *habitué* de jantares formais da alta

---

<sup>34</sup> Trata-se de uma obsessão machadiana. Na sua ficção, Machado mostra repetidamente personagens tentando usar erudição como uma função teatral que demandam aplausos (e submissão).

<sup>35</sup> “[S]hort self-contained poem”, (Baldwick, 2015).

sociedade, não só entendeu a diletante fala de Tristão como foi capaz de prever para onde o espetáculo deveria ir.

Como foi salientado no começo do capítulo, é preciso analisar a passagem quando ela surge no enredo do romance, a sua materialidade. A conversa convoluta acontece na primeira vez que o conselheiro descobre que Fidélia vai se casar novamente. Assim, a reação do velho Aires não é motivada pelo mentor experiente corrigindo um jovem diletante, mas reagindo à notícia de que seu rival venceu.<sup>36</sup>

Aires parece ter ficado irritado não só por ter que ver o jovem se casando oficialmente com a bela viúva que elogia obsessivamente no romance, mas também por vê-lo tendo sucesso usando truques de salão que considera infinitamente inferiores aos seus. Quando encerra a passagem, no entanto, Aires abre o seu compasso para criar uma ponte com o novo (e poderoso) casal, mas algo de sarcástico escapa no seu 'sincero gosto'. A expressão com gosto, por si só, subentende a avaliação positiva, o que deixa, no adjetivo, algo de exagero, um travo que pode indicar o oposto. Além disso, o aperto de mão do conselheiro tem algo de alívio por encerrar o blábláblá do diletante.

Há uma desconexão notável entre as escolhas lexicais na passagem. No idílio que começou como elegia, Tristão joga com o universo lexical da poesia bucólica para tentar descrever um

---

<sup>36</sup> No começo do romance, Aires nutre desprezo por Tristão. "Tristão escreveu comunicando a mudança de carreira e prometendo vir para o Brasil, apenas formado; mas daí a algum tempo eram as cartas que escasseavam e acabaram inteiramente (...); provavelmente não ficaram lá saudades" (MdA, entrada de 4 de fevereiro, p. 30). No seu rival, Aires vê apenas autointeresse e egoísmo, ao ponto de simplesmente esquecer dos seus padrinhos em Portugal. É só quando o casamento entre os dois se prova inevitável (e Aires é convidado para ser padrinho) que o conselheiro muda radicalmente o tom.

final feliz depois de um começo difícil. O que não se pode perder de vista é que não há grandes barreiras na história dos dois, apenas pequenos inconvenientes. Ambos estão disponíveis, são ricos e pertencem aos mesmos círculos socioeconômicos. O maior (único?) problema é que Fidélia perdeu o seu primeiro marido e, assim, o entrave seria a moralidade de uma viúva casando-se novamente depois de jurar amor eterno em um país católico. No fim do século XIX, contudo, o peso de tal decisão era muito menor e, em especial na elite econômica do país, era um acontecimento corriqueiro.

O que poderia, então, explicar o comentário de Aires sobre Teócrito? Ainda que não exista nada específico aos termos idílio e elegia que justifique a presença do poeta de Siracusa, há algo na sua produção que parece explicitar o momento do romance e aumentar a ressonância sensivelmente. Ao usar a referência, Aires estaria – no momento da sua derrota na arena amorosa – cantando vitória, ainda que pírrica. No idílio 7, o jovem poeta Simíquidas, apontado pela crítica como um pseudônimo do próprio Teócrito,<sup>37</sup> promete se esforçar para ser tão bom quanto o reconhecido Filetas de Cos, derramando-se em elogios ao mestre.

O contraste marcado com a situação de Aires parece claro, assim como a ironia: em vez de receber reconhecimento pela sua maestria intelectual (e a viúva como prêmio), o velho conselheiro é forçado a ouvir informação de almanaque requentada, e de maneira errada,

---

<sup>37</sup> A citação à Teócrito é a segunda vez que Machado se apoia em referências clássicas que diretamente questionam o conceito de autoria em seus últimos romances. Esse ponto vai ser explorado na sequência.

pelo diletante Tristão.<sup>38</sup> Não obstante, isso acontece durante a confirmação da sua derrota oficial naquilo que via como a última chama do seu desejo sexagenário.<sup>39</sup>

Toda a passagem é um festival de duplicidade e jogo de aparências. Fidélia finge estar feliz, mas só o suficiente, para não manchar a memória do seu falecido marido. A irmã de Aires, Rita, finge que não sabia há tempos do casamento vendido como grande novidade; enquanto Aires, depois de ser comunicado do matrimônio diretamente pelo noivo, promete não contar a ninguém e imediatamente escreve sobre o assunto em seu *Memorial*.

Na conclusão da passagem, Aires fala sobre o noivado de maneira particularmente esclarecedora. “Em verdade, estimo vê-los unidos. (...) [E]les se merecem, são moços, belos, amam-se, têm o direito natural e legítimo de se possuírem” (MdA, entrada de 29 de janeiro, p. 160). Em um momento de júbilo matrimonial, Aires pesa a mão nas escolhas lexicais e empilha negócio, posse, direito, legitimidade. O que os pombinhos parecem fazer, pelos olhos do conselheiro, passa longe do arrebatamento amoroso: “Mas tudo neste negócio devia sair assim, de acordo uns com outros, e todos consigo” (MdA, entrada de 29 de janeiro, p. 159).

Apenas os padrinhos Aguires parecem genuinamente em êxtase, enquanto os outros convidados operam em outras esferas. Quando o noivo Tristão passa a enumerar as qualidades da sua noiva, Aires deixa os caninos à mostra: “quando se trata com esta espécie

---

<sup>38</sup> Como explica Susan Stephens (2018), Philitas foi o tutor do imperador Ptolomeu 2 e recebeu uma estátua pelos seus serviços à família imperial.

<sup>39</sup> Há diversos idílios que teriam um diálogo interessante com o romance machadiano. No Idílio 18, por exemplo, há a canção nupcial de Menelau com Helena. A sua fuga com Paris, que desencadeia a Guerra de Troia, pode ser também um aceno sobre as dúvidas do conselheiro sobre o casal.

de gente é preciso ter a maior indulgência do mundo” (Mda, entrada de 29 de janeiro, p. 161).<sup>40</sup>

A passagem representa a derrota oficial de Aires. Depois de obsessivamente elogiar a viúva – do formato do seu corpo ao formato do seu caráter –, o velho conselheiro tem confirmada sua derrota. Ainda que ele tivesse vencido a aposta com sua irmã, já que a viúva se casa de novo, fica a impressão de que Aires preferiria ter sido ele mesmo o novo noivo. Ocorre que, mesmo perante a oficial derrota de Aires, há pessoas que não podem ter senão admiração por ele: os leitores. O conselheiro tinha como foco marcar a audácia de Tristão ao tentar usar os seus (parcos) truques de salão, mas, ao fazê-lo, logra fazer a própria linguagem do romance se partir em dois. Em nível superficial, tudo parece bem, de sincero gosto e bem estar – a relação é de amizade no topo. Ao se voltar à passagem com cuidado, contudo, é possível ver as ressalvas de Aires. Em qualquer uma das leituras, Aires tem sucesso em fazer dos leitores, cúmplices.

### **Um quadro de Teócrito**

A segunda vez que o conselheiro cita Teócrito no *Memorial de Aires* é marcadamente diferente. Em vez de um discreto comentário, ele ativamente cita por nome o poeta de Siracusa em conversa com o banqueiro Aguiar.

Mandei saber do Aguiar; amanheceu bom; não sai para se não arriscar, mas está bom. Escreveu-me que vá jantar com eles. Respondi-lhe que a doença foi um pretexto para passar o dia de hoje ao pé da esposa, e por isso mesmo não me é possível ir contemplar de perto esse quadro de Teócrito. (...) ‘Quadro de Teócrito’ – escreveu-me Aguiar em resposta à minha recusa – ‘quer dizer alguma coisa mais particular do que parece. Venha explicar-mo amanhã, entre a sopa e o café, e contar-me-á então os planos secretos da Bélgica. Tristão diz-me que jantará também, se Vossa Excelência vier. Veja a que ponto chegou este ingrato, que só janta conosco, se houver visitas; se não, some-se. Virá, conselheiro?’

---

<sup>40</sup> Qual é o tipo de pessoas a que Aires se refere? Seriam apaixonados? Com Machado, as palavras têm espinhos.

Respondi que sim, e vou<sup>41</sup>.

Não há, entre os idílios de Teócrito, uma cena como a descrita. Os leitores teriam problemas em encontrar uma esposa mais velha cuidando do seu marido, também idoso, com algum incômodo leve de saúde que, prontamente, se resolve. Tudo isso também assistido por outro experiente cavalheiro. É possível argumentar que, em Teócrito, amor não é um relacionamento apropriado, morno, acontecendo entre pessoas no ocaso de suas vidas, aproximando-se do companheirismo, mas que surge como uma cola mística que conecta as pessoas apesar das suas vontades, notadamente sem controle racional. As setas do amor atingem, na obra do poeta de Siracusa, pessoas jovens (ou a rejeição de alguém mais velho pelo mais jovem).<sup>42</sup> O casamento de Aguiar e Carmo, em linhas gerais, e a cena da convalescência em particular, dificilmente trariam Teócrito á mente.

Assim, a citação nominal feita por Aires para outros personagens no romance só passa a ter mais ressonância ao se pensar no aspecto de pirataria das citações e alusões dos narradores machadianos. O conselheiro mostra, de maneira típica entre os seus narradores, que a erudição (ou as barrocas demonstrações dela) funciona menos como uma busca por um significado maior ou uma possível verdade atemporal, do que pelo efeito que causa em pessoas menos eruditas. É a operacionalização desta ação que marca a direção da hierarquia e exige rapapés (inclusive dos leitores), ambos extasiados por tamanha grandeza intelectual.

Nessa linha, a resposta de Aguiar é exemplar, já que pede por explicações ao conselheiro e reconhece sua superioridade no tema. É preciso atentar para as escolhas lexicais da resposta

---

<sup>41</sup> MdA, entrada de 13 de fevereiro, p. 165.

<sup>42</sup> Ou pessoas mais velhas apaixonadas, e rejeitadas, pelas mais jovens, como no Idílio 12.

do banqueiro. Aires utiliza quadro para se referir à cena criada pelos poemas de Teócrito, enquanto a resposta de Aguiar – dedicadamente reescrita pelo conselheiro – indica algo diferente. Há algo de confusão entre as artes, que leva o quadro a passar a ter um significado literal, não uma cena evocada por versos, mas algo pintado com tinta e pincéis.

Essa leitura ajuda a esclarecer a maneira pela qual Aguiar respondeu ao comentário. O banqueiro, surpreso, escolhe a palavra mais neutra que conseguiu: particular. Se optasse por qualquer outra palavra, com significado intrinsecamente positivo ou negativo, triste ou feliz, por exemplo, denunciaria a si mesmo, ou seja, deixaria claro que não entendeu a referência. Pressionado, então, o banqueiro pede uma explicação, reforçando a hierarquia exigida pelo conselheiro. Ao olhar a conversa pelas lentes propostas, a decisão de Aires de reescrever a versão do banqueiro, em vez de optar pela mais rápida paráfrase, se mostra muito mais significativa. O conselheiro utiliza deliberadamente a ambiguidade do termo ‘quadro’ para reforçar o velho tropo literário que o que deixou as pessoas ricas não foi a busca incessante pela erudição.

Ainda assim, o banqueiro Aguiar está longe de ser indefeso. Depois de, humildemente, pedir uma explicação, ele reage rápido para trazer a conversa ao seu terreno preferido – os negócios –, pedindo os segredos belgas. É interessante notar a onipresença de considerações de negócios entre a ‘amizade’ no romance, de modo que é praticamente impossível separar uma da outra. Ao chamar de volta o debate para o plano comercial, e pedir, no melhor cenário, informações privilegiadas, no pior, tráfico de influência, Aguiar traz o conselheiro de volta para o plano concreto da vida no topo da pirâmide na capital brasileira.

A passagem, contudo, só ganha poder explicativo maior ao se olhar o roteiro do romance como um todo. Na entrada anterior, feita um dia antes, está o que parece ser a chave para o comportamento agressivo de Aires com o seu 'amigo' banqueiro.<sup>43</sup>

Chego do Flamengo, onde achei Aguiar meio adoentado, na sala, numa cadeira de extensão, as portas fechadas, grande silêncio, os dois sós. (...) A doença do Aguiar parece que é um resfriado, e desaparecerá com um suadouro; nem por isso ele me despediu mais cedo. D. Carmo teimava em fazê-lo recolher, e eu, em sair, mas o homem temia que eu viesse meter-me em casa sozinho e aborrecido; foi o que ele mesmo me disse, e reteve-me enquanto pôde. Não saí muito tarde, mas tive tempo de ver a dona da casa ir de um para outro cabo do espírito, entre os cuidados de um e as alegrias de outro. Interrogativa e inquieta, apalpava a testa e o pulso ao marido; logo depois aceitava a ponta da conversação que ele lhe dava, acerca da Fidélia ou do Tristão, e a noite passou assim alternada, entre o bater do mar e do relógio.<sup>44</sup>

O quadro de Teócrito surge quando o velho conselheiro visita os dois no dia anterior e é praticamente forçado pelo banqueiro a ficar e conversar. Tudo o que podiam falar é sobre Fidélia e Tristão, e foi isso o que fizeram.

Como um diplomata, Aires é muito treinado em mostrar o que considera promissor e deixar submersa qualquer coisa menos interessante. Assim, algo que aparece como apenas um mero detalhe ganha ares decisivos para uma leitura atenta. No caso: o conselheiro estaria sozinho e aborrecido. O engenho machadiano é impressionante. Ao usar aborrecido, Aguiar pode simplesmente estar se referindo ao tédio de Aires, sozinho em casa. O que seria algo surpreendente, já que o contexto é tradicionalmente feliz: casamento próximo, os jovens merecedores do amor, a perspectiva de coisas futuras aos dois que, o conselheiro garante, tem gosto sincero de ver juntos.

Existe, contudo, mais nesse aborrecimento. Aires parece estar levemente irritado pela

---

<sup>43</sup> É curioso notar como, até neste momento do livro, Aires descreve o casal Aguiar como 'bons amigos', mas o relacionamento entre eles tinha menos de um ano e consistia, basicamente, de encontros sociais recheados de conversas sobre Fidélia e Tristão. O fim do livro também ajuda a ilustrar como a amizade de Aires desaparece quando não é mais interessante para ele.

<sup>44</sup> MdA, entrada de 12 de fevereiro, p. 164.

notícia, o que torna o adjetivo sequencial – sozinho – muito mais relevante. Aguiar notou o encantamento de Aires pela viúva e, mesmo depois de todas as suas artimanhas, percebeu que o matrimônio futuro lhe é levemente amargo. Se essa leitura estiver correta, teria sido a primeira vez que o discreto e reservado conselheiro, exímio diplomata, teve os seus sentimentos lidos por seus ‘amigos’.<sup>45</sup>

Trata-se, também, de um momento crucial no *Memorial* ao marcar uma guinada no comportamento de Aires. Depois de passar um longo tempo elogiando obsessivamente a viúva, falando das suas curvas como uma estátua e até elogiando sua feição de espírito, o conselheiro passa a atuar como um novo padrinho – e conselheiro – do novo *power couple*.<sup>46</sup>

O ápice da mudança está na cena final do *Memorial*, depois que o jovem casal decide ir para Portugal e abandonar seus padrinhos de maneira definitiva. Essa cena vai, oportunamente, ser discutida com mais detalhes, mas vale notar, por ora, que Tristão nem se dá ao trabalho de comunicar em pessoa a decisão, deixando-a sob responsabilidade de terceiros.<sup>47</sup> Aires sabe como a notícia deixaria devastado o casal de banqueiros – que perderia, novamente, Tristão e, agora, Fidélia. O conselheiro espera uma semana, ou mais, para voltar à casa dos Aguiares, mas, desta vez, se comporta diferentemente das cordiais visitas anteriores. Ele

---

<sup>45</sup> *Aborrecido*, como irritado, também explicaria o motivo do ataque embutido na citação. É na entrada do dia seguinte que Aires ridiculariza o ‘amigo’. O velho conselheiro é bem menos cordial quando alguém lê as cartas que gosta de manter próximas ao peito.

<sup>46</sup> Além das heranças de ambos, o futuro de Tristão como parlamentar português se mostra inevitável.

<sup>47</sup> Tristão é especialmente cruel. Ele pede ao desembargador Campos para dar a notícia. “Tristão lhe escrevera dizendo achar-se eleito deputado quando desembarcou em Lisboa, e pedindo-lhe que desse a notícia à gente Aguiar como entendesse melhor; não lhes escrevia a eles sobre isso para evitar o sobressalto” (MdA, entrada de 29 de agosto, p. 197).

para na porta e hesita. Se os leitores esperavam um abraço entre amigos, ou mesmo condolências protocolares, são surpreendidos. Na última entrada do *Memorial*, Aires simplesmente dá as costas e vai embora sem trocar uma palavra com o casal Aguiar (em um reflexo perfeito do comportamento de Tristão e Fidélia).

Ao voltar a atenção a Teócrito, o que se tem na cena é um retrato diferente da sugestão do conselheiro. Além das conexões temáticas possíveis entre os poemas e o enredo do *Memorial*, há o dado prático do gênero inaugurado pelo poeta de Siracusa. O que se busca ressaltar, aqui, é que Aires criava sua própria versão da pastoral, a pastoral fluminense, em que possíveis casamentos entre jovens desimpedidos são discutidos sem fim, no momento em que a capital, assim como o país, passavam por grande turbulência. Desde as primeiras páginas do romance é possível ver o projeto pastoral de Aires cujas supracitadas citações marcam o ápice desse processo.

### **Vai vassouras! Vai espanadores!**

O romance *Memorial de Aires* começa com o diplomata aposentado Aires de volta à capital brasileira depois de mais de 30 anos vivendo no exterior, principalmente na Europa. No seu *Memorial* em formato de diário, Aires fala do sentimento de volta pra casa, de se acostumar com os traços típicos do país, como o vendedor ambulante gritando pelas manhãs.<sup>48</sup>

“Costumo ouvi-lo outras manhãs, mas desta vez trouxe-me à memória o dia do

---

<sup>48</sup> Em *Dom Casmurro* (1899), Bentinho descreve um vendedor de cocada tentando vender seus produtos para o jovem casal. “Chora, menina, chora. Chora, porque não tem vintém” (Assis, 2015a, p. 923). Feita a ressalva que Bento tenta provar a culpa de Capitu, é preciso dizer que o narrador descreve o vendedor como um homem negro tentando ganhar a vida, com a implicação de se tratar de um escravizado ou alforriado. Agradeço a Claire Williams pela lembrança. Em contraste, o sempre discreto Aires omite esta parte do seu relato. É possível manter, contudo, que os vendedores ambulantes surgem, na obra machadiana, como esse faixa de luz que, por alguns segundos, conseguem transpor barreiras de classe.

desembarque, quando cheguei aposentado à minha terra (...). Era o mesmo que ouvi há um ano e talvez fosse a mesma boca” (MdA, entrada de 9 de janeiro, p. 5).

Na primeira entrada, Aires retrata um tipo especial de Brasil que parece quase completamente congelado no tempo. Os gritos do vendedor ambulante parecem ser os mesmos de quando Aires deixou o país. Há um tipo de violenta estabilidade na maneira como que o velho conselheiro descreve o seu país natal que não pode ser atribuída apenas ao choque da volta. Na sua primeira excursão do romance, Aires vai visitar o túmulo dos seus pais e descreve o cemitério: “[T]udo ali estava parado. Os gestos das figuras, anjos e outras, eram diversos, mas imóveis. (...) Os arbustos viviam calados, na verdura e nas flores” (MdA, entrada de 9 de janeiro, p. 6). Como sugerido, é difícil reconciliar o sentimento de Aires com a materialidade histórica do país no período. O ano, 1888, marca o período mais tumultuado do Império Brasileiro. A abolição da escravidão – a base do sistema econômico do país – aconteceria em maio, e a queda do sistema político aconteceria em novembro com a Proclamação da República. Em paralelo, a economia nacional crescia apoiada na demanda internacional pelos produtos básicos exportados pelo país, com a forte procura pelo café e pelo açúcar, além do início da borracha como item de exportação. O mesmo período marca, também, o início da urbanização do país e o desenvolvimento de um mercado interno, ainda que contrastado pela existência, no país, de uma das taxas mais altas de analfabetismo do mundo.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Vianna (1994). Vale destacar como, entre 1820 e 1889, as exportações brasileiras cresceram três vezes em valor para, no fim do período, a economia brasileira registrar pela primeira vez uma balança comercial positiva. O censo brasileiro de 1872 coloca o analfabetismo em cerca de 80% para os seus 9,9 milhões de habitantes, sendo 1,5 milhões deles escravizados. Já o censo de 1890, na República, registra 14,3 milhões de habitantes e taxa de analfabetismo de 82,63% (Ferraro, 2002).

Fica, portanto, difícil ver o país como algo quase congelado no tempo em seu momento mais conturbado, política, econômica e socialmente. Olhos cosmopolitas como Aires poderiam ver um Brasil provinciano, mas dificilmente o país estaria pacificamente congelado. Essa visão se mostra possível se, e somente se, alguém estiver obsessivamente direcionando seu olhar para locais específicos, criando uma narração em que trabalha ativamente para apagar tudo o que contradiz essa pacífica pastoral.

### **Teócrito e a pastoral**

A poesia pastoral<sup>50</sup> descreve um lugar pacífico e belo, de uma existência incorruptível, em que poetas do povo com ocupações como pastores de ovelhas eram capazes de criar arte, música e poesia, aproveitando-se da inspiração das musas e da proximidade com o mundo natural. É um “mode of writing that celebrates (...) the loves and sorrows of musical shepherds, usually in an idealized Golden Age of rustic innocence and idleness (...) an elaborately artificial cult of simplicity” (Baldick, 2015, p. 269).

Em seu cerne, a pastoral é fortemente idealizada (e contraditória). Os homens simples que pastoravam animais também deveriam ser capazes de cantar perfeitamente, além de criar e declamar poesia como os melhores poetas do mundo, ao mesmo tempo em que demonstravam um conhecimento dos mitos e da história que teria sido possível, no período, apenas para um pequeno número de pessoas. Ao fim e ao cabo, do seu nascimento em diante, a poesia pastoral estava sempre lidando com mais do que o *locus amoenus*; já que

---

<sup>50</sup> Não há um consenso relacionado à pastoral. “[The] debate about the nature of pastoral is a longstanding scholarly exercise. Is it a genre? A mode? A convention? Does it require a particular attitude towards nature—or, at least, a rustic setting?” (Krevans, 2006, p. 126). A resposta, como sempre, depende de quem escreve.

poetas como Teócrito precisavam navegar as águas turbulentas da patronagem para criar relações com os monarcas de então.<sup>51</sup>

Indo além, esse tipo de resgate do rústico rural só poderia acontecer em uma grande cidade como Alexandria. Havia, de fato, uma Era de Ouro, mas ela estava acontecendo na capital ptolomaica do período, a vários quilômetros de distância da inocência rústica dos pastores e suas ovelhas. O *boom* econômico de Alexandria permitiu que houvesse recursos suficientes para a distribuição de patronagem aos artistas e ao museu e biblioteca de Alexandria.

É necessário atentar para como a patronagem às artes representava algo de fundamental importância também para a família real da Alexandria. A cidade havia sido fundada em memória viva, cerca de 331 BCE, e não poderia alegar centenas, ou milhares, de anos de vida como Atenas ou Esparta. A justificativa para controle do território por Ptolomeu I Sóter e seus descendentes era que a terra lhes havia sido concedida diretamente por Alexandre da Macedônia.<sup>52</sup> Apesar de relevante, isso excluía ao mesmo tempo a alegação de direito ancestral ao território ou conexão direta com deuses. Inicialmente, pelo menos, já que a dinastia de Ptolomeu estava: “[I]nventing their monarchy: they ruled a Greek-speaking

---

<sup>51</sup> Susan A. Stephens ressalta como os poemas de Teócrito diretamente elogiando reis ou criando relações mitológicas foram ignorados pela crítica apesar de representarem parte relevante da sua produção. “[T]hese poems are often treated as aberrations, the inevitable price of poetic employment, and distinct from the poetry that belongs to a timeless and apolitical pastoral landscape” (Stephens, 2006, p. 91). Mesmo os poemas idílicos também destacam deuses ou cidades de específico interesse dos monarcas, o que torna fútil a tentativa de separar a política da poesia. O convincente argumento de Stephens é que, sem a patronagem dos Ptolomeus, não é possível ter uma visão completa de Teócrito.

<sup>52</sup> A famosa história do sequestro do corpo de Alexandre ilustra o dilema da família real em questão. Ptolomeu I sequestra o corpo de Alexandre durante o funeral, quase entrando em guerra com Filipe III, o herdeiro macedônico. Logo após sua morte, a deificação de Alexandre já estava em curso e ter a posse de seu corpo era visto como justificativa para a manutenção no poder – e para garantir mais expansão, já que as guerras entre os sucessores de Alexandre se estenderam por vários anos. O reinado ptolomaico durou 275 anos.

population as if inheritors of the legacy of Alexander, but they ruled their [Egyptian] subjects as if they were pharaohs” (Stephen, 2018, p. 2).

Uma das ferramentas preferidas para inventar a monarquia foram as artes, notadamente a poesia. Os monarcas de Alexandria precisavam da deificação de seus ancestrais e da criação de um passado compartilhado. Os primeiros poetas de Alexandria, Teócrito entre eles, construíram uma história compartilhada da cidade e dos seus soberanos, sua conexão com o passado e com deuses míticos, aproveitando um período relativamente (e surpreendentemente) longo de paz.<sup>53</sup>

Ao fazer isso, os artistas com patronagem real evitaram quaisquer questionamentos ao monarca macedônio em sua corte grega, com seus súditos egípcios e uma população vinda de todas as partes do mediterrâneo. Um dos tópicos de maior possibilidade de questionamento seria o casamento real entre irmãos. Ainda que rotineiro entre a realeza egípcia, era algo distante do universo grego. No idílio 17, Teócrito escreve um encômio a Ptolomeu II, *sister-loving*, criando uma versão idealizada/deificada do seu (segundo) casamento com sua (segunda) esposa/irmã Arsínoe II. O papel de um poeta jamais havia sido tão importante: “Hellenistic poets were the image makers, the spin doctors, of the Ptolemaic court, speaking to the whole population in a language the whole population could understand” (Goldhill, 2005, p. 101).

---

<sup>53</sup> Após a morte de Alexandre, as guerras de sucessão aconteceram longe da capital de Ptolomeu e foram feitas majoritariamente por mercenários, não afetando a cidade de Alexandria (Stephens, 2018, pp. 5-18).

Dito isso, é preciso voltar a Aires e ao seu papel no momento histórico brasileiro. O que este trabalho argumenta é que o velho conselheiro não só está escolhendo uma amizade mais rentável do que outra que perdeu o seu prazo de validade; ele está também silenciando ou levando o olhar para longe de temas que seriam desagradáveis para aqueles que vão continuar no poder. Assim como faz com o egoísmo beirando o solipsismo de Tristão que desaparece do romance, Aires também age de maneira similar, apagando temas sensíveis aos seus 'amigos'. O caso mais latente parece ser em relação à escravidão/abolição. Aires ativamente apaga qualquer marca ou consequência da escravidão em um momento em que estava claro que o modelo adotado de fim do regime – simples abandono dos agora libertos e guinada supremacista branca rumo aos imigrantes.<sup>54</sup>

O papel de Aires no romance é, portanto, de ser um defensor dos mais fortes. Em outras palavras, um intelectual que escolheu mares tranquilos ao defender o ponto de vista daqueles que estão no poder. Mas, ao contrário da patronagem alexandrina, as águas do fim do século XIX são um tanto mais bravias e exigem reajuste de rota de quando em quando.

A despeito do seu narrador, o romance parece marcar uma característica crucial deste tipo peculiar de intelectual na política brasileira. Não é raro ver, mesmo na política contemporânea, um caso de sumidade que transcende suas origens, que atua sempre acima de quaisquer suspeitas, que é obviamente não partidário e não ideológico, que passa a vida a oferecer conselhos para todos os lados da bancada.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> A questão da escravidão e da abolição vai ser abordada neste projeto mais à frente. É um ponto destacado na reavaliação crítica pela qual Aires tem passado nos últimos anos.

<sup>55</sup> Um dos nomes que vem à mente é o de Antônio Delfim Netto. Antigo embaixador na França, ministro da economia (1967-1974) durante a ditadura Civil-Militar brasileira e signatário do Ato Institucional número 5, que

## Pastoral como refúgio

Por mais que o debate teórico relacionado à pastoral ainda siga vivo,<sup>56</sup> o ponto que merece ser investigado para a leitura do romance de Machado está na ideia de que a pastoral surge como uma reação contra mudanças drásticas na sociedade.

Renato Poggioli foi um dos primeiros a apontar a pastoral como um refúgio, uma reação contra a urbanização, e seu trabalho segue sendo fundacional. Segundo ele, a raiz psicológica da pastoral é “a double longing after innocence and happiness, to be recovered not through conversion or regeneration but merely through a retreat (...). [P]astoral man tries to achieve a new life in imitation of the good shepherds of herds” (Poggioli, 1975, p. 1).

Esta visão é particularmente promissora. Com Aires, em seu *Memorial*, Machado de Assis foi capaz de criar uma versão peculiar da pastoral que funciona em chave negativa. Em vez de oferecer refúgio para a inocência e a felicidade simples da vida rústica que garante alívio perante drásticas mudanças, o refúgio fluminense foca apenas o topo da pirâmide econômica, mas acaba gerando somente esterilidade e infertilidade. Quase todas as pessoas mais velhas no romance, dos Aguiares a Aires e sua irmã, Rita, representam os últimos das suas famílias. Sua linhagem, seus sobrenomes, a família, enfim, acabam com eles. Ao longo d’o *Memorial*, há um sentimento quase claustrofóbico de esterilidade que vislumbra apenas uma pequena esperança de mudança com a chegada de pessoas jovens – desde que do

---

criou os anos mais duros do regime, Delfim Neto teve longa vida política como conselheiro durante os governos civis democráticos, com destaque para os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).

<sup>56</sup> Rosenmeyer não acredita que é possível ter uma definição simples da pastoral, destacando: “The tradition is extraordinarily rich and flexible” (Rosenmeyer, 1969, p. 3).

mesmo núcleo social; no caso, os apadrinhados Tristão e Fidélia. Quando esses decidem pelo casamento, a última janela foi fechada.

Vale ressaltar, contudo, que as pessoas mais velhas do romance não são iguais. A viúva Rita nunca mais se casa e os Aguires se fecham em si: não há possibilidade de felicidade para alguns dos personagens tradicionalmente lidos como os mais simpáticos em todo o romance. Para eles só há o beco, mas que parece trazer, ao mesmo, algo de uma opção dignificada. A outra opção que aparece no romance é acabar no grosso da ‘luta das cobiças’: um mundo em que só se registram as disputas de poder, as traições políticas e as oportunidades de negócios. Algo que leitores contemporâneos podem traduzir como infinitas oportunidades de *networking* traduzidas, à mão pesada, como ‘amizades’.

Esta segunda opção é a escolha de Aires. Apesar de alegar o oposto, ele nunca se fecha em si. Mesmo sem herdeiros, sua continuidade é literária – ele vai propagar a si (e aos seus) pelos livros. Ele também se mostra aberto (e sempre atento) a novas ‘amizades’. Aires, produto típico da antiga estrutura imperial, vai combinar seus vários capitais para se manter figura de renome durante a república. Isto é visto, na prática, quando ele recebe (usurpa) o título de padrinho, e conselheiro, do casal Tristão e Fidélia.

Ao se focar exclusivamente nos dilemas prosaicos de uma clique no topo da sociedade brasileira, a pastoral negativa de Machado corre o risco de entediar os leitores, como um exasperado Augusto Meyer confessou. Trata-se, contudo, de um tipo de tédio que engana, já que a letargia foi produzida por um narrador alegando distanciamento olímpico enquanto, ativamente, se reúne, encontra e divide refeições com pessoas poderosas, cria novas

relações com alto potencial lucrativo e abandona aquelas que chegaram ao limite da sua utilidade. Atrás da fachada, é um mundo cruel, sem perdão, que engana os leitores tendo Aires como condutor de aparência inatacável, operando e escondendo fatos, e ideias, que não são úteis a si ou aos seus.

### **De Siracusa a Atenas**

Nas últimas páginas, discutimos a relação de Aires com Teócrito no *Memorial de Aires*. O velho conselheiro cita o poeta de Siracusa em uma espécie de braço de ferro de erudição com o (então) rival e futuro afilhado, Tristão. Se, ao longo do *Memorial*, Aires desiste de batalhar com Tristão quando o novo casamento se mostra inevitável, naquele momento inicial do romance, Teócrito aparece como uma ação francamente agressiva contra o jovem rival.

Em outro nível de leitura, aceitando a premissa que há sempre, em Machado, comentários acima do significado superficial, o que parece estar descrito é algo muito além da referência a um poeta da antiguidade para mostrar erudição. Ao citar Teócrito, o pai da pastoral, é possível ver pelo menos dois pontos afiados sendo trazidos para comentar o comportamento do próprio conselheiro: um, ele fará o panegírico de quem oferecer o melhor benefício para si, como Teócrito fez da família macedônica que se tornou faraó e passou, tabu dos tabus, a ter irmãos casando entre si; dois, ele criará um cenário idílico, um passado que jamais existiu, que servirá tanto de rumo para o futuro quanto de ação mistificadora do caos atual, no presente bem pouco idílico.

Ocorre que, Machado tendo a relação umbilical que tinha com a literatura clássica, em especial grega, não ficaria jamais restrito a apenas um exemplo de referências com significado em camadas. Quando Aires lança mão de Xenofonte, em *Esau e Jacó*, a multiplicidade dos significados e as ressonâncias dos comentários também se avolumam sensivelmente. Mas, antes, é preciso analisar o surgimento do escritor ateniense na produção literária machadiana.

### **Xenofonte nas crônicas**

Machado cita Xenofonte pela primeira vez em suas crônicas. Como esclarece Gledson: “O ponto de vista [das crônicas] é único; está longe de ser uma repetição do mundo dos romances e dos contos, e às vezes são elas que iluminam estes” (Gledson, 2022, p. 9). Isto é especialmente verdadeiro para Xenofonte, que aparece em uma citação direta e uma alusão em duas crônicas d’*A Semana*, série de texto escritas entre 1892 e 1897, para o jornal *Gazeta de Notícias* e publicadas sem assinatura. Vamos focar, aqui, a mais longa citação direta e com ecos mais relevantes.<sup>57</sup>

A crônica em que Xenofonte é citado diretamente é publicada no dia 1 de janeiro de 1894. Como mostra John Gledson, trata-se de o momento do retorno do jornal após ter sido proibido de circular por um mês por “desafiar a rígida censura governamental durante a [segunda] Revolta da Armada” (Gledson, 1996, p. 11). Esse período brasileiro ficou marcado pelos “assassinatos políticos, golpes de estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares, e guerras civis” (Carvalho, 2003, p. 96). Especificamente na revolta da armada, a

---

<sup>57</sup> Em uma crônica anterior, de 17 de julho de 1892, Machado alude à fuga dos 10 mil da Anábase. Como se trata apenas de uma alusão ligeira, vale apenas o registro aqui.

ditadura militar republicana sob Floriano Peixoto – a chamada república da espada – atuava com plena violência estatal na tentativa de controlar a possibilidade de levante popular a partir dos quadros baixos da Marinha. Em termos práticos, a capital havia sido bombardeada pelos seus próprios navios de guerra.<sup>58</sup>

A situação no restante do mundo não estava muito mais pacífica. Tratava-se, também, do período em que, no mundo, anarquistas insurrecionistas aproveitavam a recém-descoberta dinamite para realizar atentados que mataram políticos pela Europa, em fatos amplamente mencionados nos jornais brasileiros do período e na crônica, em específico.

A crônica de Machado aparece na primeira página do jornal em sua volta, mesmo se tratando de uma segunda-feira, dia no qual o articulista normalmente não escrevia. É possível que o texto de Machado já estivesse pronto para a edição anterior, que não circulou, ou talvez fosse preciso um artista de peso para lidar com a tensão da situação e os olhos do censor. De qualquer jeito, é seu texto que abre o jornal.

*Sombre quatre-vingt-treize!* É o caso de dizer, com o poeta, agora que ele se despede de nós, este ano em que perfee um século o ano terrível da Revolução. Mas a crônica não gosta de lembranças tristes, por mais heroicas que também sejam; não vai para epopeias, nem tragédias. Coisas doces, leves, sem sangue nem lágrimas.(...) Imaginemos um homem que haja nascido com o século e morra com ele. Victor Hugo já o achou com dois anos (ce siècle avait deux ans); e pode ser que contasse viver até o fim; não passou da casa dos oitenta. Mas Heine, que veio ao mundo no próprio dia 1 de janeiro de 1800, bem podia ter vivido até 1899, e contar tudo o que se passou no século, com a sua pena mestra de humour... Oh! página imortal! Assistir à santa-aliança e à dinamite! Vir do legitimismo ao anarquismo, parando aqui e ali na liberdade, eis aí uma viagem interessante de dizer e de ouvir. Revoluções, guerras, conquistas, uma infinidade de constituições, grande variedade de calças, casacas e chapéus, escolas novas, novas descobertas, ideias, palavras, danças, livros, armas, carruagens, e até línguas... Viver tudo isso, e referi-lo ao século XX, grande obra, em verdade.

Quanto ao que morre, 1893, não vai sem pragas nem saudades, como os demais anos seus irmãos, desde que há astronomia e almanaques. Tal é a condição dos tempos, que são todos duros e amenos, segundo a condição e o lugar. Se esta banalidade da direita lhe parece cansativa, volte-se o leitor para a esquerda, e ouvirá algum paradoxo que o descanse dela — este, por exemplo, que o melhor dos anos é o pior de todos. Toda a questão (lhe dirá a esquerda) está em definir o que seja bom ou mau. Por exemplo, a guerra é má, em si mesma; mas a guerra pode ser boa, comparada com o anarquismo. Se

---

<sup>58</sup> Marca também o início da Revolução Federalista, em que as facções no Rio Grande do Sul se enfrentaram por dois anos e cerca de 10 mil mortos, que ficou famosa pelas execuções com degola (Pesavento, 1983).

este vier, 1893, tu haverás sido uma das suas datas históricas, pelos golpes que deste, pelo princípio de sistematização do mal. Que será o mundo contigo? Não consultemos Xenofonte, que, ao ver as trocas de governo nas repúblicas, monarquias e oligarquias, concluía que o homem era o animal mais difícil de reger, mas, ao mesmo tempo, mirando o seu herói e a numerosa gente que lhe obedecia, concluía que o animal de mais fácil governo era o homem. Se já por essa noite dos tempos fosse conhecido o anarquismo, é provável que a opinião do historiador fosse esta: que, embora péssimo, era um governo ótimo. A variedade dos pareceres, a sua própria contradição, tem a vantagem de chamar leitores, visto que a maior parte deles só lê os livros da sua opinião. É assim que eu explico a universalidade de Xenofonte. Não me atribuem desrespeito ao escritor; isto é rir, para não fazer outra coisa que deixe de aliviar o baço. Em todo caso, antes gracejar de um homem finado há tantos séculos, que estrear já o carnaval com este imenso calor, como fez ontem uma associação. Agora tu, Terpsícore, me ensina...<sup>59</sup>

Não é à toa que Gledson (2022, p. 134) vê, na crônica, “uma obra prima de evasão”.

Machado recorre ao terror revolucionário, ao legalismo que buscava recolocar os Bourbon na França, aos anarquistas promovendo atentados pelo mundo, e, claro, à Xenofonte para passar aparentemente longe do momento da república da espada brasileira. Assim, o passado histórico ludibria os olhos do censor, mesmo que, na releitura, os comentários também abordem os dilemas domésticos do Brasil de então.

Gledson destaca como, com Xenofonte, a crônica encerra com chave de ouro a aposta em sistemáticos paralelismos, estratégia comum na obra machadiana, mas que é levada ao paroxismo nesta crônica com um encerramento extremo. “[A]o citar Xenofonte, (...)

Machado termina numa nota tão contraditória que quase parece nonsense: ‘[o anarquismo] embora péssimo, era um governo ótimo’. Uma evasão final? Talvez”, (Gledson, 2022, p. 135).

Ainda que a hipótese do paralelismo seja perspicaz, Gledson parece minimizar a força do ataque machadiano à conclusão de Xenofonte. Como salientado anteriormente, a relação de Machado com as referências clássicas, em especial a tradição grega, é notadamente

---

<sup>59</sup> Assis, 2015d, p. 965.

diferente da de maior parte dos seus contemporâneos.<sup>60</sup> Em vez da reverência ao salpicá-las nos textos como forma de deixar claro o bom gosto do autor e marcar capital cultural, o texto machadiano se reapropria delas para, não raro, atacá-las ou até ridicularizá-las, o que parece ser o caso aqui.

Xenofonte não surge na crônica para vaticinar sobre o paradoxo irresolúvel do homem e do sistema político, mas para ver o seu aforismo subvertido. Vale lembrar que o trecho referenciado é a abertura da *Ciropédia* – o homem é um animal de difícil controle, mas fácil gestão –, provavelmente o trecho mais famoso no Brasil da obra do ateniense, repetido em tom de aforismo e entrando em almanaques da época como declarações memoráveis. Ainda hoje, trata-se do trecho escolhido para acompanhar a contracapa das novas edições brasileiras.

Apesar de garantir que jamais faltaria com o respeito ao ateniense, o cronista imediatamente ataca seu parecer, sugerindo que todos os anos, como 1893, são bons e ruins conforme a condição e o lugar. É aqui que a relativização do aforismo é travada. Depois de prometer que a crônica só trataria de coisas doces e leves, e quebrar sistematicamente a promessa, a famosa frase de Xenofonte surge com a ressalva de que o ateniense só fez isso, um aforismo com conclusão paradoxal, ao manter o seu herói, *Ciro*, em mente. Ou seja, não se trata de um minuto de sabedoria genérico, mas de uma construção específica, falando de um momento histórico específico e de um líder específico.

---

<sup>60</sup> Sobre os usos de referências e citações em Machado como pirataria ao conhecimento ocidental, ver Marta de Senna (2003); sobre a relação específica de Machado com a Grécia Clássica, ler Brandão (2001).

A questão da Ciropédia como obra mais ficcional do que historiográfica, vai ser discutida detalhadamente à frente, mas por enquanto basta ressaltar que Xenofonte, como Aires, em *Esaú e Jacó*, criou, no trecho, uma pensata que faz um “gesto de dois sexos” (EeJ, p. 51), ou, como Aires define, explicações que dizem pouco, mas aparentam profundidade, sem se comprometer. Essa seria a explicação para a sugestão do cronista de evitar perguntas ao ateniense, já que ele se sairia do embate entre legalismo e anarquismo com um aparente paradoxo que soa bem, mas diz pouco. Esse tipo de frase traz à memória o conselho do pai de Janjão no conto machadiano *Teoria do Medalhão*.

Melhor do que tudo isso (...) são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. (...) [O] mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. Quanto à utilidade de um tal sistema, basta figurar uma hipótese. Faz-se uma lei, executa-se, não produz efeito, subsiste o mal. Eis aí uma questão que pode aguçar as curiosidades vadias, dar ensejo a um inquérito pedantesco, a uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis (...); matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos, e desvarios. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse imenso aranzel, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes! - E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol.<sup>61</sup>

Assim, perante a aparente profunda revelação sobre a natureza dual do homem, o que parece surgir com clareza, na crônica, é um muxoxo com a frase feita usada para evitar o pensar, para impedir qualquer avaliação mais profunda. Logo, antes de descobridor da alma humana, Xenofonte surge apresentando uma obviedade, no melhor dos cenários, já que pode ser fácil ou não gerir o homem, dependendo do contexto. Em um cenário menos caridoso, a frase oferece uma patacoada mistificadora criada para evitar raciocínio. Essa impressão se reforça ao se notar a resposta visceral do cronista. Depois de impedir a consulta à Xenofonte, o cronista confessa escrever, mesmo sob o risco de arruinar o que seria de bom tom, para aliviar o seu baço, ou *vent one's spleen*, ou seja, o movimento de quem precisa expressar sua raiva.

---

<sup>61</sup> Assis, 2015b, p. 263.

Vale lembrar que Xenofonte é chamado de historiador pelo cronista, epíteto incomum para o ateniense no período. Como afirma Lucia Sano (2020), Xenofonte costumava ser descrito, no Brasil, como filósofo por conta da vasta obra – que vai de guias de equitação a diálogos, de compêndios econômicos a apologia de Sócrates. O cronista, portanto, o classifica como historiador para reforçar o contraste: Xenofonte é um historiador que cria uma figura mitológica, um herói, e todo o restante da sua obra deriva deste ponto específico.

Depois de ter estabelecido a visão bem pouco edulcorada do cronista sobre o aforismo de Xenofonte, vai ser discutido como o historiador ateniense surge em *Esaú e Jacó*, agora, sob a pena disfarçada do conselheiro Aires.

### **Xenofonte, do Rio de Janeiro**

Em *Esaú e Jacó*, Aires cita a obra do ateniense no momento de maior agitação política do livro: a queda da monarquia brasileira. Como é de seu feitio, o conselheiro faz de tudo para minimizar os acontecimentos e diminuir os conflitos no calor dos acontecimentos. Em pouco tempo, ao contrário do que o conselheiro tentou minimizar, vai estar claro que não foi apenas mais uma troca de gabinete, mas o fim do sistema político. A cena, em que cita de passagem um ministro ferido, marca o estertor dos legalistas imperiais que, ao serem confrontados pela adesão ao lado republicano do militar monarquista Marechal Deodoro, com a caserna sob seu comando, se viram isolados. O império viu sua base de apoio se esfarelar – tanto a aristocracia escravocrata cafeeira, o dinheiro velho na capital fluminense, quanto os coronéis locais regionais estavam, grosso modo, com a república. Acima de tudo, a monarquia não contava com o apoio do dinheiro novo dos cafezais paulistas.

Toda essa agitação política, contudo, não aparece no romance e é minimizada por Aires como algo corriqueiro, menor. Nunca é demais lembrar que, ao contrário do *Memorial*, neste romance o conselheiro se disfarça em terceira pessoa e fala de si como se fosse um personagem qualquer.<sup>62</sup>

#### LXI, LENDO XENOFONTE

Como é que, tendo ouvido falar da morte de dois e três ministros, Aires confirmou apenas o ferimento de um, ao retificar a notícia do criado? Só se pode explicar de dois modos - ou por um nobre sentimento de piedade, ou pela opinião de que toda a notícia pública cresce de dois terços, ao menos. Qualquer que fosse a causa, a versão do ferimento era a única verdadeira. Pouco depois passava pela rua do Catete a padiola que levava um ministro, ferido. Sabendo que os outros estavam vivos e sãos e o imperador era esperado de Petrópolis, não acreditou na mudança de regime que ouvira ao cocheiro de tîlburi e ao criado José. Reduziu tudo a um movimento que ia acabar com a simples mudança de pessoal.

"Temos gabinete novo", disse consigo.

Almoçou tranquilo, lendo Xenofonte: "Considerava eu um dia quantas repúblicas têm sido derrubadas por cidadãos que desejam outra espécie de governo, e quantas monarquias e oligarquias são destruídas pela sublevação dos povos; e de quantos sobem ao poder, uns são depressa derrubados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes..." Sabes a conclusão do autor, em prol da tese de que o homem é difícil de governar; mas logo depois a pessoa de Ciro destrói aquela conclusão, mostrando um só homem que regeu milhões de outros, os quais não só o temiam, mas ainda lutavam por lhe fazer as vontades. Tudo isto em grego, e com tal pausa que ele chegou ao fim do almoço, sem chegar ao fim do primeiro capítulo.<sup>63</sup>

Depois de traduzir o tédio à controvérsia como um nobre sentimento de piedade para justificar o sistemático esvaziamento de todo o conflito que não o interessa, Aires salpica o famoso trecho da Ciropédia de Xenofonte que já havia aparecido anteriormente na crônica d'*A Semana*. Crucialmente, contudo, ele surge na chave oposta: como se revelasse um segredo profundo da alma humana.

---

<sup>62</sup> Como Xenofonte na sua Anábese, quer se argumentar aqui que Aires escreve para se elogiar e se proteger. Porém, o conselheiro quer, ao mesmo tempo, usar o tédio e a aparência de bom senso para garantir a imutabilidade do cenário brasileiro no futuro em um de seus momentos de maior instabilidade – e pastorear a leitura do futuro, algo que vai ser discutido em detalhes no capítulo 4.

<sup>63</sup> EeJ, p. 156.

Aires parece aderir quase acriticamente ao ateniense, mas essa passagem traz outro detalhe que merece atenção. Em uma leitura superficial, Aires – o consumado funcionário público que garante não ter importância governamental mesmo conseguindo informações sobre um golpe de estado em minutos – mostra que ele, alma superior, se refugia nos clássicos para enfrentar o caos do presente e que, claro, faz isso em grego, em um país de analfabetos. Aproveita para fazer, também, um falso elogio aos leitores, dizendo que esses, por óbvio outros cavalheiros, também conheceriam a obra.

Trata-se de um exemplo dos mais bem acabados do estratagema de bajulação e afetação de amizade do velho conselheiro – criado para adocicar a recepção dos leitores ao mesmo tempo em que marca o seu próprio capital cultural simulando modéstia inabalável. Tem tudo lá: sua erudição, sua sabedoria ao lidar com momentos de agitação política (fingindo que eles não existem), a falsa admiração aos leitores. É como se o conselheiro dissesse que nós, os eruditos, nos entendemos e estamos no mesmo barco. Ocorre que, como discutido anteriormente, isso coloca os leitores na posição única de precisar aceitar o que está sendo dito acriticamente para manter esse status de pertencimento, de aparente igualdade.

Mas este trecho se destaca por outras camadas de significado, inclusive uma que parece clivar narrador/personagem em uma denúncia involuntária do seu tipo, ridicularizando-o. De acordo com o registro da biblioteca machadiana, Machado de Assis tinha uma edição de 1883 do primeiro tomo da *Ciropédia*, com o texto original grego e a tradução francesa lado a lado (Massa, 2001, p. 36). Não foi possível encontrar o exemplar em si, mas, de qualquer maneira, a descrição oferecida em *Esau e Jacó* causa estranhamento.

A passagem termina com o narrador Aires falando que o personagem Aires terminou o almoço, mas não o capítulo. Como é comum em autores clássicos, a Ciropédia é dividida em livros, com parágrafos numerados, mas sem capítulos. Mais, o trecho citado tem origem em uma versão reduzida das primeiras linhas do primeiro parágrafo, inclusive chamada de prólogo em algumas edições (Xenophonte, 1854). Teria Aires errado ao se referir a um capítulo? Só é possível especular. Tendo em vista, contudo, o jogo de aparências ao qual o conselheiro se dedica inesgotavelmente, talvez seja o resultado de um cálculo básico. O conselheiro sugerir que terminou um livro inteiro com o almoço talvez soasse exagerado e pudesse causar desconfiança, enquanto terminar apenas uma página marcasse o outro extremo, muito pouco, já que a demonstração de poderio intelectual ficaria aquém do esperado e poderia indicar alguma dificuldade com o idioma grego.

Independentemente do motivo para explicar o equívoco, vale mais se atentar ao resultado prático da escolha por Xenofonte. Parece claro que o narrador/personagem Aires estava mais preocupado em usar um aforismo, em tom apaziguador, para manter a aparência de dizer muito sem trazer nada de concreto ao momento histórico em questão – a difícil arte de pensar o pensado.

### **Momento da escrita**

Entre a crônica e o romance há uma diferença temporal marcante no período histórico da escrita: quase uma década depois de um dos piores períodos de violência estatal na república da espada (1889-1894). Em 1904, ano da publicação de *Esaú e Jacó*, as velhas elites aristocráticas já haviam conseguido reestabelecer um acordo com o dinheiro novo dos cafezais paulistas e os coronéis locais regionais, o que colocou os militares e as camadas

médias insurgentes sob controle (Soares, 2024). Mais do que isso, não havia “disposição revolucionária, ou mesmo reformista, em relação à propriedade em geral e, em especial, da terra por parte dos campos políticos” (Lemos, 2009, p. 404).

Esse cenário de paz republicana foi chamado de política dos governadores, modelo que se estabelece na primeira república brasileira e terá mantida as suas bases até, grosso modo, a década de 1930. O que se tem, rigorosamente, é: maior liberdade das províncias via federalismo, gerando pacificação nos redutos regionais por meio de acordos com os coronéis locais em partidos únicos; controle sobre o Congresso; manutenção do desenho econômico exportador (Carvalho, 2021, pp. 37-45). Adicione-se a esse desenho o abandono dos libertos e a busca pela mão de obra europeia (e para o combate da degeneração das raças bravias) via imigrantismo ‘branco’ europeu e, posteriormente, japonês. Desta feita, Machado não escreve o seu romance à quente, na Proclamação da República, nem, ao menos, no auge do militarismo ditatorial da república da espada e sua instabilidade política. Os romances narrados por Aires são escritos ao se ver, na prática, no rearranjo dos velhos nomes imperiais em nova configuração sob a pax oligárquica.<sup>64</sup>

É nesse período histórico que Machado escolhe colocar Aires, disfarçado de narrador onisciente, em terceira pessoa, a ressuscitar o famoso trecho da Ciropédia. Ao contrário do autor, o conselheiro não sabe o que vai acontecer no momento mais dramático da virada do sistema político e, apesar do caos (ou por causa dele), reforça o seu movimento narrativo já discutido neste trabalho: a atenção a assuntos menores com afetação de franqueza, alergia

---

<sup>64</sup> A crônica de Bons Dias! em que Machado fala, em alemão, que o Brasil se trata de uma “oligarquia absoluta” é de 11 de maio 1888, ou seja, esta sim escrita no calor dos acontecimentos. (Assis, 2015d, p. 756)

sistemática aos grandes temas, adornado por uma barafunda de alusões e citações ao universo clássico que marcam capital cultural, provam sua erudição e submetem os leitores. Tudo isso feito por uma voz treinada para mostrar apenas os aspectos elogiáveis, apagando tudo o que possa ser ‘desagradável’ – ainda que seja um disparo de arma de fogo contra um ministro de estado.

Isso comprova, como já foi marcado com a análise de outras passagens, que Aires não era, como alega, apenas um espectador neutro vendo o agitado momento político que acompanhava entre embasbacado e abismado, se valendo de Xenofonte e outras sabedorias. Ele é um dos envolvidos no sistema a atuar como um compasso para realizar os conchavos no topo. Em outras palavras, minimizar o momento de tensão é o seu sustento. Logo, a grande mudança de sistema político, a morte da monarquia brasileira, é minimizada imediatamente, em tempo real.

### **Clivagem e contraste**

Há, portanto, uma clivagem clara entre o cronista e o narrador/personagem do romance. Da banalidade e obviedade marcadas por interesses próprios, da declaração de Xenofonte sobre o seu “herói” para um vetusto conselheiro reapropriando o dizer, em tom aforístico de grande sabedoria, para tentar minimizar o disparo e nublar o confronto que acontecia a quente.

Mas há algo de ainda maior que escancara essa clivagem. Se Xenofonte foi admirado por diversos autores clássicos, em particular romanos, o cenário muda radicalmente no período em que Machado viveu. Em meados do século XIX, Xenofonte passou a ser

sistematicamente atacado por suas alegadas falhas – que iam da acusação dele ser um simplório, pela sua superficialidade, ou pelas inúmeras imprecisões históricas que culminaram com o questionamento de sua capacidade intelectual e de sua moralidade. Para Nadon, nenhum outro autor clássico foi tão execrado no período. “Xenophon is a peculiar case. The dominant strains of nineteenth- and twentieth-century historical research (...) claim to have uncovered not only Xenophon’s lack of intelligence but his grave moral shortcomings as well” (Nadon, 2001, p.1). Ao apresentar, portanto, um conselheiro, distinto e dignificado, que cita Xenofonte acriticamente para se mostrar erudito, a citação pode ter o efeito contrário a leitores atentos. A tentativa de ratificar capital cultural se desdobra em outra camada de significado, em que esse cavalheiro se desnuda na sua tentativa de impressionar e mostra que não está tão atualizado com as leituras correntes quanto gostaria.

Este é mais um dos motivos que explicam por que amalgamar narrador com autor reduz as ressonâncias do romance. Um exemplo parece salutar. Ao analisar a mesma passagem de *Esaú e Jacó*, o especialista em literatura clássica Glástone Chaves de Melo (1988) reage agressivamente, apontando a referência como exibicionismo de novo rico. “Aqui um espírito maldoso vislumbraria certa pacholice no antigo aprendiz de tipógrafo, só possuidor de curso primário, nascido no Morro do Livramento. Sendo Aires um alter ego do autor, ler Xenofonte no original é *un peu fort...*”, (Melo, 1988, p. 208). É interessante que a reação negativa de Melo à clara estratégia de Aires de provar sua erudição é direcionada ao próprio autor Machado de Assis, o que sugere que a habilidade do conselheiro de se camuflar é ainda mais poderosa do que anteriormente apontada.

Novamente, fica claro que, ultrapassada a pompa, a referência de Aires à Xenofonte parece perigosamente próxima de conhecimento de almanaque – o aforismo mais popular do ateniense sendo reproduzido com ares de sabedoria derramada como maná dos deuses.

### **Quem é Xenofonte?**

Foi discutido, nas últimas páginas, o marcado contraste dos textos do ateniense na obra de Machado de Assis, com a leitura agressiva da crônica desaparecendo na versão acrítica de Aires, no romance.

Mas, afinal, quem é Xenofonte? Ou melhor, qual é a versão do ateniense, em específico, a que Machado poderia estar tendo acesso e citando em momentos cruciais de sua obra?

Como resume bem Lane Fox: “Xenophon artful way of writing is both a mine and a minefield” (Lane Fox, 2004, p. X). Mina pelo olhar único que oferece de seu momento histórico; mas também campo minado por colocar o seu interesse próprio na narração, inclusive e em especial, de sua historiografia. Por questões de espaço, vão ser analisadas rapidamente duas obras do ateniense que se acredita terem maior ressonância com a produção machadiana. Não se trata, evidentemente, de argumentar que essas obras em específico são as únicas que justificam análise e encerram avenidas de exploração, mas marcar os pontos cardiais que essa aproximação pode trazer.

As coordenadas básicas da vida de Xenofonte são conhecidas. Ateniense e cidadão, ele foi aluno de Sócrates, mas, ainda bem jovem, ele deixa sua cidade natal para lutar como mercenário para os persas sob o comando de Ciro, o jovem. É do fracasso dessa tentativa que surge seu trabalho mais famoso, a Anábise, ou a longa marcha dos 10 mil, em que

Xenofonte conta a jornada de volta ao mar dos gregos, colocando no mesmo pacote a infinidade de dificuldades da caminhada e seu próprio papel enquanto soldado tornado general por aclamação popular, tudo isso se disfarçando de narrador em terceira pessoa. Depois de lutar sob comando dos persas, o principal rival externo das cidades-estados gregas, Xenofonte passa a trabalhar para Esparta – a principal rival da sua cidade natal – pela qual chega a enfrentar os próprios atenienses. Há a especulação de que Xenofonte teria sido exilado (pela colaboração com os persas ou com os espartanos), mas não há comprovação para tanto. De qualquer maneira, ele recebe terras concedidas em Scillus, perto de Olímpia, de onde escreve a maior parte da sua obra (Tuplin, 2016). Obra, inclusive, que sobreviveu intacta até os dias de hoje.

É provavelmente nesse período que Xenofonte escreve o livro que é considerado sua obra-prima: a Ciropédia, ou a educação de Ciro. Em uma curiosa combinação de tratado político com historiografia mitológica e guia de formação pedagógica para novos líderes, o ateniense cria uma obra única. Mas, como destacado, ao contrário da reputação que gozava com eruditos do período antigo, o status de grande pensador de Xenofonte é questionado no século XIX. No período histórico em que Machado entra em contato com a obra do ateniense, ele era visto como um escritor menor. A sumária apresentação se faz necessária para orientar a discussão a seguir. Em um primeiro momento, vai ser abordada a Anábase, em que Xenofonte narra sua ascensão à líder em uma insuspeita terceira pessoa, enquanto o fechamento desse capítulo vai se dar com a discussão um pouco mais centrada na Ciropédia.

## Anábase, em terceira pessoa

Helen Caldwell, uma das leitoras machadianas mais sagazes, identifica em *Esaú e Jacó* ecos da presença de Xenofonte:

The narrator of *Esau and Jacob* (...) is an omniscient author, telling all in the third person, although he also enters the story as a character. This dual role – of author and character – gives him added narrative power. (...) Since the author does not speak in the first person, we are all the more willing to believe what he tells us [since] we forget momentarily or paradoxically that the two men are one and the same. Perhaps Ayres took a leaf (...) from Xenophon, who employed the same method in his *Anabasis*. Ayres resembled that Greek in other respects: both were interested in politics, both were diplomatic (...) both retired from public life to lead the life of gentlemen, and passed their leisure in writing; both observed men's words and actions (their own included) with a certain indulgent detachment.<sup>65</sup>

Indo além das referências abstratas apontadas pela crítica anterior, que se baseava majoritariamente no título do capítulo “Lendo Xenofonte”, Caldwell faz referência direta a Anábase e coloca o foco imediato em um ponto que interessa a este trabalho – a tentativa do narrador de aumentar sua credibilidade e sua força narrativa.

Em outro momento de clareza crítica impressionante, ela chega, inclusive, a identificar que a estratégia da utilização da primeira pessoa se fingindo de terceira pessoa tem algo de autocongratatório, mas, Caldwell, contudo, parece ser capturada pelos charmes do conselheiro e acaba naturalizando seus estratagemas. Acima de tudo, como se vê no fecho do excerto, ela aceita a pouco crível alegação de Aires de que ele assiste, entre entediado e interessado, os vaivéns do mundo olhando tudo de fora. Apesar da conclusão de Caldwell levar Aires para o lado oposto, o instinto crítico que aproxima a Anábase de *Esaú e Jacó* merece ser investigado.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Caldwell, 1970, p. 155.

<sup>66</sup> Caldwell destaca, também, como os narradores só confessam esse fato em meados do livro. “It’s not until the beginning of (...) the fourth book that [Xenophon] makes the formal introduction [of himself] (...). Author Ayres introduced character Ayres in much the same casual manner at the beginning of his twelve chapter” (Caldwell, 1970, p. 156).

Os dois, portanto, disfarçam sua própria autoria e só a colocam, de maneira casual, como se não fosse grande coisa, deixando-a como um detalhe quase perdido no meio da obra.

Philippe Lejeune, um dos principais teóricos a discutir a questão das autobiografias, descreve assim a estratégia narrativa de se disfarçar em terceira pessoa: “Talking about oneself in the third person can imply either tremendous conceit, this is the case with Caesar’s Commentaries, or a certain kind of humility, this is the case with certain early religious autobiographies” (Lejeune, 1995, p. 6). Dissimulação tremenda ou humildade religiosa? O caso de Aires parece claro. Já em Xenofonte, o que está em jogo parece ser algo próximo do estratagemas do conselheiro fluminense.

Xenofonte opera, na Anábasis, uma tentativa de “limpeza” de reputação em vários níveis. Primeiro, de Ciro, o jovem, seu primeiro grande cliente/chefe. Na obra, Xenofonte descreve o fracassado fratricida como um grande líder de inúmeras qualidades, que acabou injustiçado, enquanto o seu irmão, o rei Atarxerxes II, não passaria de um preguiçoso e pouco brilhante monarca cercado por conselheiros mal intencionados. Mais, Ciro, o jovem, escapa, apenas pela intervenção da mãe, de ser assassinado pelo rei, acusado de se revoltar para usurpar o cargo do seu irmão – alegação falsa, garante Xenofonte. A sugestão do ateniense, portanto, é que tanto a contratação dos mercenários gregos quanto a rebelião aberta contra o seu irmão são demandas justas de Ciro, o jovem; não só isso, mas toda a rebelião também não passaria de uma tentativa desesperada de um jovem para sobreviver à perfídia de que foi vítima dentro da sua própria família.

O que os registros históricos deixam claro é que a versão de Xenofonte, no melhor cenário, ignora uma série de acontecimentos importantes. Atarxerxes II enfrentava diversas rebeliões

no império e Ciro, o jovem, parece ter se aproveitado de uma delas, no Egito, para contratar os gregos e tentar usurpar o trono. Algo que ele já tinha tentado anteriormente e fracassado, o que explicaria a tentativa de execução.

Ocorre que Ciro não era o único alvo da tentativa de polimento da reputação. É possível argumentar que o principal alvo de Xenofonte, autor e personagem, era provar a idoneidade de Xenofonte enquanto figura histórica. O ponto principal diz respeito a seu trabalho militar como mercenário. Por mais que seja um fato na vida de muitos, na sociedade grega clássica, atuar como mercenário era visto negativamente. Destacando como a pena de Xenofonte não pode ser considerada apenas uma simples crônica dos eventos que aconteceram na longa marcha, James Roy alerta como o ateniense escolhe as palavras que atendem melhor aos seus próprios interesses, apesar de simular oferecer apenas um simples retrato do que aconteceu (Roy, 2004, pp. 262-280).

Não é demais ressaltar que não se trata, apenas, da ressalva aristocrática perante o trabalho ordinário, mundano, em vez de se ocupar com assuntos superiores da mente, mas de um tipo de profissional que coloca a própria cidade em risco. “Critical views of mercenary service are (...) found in Classical Greek Literature. (...) Isocrates and others saw mercenaries as a danger to the polis” (Roy, 2004, p. 276). Ao oferecer seus serviços por dinheiro, o mercenário mostra que só tem lealdade ao soldo, que pode ser adquirido por quem oferecer o maior lance, e que não haveria honra, só a busca pelo butim.

Azoulay vai além ao definir a Anábasis como uma apologia de si mesmo. Xenofonte “seeks to put as much distance as possible between himself and the disgraceful shadow of the

mercenary. He must erase anything that might portray him to his readership as a paid soldier” (Azoulay, 2004, p. 289). É esse fato, para ele, que também está por trás da louvação de Ciro, o jovem. A principal intenção do livro era convencer que alguns dos mercenários – Xenofonte inclusive – estavam, na verdade, motivados a lutar pela nobreza do príncipe injustiçado. Ainda que alguns deles, os soldados-rasos, possam ter sido atraídos pela possível recompensa financeira, os líderes, como Xenofonte, tinham a honra como norte principal. O ponto principal da estratégia argumentativa, ressalta Azoulay, está em mostrar Xenofonte como um ator nobre – e desinteressado. “Xenophon followed a good man, his guest-friend, into a military campaign; he never received any pay; he finally grew rich honourably [through booty from enemies]” (Azoulay, 2004, p. 303).

As semelhanças com Aires chegam a ser assombrosas. Não é apenas na Anábasis, contudo, que Xenofonte parece ter servido de inspiração ao velho conselheiro.

### **Ciropédia**

A obra que Aires cita diretamente no romance é a Ciropédia, o panegírico feito por Xenofonte ao persa Ciro, o grande. O que se argumenta, agora, é que Xenofonte é usado por Aires para dar a aparência de posicionamento em um conflito sem se comprometer com nenhum dos lados em questão (queda do império e ascensão da república). É o tipo de fala ambígua que o conselheiro usa constantemente e chega a detalhar, inclusive, no próprio *Esau e Jacó*, classificando-a como o já discutido ‘gesto de dois sexos’.

É aí que o diplomata especialista em encobrir e descobrir, o grande compasso, se destaca. Aires rejeita a demanda de se posicionar claramente entre dois polos opostos e, abusando

de recursos retóricos e teatrais, cria uma opinião morna que não é, como diz o apocalipse bíblico, rejeitada violentamente. A habilidade do conselheiro é tamanha que sua posição de ambiguidade deliberada acaba convencendo a todos, nem que seja pelo cansaço. A cada “gesto de dois sexos”, o efeito é claro: Aires esconde sua opinião sobre o tema, esconde sua participação e faz brilhar a sua imagem ilibada e distinta de cidadão de bem em fins do século XIX.

Curiosamente, há, na Ciropédia, diversas cenas com semelhanças. Ainda que apenas um jovem garoto, o Ciro da versão de Xenofonte já traz embutido em si o estadista – ou o herói do ateniense, como prefere o cronista Machado. Aos 12 anos, Ciro é levado pela mãe para se encontrar com o seu avô, o rei dos medos Astíages. Na primeira vez em que o vê, o menino surpreende a todos ao abraçá-lo imediatamente como se já o amasse há muito tempo, segundo descreve Xenofonte.

Encantado com o estilo de pintar o rosto dos medos e com suas túnicas, Ciro passa, então, a elogiar a beleza do seu avô. Sumariamente, é questionado pela sua mãe sobre quem é mais belo – seu pai ou seu avô. Ao ouvido de todos, Ciro responde: “Mãe, meu pai é de longe o mais bonito dos homens persas, mas dos medos que vi tanto na viagem quanto na corte, meu avô é de longe o mais bonito” (Xenofonte, 2021, p. 47).

Essa é apenas uma da série de anedotas listadas por Xenofonte que sugerem, para o avô e para os leitores, que Ciro é simplesmente superior. Aos poucos, ele acaba conquistando o afeto de Astíages que, pouco tempo depois, morre. Quando seu filho, Ciaxares, então rei medo, é invadido pelos Assírios e resgatado por Ciro, Xenofonte volta suas baterias para

demonstrar a incapacidade de Ciaxares ao mesmo tempo em que destaca a eficiência e a qualidade de Ciro como líder militar, político e diplomata. É pela sua superioridade que Ciro solidifica sua posição perante os nobres medos, ainda que mantendo publicamente a deferência à Ciaxares. Em pouco tempo, o rei medo se torna um monarca simbólico que, banhado nas honrarias públicas e na reverência aparente, aceita sua posição subalterna como um vassalo dos persas.

Assim, o que se tem, em Xenofonte, é a naturalização da ascensão de Ciro ao trono por conta de suas características – inteligência, beleza, bravura, força, consanguinidade com Astíages e com os deuses. O projeto imperial da casa persa Aquemênida se torna quase um acontecimento inevitável, tendo em vista todo esse contexto. Ou, ao menos, essa é a versão do ateniense. Na versão de Heródoto, considerada menos ficcional do que a versão de Xenofonte, ainda que repleta de traços mitológicos, Ciro é um vassalo dos medos que levanta seus exércitos em revolta contra o seu senhor e avô – o mesmo Astíages. De acordo com Heródoto, portanto, Ciro é um usurpador que se apoiou na política interna e em traição dentro da corte dos medos para conquistar o poder. A tomada de poder é muito mais direta e simples, e menos naturalizada.

Mais do que debater qual versão é mais verossímil historicamente, para este projeto é interessante focar como o gesto de dois sexos aparece sistematicamente em Ciro – é uma das marcas de sua personalidade que “provam” sua superioridade como imperador.

## **Espalhar o terror**

Não é apenas de gestos de dois sexos e de artimanhas políticas, contudo, que se faz um império. Além da atuação sistematicamente autointeressada em todos os momentos, Ciro garante sua capacidade de governar pelo uso, sem pudores, da violência, que poderia ir da declaração direta à morte ao confisco de bem de nobres que ousassem irritar o soberano.

Os traços despóticos de Ciro aparecem, inclusive, na abertura da Ciropédia, imediatamente após a citação famosa. Depois de listar os povos que os persas dominaram, e acrescentar inúmeros que jamais fizeram parte do império, o ateniense afirma: “Ele foi capaz de espalhar o medo que sentiam por ele por toda a extensão territorial (...). Conseguiu instilar em todos um tamanho desejo de lhe agradar que a eles sempre parecia que ser comandados pelo seu juízo era algo pertinente” (Xenofonte, 2021, p. 39).

É um novo gesto de dois sexos – apesar de instar medo em todos os povos e por toda a extensão territorial do império, os homens queriam agradá-lo. Novamente, uma leitura atenta pode colocar tudo em questão: a vontade de agradar ao déspota não seria apenas o desejo muito humano de garantir a própria sobrevivência? Deborah Gera (1993) destaca como, mesmo em uma biografia idealizada criada para endeusar, surge um retrato perturbador do imperador, apesar da intenção do autor. “Cyrus’s Behaviour as a ruler of an empire, taken by itself, is perhaps (...) slightly disquieting; viewed cumulatively [it’s] disturbing” (Gera, 1993, p. 296).

Ainda que o uso da violência não seja anátema contra a visão de liderança da antiguidade, o jeito que essa referência aparece no texto de Xenofonte coloca em perspectiva todo o

discurso do livro, e, especialmente, o gesto de dois sexos sobre a facilidade/dificuldade de gerir humanos. Em vez de genialidade, justiça e convencimento, tudo é lastreado pelo uso da violência. O mistério de como governar o bicho humano acaba, portanto, um pouco menos misterioso.

### **De volta ao romance**

Tendo tudo isso em mente, parece claro que a escolha por Xenofonte está longe de ser aleatória. Mais, a evolução dos pareceres entre o cronista e o narrador Aires, além da reprodução da estratégia narrativa de se disfarçar em terceira pessoa, parece crucial para o ponto deste projeto. Machado não só não é Aires, como parece haver um claro distanciamento entre as opiniões de ambos. Indo além, é possível vislumbrar um comentário sobre o narrador. Como Xenofonte e Teócrito, o velho conselheiro não se furta aos panegíricos, ou ao que quer que ache necessário, para navegar as águas turvas do favor. Assim como as duas referências clássicas já destacadas, a preocupação com a escrita é relembrar o passado para influenciar o debate político do presente e, ao mesmo tempo, polir a própria imagem para o futuro.

O foco deste projeto, agora, passa a ser discutir detalhadamente a atuação de Aires como diplomata brasileiro e o que isso significa no período retratado pelos romances e no momento histórico vivido pelo escritor durante a escrita deles.

### 3. Encobrir materialidades

Muita tinta já foi dedicada a apontar as (inúmeras) semelhanças entre Machado de Assis e o seu derradeiro narrador, José da Costa Marcondes Aires, mas pouca atenção crítica foi dedicada à profissão de Aires. No primeiro capítulo deste trabalho, foi discutida sua função de conselheiro – título que embute, em si, a incerteza de descrever a participação no exclusivíssimo Conselho de Estado, com acesso ao imperador, ou o galardão menor de caráter meramente cerimonial, comprovação de ser aliado da casa dos Bragança. Depois de ressaltar a instabilidade relacionada com o termo conselheiro, este capítulo vai discutir a outra faceta profissional de Aires, a de diplomata.

Primeiro, vai ser abordada a diplomacia enquanto ideia, sua promessa tácita e o agressivo contraste prático, visível desde a origem, mas que assume tons gritantes no imperialismo do século XIX. Depois, o foco voltará a Aires e será discutida sua alegação a respeito de possuir o “calo do ofício”<sup>67</sup>, ou seja, que a diplomacia o alterou para deixá-lo predisposto à mediação, na busca eterna pelo meio-termo. Muito mais do que uma espécie de deformação profissional do conselheiro/diplomata, a procura eterna pela mediação parece estar relacionada à vontade de sempre agradar a todos os lados envolvidos em seus conchavos. O que parece explicar melhor a figura do conselheiro são os conceitos de *habitus*, distinção e os vários tipos de capitais por ele acumulados, todos esses pontos inspirados em uma leitura de Pierre Bourdieu.

---

<sup>67</sup> “Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo” (EeJ, p. 50). Aires fala de si mesmo na terceira pessoa e, em meio aos elogios para si, se traduz como diplomata quase de berço.

O capítulo avança, ainda, na discussão específica da diplomacia no Império Brasileiro. A materialidade diplomática de então traz luz a traços de Aires que pareçam traços de personalidade, mas que passam a apontar algo mais significativo, em especial na relação com as vizinhas repúblicas latino-americanas recém-independentes, com seus caudilhos se engalfinhando em busca do controle.

Por fim, a atenção se volta para uma das poucas referências concretas a reuniões com diplomatas nos livros – o jantar com o encarregado de negócios da Bélgica. Longe de apenas outro encontro social qualquer, a materialidade diplomática entre os países, em especial a tentativa do monarca belga Leopoldo II de recriar no Brasil a (brutal) experiência colonial do Congo africano, parece deixar claro que havia, na referência, muito mais em jogo do que um país europeu qualquer que mantinha boas relações com os brasileiros.

### **A arte diplomática**

A diplomacia defende a ideia da solução dos conflitos por meios superiores – basicamente, o diálogo. Assim, as duas partes interessadas, atuando de maneira eminentemente racional, conseguiriam evitar o maior flagelo da humanidade – a guerra – por uma série extensiva de discussões em busca do *compromis raisonnable*. Contando com mediação de terceiros equidistantes e objetivos, os dois lados seguem em negociação até que os envolvidos, manejando atentamente um jogo que separa as concessões menores das inegociáveis, chegam a um comum acordo. Idealmente, um em que ambos concedam um pouco.

O acordo possível, ainda que insatisfatório, denota, ao fim, a boa vontade dos dois lados.

Acima de tudo, mantém a disponibilidade férrea para a resolução de problemas evitando a violência e celebra o possível sob as bênçãos do mediador, com base no tato e no diálogo.

Diplomacy is about persuasion, not coercion. It is about looking for and finding common ground, about forging agreement and achieving a balance of benefits that will allow each party to go home with at least some degree of satisfaction. (...) The old joke that a diplomat is a person sent abroad to lie for his country could not be further from the reality. I was taught from the very beginning of my career that 'a good diplomat never lies'.<sup>68</sup>

Ou essa seria a diplomacia, em uma versão altamente idealizada. A prática, como o estudo da diplomacia historicamente não cansa de mostrar (e a análise do Império do Brasil, em específico, mostrará a seguir), apresenta um cenário muito menos róseo. Em um mundo violentamente desigual, os acordos possíveis favorecem um lado, já que os entes em disputa não partem de um mesmo ponto de partida. A materialidade de um país, a sua posição internacional e a disponibilidade de recursos são, evidentemente, radicalmente diferentes. O acesso à educação formal de traços europeus (ou europeizantes, que formata o debate) também é distinto nos corpos diplomáticos, assim como o domínio do idioma em que a discussão vai acontecer – usualmente francês, recentemente inglês e, classicamente, latim. O poderio militar de cada um dos países é, também, distinto.

Portanto, a imagem dos debates repletos de liturgias formais, em busca do razoável, ganha outra coloração – outro teatro a ser apresentado no espetáculo da dominação. No centro, a figura do diplomata, altamente educado e navegador social único, alguém responsável por manter a aparência de civilidade independentemente dos desníveis em jogo.

---

<sup>68</sup> Fréchette, 2013, p. XXXIV.

Como o caso do império brasileiro ilustra, a propensão eterna ao diálogo também pode indicar uma estratégia arguta para ganhar tempo e vencer pelo cansaço (ou pela invariável troca de caudilho no comando nos países fronteiriços). Assim, a pose educada gera mais frutos se o seu lado é um império centenário conhecido pela estabilidade, pelo poderio militar e pela proximidade com as casas imperiais europeias, enquanto do outro lado da mesa estão recém-nascidas repúblicas que ainda sofrem com questões internas. Para complicar ainda mais, não são poucos os casos em que o mediador possui um lado claro e toma suas decisões menos olhando o tema em questão e mais atento às consequências se desagradar o ente mais poderoso.

Desde o seu início, a diplomacia envolve essa dicotomia entre o que diz pretender e o que efetivamente é (mais uma ferramenta, de força contundente, a ser usada na disputa de poder entre nações). É comum encontrar nos estudos específicos sobre diplomacia, diria quase obrigatório, uma maneira curiosa de apresentar essa instabilidade. No geral, as introduções apresentam a definição da versão idealizada ou mais neutra da diplomacia (por exemplo, Siracusa, 2010, ou Sowerby e Craigwood, 2019), seguidas imediatamente por aspas reveladoras, apresentadas como *boutade*. É um artifício retórico interessante, já que simula um desnudar, mas só o faz rapidamente e depois de passar páginas dizendo o contrário (o que, em si, é um paralelo, formal inclusive, da maneira concreta de agir da própria diplomacia).<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Entre as citações mais comuns estão: “Diplomacy; the art of saying 'nice doggie' till you can find a rock” (Wynn Catlin, citado em Robertson, 1998, p. 78) e “An ambassador is an honest man sent to lie abroad for the good of his country” (Henry Wotton, citado em Robertson, 1998, p. 469).

No centro disso, está a figura do diplomata – figura tão pantanosa quanto a arte que alega praticar. Um jovem Machado, em meio ao seu período liberal inflamado, escreveu sobre o tema em crônicas da série *Ao Acaso*, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, de propriedade dos liberais (e futuramente próceres republicanos) Quintino Bocaiuva e Saldanha Marinho. “[A] diplomacia é a arte de gastar palavras, perder tempo, estragar papel, por meio de discussões inúteis, delongas e circunloquções desnecessárias e prejudiciais” (Assis, 2015d, p. 317).<sup>70</sup>

A crônica data de 24 de janeiro de 1865, ou seja, no segundo mês da guerra da tríplice aliança contra o Paraguai. Descontado o fervor belicista do período, é possível ver, em Machado, uma clara desconfiança com o encobrir e descobrir da diplomacia. “É preciso desataviar uma nota diplomática de todas as frases, circunloquções, desvios, adjetivos e advérbios, para tocar a ideia capital e a intenção que lhe dá origem” (Assis, 2015d, p. 318).<sup>71</sup> A diplomacia, para o jovem Machado, é apenas turvamento, dissimulação, mistificação – a pena em uma mão que só faz distrair, enquanto a outra maneja o canhão. Essa ideia é muito proveitosa para a análise que vai ser feita a seguir.

## Aires e o compasso

[E]u tive de os ouvir com aquela complacência, que é uma qualidade minha, e não das novas. Quase que a trouxe da escola, se não foi do berço. Contava minha mãe que eu raro chorava por mama; apenas fazia uma cara feia e implorativa. Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros e, se alguma vez estes eram extremados e discutiam, **eu fazia da minha alma um compasso, que abria as pontas aos dois extremos**. Eles acabavam esmurrando-se e amando-me.

---

<sup>70</sup> O timbre e o fraseado, em tom engajado, são marcadamente alienígenas para o Machado de Assis maduro, após *Memórias Póstumas* (1881). O jovem liberal Machado adere ao belicismo do período.

<sup>71</sup> O jovem Machado não se mostra convencido com a diplomacia. Ele não vê o diálogo superior para resolver os conflitos prescindindo de violência – mas uma forma específica de violência verbal que gera empulsação: “O que é ação! Alguns dias de combate fizeram mais do que longos anos de polêmica diplomática. Bem podia ter-se poupado o papel que se gastou em notas e relatórios: eram mais algumas libras de pólvora” (Assis, 2015d, p. 317).

Não quero elogiar-me... Onde estava eu? Ah! No ponto em que os dois velhos diziam das qualidades do moço. Não mentiam; quando muito, podiam exagerar alguma, mas as que citavam deviam ser verdadeiras, bom, carinhoso, atento, justo, puro de sentimentos, índole pacífica, maneiras educadas, capaz de sacrifícios, se fosse necessário. Não o tinham achado mau nem falho, quando ele chegou; agora, porém, as qualidades antigas estavam apuradas, e algumas novas apareciam. Ainda que eu discordasse deles não diria nada para os não aborrecer, mas que sabia eu que pudesse contrariar essa opinião de amigos? Nada; concordei com ambos.<sup>72</sup>

Aires fala sobre si, assumindo um tom pretensamente revelador, para alegar uma predisposição quase genética à mediação, a força motriz da diplomacia. Sua opção é por registrá-la anedoticamente, usando um exemplo passado de conflito escolar. A situação é deixada tão em aberto que é difícil entender o motivo ou mesmo quem estava em confronto – o pronome ‘estes’ abre espaço para ser um conflito entre apenas os seus companheiros de escola ou entre os professores e os colegas. Ao fim, a imagem que é apresentada é a de um Aires bebê, já conselheiro na alma, criando estratégias manipulativas para conseguir o que queria da própria mãe. Há um tom de chiste que tenta seduzir os leitores a aceitarem a versão do conselheiro.

Tal descrição assume fumos de distância, de objetividade pretensamente científica, mas há muito de extra para ser captado. Ao retratar sua anedota conciliadora, Aires acaba confessando algo: ele é sempre o centro do seu compasso e, independentemente das circunstâncias, da decisão tomada ou do tema debatido, acaba sempre no topo. Independentemente do contexto, as partes se atacam e o amam.

Ao mesmo tempo, as escolhas lexicais dão certa superioridade ante aos companheiros e mestres, ou seja, os descontentes extremados que acabaram entrando em confronto. Esse tom de condescendência parece ser um dos combustíveis a incentivar as leituras que veem

---

<sup>72</sup> MdA, entrada de 18 de setembro, p. 107, ênfase adicionada.

apenas sapiência e boas maneiras no diplomático velho conselheiro. Aires, inclusive, chega a destacar o termo complacência – palavra espinhosa que comporta, ao mesmo tempo, uma delicada gentileza para quem ouve ou um traço quase incontrolável de agradar a quem fala. As escolhas lexicais machadianas, novamente, se mostram mais movediças do que parecem ao bater do olho; o complacente Aires ouve as loas do casal Aguiar, ao afilhado Tristão em silêncio – por cálculo, uma vez que o velho conselheiro já havia confessado desconfiança ao jovem e seu arrivismo indisfarçado.<sup>73</sup>

O velho conselheiro continua em construções tortuosas que, aparentemente, concordam com a alegada boa natureza do afilhado. Ocorre, novamente, que suas declarações atuam para relativizar a anuência, como ao dizer que os Aguires ‘não mentiam, quando muito exageravam’ ou ‘[o] que citavam devia ser verdadeiro’. Há uma considerável distância entre o que poderia se esperar, uma reprodução acrítica das qualidades indiscutíveis do afilhado pela boca dos padrinhos, e o que se recebe de fato de Aires, um ardiloso comentário ambíguo. Somadas, as duas camadas dão à passagem um traço humorístico. O ápice da descrição (e do humor) está na construção “capaz de sacrifícios, se fosse necessário”. A vírgula parece funcionar para marcar a hesitação de quem fala, Dona Carmo. Tal hesitação é ainda mais poderosa ao se notar que, ao voltar o foco ao enredo, o que se vê é o oposto: um afilhado que exige sacrifício dos seus padrinhos e entrega de volta apenas o abandono, por duas vezes. Divertidíssima, a construção trai a desconfiança sentida sobre Tristão.

---

<sup>73</sup> “Tristão assistiu à Comuna, em França, e parece ter temperamento conservador fora da Inglaterra; em Inglaterra é liberal; na Itália continua latino. Tudo se pega e se ajusta naquele espírito diverso” (MdA, entrada de 25 de março, p. 178).

## **Um compasso conhecido**

Há, contudo, outro termo na passagem que chamará a atenção de leitores escolados na obra machadiana. Ao ler que o conselheiro se descreve como um compasso, é praticamente impossível não surgir em eco um dos textos anteriores do escritor. A imagem de um compasso já havia sido utilizada por Machado para descrever um tipo de personalidade em ‘Teoria do Medalhão’ (1881). “És moço, tens naturalmente o ardor, (...) os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regime do aprumo e do compasso” (Assis, 2015b, p. 262).

No conto, o conselho cândido do experiente (e fracassado) pai ao filho Janjão é seguir o regime do aprumo e do compasso que significa, entre outras coisas, trilhar o caminho para tentar ser uma sumidade, admirado nos salões e festas da alta sociedade brasileira. Em outras palavras, alguém que conseguiu se levantar acima da obscuridade comum pela publicidade continuada de si, por angariar amigos em locais favoráveis, discutindo preferencialmente a metafísica para fugir de temas espinhosos e fechando conchavos, navegando habilmente as ondas do favor. É assim, e só assim, garante o pai do Janjão, que alguém pode obter todos os benefícios de ser valorizado pela opinião dos outros no Brasil – o maior e mais estável dos méritos.

Ao fazer tal conexão, evidentemente, não se quer reduzir Aires apenas a um exemplo de medalhão, mas ressaltar como diversos traços do conselheiro, em especial os relacionados com a diplomacia, têm inúmeras coincidências com o tipo ideal de medalhão descrito pelo pai de Janjão. São de medalhão, inclusive, vários dos traços de personalidade do conselheiro

apontados pela crítica como positivos. O principal deles? Evitar confrontos por opinião própria. Esse é, segundo o pai de Janjão, o traço fundamental do medalhão.

[D]eves pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente (...). As livrarias (...) não são propícias ao nosso fim; e, não obstante, há grande conveniência em entrar por elas, de quando em quando, não digo às ocultas, mas às escâncaras. Podes resolver a dificuldade de um modo simples: vai ali falar do boato do dia, da anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia, de um cometa, de qualquer coisa, quando não preferas interrogar diretamente os leitores habituais das belas crônicas de Mazade; 75 por cento desses estimáveis cavalheiros repetir-te-ão as mesmas opiniões, e uma tal monotonia é grandemente saudável. Com este regímen, durante oito, dez, dezoito meses — suponhamos dois anos, — reduces o intelecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum.<sup>74</sup>

Uma mente livre de ideias é o ideal, sugere o preocupado pai, para o filho pleiteante a medalhão. Opiniões, raciocínios, em suma, ideias polêmicas seriam, na corte brasileira (e primeira república), anátemas ao sucesso profissional, elas precisam ser domesticadas ao ponto de se tornarem apenas argamassa na manutenção do bom tom acima de tudo, algo crucial para o avanço dos interesses próprios nos salões e reuniões de gente de bem.

### **Tédio especificamente gerado**

Em uma das passagens mais famosas de *Esaú e Jacó*, Aires vai se descrever, em terceira pessoa, como alguém acima dos conflitos: “Era cordato, repito, embora esta palavra não exprima exatamente o que quero dizer. Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por **tédio à controvérsia**” (EeJ, p. 51, ênfase adicionada).

De tão repetido, o tédio à controvérsia foi transformado quase em bordão e usado largamente como uma espécie de profissão de fé que revelaria o próprio escritor, Machado de Assis. O que esse clichê acaba apagando, além do amalgamento entre narrador e escritor, é a materialidade, ou seja, qual era a controvérsia específica que justificaria a declaração.

Aires apenas ‘confessa’ o seu tédio à controvérsia no momento em que está pressionado,

---

<sup>74</sup> Assis, 2015b, pp. 262-264.

com as costas contra a parede. Na verdade, tal imagem surge como um *sleight of hand* para se abster de mostrar, senão vejamos, uma ideia própria – uma demanda de posicionamento claro entre posições rivais. No caso, Aires é pressionado a dizer se Natividade, a riquíssima mãe dos gêmeos Pedro e Paulo, errou ao visitar a cabocla do castelo, uma vidente, para saber sobre o futuro dos seus filhos – como já citado no segundo capítulo.

A posição do conselheiro é delicada. Natividade precisou cruzar uma série de barreiras para realizar essa visita. Ultrapassou linhas religiosas, já que uma representante da elite do maior país católico do mundo não deveria coadunar com ‘crendices’ populares como adivinhações do futuro, e regras de classe tácitas, já que mulheres de bem não sobem morros para encontrar adivinhas com poderes sobrenaturais. Mais do que isso, cabocla é um termo que embute em si a própria ideia de miscigenação – o que no vocabulário pretensamente cientificista do império e da nascente república brasileira de então representa simplesmente degeneração.

“[A] visita à cabocla podia ser um passo em falso. Natividade e Perpétua sabiam disso e consideravam que estariam ‘perdidas’ se fossem descobertas – ‘embora muita gente boa lá fosse’ para o leitor avisado funciona como uma piscadela do conselheiro Aires, que faz saber (...) que a sociedade carioca era menos esclarecida do que pretendia” (Schwarz, 2014, p. 164). Ocorre que Aires é ninguém menos do que o facilitador desse acordo, desse conchavo, já que o conselheiro foi convidado pela própria mãe dos gêmeos a acompanhar a excursão

dos ricos ao mundo dos pobres.<sup>75</sup> Pressionado, portanto, não pode atacar Natividade por querer adivinhar o futuro dos seus rebentos. E é nesse momento que Janjão teria uma aula.

— Chega a propósito, conselheiro, disse Perpétua. Que pensa o senhor da cabocla do Castelo? Aires não pensava nada, mas percebeu que os outros pensavam alguma coisa, e fez um gesto de dois sexos. Como insistissem, não escolheu nenhuma das duas opiniões, achou outra, média, que contentou a ambos os lados, coisa rara em opiniões médias. Sabes que o destino delas é serem desdenhadas. Mas este Aires, — José da Costa Marcondes Aires, — tinha que nas controvérsias uma opinião dúbia ou média pode trazer a oportunidade de uma pílula, e compunha as suas de tal jeito, que o enfermo, se não sarava, não morria, e é o mais que fazem pílulas. Não lhe queiras mal por isso; a droga amarga engole-se com açúcar. Aires opinou com pausa, delicadeza, circunlóquios, limpando o monóculo ao lenço de seda, pingando as palavras a graves e obscuras, fitando os olhos no ar, como quem busca uma lembrança, e achava a lembrança, e arredondava com ela o parecer. Um dos ouvintes aceitou-o logo, outro divergiu um pouco e acabou de acordo, assim terceiro, e quarto, e a sala toda.<sup>76</sup>

Aires se embrenha no tema, depositando pontos e pingando as palavras com gravidade, regendo a própria apresentação como um ator que compõe seu monólogo conforme as reações da plateia. O conselheiro não poupa esforços na teatralização, valendo-se, inclusive, do seu corpo e pertences pessoais (no caricatural monóculo), despejando todo tipo de retórica apaziguadora ao mesmo tempo em que se vende como figura independente – sua gravidade é, indiscutivelmente, um mistério do corpo. Novamente, como um compasso, o conselheiro se arma do gesto de dois sexos, se abre entre os extremos e gera a concórdia do centro. Há um único objetivo (além do benefício próprio): esvaziar o conflito.

Este é o ponto que, curiosamente, seguiu sem ser explorado pela crítica. Aires não confessa o seu tédio à controvérsia *a priori*, como uma profissão de fé. A alegação só surge quando ele é instado a expressar uma opinião em uma controvérsia em que estava diretamente envolvido e cujo burburinho poderia gerar alguma consequência negativa para si ou para ‘amigos’. O tédio, em outras palavras, é mais do que um traço de personalidade ou estratégia de sobrevivência, é uma ferramenta a ser utilizada conforme a conveniência.

---

<sup>75</sup> É o articulador, ou artista, desse pequeno conchavo. O comportamento, que abre o primeiro romance narrado por Aires, é sistemático e se espalha pelos dois livros.

<sup>76</sup> EeJ, p. 51.

## Diplomacia e o calo do ofício

Esse Aires que aí aparece conserva ainda agora algumas das virtudes daquele tempo, e quase nenhum vício. Não atribuas tal estado a qualquer propósito. Nem creias que vai nisto um pouco de homenagem à modéstia da pessoa. Não, senhor, é verdade pura e natural efeito. Apesar dos quarenta anos, ou quarenta e dois, e talvez por isso mesmo, era um belo tipo de homem. Diplomata de carreira, chegara dias antes do Pacífico, com uma licença de seis meses.

Não me demoro em descrevê-lo. Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo.<sup>77</sup>

Durante a laudatória descrição de si mesmo, o ‘belo tipo de homem’ descreve seu calo do ofício. É interessante, agora, investigar a alegação que a diplomacia se imiscuiu em Aires e alterou sua personalidade de maneira definitiva. Por tal prisma, tudo o que define o velho conselheiro, seu sorriso aprovador, sua fala branda, sua cautela, seu ar exato à ocasião, o tédio à controvérsia, tudo se depreende de sua profissão. Esse fato parece importante para entender a visão de Aires sobre si mesmo (e de como pretende fazer sua imagem avançar sobre os leitores).<sup>78</sup>

### Deformação profissional: diplomática

O conceito de deformação profissional, criado pelo sociólogo belga Daniel Warnotte (1937), sugere que certos comportamentos adquiridos em determinados contextos profissionais invadem outros espaços na vida das pessoas, inconsciente ou conscientemente. Isso aconteceria com o professor que é incapaz de conversar sem assumir um tom professoral, a palestrante que dissertaria de maneira grandiloquente sobre qualquer tema mesmo em família ou o engenheiro que não conseguiria fazer uma tarefa simples, como andar de bicicleta, sem, antes, interromper o passeio para burilar o veículo em busca do desempenho

---

<sup>77</sup> EeJ, p. 50.

<sup>78</sup> Em *Memorial de Aires* (1908), o conselheiro complica a imagem, apresentando-se como um diplomata de berço, com predisposição à mediação quase genética, em passagem já discutida neste capítulo. É outro giro do compasso do conselheiro, variando a sua justificativa conforme o interesse do momento.

ideal.<sup>79</sup> Em resumo, seria o condicionamento profissional se imiscuindo por outras esferas da vida.

Parece não ser exagero dizer, portanto, que Aires surge no universo machadiano se apresentando como uma vítima desse condicionamento profissional. Ao contrário da visão perpetrada pelo seu diário (na qual Aires recoloca em si a mediação acima de tudo), o que aparece, inicialmente, é um homem moldado pela diplomacia e isso influenciando toda sua vida. O calo do ofício perpassa as suas relações, atravessa-o antes de ele poder controlá-lo, inclusive na relação consigo mesmo. Veja a descrição do conselheiro sobre seu casamento, em *Esau e Jacó*. “Posto que viúvo, Aires não foi propriamente casado. Não amava o casamento. Casou-se por necessidade do ofício; cuidou que era melhor ser diplomata casado que solteiro, e pediu a primeira moça que lhe pareceu adequada ao seu destino” (EeJ, p. 51).

De novo, é o ofício que ordena a vida de Aires. No casamento, a ordem das decisões se dá em chave completamente invertida do esperado. A profissão parecia mais promissora com um casamento, logo, o matrimônio é feito. Nada próximo do amor, mas da adequação. No restante do livro, a relação matrimonial não é abordada, a não ser em rápida referência ao seu fracasso. A frieza na descrição da morte da esposa, ainda mais ao se atentar que é feita pelo próprio Aires disfarçado em terceira pessoa, é marcante: “Não se afligiu com a perda, tinha o feitio do solteirão” (EeJ, p. 51).

---

<sup>79</sup> É curioso notar que, inicialmente, Warnotte apresenta o conceito para definir como a burocracia avança irracionalmente e toma o controle da vida do próprio burocrata. Com o tempo, o termo ganhou notoriedade e, hoje, é usado para classificar qualquer avanço de características profissionais sobre o indivíduo.

A relação desconectada não parece ser, contudo, restrita ao seu casamento. Aires fala, em *Esau e Jacó*, do seu interesse por Natividade, a mãe dos gêmeos Pedro e Paulo, quando mais jovem.

Tempo houve (...) sendo ele apenas secretário de legação - que também ele gostou de Natividade. Não foi propriamente paixão; não era homem disso. Gostou dela, como de outras joias e raridades, mas tão depressa viu que não era aceito, trocou de conversação. Não era frouxidão ou frieza. Gostava assaz de mulheres e ainda mais se eram bonitas. A questão para ele é que nem as queria à força, nem curava de as persuadir. Não era general para escala à vista, nem para assédios demorados; contentava-se de simples passeios militares - longos ou breves, conforme o tempo fosse claro ou turvo. Em suma, extremamente cordato.<sup>80</sup>

O retrato, via deformação profissional da diplomacia, apresenta alguém que denega impulsos e rejeita emoções de contato humano. O calo do ofício, portanto, sugere a perda de sensibilidade com o caloso gastar das extremidades da ponta dos dedos que aumentam sua dureza na mesma medida que garantem a incapacidade de sentir.<sup>81</sup>

A análise, contudo, não pode ser interrompida neste momento. A leitura seria superficial e insatisfatória ao sugerir que os anos de diplomacia, ou da arte de mentir em nome de outro país, são os responsáveis pelo endurecimento do velho conselheiro. Tal sugestão reduz o alcance artístico do último narrador de Machado de Assis.

### **Questão de distinção**

Se não são as emoções ou o contato humano, parece que há outra coisa que faz Aires girar. O conselheiro fala de amor em um único momento do seu *Memorial* – e é em relação ao seu desempenho profissional. “É regra velha (...) que só se faz bem o que se faz com amor. (...) Também eu fiz a minha diplomacia com amor, e ouvi a ministros que bem” (MdA, entrada de

---

<sup>80</sup> EeJ, p. 50.

<sup>81</sup> Tal conclusão não parece disparatada ao se analisar que o poema preferido de Aires, “To ---” de P.B. Shelley, é citado várias vezes ao longo do *Memorial*. Em determinado momento do livro, contudo, Aires se ‘confunde’ e troca o verso “I can give not what men call love” por “I can not [love]”. (MdA, entrada de 25 de janeiro, p. 16).

1º de julho, p. 69). Na passagem, o narrador Aires garante que nada menos do que ministros de estado, plural, comentaram positivamente sua atuação como diplomata. Novamente, trata-se de outra tentativa de marcar o seu status perante os leitores depois de passar diversas páginas garantindo ser um servidor público qualquer.

Ao analisar o universo político dos romances machadianos, o crítico Raymundo Faoro destaca como são detalhadamente marcados o mundo da alta sociedade em contraste com o restante. “Há a boa sociedade e a sociedade comum. Entre uma e outra, o abismo do prestígio (...) do acesso. O nosso terceiro estado doura-se com as franjas de *‘noblesse de robe’*, composta por barões, conselheiros e comendadores (...). [Essa] camada semioculta (...) dispõe do poder político” (Faoro, 1974, p. 7-10).

Aires navega exatamente na camada semioculta. Mais do que ser alguém cuja personalidade foi deformada pela prática diária da diplomacia, o conselheiro é o profissional que depende dessas características para atuar fechando acordos – os conchavos. Além do tédio à controvérsia, Aires precisa se mostrar como um deles e ser reconhecido como tal pelos leitores.

Como isso ocorre nas páginas dos dois romances? Indo além da deformação profissional, se faz necessário encontrar um arcabouço teórico que possa oferecer ferramentas úteis a desnudar o velho conselheiro e sua forma de atuar nesse mundo. Os conceitos de Pierre Bourdieu de *habitus* e de capital cultural, social e simbólico abrem caminhos interessantes para mostrar como Aires avança sobre seus leitores.

## Um bom homem

Um traço marcante em diversas leituras dos dois últimos romances de Machado de Assis é a reiteração que coloca o seu narrador, o conselheiro Aires, como portador de bonomia. O velho conselheiro, com ar dignificado e vestimenta completa, acaba sendo visto como esse ser dotado do comportamento característico do bom-homem, marcado pelo *bon ton*, *le bon goût* e, evidentemente, para um autor de vários volumes do *Memorial*, do *bon mot*. Uma demonstração de erudição que se desnuda, especialmente, pelas já abordadas alusões e citações às grandes obras da literatura. Ainda que críticos tenham feito ressalvas ante os traços artificiais de tal bonomia, a imagem que o conselheiro consegue vender é a de ser um bom-homem, parte da boa sociedade a que Faoro faz referência.

O ponto deste texto é argumentar que, muito longe da sua deformação profissional de diplomata, tudo relacionado a Aires - da personalidade à sua aparência física, do seu jeito de falar ou de se portar, da sua maneira de se vestir a até as repetidas referências textuais que usa, tudo, em suma, é parte do seu *habitus*.

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas. O que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial. (...) São também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar.<sup>82</sup>

O ponto crucial que o *habitus* ilustra, no que tange ao velho conselheiro, é o traço duplo – de delimitador de diferenças de si perante o mundo e do mundo perante a si. É uma ação que constitui e é constituída ao mesmo tempo. O *habitus* é o diferenciador, que garante o senso de pertencimento de alguém ao mesmo tempo em que garante o senso de posição do outro (Bourdieu, 2004, p. 158).

---

<sup>82</sup> Bourdieu, 1996, p. 22.

É esse jogo dinâmico que parece marcar a relação do narrador com seus leitores. Se, como foi discutido na introdução desse trabalho, a ação agressiva de Brás de ataques inclementes contra os leitores favorece uma leitura de má vontade, o que o conselheiro logra é o oposto da moeda. Um clube de gente de bem como ele, um círculo de afins que se reconhece sem precisar falar (ou de pessoas/leitores tentando atingir esse patamar).

Ele propositalmente mistura os conceitos de bonomia e cavalheirismo, colocando a ideia de bondade embutida no cavalheirismo, vendendo os traços de classe como que imiscuídos da sua personalidade de pessoa de bem. Em baixo relevo, as marcas de poder – cultural, social e, claro, econômico – são expressas discretamente e se mostram efetivas sem muito alarde. Toda essa ostentação ocorre, evidentemente, de maneira (que parece) muito natural, que se pode alegar que é feita de maneira inconsciente, senão inocente.<sup>83</sup>

Nada parece ter mais essa marca do que a opinião política de Aires. Sem se apegar a rótulos comuns nos debates de então – monarquista, conservador, liberal, positivista, republicano ou outros –, o conselheiro garante aos seus leitores que se encaixa perfeitamente em nenhum deles. Evidentemente, é uma posição bastante aprazível para quem está do lado de dentro do clube.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> As críticas mais contundentes ao conselheiro surgem da desconfiança a esse *habitus*. Maria Manuel Lisboa, por exemplo, alerta o quanto a bonomia de Aires esconde um indisfarçável machismo, claro no seu matrimônio. “Aires’ wife evidently embodies the archetypal invisible woman, trapped within an unhappy marriage from within which her voice cannot make itself heard” (Lisboa, 1996, p. 175).

<sup>84</sup> No primeiro capítulo de *Esaú e Jacó*, o narrador Aires discretamente faz uma referência ao clube londrino que frequenta. “Um velho inglês, que aliás andara terras e terras, confiava-me há muitos anos em Londres que de Londres só conhecia bem o seu clube, e era o que lhe bastava da metrópole e do mundo” (EeJ, p. 22).

Agradados, com a nítida sensação de que também seguram um copo de conhaque e fazem parte do *club*, os leitores podem se sentir à vontade e achar que fazem parte da tertúlia. A taxa de entrada é a anuência com as opiniões enviesadas emitidas pelo velho conselheiro com ares de objetivas e equidistantes. Só que quem organiza a narrativa e brande o compasso é o velho conselheiro.

### **Distinto cavalheiro**

Uma das maneiras mais comuns de descrever o escritor Machado de Assis é com o epíteto distinto. Não é à toa que a leitura crítica mais popular dos seus últimos romances vê em seu personagem Aires mais do que um alter-ego machadiano, mas sua forma ideal. A distinção é a marca fulcral do personagem. “Arrisco-me a supor que o Conselheiro teria sido uma espécie de ego ideal do romancista” (Angiolillo, 2003), como resumiu Alfredo Bosi.<sup>85</sup> A enésima potência da distinção, portanto. Aires, sem dúvida, seria um cavalheiro, alguém que, de acordo com a definição dicionarizada, inspira respeito, e é marcado pela dignidade do falar, por ser ilustre, notável, altamente educado.<sup>86</sup>

Parece não ser coincidência, portanto, que essa leitura do cavalheiro distinto coloca Aires, como Machado, como que pairando sobre os conflitos políticos de então. “O contexto [dos romances] é o Rio da abolição e a proclamação da República. Os fatos estão evocados em

---

<sup>85</sup> Parece não ser coincidência, portanto, que essa leitura do cavalheiro distinto coloca Aires, como Machado, como que pairando sobre os conflitos políticos de então. “O contexto [dos romances] é o Rio da abolição e a proclamação da República. Os fatos estão evocados em algumas passagens (...), mas o seu conteúdo político-partidário e o seu potencial significado popular *aparecem relativizados pelo olhar cético do Conselheiro Aires. Observe-se que esse tom desenganado é o mesmo do Machado maduro das crônicas sobre fatos políticos*”, (Angiolillo, 2003, ênfase adicionada). Bosi comentava a não participação de Machado nas celebrações da Abolição; na verdade, foto resgatada em 2015 apresenta Machado de Assis ao lado da família real na missa celebratória da abolição (Carvalho, 2015).

<sup>86</sup> “Boa educação, elegância, finura, discrição; Maneira honesta, correta e impecável de proceder”, (‘Distinção’, *Dicionário Houaiss*, 2009).

algumas passagens (...), mas *o seu conteúdo político-partidário e o seu potencial significado popular aparecem relativizados pelo olhar cético do Conselheiro Aires*. Observe-se que esse tom desenganado é o mesmo do Machado maduro das crônicas sobre fatos políticos”, (Angiolillo, 2003, ênfase adicionada). Bosi fazia um comentário sobre Machado não ter participado das celebrações da abolição; na verdade, foto resgatada em 2015 apresenta Machado de Assis ao lado da família real na missa celebratória da abolição (Carvalho, 2015).

A polidez, a discrição e a aversão aos conflitos alegadas por Aires precisam, contudo, ser lidas a contrapelo. Em vez de marcas eminentemente positivas de uma abordagem (ou uma ideologia?) que vê no debate entre iguais o marco máximo da busca incansável pelo acordo possível, o que esse texto se propõe a fazer é uma leitura que vê tais traços como estratégias de controle pelo lado mais forte, um embuste silencioso e obsequioso. De tal monta, que a distinção perde seu traço eminentemente positivo, natural/naturalizado, e é possível enxergar o lado oposto da moeda bem menos aprazível.

No Brasil do século XIX, a distinção do conselheiro era também diferenciação em relação restante do país. Os seus traços – o porte físico, as maneiras, os trejeitos – o separam do resto e podem ser identificados imediatamente por um colega ou pelos leitores. Aires, com suas manias europeizantes, seu bigode de pontas retorcidas e flor eterna na abotoadura é, de fato, gritantemente distinto do restante do Brasil de então, com cerca de 83% de analfabetismo. O diplomata deixa a Europa para voltar a um Brasil pouco antes da massa de

libertos ser abandonada ao léu e se digladiar com os poucos trabalhadores livres que, todos juntos, viam bestializados o golpe de estado do início da república (Carvalho, 2003a).<sup>87</sup>

É fundamental destacar que o abandono completo dos escravizados não se deu por distração. O mais aguerrido debate político da abolição se deu perante o pagamento de reparações – aos escravizadores (Costa, 1989). Não é à toa que o banqueiro Aguiar se refere à abolição como “desfalque” (MdA, entrada de 16 de junho, p. 60). Paralelamente, o ambiente cultural e político do país envolvia discussões incessantes sobre a hierarquia das raças em tons supremacistas brancos, que culminaram com o incentivo pela chegada de imigrantes europeus brancos, o imigrantismo, sob a justificativa de teorias científicas que se diziam prontas a criar um novo Brasil – de clara hierarquia social preestabelecida, focada em manter as pessoas comuns fora do processo político. “As oligarquias conseguiram inventar e consolidar um sistema de poder capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora” (Carvalho, 2003b).

Apesar da aparência de grandes mudanças no nascimento da república, a primazia da lógica senhorial mandonista se manteve intacta no período dos dois romances narrados pelo conselheiro Aires.<sup>88</sup> Estudando a obra de Machado de Assis por um viés historiográfico, Sidney Chalhoub destaca a permanência inalterada da vontade senhorial, inviolável, colocando trabalhadores e subordinados em uma eterna (e instável) condição de

---

<sup>87</sup> José Murilo de Carvalho (2003a) cita carta de Aristides Lobo, conhecido propagandista da primeira república, que afirma que a população em geral acompanhava o golpe republicano bestializados. A ideia marca a surpresa da população, mas a escolha lexical embute a ideia da massa como animais a serem arrastados para o progresso por uma elite intelectual e política pensante responsável pelo destino do país.

<sup>88</sup> “O mandão (...) é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional” (Carvalho, 1997).

dependentes: “[Situações rotineiras] traziam sempre o risco do deslize, da palavra dita em má hora, provocando em contrapartida os atos de agressão e humilhação dos detentores das prerrogativas senhoriais” (Chalhoub, 2003, p. 118).

### **Trejeitos de classe**

O Brasil da oligarquia absoluta, segundo a supracitada crônica machadiana de maio de 1888,<sup>89</sup> precisa ter alguma maneira de fazer os chefes locais chegarem a um acordo, só assim é que a engrenagem nacional pode andar. Já foi dito como Aires atua como um artista do conchavo, aquela figura tipicamente brasileira que desempenha o crucial papel de costurador de acordos das demandas antagônicas oligárquicas, dos diversos escravizadores, grande comerciantes e figuras do governo, direcionando as perdas para os mais fragilizados.

O que há de novo, aqui, é como a posição de Aires o coloca, segundo sua própria descrição, no polo oposto do trabalhador, vivendo eternamente no terreno escorregadio da boa vontade senhorial – alguém fragilizado cujo qualquer deslize pode ser fatal. O conselheiro sempre usa a expressão exata, no momento certo, para encontrar o caminho possível dentro da oligarquia brasileira. Voltemos à sua descrição de si mesmo, em terceira pessoa. “[T]razia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada. (...) [E]ra um gosto ouvi-lo e vê-lo. (...) No alto da cabeça havia um início de calva. Na botoeira, uma flor eterna” (EeJ, p. 50). Mais à frente, a descrição avança para dizer que: “Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia” (EeJ, p. 51).

---

<sup>89</sup> Crônica de 11 de maio de 1888, *Bons Dias* (Assis, 2015d, p. 756).

É basicamente o polo oposto do trabalhador comum (liberto ou imigrante) descrito por Chalhoub. Aires sabe o que fala, quando falar e – acima de tudo – quando calar. Em suma, o conselheiro está sempre agradando por ação (ou omissão) e avançando graças à sua distinção.

### **As marcas dos capitais**

A distinção de Aires se dá pela combinação única dos capitais que ele carrega. É importante demarcar a vasta quantidade de capital social apresentada pelo conselheiro; em outras palavras, suas relações pessoais/profissionais (no caso brasileiro, umas violentamente imbricadas nas outras). Ao longo do livro, o conselheiro “casualmente” deixa escapar a amplitude e a profundidade de sua rede de conexões, sempre no topo. Embaixadores o procuram, ministros de estado o elogiam, banqueiros almoçam com ele, diplomatas tomam chá das cinco; desembargadores, juízes e grandes comerciantes pululam nas páginas dos romances narrados por ele, ao ponto que muitos acabam descritos apenas pelos cargos, sem nomes. Aires, no eufemismo tão tipicamente brasileiro, é um homem de boas relações.

Há, contudo, uma dicotomia curiosa nesse movimento. Ao mesmo tempo em que alega (com certo prazer) ter sido um profissional qualquer,<sup>90</sup> Aires reitera constantemente, e de maneira pouco discreta, a importância de sua rede de sociabilidade. “Também eu fiz a minha diplomacia com amor, e ouvi a ministros que bem (...). Se não fosse carreira é provável que eu acabasse juiz, banqueiro ou outra cousa.” (MdA, entrada de 1º de julho, p.

---

<sup>90</sup> “Sabe que eu já não sou deste mundo e politicamente nunca figurei em nada. A diplomacia tem este efeito que separa o funcionário dos partidos e o deixa tão alheio a eles, que fica impossível de opinar com verdade, ou, quando menos, com certeza” (EeJ, p. 142).

69). Em paralelo com as possibilidades profissionais exclusivas ao mais alto topo, vale ressaltar o plural ministros – mais de um se deu ao trabalho de elogiar o ‘modesto’ conselheiro/diplomata que garante nunca ter feito nada de relevância como determinação de fronteiras ou acordos comerciais.<sup>91</sup>

A movimentação tem efeito duplo. Primeiro, parece se tratar de uma tentativa de mistificar o que está realmente em jogo – a ampla disposição a negociar por qualquer um daquela esfera com o coração disposto a tudo. Depois, dá peso a alegação de imparcialidade, de não participar do “jogo político”. Na verdade, a vontade do conselheiro de plainar sobre os partidos se converte em um diferencial competitivo de negócios, já que uma proximidade maior com tal ou qual partido acabaria prejudicando a aparência de equidistância, fundamental para o conchavo.

Por fim, e o ponto mais importante para a análise, é que tal comportamento mantém viva a imagem de discrição. Um homem discreto como o conselheiro jamais alardearia os seus contatos em todas as (mais altas) esferas brasileiras – apesar de fazê-lo sistematicamente nos dois romances. O jogo é tácito, parte de sua velha estratégia de descobrir e encobrir que se volta contra os leitores: o caminho mais aconselhável é aceitar o ponto de vista de um homem tão bem relacionado.

### **As marcas embebidas do capital cultural**

---

<sup>91</sup> “A diplomacia que exerci em minha vida era antes função decorativa que outra coisa; não fiz tratados de comércio nem de limites, não celebrei alianças de guerra; podia acomodar-me às melodias de sala ou de gabinete” (Mda, entrada de 31 de agosto, p. 90)

O conselheiro não seria quem é, contudo, apenas pela copiosa presença de nomes importantes em sua agenda e pelos elogios de gente importante. Aires traz em si marcas – tangíveis e intangíveis – do capital cultural que acumulou.

O capital cultural representa o conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar e pela vida familiar. O que significa dizer que esses traços são adquiridos, ao longo do tempo, nos vários estágios de educação formal, do colégio à universidade (advocacia no Largo São Francisco, na Universidade de São Paulo, no caso do conselheiro), mas também incluído o ambiente familiar e o círculo de amigos próximos.<sup>92</sup>

Como resume Monteiro (2019, p. 48-72), o capital cultural possui três estados diferentes: incorporado, ou seja, as disposições que passam a ser internalizadas pelas pessoas por instituições educacionais – como habilidade de debater, de usar retórica, de falar em público, do domínio de idiomas, entre outras (atividades que demandam tempo e só podem ser ensinadas em longo prazo); objetivado, pela posse dos bens culturais apreciados (sejam livros, obras de arte, etc); e institucionalizado, na confirmação institucional da “posse” do conhecimento em questão (diplomas, certificados, títulos de nobreza, etc.).

É o capital cultural que garante a capacidade de navegar (e reconhecer) as referências culturais à literatura ocidental tão insistentemente repetidas por Aires, assim como ter *bonnes manières* para agir em um encontro informal entre colegas ou em jantares formais,

---

<sup>92</sup> Vale salientar que Bourdieu (2004, pp. 149-180) faz a ressalva de que os capitais, nas suas diferentes vertentes, se entrecortam, se influenciam e se interrelacionam. A rede de amigos de infância (capital social) foi feita durante o investimento familiar em um colégio específico (capital cultural); tudo pago pelo capital econômico. É o cruzamento de todas essas esferas que garantem o pertencimento de alguém a determinado espaço.

em trajes de gala. Ao fazer parte de tal mundo, se conhece as expectativas tácitas do como se portar: “A acumulação de capital cultural exige uma *incorporação* que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, *custa tempo* que deve ser investido *pessoalmente* pelo investidor”, (Bourdieu, 1999, p. 72, ênfase no original).

O distinto conselheiro, o cavalheiro brasileiro, possui em si e de maneira abundante todas as marcas do capital cultural – incorporado, objetivado e institucionalizado. E ele passa seus dois romances, incansavelmente lembrando os leitores disso. Em sua insistência nas alusões e citações em diversos idiomas, nos repetidos apartes sobre suas participações (usualmente impecáveis) nos salões pelo Brasil e pela Europa, além de sua longa lista de títulos. É a evolução à enésima potência do que Brás Cubas e Bento Santiago já tinham tentado fazer antes, mas como diletantes. É só com o conselheiro que esse pavoneamento aparece por alguém de dentro, não de um defunto autor ou de um casmurro em autoexílio; o que faz desse acúmulo algo factível.

Em um Brasil instável, com a monarquia a cair e a república em nascedouro após a abolição da escravidão, o que se tem é um Aires que parece flutuar acima de todos – ante guerras civis, novos ricos, *booms* especulativos, política de importação de imigrantes e perspectiva de urbanização. Mais do que a aposentadoria ou a estratégia para aprender como ser um futuro morto, o velho conselheiro é capaz de se manter incólume por ser o ápice do capital cultural (e social), tendo presença garantida em qualquer que seja o novo sistema político brasileiro. Aires é reconhecido por todos naquela sociedade e pelos leitores.

### **Capital enquanto reconhecimento**

Na sua análise do desenho social, Bourdieu invoca o poderio simbólico dos vários tipos de capitais para explicar questões relacionadas com o reconhecimento e a percepção social: “O capital simbólico não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido (...). [Ele dá] direito às vantagens de reconhecimento” (Bourdieu, 2004, p. 163). No fundo, de nada adianta ter uma ampla gama de capital disponível se não houver reconhecimento entre os pares. Aqui, novamente, o conselheiro Aires se destaca. As condecorações, os livros, as citações às grandes obras da literatura e seu tempo sempre disputado por outras pessoas da elite o colocam como um portador de significativo capital simbólico, o que, por sua vez, garante reprodução dos outros capitais.

É, assim, efetivamente impossível de ter excesso de capital simbólico. Bourdieu salienta como a sua abundância – o farto reconhecimento entre os pares – garante um tipo específico de reconhecimento entre os seus, sem traço negativo. Se uma abundância de dinheiro pode ser vista como falta de bom gosto de novo rico em certos círculos, simplesmente não há como ter excesso de prestígio: “[Quem] detém (...) eloquência, inteligência ou ciência é espontaneamente percebido como detentor de uma autoridade legítima. [D]ignos de exercer seu poder em nome de uma competência que aparece como fundada na natureza, na virtude ou no mérito” (Bourdieu, 2014a, p. 353). Em outras palavras, a abundância de capital simbólico reforça a impressão de que a pessoa em questão está acima das disputas políticas, como Aires quer ser visto. Ao contrário, o que isso marca de fato é que essa pessoa conseguiu se destacar no jogo social de conhecimento e reconhecimento, podendo simular sua superação. De nada adiantaria o acúmulo dos títulos, dos diplomas aos honoríficos, a posse de livros em edições caríssimas, as conversas em restritos *clubs* – é aqui que a justificativa até de escrever um *Memorial* surge. Para ser

efetivo, ele precisa ser visto. Como bem resume Bourdieu, o capital simbólico só pode existir pela sua exibição (Bourdieu, 2014b, p. 400).

### **O jogo com os leitores**

Ao naturalizar um conselheiro-narrador, um bem sucedido homem do alto, diplomata com inúmeras relações exclusivamente no topo da pirâmide e com abundante capital simbólico, Machado de Assis consolida a distinção de Aires ao mesmo tempo em que avança na naturalização dos seus pontos de vista. Se quiserem fazer parte do *club* que Aires frequenta, os leitores precisam aceitar o foco obsessivo do conselheiro nas histórias conjugais de pessoas ricas com seus pequenos problemas. Querer saber de qualquer outra coisa seria deselegante e, por consequência, os leitores acabariam excluídos.

Machado consegue recriar, na forma dos romances, a dinâmica social do arrivismo – os leitores precisam aderir submissamente ao ponto de vista do narrador para poder continuar na leitura; são os leitores que procuram validação. É o que Bourdieu e Wacquant (2013) chamaram de mercado de ações do crédito social. De um lado, o afã de participar de grupos vistos como superiores; na outra ponta, o reconhecimento de que os ares rarefeitos do pico não são para todos: “To force one’s way through the gates of groups that are placed higher (...) [is] to close one’s doors on more and more people: such is the law of socialite ‘credit.’” (Bourdieu and Wacquant, 2013, p. 295).

Se, como discutido anteriormente, está correta a impressão deste projeto que os narradores pregressos machadianos, Brás Cubas e Bento Santiago, usam, basicamente, uma espécie de jogo de força bruta narrativa para garantir o convencimento dos leitores (ou sua submissão),

o que esse capítulo se esforçou por mostrar é como o movimento feito por Aires é de altíssima periculosidade e maior eficiência. O conselheiro tem as mesmas intenções dos outros narradores, mas sua estratégia muda drasticamente: e esse é o segredo do sucesso.

### **A expansão das fronteiras brasileiras**

Encerrado o percurso teórico sobre Aires e os capitais que solidificam a sua distinção, o passo agora é retornar à materialidade do Brasil no período para tentar compreender como esse traço pode estar relacionado ao país de então. Já foi abordada, neste capítulo, a visão crítica que as obras machadianas apresentam sobre a diplomacia e o ideal de último bastião ante a violência e a barbárie da guerra. Ao contrário, elas sugerem que a diplomacia se trata de mais uma arma a ser usada de maneira mais eficaz pelos entes mais fortes, no arsenal da disputa política. Longe estão conceitos morais absolutos como justiça, equilíbrio ou neutralidade; muito mais perto está a desnudada disputa brutal de interesses, ainda que de aparência distinta e apropriada.

Ao voltar os olhos ao conselheiro Aires, é possível notar como os seus traços característicos – da distinção à polidez e ao tédio aos conflitos – funcionam como a personificação dos traços da diplomacia em um personagem. O conselheiro é o agente mistificador dessa disputa de poder, ou, nos termos de *Esaú e Jacó*, alguém dedicado a descobrir e encobrir.<sup>93</sup> Não só isso, Aires é apresentado como o agente diplomático com o maior poder simbólico em seus círculos, capaz de navegar, inclusive, mudanças de regime com pouco (ou nenhum)

---

<sup>93</sup> Descobrir é, por si só, um verbo preñado de significado na cultura portuguesa/brasileira; do ponto de vista colonial, “tudo” começa no Brasil com o descobrimento. Na leitura de Maria Manuel Lisboa (1996, pp. 151-262), contudo, os verbos da diplomacia escolhidos por Aires são um artifício retórico para esconder o verbo real: mentir.

problema, pastoreando o futuro do país, na história nacional, com as suas memórias e mantendo a visão, positiva, dos leitores sobre ele.

Há um paralelo interessante entre a ficção machadiana e a materialidade histórica da diplomacia brasileira no período descrito pelos romances narrados por Aires. O Brasil foi capaz de aumentar exponencialmente suas dimensões territoriais continentais ao se aproveitar do sistema de governo mais estável do que o de seus vizinhos, apoiando-se na estabilidade de suas instituições e de seus quadros consagrados. Assim, o país garantiu relações diplomáticas estáveis, e positivas, com diversos países do 'centro' do mundo de então, Europa e Estados Unidos, contrastando radicalmente com as repúblicas de colonização espanhola que, após os turbulentos processos de independência, ainda conviviam com inúmeras convulsões sociais e trocas constantes de governo.<sup>94</sup>

Há um tanto de ficção nesse retrato brasileiro, como bem discute Soares (2024). De qualquer jeito, o esforço era para criar esse conceito e a diferenciação com os vizinhos sul-americanos.

### **Decoro e polidez como dissimulação da disputa territorial**

O Brasil foi, indiscutivelmente, o país que mais ganhou território na América Latina, em especial no século XIX – cerca de 900 mil quilômetros (território equivalente a três vezes a extensão territorial da Itália). Ao analisar o tratamento acadêmico em língua portuguesa da questão, é possível ver certa naturalização sobre as dimensões do país, com o

---

<sup>94</sup> Vale lembrar que a extensão territorial do Brasil só acontece com a quebra de um tratado. Inicialmente, o tratado de Tordesilhas (1494) manteria o domínio português basicamente a uma fatia de cerca de 1800 km da costa brasileira. Mas, desde o início, a colonização se fez com bandeiras rumo ao interior em busca de minérios e indígenas para escravização. Não se trata aqui de lamentar o pouco respeito aos acordos entre potências coloniais, mas de marcar a distância entre a retórica ilibada e a prática do jogo político.

expansionismo territorial não sendo um tópico polêmico. Em boa parte, é buscado um tom 'neutro', focado na recapitulação dos inúmeros acordos diplomáticos com vizinhos, com foco nas datas e acordos, destacando os árbitros internacionais.

Em certos casos, há clara celebração do avanço territorial, colocado quase de comum acordo.<sup>95</sup> "Partindo de uma faixa limitada de terra (...) aos poucos ampliamos o espaço político sobre o que passamos a exercer domínio, para criar as proporções continentais que apresentamos agora e constituem obra admirável de potencialidade" (Reis, 1972, p. 5).

Não é esse o cenário quando se vai analisar a literatura sobre a expansão territorial brasileira em espanhol e em inglês. O avanço brasileiro sobre o terreno dos vizinhos sul-americanos é discutido em profundidade ao ponto de, ao se deparar com o avanço territorial do vizinho continental, tentar estabelecer se havia algum tipo de ideologia que justificasse a prática sistemática do expansionismo, algo como um destino manifesto tupiniquim.<sup>96</sup>

Ori Preuss, em seu importante livro sobre as relações do país com os vizinhos sul-americanos, classifica a narrativa brasileira de avanço territorial pacífico como um mito antigo (Preuss, 2011, p. 180). Segundo ele, trata-se do discurso fundador da política externa

---

<sup>95</sup> O caminho mais claro parece estar na transformação jingoísta dos principais diplomatas do período em heróis nacionais, em especial o Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco. É possível ver ecos desse discurso ainda hoje: "O gigante da diplomacia brasileira (...), o Barão do Rio Branco, que consolidou as fronteiras brasileiras anexando 900 mil quilômetros quadrados a nosso país sem que fosse disparado um tiro sequer." (Hortencio, 2014). É preciso ressaltar que vários tiros foram disparados.

<sup>96</sup> De um lado, pesquisadores como Schilling (1978) argumentam que o Brasil criou uma espécie de destino-manifesto, avançando sobre os territórios vizinhos como parte de um ideário político civilizatório justificado por tom supremacista branco. Schilling chama a ideologia de "sub-imperialismo", em que o país operaria como um sócio menor da potência de então, inicialmente Londres e, depois, Washington. Já Castro (1980) justifica o avanço como uma estratégia eminentemente econômica, sem grandes elocubrações teóricas em busca de recursos naturais.

brasileira, relacionado com *tropo* da identidade nacional, a ideia de que o Brasil é uma nação pacífica, cordial, temente às leis e marcada por uma evolução histórica baseada na concórdia. A opção por mito se justifica por marcar tanto a ideia de uma alegação sem base na realidade quanto para ressaltar o esforço ativo dos intelectuais brasileiros de criar uma mitologia para o país que, depois de repetidas inúmeras vezes, se consolidou e se tornou naturalizada.

Descobrir e encobrir, de fato. A diplomacia brasileira, portanto, se envolveu não apenas em conquistar novos territórios dos seus vizinhos 'amigos' latino-americanos, mas, também, em criar um discurso em que invalida, preventivamente, reclamações contra o próprio ato que praticou contra eles: "A discourse that depicted territorial expansion as gentle, diplomatic act that even brought peace and unity to South America" (Hertzman, 2015, p. 9).

O ato diplomático do governo brasileiro envolvia uma maneira específica de atuação que traz outro paralelo importante com o conselheiro Aires. Daniel Buarque, analisando a figura do patrono do Itamaraty, o Barão do Rio Branco, afirma que o principal foco da diplomacia brasileira era usar de pompa e circunstância para se fazer visto pelas potências mundiais, um país novo, de fato, mas tão igual quanto possível aos europeus e, ainda mais importante, radicalmente diferente dos vizinhos sul-americanos: "One of the very important pieces of the puzzle of national identity and diplomatic style developed by Rio Branco was this primacy of prestige and status among Brazil's international agenda priorities" (Buarque, 2021).

### **O motor do expansionismo brasileiro**

O expansionismo brasileiro, na interessante leitura de Valero (2013), se deu com base em um tripé de motivações/justificativas: a doutrina das fronteiras naturais, o direito da posse de fato (*uti-possidetis de facto*) e a justificativa de missão civilizatória na região. Ações que, combinadas, garantiram, na prática, o avanço territorial brasileiro. Vale ressaltar o quão interessado era Machado de Assis no tema das fronteiras nacionais. Em sua biblioteca, compilada por J. M. Massa (2001, p. 58), o escritor tinha nada menos que 13 volumes sobre as fronteiras brasileiras, com destaque para as disputas no Oiapoque, com a Guiana Francesa, e na disputa entre Brasil e Argentina na chamada questão de Palmas.

A doutrina de acidentes naturais argumenta que acidentes geográficos – de rios a serras, entre outros – marcam, naturalmente, a separação entre os países e, portanto, são os locais preferenciais para o estabelecimento de fronteiras. Já o *uti-possidetis de facto* é a argumentação jurídica que defende que o proprietário de um território deve ser confirmado como controlando aquilo que já possui de fato, em contraste ao proprietário de direito, apenas no papel. Esses dois pontos, combinados, ajudam a explicar o arcabouço teórico do crescimento territorial brasileiro. Entes privados ou o próprio governo brasileiro avançaram sobre territórios vizinhos, seja por falta de clareza das fronteiras, pelo afã da conquista de terras ou para a extração de recursos naturais. Uma vez estabelecidas, essas invasões funcionaram, com o passar dos anos, como base argumentativa para acordos diplomáticos posteriores que se basearam em acidentes geográficos ainda mais ‘para dentro’ do terreno vizinho, com fronteiras naturais que marcaram novas divisas. Synésio Goes Filho provocativamente traduz a atuação como diplomacia bandeirante (Goes Filho, 2021, p. 248). Parece imediatamente claro como esses dois passos em conjunto abriram espaço para uma reedição das bandeiras coloniais portuguesas. Na prática, a diplomacia brasileira do período

funcionou como o braço polido e dignificado do expansionismo territorial, que garantiu novas aquisições de terra ao país já continental.

Uma justificativa de teor moral surge amarrando esses dois processos, escamoteando o afã expansionista por territórios e recursos naturais. Seria a responsabilidade brasileira, inicialmente enquanto um império (depois república), católico e “civilizado”, com maneiras europeizadas e europeizantes, idioma solidificado e unidade territorial, liderar, pelo ‘exemplo’, as diversas repúblicas de colonização espanhola que volta e meia enfrentavam trocas de governo violentas com possibilidade de desembocar em guerras civis.

Coroando esse processo há, também, uma corrente ideológica subjacente ao expansionismo à brasileira. Se, como argumenta Hobsbawm citando o liberalismo do século XIX, as nações eram a fase mais evoluída da experiência humana. A ideia era que os humanos foram de indivíduos à família, à tribo para, finalmente, atingirem o estado de nação. Assim, essas lentes viam o expansionismo territorial como “a prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécie social” (Hobsbawm, 1990, p. 50). Em outras palavras, a aquisição de mais e mais territórios era a prova da sobrevivência da nação mais forte, na releitura rebaixada do darwinismo social que era a coqueluche intelectual brasileira da época.

Tudo, combinado, garantiu ao Brasil o seu expansionismo dissimulado: “De todas las naciones de la América Latina, Brasil ganó la mayor cantidad de territorio (...). [U]na nación que conservó casi en su totalidad el territorio colonial y sumó nuevos espacios a expensas de todos sus vecinos” (Valero, 2013). Parece salutar notar como o conselheiro Aires mantém,

com o leitor, a dinâmica da diplomacia brasileira com os seus vizinhos: a educação, a pompa e a distinção funcionam em conluio para garantir submissão.

### Jantando com os belgas

Mandei saber do Aguiar; amanheceu bom; não sai para se não arriscar, mas está bom. Escreveu-me que vá jantar com eles. Respondi-lhe que a doença foi um pretexto para passar o dia de hoje ao pé da esposa, e por isso mesmo não me é possível ir contemplar de perto esse quadro de Teócrito. Realmente, não posso, **tenho de ir jantar com o encarregado de negócios da Bélgica**. Confesso que preferia os Aguiares, não que o diplomata seja aborrecido, ao contrário; mas os dois velhos vão com a minha velhice, e acho neles um pouco de perda mocidade. O belga é moço, mas é belga. Quero dizer que, cansado de ouvir e de falar a língua francesa, achei vida nova e original na minha língua, e já agora quero morrer com ela na boca e nas orelhas. Todos os meus dias vão contados, não há recobrar sombra do que se perder.

“Quadro de Teócrito” – escreveu-me Aguiar em resposta à minha recusa – “quer dizer alguma coisa mais particular do que parece. Venha explicar-mo amanhã, entre a sopa e o café, e **contar-me-á então os planos secretos da Bélgica**. Tristão diz-me que jantará também, se Vossa Excelência vier. Veja a que ponto chegou este ingrato, que só janta conosco, se houver visitas; se não, some-se. Virá, conselheiro?” Respondi que sim, e vou. A frase final do bilhete traz uma afetação de mágoa, algo parecido com prazer que se encobre; por outras palavras, sabe-lhes aquela ausência do rapaz, uma vez que tudo é amarem-se duas criaturas que os amam, e a quem eles amam também. Hei de ver que, acabado o jantar, os primeiros que o remetem para Botafogo são eles mesmos.<sup>97</sup>

Já foi discutida essa passagem em relação à referência a Teócrito, mas outro traço fundamental surge dissimuladamente. Ela demonstra claramente como o conselheiro puxa os olhos dos leitores para certas partes do texto, ao mesmo tempo em que, elegantemente, suprime outras. Tudo sendo feito com aparente bonomia, criando um sentimento de conexão com os leitores. Aires pastoreia os leitores sem criar nenhuma reação adversa.

Na passagem, o velho conselheiro oferece um caminho plácido para uma leitura superficial. Aires, o profissional dignificado precisa ceder às pressões do cargo para jantar com o representante belga, perdendo a companhia de seus grandes amigos. A força do dever surge inapelável – Aires, além de cavalheiro, surge como a destilação do *ethos* burguês brasileiro. O conselheiro, contudo, é extremamente cuidadoso para não deixar passar qualquer

---

<sup>97</sup> MdA, entrada de 13 de fevereiro, p. 165, ênfase adicionada.

insinuação sobre o diplomata belga enquanto pessoa: não se trata de reservas pessoais.<sup>98</sup>

Eliminada a possível indelicadeza, Aires volta a um dos seus temas preferidos, a velhice, ressaltando como se vê no idoso casal Aguiar.

Há, contudo, marcas dissonantes na passagem. Aires abre seu *Memorial* dizendo que voltou à sua terra natal para nunca mais trabalhar, já que está efetivamente aposentado. Qual seria, então, a obrigatoriedade do jantar? Há outro ponto inusitado: a amizade com os Aguires só ganha essa aparência de encontro de almas a partir dessa passagem, quando ele precisa justificar o jantar com o belga. O tom melífluo chega a soar surpreendente, já que o reservado Aires teve, na prática, um punhado de reuniões sociais formais com o casal que conhece faz menos de um ano.

Ocorre que, contudo, Aires é excelente em descobrir e encobrir, dando pouco tempo aos leitores para questionamentos, e muda rapidamente de assunto. O seu passe de mágica, a prestidigitação do conselheiro, acontece na sua digressão sobre a língua portuguesa. O diplomata nato, que mostrava a sua capacidade de mediação desde o jardim de infância, talvez até antes, passa a confessar, de repente, sua incontrolável vontade de só ouvir e falar sua língua materna. O tom usado por ele é um tanto aberrante: Aires jura querer morrer com a língua portuguesa na boca e nas orelhas.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> “Não que [o belga] seja aborrecido, ao contrário” (MdA, entrada de 13 de fevereiro, p. 166). Ao escrever o seu diário, Aires edita agressivamente as suas palavras e, algumas vezes, deixa isso claro aos leitores.

<sup>99</sup> A vinculação entre morte e língua materna é melodramática e quase jingoísta, soando excessiva para Aires. A subida no tom, contudo, parece estar motivada pelo risco corrido pelo conselheiro – ele precisou carregar nas tintas depois de ter confessado o encontro, para tirar o leitor das pistas que ele realmente não queria investigadas – a Bélgica. Este é o caminho que vai ser trilhado na sequência.

Para provar, Aires cede a veleidades líricas, estranhamente desconcertantes: “Todos os meus dias vão contados, não há recobrar sombra do que se perder” (MdA, entrada de 13 de fevereiro, p. 166). O tom chega a ser quase ultrarromântico na obsessão com a morte, enquanto estilo e ritmo interno destoam agressivamente do restante do *Memorial*. O verso funciona em via dupla: mostra a habilidade de Aires no trato com a língua materna e impressiona o leitor com o seu patriotismo. Depois, Aires apresenta o bilhete de Aguiar, copiado entre aspas na voz do banqueiro, e deixa passar o pedido dele pelos planos secretos da Bélgica. Para evitar algum gosto amargo da demanda de Aguiar (*lobbying, insider trading* ou tráfico de influência?), o velho conselheiro oferece a apaziguadora conclusão de tudo não passar de piada, criada pela caricatura hiperbólica de conversa entre velhos amigos, nada além disso.

Para resumir: o diplomata, aposentado, precisa ir a um jantar que não quer, mas é obrigado. O seu dever o chama. O seu coração, contudo, ficará com os seus velhos ‘amigos’, sempre pensando neles em português, a língua materna que ama. Quem poderia ignorar tal infortúnio?

### **Uma visita de Bruxelas**

Se os leitores forem capazes de ganhar algum distanciamento e superarem a pulsão empática pelo sexagenário preso a um dever eterno, a passagem se abre de maneiras inesperadas. A desconfiança parece salutar já que, como citado, jantares com encarregados de negócios são inesperados para um aposentado, especialmente alguém que jura ter tido pouquíssima importância em sua carreira como diplomata. Ainda assim, encontrar-se com ‘gente de bem’ é o que mais faz o conselheiro ao longo dos romances, pululando referências

a almoços e jantares (reuniões de negócios não explicitados, enfim) com diplomatas, banqueiros, desembargadores, juízes, ministros de estado e afins. Estaria Aires usando de modéstia para minimizar sua própria importância? Ou, o que parece mais provável, escondendo o (seu) jogo? <sup>100</sup>

A Bélgica é a principal referência concreta da passagem, que pode passar despercebida. À primeira vista, para um leitor contemporâneo aos romances, o pequeno país europeu poderia ser relevante pela proximidade com o Brasil. Bruxelas é um antigo parceiro comercial brasileiro, assinando um dos seus primeiros acordos de comércio com o império quatro anos após sua independência, em 1834 (Stols, 1975). Isso garantiu que os portos belgas, em especial na Antuérpia, tivessem historicamente funcionado como o ponto de entrada dos produtos brasileiros na Europa. A relação das nações é bastante próxima.<sup>101</sup>

Há outro traço interessante na relação entre os dois países. Os filhos da elite brasileira costumavam ser enviados para universidades belgas para a sua primeira experiência de vida independente europeia. Além de passarem a dominar o francês, eles experimentavam o velho mundo em um reino católico conservador, o que agradava às famílias ricas: “[U]m país monárquico mais seguro e também mais barato do que a França’. [E]m carta (...), [o conselheiro] Antônio Prado recomendou ao irmão o país por não ter costumes tão diversos como a Alemanha nem tão perigosos como Paris” (Stols, Mascaro e Bueno, 2014, p. 41).

---

<sup>100</sup> É preciso ressaltar, também, que para alguém que melodramaticamente se dizia pronto para morrer ouvindo e falando apenas a sua língua natal, Aires falou bastante francês ou inglês em suas reuniões, inclusive com o belga.

<sup>101</sup> Pedro II visitou a Bélgica quatro vezes, a última em 1888 (Stols, Mascaro e Bueno, 2014).

O próprio Machado de Assis tinha uma relação próxima com os belgas. Assíduo frequentador da livraria do editor Jean-Baptiste Lombaerts, fundada em 1848, ele colaborava como autor para as publicações da sua tipografia. Ao todo, Machado escreveu 37 contos, seis poemas e uma novela para a revista *A Estação*, publicada pelos Lombaerts, a principal produção foi o folhetim de *Quincas Borba* (Crestani, 2008). O escritor participava das reuniões da sociedade benemerita belga no Rio de Janeiro e se tornou amigo próximo do filho do editor, Henri Lombaert, tendo sido, inclusive, responsável por escrever o seu obituário em 1897.<sup>102</sup> É possível dizer, portanto, que os países eram velhos conhecidos, inclusive do próprio Machado. Contudo, parece haver, na referência do *Memorial* a um jantar com encarregado de negócios belga, algo que vai além do compadrio.

### **Neocolonialismo africano (e sul-americano)**

O que é fundamental para este texto é que o jantar acontece durante os anos de 1888/1889, exato momento em que os belgas davam os primeiros passos de nova tentativa neocolonial na América do Sul, tendo o Brasil como centro, em uma ação paralela ao ‘sucesso’ no Congo.<sup>103</sup> O modelo colonizador de Bruxelas era diferente das propostas mais comuns da época, em que algumas dezenas de famílias europeias vinham para o Brasil substituir os escravizados; os belgas pretendiam algo muito mais radical na sua extensão (e nos seus objetivos finais). Em 1844, a Bélgica havia tentado colonizar Santa Catarina com a companhia Belga-Brasileira de Colonização. Apesar da oferta inicial de ações, a operação não avançou, já que o Império Brasileiro não entregou o território prometido (Storms, 2021).

---

<sup>102</sup> “Durante muitos anos entretive com Henrique Lombaerts as mais amistosas relações. Era um homem bom, e bastava isso para fazer sentir a perda dele” (Assis, 2015d, p. 1281).

<sup>103</sup> Mais discreto do que o processo na África, a disputa pela Amazônia durante a febre da borracha foi um momento histórico fundamental para o Brasil no período. Para maior detalhamento e a visão de escritores brasileiros sobre o tema, ver Hetch (2013).

Segundo Ferreira, as intenções belgas eram de simples conquista territorial. “[A Bélgica buscava] dispersão de população por meio de processo de emigração e a aquisição – ainda que indireta – de territórios por meio de firmas” (Ferreira, 2018, p. 91).

Na sua análise sobre os belgas no Brasil no século XIX, o historiador Eddy Stols chama a tentativa de colonização de territórios no Mato Grosso e na Amazônia de “la récidive de l'aventure congolaise” (Dumoulin e Stols, 1987, p. 77). Não só pela busca de lucratividade acima de tudo, mas também pelo aproveitamento de pessoal – os gestores coloniais do Congo ocupariam postos-chave no Brasil, de soldados a administradores. Em outras palavras, uma reedição sul-americana daquilo que já foi classificado como a experiência mais brutal do colonialismo, com estimativa de cerca de 10 milhões de mortes, ou cerca de metade da população do país, ao se somar assassinatos cometidos pelo estado, epidemias, fomes e vítimas de trabalho forçado (Vansina, 2010). Edmond Carton de Wiart, secretário particular de Leopoldo II, afirma em suas memórias: “Quel chapitres restent encore à écrire sur les desseins qu'il tenta de réaliser ou ne réalisa qu'en partie en Amérique du Sud” (Wiart, 1944, citado em Dumoulin and Stols, 1987, p. 79).

Antes de partir para o capítulo sul-americano, é crucial atentar como o capítulo africano surgiu. O Estado Independente do Congo foi concedido pelas potências europeias após a Conferência de Berlim (1884/1885), diretamente como um território pessoal de Leopoldo II, o rei belga, e não uma colônia. Para os objetivos deste texto, é interessante levar o foco para a conquista de Leopoldo II. Ele investiu vários anos patrocinando jornais (e jornalistas) para garantir uma cobertura mundial favorável. Em paralelo, ele contratou diplomatas estrangeiros diretamente para atuarem como lobistas do país e defenderem seus projetos

nos vários corpos diplomáticos. Como passo final, o monarca belga patrocinou a realização de diversas conferências e exposições pelo mundo, detalhando as maravilhas da região e usando como chamariz exploradores famosos, como Henry Morton Stanley, para, a partir daí, detalhar os seus planos ‘filantrópicos’ de desenvolvimento regional (Hochschild, 1998, pp. 50-86). O resultado foi o apoio mundial à sua iniciativa. Leopoldo II conseguiu realizar o “most sophisticated piece of (...) lobbying on behalf of a foreign ruler in the nineteenth century” (Hochschild, 1998, p. 80).<sup>104</sup>

A estratégia teve efeitos semelhantes no Brasil. Nas cartas e ofícios enviados pelo Conde de Villeneuve, ministro plenipotenciário do Império Brasileiro em Bruxelas, o que se via era basicamente uma repetição dos pontos fundamentais da estratégia de comunicação de Leopoldo II, destacando a nobreza moral do monarca e a legitimidade da causa: “A associação internacional não tem de modo algum ideias de conquista, propõe-se com um fim humanitário a fazer penetrar os benefícios da civilização (...) no Congo (...). Ficaria excluída (...) qualquer ideia de lucro” (Villeneuve, 1885, citado em Ferreira, 2022, p. 214-216).<sup>105</sup>

Assim como os Estados Unidos, o Império Brasileiro reconheceu, já em 1885, no ano de sua fundação, o Estado Independente do Congo de Leopoldo II.<sup>106</sup> Vale lembrar, como destacam Gala e Ferreira (2022), que a justificativa dos europeus para a posse do território africano se dava graças a acordos fechados com os líderes tribais da região, mediante coerção,

---

<sup>104</sup> Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer o direito de Leopoldo II ao Congo, em 1885. A relação do Brasil com Leopoldo II e suas aspirações é complexa e vai ser abordada na sequência.

<sup>105</sup> Júlio Constâncio de Villeneuve, plenipotenciário brasileiro na Bélgica (um grau abaixo de embaixador), era também proprietário do conservador *Jornal do Commercio*, o principal periódico brasileiro.

<sup>106</sup> Em novembro do mesmo ano, 1885, Villeneuve recebeu a comenda Grã-Cruz da ordem de Leopoldo II.

pagamento ou suborno, que posteriormente iriam garantir a legitimação da posse territorial. Trata-se de uma variação simplificada da estratégia, diplomática e educada, da diplomacia brasileira do avanço fronteiriço pela América do Sul (ficcionalizada em Aires).

Ao redor do mundo, a estratégia multifacetada de comunicação e *lobbying* de Leopoldo II garantiu a criação da imagem de rei filantropo, preocupado apenas em abrir o Congo para os chamados 3 Cs: Cristianismo, Civilização e Comércio. Comércio, evidentemente, definido pelo livre-mercado, abandonando as ideias monopolistas das antigas potências coloniais (principal ponto contra Portugal, com presença anterior na região, mas que teve rejeitada a sua tentativa de conectar as suas então ‘posses’ entre Angola e Moçambique via Congo por insistir em ter o monopólio comercial da nova posse). Mais do que isso, contudo, Leopoldo II era um monarca esclarecido, que prometia enfrentar a ‘chaga da humanidade’, a escravização, que insistia em continuar agora nas mãos de escravizadores do norte africano.<sup>107</sup> Não foi o que aconteceu. Leopoldo II reeditou a escravização, atingindo novos patamares de brutalidade para a exploração econômica desenfreada, primeiro de marfim e, depois, da borracha. E, em frente de tudo isso, não um rei, mas um dono, gerenciando os habitantes não como súditos, belgas ou sujeitos colonizados protegidos por leis, mas como funcionários, submetidos as altíssimas quotas de produção impostas pela força, sob pena de mutilações e morte: “[T]he King of the Belgians at first considered calling himself ‘Emperor of the Congo’ (...). Then he decided to be merely the Congo’s ‘King-Sovereign.’ In later years,

---

<sup>107</sup> Eric Williams, na sua obra fundacional *Capitalism and Slavery*, de 1944, argumentou que a abolição se deu por motivações também econômicas, que iam além dos afãs abolicionistas: “Slavery was not born of racism; rather, racism was the consequence of slavery” (Williams, 2021, p. 7).

Leopold several times referred to himself (...) as the Congo's 'proprietor'" (Hochschild, 1998, p. 87).<sup>108</sup>

### **Brasil como o novo Congo**

Se, por um lado, o Brasil tinha forte proximidade com os belgas, havia apoiado as incursões de Bruxelas na África, e também concordado com as disposições gerais dos Europeus sobre o continente africano, as decisões tomadas na conferência de Berlim haviam fragilizado o domínio do país sobre o seu próprio território. Em especial na vasta região Amazônica e no Centro-Oeste, áreas gigantescas com pouca, ou nenhuma, presença do estado, abriam a possibilidade de invasão. César Sullivan Viana de Lima, o Barão de Jaurú, diplomata brasileiro em Berlim e representante do país na conferência, alertou para o problema. Colonos europeus habitando o país em áreas com pouca presença do estado brasileiro poderiam "permitir que estes países assentassem (...) forças militares e estruturas administrativas, o que segundo a jurisprudência da Conferência, colocaria tais terras passíveis de serem reconhecidas pelas demais potências como colônias" (Lima, 1884, citado em Ferreira, 2018, p. 334).

Outro caminho para a perda de território também se abria a partir da conferência de Berlim: a atuação das empresas extrativistas patrocinadas por outros países. Essas sociedades limitadas eram criadas para atuar em um território específico, emitindo ações e contratando pessoal para as atividades comerciais e de extrativismo (com apoio, mais ou menos claro, de um estado nacional europeu). Foi essa a estratégia tentada pela Bélgica com o fim do

---

<sup>108</sup> Em outro momento do texto, deslumbrado com a perspectiva de dominar, a partir do Congo, o vale do Nilo egípcio, Leopoldo II afirma: "My dear minister, do you consider worth nothing the glory of being a Pharaoh?" (Hochschild, 1998, p. 96).

Império Brasileiro: “Leopoldo II (...) cobiçou uma parte do território da recém implantada república brasileira: em 1891 fez a proposta (...) [pelo] território contestado do Oiapoque; por volta de 1900 estava de olho no Acre e tinha em mira grandes concessões de terras no Mato Grosso e no Araguaia” (Stols, 2014, p. 9). Na prática, empresas belgas patrocinadas pelo governo do país buscavam territórios em fronteiras contestadas, usando o extrativismo para abrir espaço para tentativas coloniais posteriores.<sup>109</sup>

Não parece haver dúvidas de que a ação de exploração comercial no Brasil era o primeiro passo para uma estratégia de aquisição territorial direta. E isso foi o que de fato se deu, durante a República Brasileira, em Descalvados, no atual Mato Grosso do Sul. Inicialmente um matadouro para a produção de extrato de carne, o empreendimento foi adquirido pelos belgas em 1895 e, pouco a pouco, passou a ser usado como estratégia para avanço territorial a fim de tentar estabelecer uma colônia (Garcia, 2009, p. 26). Em quinze anos na região, os belgas chegaram a ter cerca de 80 mil quilômetros quadrados (ou por compra direta ou por atuarem como posseiros), tendo a gestão do local sendo feito por gerentes coloniais vindos do Congo, inclusive militares. “[O]s belgas estavam se posicionando (...) para repetirem na América a sua experiência colonial na África.” (Garcia, 2009, p. 28).

### **Encontro em Bruxelas**

Além do avanço neocolonial em geral, o jantar com o encarregado de negócios belga também pode ser mais bem compreendido perante um evento específico. A Bélgica se preparava para realizar, em novembro de 1889, a conferência de Bruxelas. O novo encontro

---

<sup>109</sup> Até escolherem o Mato Grosso do Sul, os belgas primeiro analisaram a região do Oiapoque, em que o Brasil disputava fronteira com a Guiana Francesa, e depois o Acre, em disputa com a Bolívia (Stols, Mascaro and Bueno, 2014, p. 9-11).

seria mais um ato de propaganda antiescravidão, reforçando o verniz humanitário de atuação na África enquanto tentava, na prática, organizar a disputa comercial no continente africano, debatendo questões como tarifas de importação e criando estratégia de enfrentamento para os concorrentes na região, em especial os escravistas árabes. Não foi mais do que jogo de cena, em que “[g]overnments paid lip-service to humanitarian goals in order to legitimize their imperial aims.” (Mulligan, 2013, p. 149-150).<sup>110</sup>

Novamente, os países europeus atuaram de maneira semelhante ao conselheiro Aires. Como mágicos, eles chamavam a atenção para uma das mãos, com a conferência pública em que se celebrava o humanismo, o fim da escravidão e afins, enquanto a outra organizava a continuação da exploração da África. Um ato de descobrir e encobrir, portanto.

A conferência não continha nenhum mecanismo de garantia de aplicação das suas resoluções e não legislava sobre os tipos de trabalhos que poderiam ser usados pelos europeus na África, garantindo que as investidas coloniais não fossem atrapalhadas: “Slavery itself, not covered by the act, was tolerated for many years, and petty slave dealing, together with a small export traffic, continued in some areas until the end of colonial rule” (Miers, 2005, p. 302).

### **Congo como causa célebre**

---

<sup>110</sup> “Its proclaimed aims—to eradicate the slave trade, to prohibit the importation of arms, and to regulate the consumption of liquor in Africa—seem either cynical or naïve when viewed in the context of the violent wars, brutal labour regimes, and economic exploitation which characterized the European conquest of Africa” (Mulligan, 2013, p. 149).

A propaganda de Leopoldo II, as conferências e a cobertura jornalística entusiasmada em diversos veículos pelo mundo foram o suficiente para garantir a imagem benemérita do rei belga e do Estado Independente do Congo por muitos anos, mas a chegada de missionários de outros países, jornalistas e aventureiros não vinculados com Bruxelas passaram a rachar a versão oficial. Esse processo teve o seu ápice com o trabalho de E. Morel na *Congo Reform Association*, criada em 1904, que divulgava testemunhos e provas, inclusive fotográficas, das atrocidades belgas (Alexander, 2016). Na sequência, a publicação do relatório Casement (1904) pelo diplomata inglês Roger Casement e a sua discussão no parlamento do país torna impraticável alegar desconhecimento da brutalidade perpetrada por Leopoldo II.<sup>111</sup>

A movimentação gerou uma grande cobertura jornalística mundial, o que fez do Congo uma causa célebre. Diversos intelectuais e escritores de renome mundial se posicionaram sobre a situação, atacando a hipocrisia de Leopoldo II e as atrocidades cometidas em seu nome. Em 1905, Mark Twain publica *King Leopold's Soliloquy: A Defense of His Congo Rule*, panfleto satírico em que o escritor ataca a brutalidade do colonialismo belga, a sede de conquistas de Leopoldo e, inclusive, as premissas de levar civilização, cristianismo e comércio a outros pontos do globo.<sup>112</sup> Arthur Conan Doyle publicaria *The Crime of the Congo*, em 1909. Ainda anterior, o romance *Heart of Darkness* (1899), de Joseph Conrad, refaz, em versão ficcionalizada, a experiência europeia no Congo.

---

<sup>111</sup> Em 1906, Casement foi enviado para trabalhar como diplomata no Brasil na cidade paulista de Santos.

<sup>112</sup> "In these twenty years I have spent millions to keep the press of the two hemispheres quiet, and still these leaks keep on occurring. I have spent other millions on religion and art, and what do I get for it? Nothing. Not a compliment" (Twain, 1905, p. 3). No Brasil, contudo, Leopoldo seguiu sendo elogiado mesmo com a mudança.

Apesar do desmascaramento da fachada humanitária da Bélgica no Congo, boa parte dos intelectuais brasileiros mantiveram a visão edulcorada sobre Leopoldo II e sua aventura africana. Oliveira Lima, um dos principais próceres da diplomacia brasileira (e amigo pessoal de Machado de Assis), ainda defendia em 1909 a ação ‘civilizatória’ que ele imaginava ter ocorrido no Congo. A colonização belga foi “uma das concepções políticas e financeiras do século XIX que a história registrará com o louvor (...). [O] Congo é o mais importante presente, com que, sem immolar á sua ambição o sangue dos seus subditos, um soberano ha jámais brindado o seu paiz” (Lima, 1909, citado em Henrich, 2016, p. 102).

Dentro deste contexto, leitores provavelmente se decepcionariam se esperassem comentários cândidos e francos de Machado de Assis sobre os avanços neocoloniais da Bélgica no território brasileiro, ou mesmo críticas diretas ao seu monarca, Leopoldo II, e à hipocrisia da reedição da escravidão sob outros nomes. Qualquer discussão relacionada ao tema surge cifrada, oblíqua. As referências machadianas ante a nova onda da exploração colonial europeia na África só aparecem esparsas e discretas. Como ponto complicador extra, a discrição de Machado parece ser maior no caso da Bélgica; como destacado, o escritor foi colaborador, por muito tempo, das publicações de Lombaerts e era ativo participante dos encontros da sociedade benemérita belga do Rio de Janeiro.

Uma pesquisa cuidadosa, contudo, encontra passagens que merecem ser destacadas. Ainda no próprio *Memorial*, Aires descreve uma conversa com o banqueiro Aguiar, revelando que o seu afilhado, Tristão, já o conhecia da Europa, mais especificamente da capital da Bélgica: “[O] conselheiro diz que um dia o viu em Bruxelas, e estava longe de crer que viria achá-lo e falar-lhe aqui. - Já me disse isso mesmo. Acho que é um moço muito distinto.” (MdA,

entrada de 3 de agosto, p. 78). As datas abrem a possibilidade de os dois recém-amigos terem participado de um dos primeiros eventos organizando a partilha da África.<sup>113</sup>

Nas crônicas, há referências que parecem interessantes. Ao discutir o caso de Antônio Conselheiro, o narrador afirma: “Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela. Seria uma proeza americana.” (Assis, 2015d, p. 1320). De acordo com John Gledson (Assis, 2012, p. 212), a proeza americana é referência direta a Henry Morgan Stanley, famoso por suas incursões africanas e por ter mapeado o Congo exclusivamente para Leopoldo II.

Em crônica de 23 de dezembro de 1894, Machado aborda diretamente a sede de exploração econômica (colonização?), colocando-a em avanço incessante até atingir patamares extraplanetários.<sup>114</sup>

Quando a África e o que resta por ocupar e civilizar, estiver ocupado e civilizado, os planetas que aparecerem ficarão pertencendo aos países cujas entranhas houverem sido abaladas na ocasião com terremotos; são propriamente seus filhos. Restará conquistá-los; mas o tetraneto de Edison terá resolvido este problema, colocando os planetas ao alcance dos homens, por meio de um parafuso elétrico e quase infinito.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Por mais que o dia do encontro não seja revelado, é preciso ressaltar que a *Conférence géographique de Bruxelles*, primeiro passo na estratégia neocolonial de Leopoldo II, aconteceu em setembro de 1876 na capital belga. As datas são possíveis. Nessa primeira reunião, a estratégia já era simular filantropia e humanismo para escamotear intentos coloniais.

<sup>114</sup> Em outra entrada, Aires fala sobre um rei africano respondendo a um pedido de um comerciante português. O navegador pedia/exigia um terreno para estabelecer um pouso. “[A] resposta de um rei africano aos navegadores portugueses que o convidaram a dar-lhes ali um pedaço de terra (...). Respondeu-lhes o rei que era melhor ficarem amigos de longe; amigos ao pé seriam como aquele penedo contíguo ao mar, que batia nele com violência”, (Mda, entrada de 12 de fevereiro, p. 163).

<sup>115</sup> Assis, 2015d, p. 1017.

Com tudo isso, fica difícil argumentar que a escolha da Bélgica seja, de fato, aleatória por Machado de Assis. O narrador Aires poderia ter escolhido apenas um país europeu próximo do Brasil, mas parece haver muito mais em jogo. Os romances abrem espaço para, assim como fez nas citações a Teócrito e a Xenofonte, um comentário altamente crítico ao próprio narrador. Nada impediria que a próxima beneficiária do conchavo do conselheiro fosse Bruxelas. Mais do que isso, a crítica aqui parece avançar sobre a situação política do país e o envolvimento da classe dirigente. De diplomatas a comerciantes e políticos, não é dali que viria o grito de alerta contra os abusos neocoloniais, assim como não veio ante as atrocidades da escravidão. Ocorre que é que são os beneficiários desses mercados que precisariam dos serviços do velho conselheiro, sempre com o coração disposto a tudo.

O momento, agora, é de continuar a investigação de uma faceta pouco explorada de Aires: a de memorialista. Essa atuação só pode ser discutida tendo em vista a materialidade histórica, ou seja, no bojo da chegada das autobiografias e das memórias e a revolução que elas causaram na Europa (com a brutal diferença entre os dois tipos de escritas de si). No Brasil, o impacto foi bastante reduzido e a produção quase que exclusivamente saiu das mãos de um tipo específico de memorialista – homens, com vigorosa atuação política no presente e na tentativa de moldar os debates futuros sob o nome de História. É nesse papel que Aires, o memorialista ficcional, se insere.

## 4. Memória em papel

Um dos maiores clichês da crítica machadiana está em marcar o caminho dos seus romances maduros usando a memória como espinha dorsal. ‘Das memórias ao memorial’ é, provavelmente, uma das maneiras mais comuns para descrever a jornada dos últimos romances de Machado de Assis, que começam com as *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) e terminam com *Memorial de Aires* (1908). Além de restrita inventividade, a repetição fomentadora de lugar-comum acaba acaçapando a brutal diferenciação entre os dois polos dos narradores machadianos: memórias e memorial não são, definitivamente, a mesma coisa. Em tom consoante, o debate sobre o gênero memória literária – e a implicação tanto para a construção da identidade nacional quanto para a própria ideia de nação pelo acúmulo das memórias (de um tipo específico de escritores), se dissolvem sem problematização dos termos.

O que vai ser feito, nas páginas a seguir, é investigar essas duas pontas específicas, das memórias ao memorial, a fundo. A intenção desse capítulo é mostrar o motivo pelo qual a trajetória que leva ao memorial é relevante e não deve ser tratada apenas como um jogo de palavras; ao contrário, ela ajuda a evidenciar não só a evolução do narrador machadiano como dos seus possíveis interesses. O capítulo começa com a análise das *memórias póstumas* em comparação com o *memorial*, tendo em vista a relação dos narradores com as possibilidades do gênero autobiográfico. Em resumo, as memórias fragmentadas de um derrotado Brás se transformam em um memorial grandiloquente de um homem do topo. Essa jornada ficcional, contudo, diria menos se não trouxesse a materialidade histórica do período. Isso foi feito em dois momentos. Primeiro, ao se abordar o surgimento das

autobiografias no mercado europeu no séc. XIX, em especial na Inglaterra, e o *boom* editorial que elas representaram, dando destaque para a separação das autobiografias, exclusiva aos “grandes homens”, e das memórias, indicadas para todo o resto. Depois, foi abordada a chegada dessa produção no Brasil, apenas para os “grandes homens”. O passo seguinte foi a discussão teórica das autobiografias e das diversas tentativas críticas de discuti-las, cerrando o foco nas abordagens que reforçam a ideia de pacto com os leitores e de alegação de maior autenticidade. Depois, foi investigada a relação das autobiografias com a historiografia para apontar, como é o caso brasileiro, como ambas foram produzidas pelo mesmo tipo de intelectuais, homens, brancos e ricos, que criaram uma ideia de nação pacífica, predicada na harmonia racial, mas que se tratava de uma ficção baseada em um conjunto de silêncios. Esses silêncios foram quebrados pelas (diversas) memórias ficcionais brasileiras, fato discutido na sequência, assim como a produção específica machadiana no gênero. A conclusão do capítulo se dá com a comparação próxima do texto e das ideias do *Memorial* com a obra de duas grandes figuras intelectuais do período, *Minha Formação* (1900), de Joaquim Nabuco, e *Memorial Orgânico* (1849), de Francisco Adolfo de Varnhagen. São inúmeros passos, de fato, mas necessários para pintar um quadro efetivo que transforme das memórias ao memorial de trocadilho para conhecimento.

### **O que dizem as memórias (póstumas)**

As *Memórias*, no plural, surgem em um contexto específico, com um defunto autor explicando, com alguma candura, os seus planos e (alguns dos) seus porquês. A brutalidade no trato com o leitor e seu perfil pouco afeito à concórdia moldam um narrador não-confiável que beira o coercitivo: Brás Cubas atua pronto para atacar as hipocrisias brasileiras (desde que dos outros).

Como salientado no capítulo 1, Brás está livre das pressões da luta das cobiças: “Na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade!” (MPBC, pp. 92). O seu papel é, portanto, subversivo, com uma denúncia da elite feita por alguém de dentro, como propõe Gledson (2006). Parece ser uma brincadeira com o, e uma subversão do, popular *Bildungsroman* – não há jornada do herói para Brás Cubas no mundo, não há, aliás, nem herói.

Ao leitor, as *Memórias Póstumas* parecem demandar algo eminentemente de crença em conjunto com a plena submissão ao narrador. Aumentando o tom, é possível argumentar que há, implicitamente, no livro, uma espécie de adesão às possibilidades do gênero (romance e livro de memórias), já que, apesar da premissa absurda de um defunto autor, existe uma espécie de verdade sendo revelada por alguém que não correria mais riscos ao fazê-lo. Não se trata, evidentemente, da revelação do verbo que se fez carne nos moldes cristãos, em que a libertação só pode acontecer pelo sacrifício da cruz, mas uma revelação de alguém que viveu confortavelmente em uma sociedade escravista, mas que, agora fora da disputa das aparências, aproveita sua estada em uma espécie de limbo para falar sua verdade. Um narrador que, longe de ser desinteressado, ainda esboça um afã de bater o bumbo da verdade. Ou seja, uma simulação de revelação.

### **Revelação desencantada**

Não seria exagero ver nas *Memórias Póstumas*, ainda que em versão cínica e mais descrente, um tom menor do liberalismo arrebatado e ativista do Machado jovem jornalista combativo (que biógrafos como Lúcia Miguel Pereira, 1936, costumam chamar de Machadinho). O liberalismo que chegava ao Brasil com tons de panaceia prometia liberdade pelo conhecimento racional, enfrentamento aos absolutismos (religioso e monárquico) e

pelo espaço para a empresa individual. A denúncia de Brás sobre si mesmo (ou seu tipo, como prefere Roberto Schwarz, 2000) e sobre a sociedade brasileira, parece trazer em si a esperança de revelar aos leitores, via olhos de defunto-autor, quão ridículo é o país e quão artificial é a ideologia importada – dependente da absoluta violência e miséria da escravidão.

O traço fundante equivalente pode ser visto também no seu narrador. Brás, por mais cínico e desprezível que seja, ainda opera no limite da franqueza – auto-interessada, sem dúvida, mas franqueza que se desnuda, ainda que involuntariamente, e o coloca, diversas vezes, em posição fragilizada. É difícil imaginar um leitor terminando as *Memórias Póstumas* tendo Brás em alta conta – ele pode admirar o humor e o que parece ser erudição, mas, dificilmente, a personalidade de quem o atacou desde as primeiras linhas do romance. A frase que fecha o romance parece tentar vender o vazio como superação:

Este último capítulo é todo de negativas. Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. Mais; não padeci a morte de D. Plácida, nem a semidemência do Quincas Borba. Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve mingua nem sobra, e conseguintemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: - Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.<sup>116</sup>

No fechamento do romance, Brás precisa que o leitor aceite a versão, apesar de todas as negativas supracitadas, dos fracassos que envergonharia qualquer homem brasileiro de classe alta típico do fim do século XIX; ele precisa garantir que venceu. Terá mesmo? Parece haver um traço de leve desespero de um narrador que trabalhou, atabalhoadamente, para garantir a submissão do leitor. Brás se trai na opção pela primeira pessoa do plural, a miséria passa a ser nossa, com uma grandiloquência inesperada para um solipsista convicto.

---

<sup>116</sup> MPBC, p. 316.

O trabalho de Brás, nas suas memórias, é portanto duplo. Ativamente apagar, disfarçar ou ressignificar o seu fracasso enquanto apresenta, em paralelo, as entranhas daquela sociedade e das pessoas. O julgamento do leitor ainda, de certa forma, importa. E isto está longe de ser uma preocupação para o narrador de *Esaú e Jacó* e do *Memorial*.

### **A memória futura**

O conselheiro é parte integrante do topo na sua mais afiada ponta. Sua atuação como artista do conchavo – o compasso apropriado e dignificado que opera as temporárias ligações entre as pontas oligárquicas que se odeiam e se necessitam – abre espaço para ele ser peça em constante demanda, mesmo para um novo sistema de governo.

Porém, além do papel corrente de conselheiro e articulador de conchavos, Aires tem o seu olho voltado para talvez o maior prêmio de todos: a posteridade. O seu *Memorial* é apenas uma pequena parte dos seus diversos cadernos. O mais grosso deles, chamado de Último, foi usado para a escrita de *Esaú e Jacó*, segundo nos informa um editor sem nome que argumenta, na “Advertência”:

Quando o conselheiro Aires faleceu, acharam-se-lhe na secretária sete cadernos manuscritos, rijamente encapados em papelão. Cada um dos primeiros seis tinha o seu número de ordem, por algarismos romanos, I, II, III, IV, V, VI, escritos a tinta encarnada. O sétimo trazia este título: Último. Sim, era o último dos sete cadernos, com a particularidade de ser o mais grosso, mas não fazia parte do Memorial, diário de lembranças que o conselheiro escrevia desde muitos anos e era a matéria dos seis. Não trazia a mesma ordem de datas, com indicação da hora e do minuto, como usava neles. Era uma narrativa; e, posto figure aqui o próprio Aires, com o seu nome e título de conselho, e, por alusão, algumas aventuras, nem assim deixava de ser a narrativa estranha à matéria dos seis cadernos. Último por quê? A hipótese de que o desejo do finado fosse imprimir este caderno em seguida aos outros não é natural, salvo se queria obrigar a leitura dos seis, em que tratava de si, antes que lhe conhecessem esta outra história, escrita com um pensamento interior e único, através das páginas diversas. Nesse caso, era a vaidade do homem que falava, mas a vaidade não fazia parte dos seus defeitos. Quando fizesse, valia a pena satisfazê-la? Ele não representou papel eminente neste mundo; percorreu a carreira diplomática, e aposentou-se. Nos lazes do ofício, escreveu o Memorial, que, aparado das páginas mortas ou escuras, apenas daria (e talvez dê) para matar o tempo da barca de Petrópolis. Tal foi a razão de se publicar somente a narrativa. Quanto ao título, foram lembrados vários, em que o assunto se pudesse resumir, *Ab ovo*, por exemplo, apesar do latim; venceu, porém, a ideia de dar estes

Há diversos pontos a serem discutidos a partir desta advertência.<sup>118</sup> O principal é que a primeira referência à Aires já surge com algo de instável. A narração abandona o tom descritivo para se transformar em aporia, garantindo algo para imediatamente se desfazer. Quando se pergunta sobre a possibilidade de o conselheiro querer que seus cadernos fossem lidos na ordem em que os escreveu e em sua totalidade, o editor sem nome garante: “Nesse caso, era a vaidade do homem que falava, mas a vaidade não fazia parte dos seus defeitos. Quando fizesse, valia a pena satisfazê-la?” (EeJ, p. 19).

É já aqui, logo na abertura do romance, que se tem a primeira quebra, radical, da imagem ilibada de Aires. Mais, os motivos do editor anônimo passam rapidamente de protetor dos desejos de um finado para alguém bem mais flexível a fatores externos. Mas fazer sentido a quem e a o quê? Ao mercado editorial? Não se é explicado, mas a expectativa, ao abrir o romance em mãos, é que o leitor, compreensivo, aceite tal decisão do editor, assim como vai aceitar os pontos de vista do narrador.

Além disso, essa figura do editor, fantasmagórica, passa a se multiplicar, quando o título do romance começa a ser discutido. Foram lembrados vários nomes para o romance? Por quem, quando, em quais ocasiões? Nada é explicado e a conclusão é apresentada como a produção de consenso. Foi a opção que venceu, garante o editor, sem detalhes. A chave de ouro para a advertência em busca de naturalizar o romance (em confronto desde

---

<sup>117</sup> EeJ, p. 20.

<sup>118</sup> Aires já havia encapado seus sete cadernos antes do falecimento e há editores externos lidando com pressões não reveladas inteiramente.

literalmente o título) é garantir que *Esaú e Jacó* foi um título dito pelo próprio conselheiro – desde que se acredite na palavra do editor sem nome. Novamente, não se sabe em qual contexto os irmãos bíblicos foram citados, mas o editor encara o fato como suficiente para encerrar, peremptoriamente, a advertência ao leitor. De claro, o que sobra é: os sete cadernos foram previamente encapados, foram editados (pelo editor da advertência, mas possivelmente por outros) e, desde o título, houve debate.

A primeira advertência do penúltimo romance machadiano poderia ser apenas uma piscadela sobre o funcionamento do mercado editorial brasileiro (e mundial?), recheado de sujeitos indeterminados tomando obscuras decisões. Ao se confrontar com a advertência do *Memorial de Aires*, o último romance de Machado de Assis, se vê mais. O que parece estar em jogo é a criação de um universo ficcional pantanoso, em que os leitores precisam andar com cuidado, apesar de tudo ser apresentado como resultado de consenso:

Quem me leu *Esaú e Jacó* talvez reconheça estas palavras do prefácio: "Nos lazeres do ofício escrevia o *Memorial*, que, apesar das páginas mortas ou escuras, apenas daria (e talvez dê) para matar o tempo da barca de Petrópolis".

Referia-me ao conselheiro Aires. Tratando-se agora de imprimir o *Memorial*, achou-se que a parte relativa a uns dois anos (1888-1889), se for decotada de algumas circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões - pode dar uma narração seguida, que talvez interesse, apesar da forma de diário que tem. Não houve pachorra de a redigir à maneira daquela outra - nem pachorra, nem habilidade. Vai como estava, mas desbastada e estreita, conservando só o que liga o mesmo assunto. O resto aparecerá um dia, se aparecer algum dia. M. de A.<sup>119</sup>

O editor sem nome se torna M. de A., uma das diversas assinaturas que Machado de Assis, escritor, utilizou na sua carreira como jornalista e romancista. Mais do que isso, em um movimento interessante, ele destaca nominalmente os anos de 1888-1889. E é relatada uma grande edição da obra do conselheiro, que tem os seus cadernos sumariamente reduzidos a um período de dois anos. Aqui, novamente, a narração se torna aporística. O texto vai como estava, garante o editor, mas desbastado e estreito, ou seja, não vai como estava, senão

---

<sup>119</sup> MdA, Advertência, p. 4.

radicalmente editado. Ao se somar a advertência com as diversas marcas ao longo do *Memorial* nas quais o próprio Aires confessa ter voltado e reescrito as passagens, confessadamente preocupado com a recepção delas, o que os leitores têm em mãos é uma peça altamente burilada, feita e pensada para o consumo posterior (e póstumo).

O que vai ser abordado, a seguir, é a maneira como essa construção ficcional machadiana dobra memórias e a presunção de que esse tipo de texto possui uma conexão mais concreta (e direta) com a verdade para relativizar o uso – corrente no Brasil de então – das escritas de si, das autobiografias até as memórias, como arma política na gestão da posteridade.<sup>120</sup>

Mais, Machado coloca o conselheiro Aires como um tipo de brasileiro – o tipo que, depois do seu envolvimento com a política, passava para a posteridade construindo a história no Brasil. As memórias plurais, caprichosas e fragmentárias do indivíduo algo marginal Brás Cubas se tornam um grandiloquente memorial de um homem do topo, figura civilizatória, em todos os sentidos do termo, que jura ter sido funcionário sem destaque, mas tem sua obra editada para a posteridade, somada às inúmeras reuniões e jantares com gente de bem em altos cargos. O que vai ser argumentado durante este capítulo é que se trata, em chave paródica, da reconstrução ficcional da versão oficial da historiografia brasileira do período. Para tanto, será preciso discutir o cenário da explosão das escritas de si.

### **Ascensão da autobiografia**

---

<sup>120</sup> Não se trata, aqui, de discutir o conceito de Michel Foucault de 'écritures de soi', mas o que foi apontado como life-writing. Esse tópico vai ser mais explorado adiante.

Ao escrever, em 1831, “These autobiographical times of ours” (Carlyle, 2023, p. 239), o escocês Thomas Carlyle<sup>121</sup> lamentava, ou comentava cinicamente, uma novidade: a explosão de uma nova categoria de escrita que passava a ser vista em todos os lados (e a sua opinião pouco exultante sobre ela). Era o sinal dos tempos. O *boom* editorial das autobiografias vinha atingindo diversos países ao longo do século XIX, da Inglaterra à França, da Alemanha aos Estados Unidos, em um movimento com algo de avassalador (Gay, 1998, pp. 142-205). Em paralelo, o mal-estar gerado pela imensa popularidade desse tipo específico de texto nos críticos, escritores e beletristas foi notável. Apenas o romance, nos seus disruptivos estágios iniciais, teria causado tamanha comoção.<sup>122</sup>

Vale salientar, aqui, que a opção concreta pelos termos autobiografia e memórias, além dos termos afins como diário, confissão e, claro, memorial, foi feita para realizar um contraste claro em relação ao que é chamado de *life writing*. O foco deste estudo é a maior justificativa, já que vão ser abordados os ‘grandes homens brasileiros’, gente do poder, ricos, brancos e oficializados, e a construção amalgamada das suas autobiografias em história do país. A preocupação acadêmica, em especial a mais recente, com *life writing* leva em conta, especialmente, as histórias de si como ferramenta de resistência, em especial para minorias

---

<sup>121</sup> No texto em questão, *Sartor Resartus* (1831), Carlyle cria uma obra em que combina tratado filosófico com autobiografia para descrever o pensador alemão que dá nome ao seu título. Anos depois, em “On Heroes” (1846), Carlyle solidifica a sua teoria do “grande homem” e apresenta os heróis – políticos, religiosos e homens de letras – com biografias pedagógicas para formação do público leitor. “One comfort is, that Great Men (...) are profitable company. We cannot look, however imperfectly, upon a great man without gaining something by him”, (Carlyle, 2023, p. 239). A autobiografia, portanto, opera em queda original – é impossível, por definição, haver grande homem digno do termo a bater o seu próprio bumbo.

<sup>122</sup> Para um detalhamento do romance na Inglaterra, veja o estudo clássico de Ian Watt (2000 [1957]) que aborda os contextos históricos, institucionais e sociais da ascensão do gênero. Para a formação do romance inglês, ver McKeon (2003).

ou populações marginalizadas. É, na prática, o extremo oposto do que Machado estava olhando, e parodiando, com os seus narradores.<sup>123</sup>

Ao contrário das confissões medievais ou românticas, das vidas de Santos, e em franco contraste com as vidas de figuras aristocráticas que ficavam restritas aos olhos familiares, as autobiografias tratavam, em primeira pessoa, de todos os tipos de figuras – de grandes homens a cortesãs, de líderes religiosos a escravizados. E o público as consumia com sede insaciável, transformando-as em um dos principais nichos do mercado editorial, a galinha dos ovos de ouro.

Especialmente na segunda metade do século XIX, o mercado vê as autobiografias caminhando de braços dados com a cultura de celebridades na Europa. É um período de avanços tecnológicos impressionantes, que vão das fotografias às cartes-de-visite, e que, somados às mudanças do direito autoral e aos novos formatos de publicação, garantem o barateamento dos livros e a sua conseqüente popularização. É a chegada definitiva de um novo público-leitor, massificado, com sede diferente – sede autobiográfica incansável pela vida dos grandes homens, como grandes escritores, políticos e militares, de fato, mas indo muito além para atores, cantores e, até, as vidas menos altissonantes das classes ‘baixas’.

O movimento crítico se deu de maneira inusitada, prescritivo, depois do fato. Como relata Treadwell (2005, pp. 10-50), a preocupação teórica tentava correr atrás dos avanços do mercado editorial para ‘civilizá-lo’, no afã de definir limites retroativos. Na prática, as

---

<sup>123</sup> Para uma discussão sobre life-writing, ver Margaretta Jolly (2017) e Hermione Lee (2005).

recomendações teóricas sobre a autobiografia de qualidade não se encaixavam nos inúmeros exemplos concretos que inundavam as livrarias – e que seguiam vendendo como água. As recomendações críticas rapidamente se tornavam ressalvas ignoradas: “The circle of readers has widened strangely in our times. The mania for this garbage of Confessions (...) ‘is indeed a vile symptom’. It seems (...) ‘the reading public’ had become as filthily prurient as that of an eaves-dropping lackey (John Gibson Lockhart, 1827, citado em Trev Broughton, 2007, p. 15).<sup>124</sup>

Lockhart, romancista e biógrafo de Walter Scott, coloca os leitores de autobiografia como lacaios a escutar atrás das portas. É uma imagem reveladora, que apresenta uma tensão eminentemente de gênero e de classe. Além de deselegantes e ofensivas ao pudor, a exposição de segredos da mente das pessoas ‘do alto’ tem algo de arriscado. É no confronto com demanda por instrução moral, expectativa por titilação e revelação em potencial que se situa a autobiografia.

Com o tempo, foi-se consolidando uma estratégia apaziguadora perante o avanço das massas leitoras das autobiografias. Anderson (2011, pp. 18-26) afirma que o mercado das escritas de si foi dividido ao redor de 1850. Primeiro, vinha a legítima classe que mereceria o direito à história de si, que era capaz de autorreflexão e manteria o título com algo pomposo de autobiografia. Era esse o universo dos grandes homens, da gente com relevância história, que tinha algo de muito valor a ser dito sobre si e com vidas que mereceriam ser estudadas

---

<sup>124</sup> O foco na Inglaterra se justifica por dois motivos. Primeiro, por ser um dos primeiros, mas também o maior, mercado editorial do mundo na época, alimentado no bojo da Revolução Industrial, e enfrentando a chegada da massa de leitores. Segundo, por ser influência crucial para portugueses e brasileiros e em particular para Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Grass (2019) oferece um interessante panorama sobre o mercado editorial britânico e a impressionante importância financeira das escritas de si no faturamento das editoras.

(e emuladas): escritores, navegadores, estadistas, líderes militares. Na outra ponta, todo o restante nas ordinárias memórias: “By the nineteenth century there was a definite hierarchy of values in relation to self-representation with memoirs occupying a lower order since they involved a lesser degree of ‘seriousness’”, (Anderson, 2011, p. 22).

Esse ponto de vista é reforçado por Laura Marcus (1998, pp. 11-54), que aponta que a diferença fundamental na separação entre os dois tipos de escrita de si, autobiografia e memórias, foi definida com base na capacidade de investigação interna dos seus autores. Enquanto os primeiros seriam os seres humanos capazes de autorreflexão, os grandes homens que, agora, já poderiam ser autobiógrafos apoiados em seus corolários de capitais; entre os segundos estaria o restante da humanidade, ordinária em suas memórias, basicamente titilação, incapaz de investigação profunda.

### **Beber da fonte**

De qualquer maneira, o público continuou lendo, incansavelmente, as autobiografias/memórias. Não é difícil imaginar o porquê. Tratava-se de uma categoria nova de literatura, o que por si só atrai a atenção em um mercado editorial competitivo cada vez mais comoditizado; algo que, combinado com as possibilidades de relevação e titilação, explicariam o grande sucesso.

As escritas de si possuem, ao fim e ao cabo, um potencial único. Elas prometem aos leitores acesso, sem filtros, à experiência de um outro enquanto sujeito. Nem o teatro, nem o romance, nem a poesia podem alegar essa conexão direta com a mente e a vida de um autor que, aparentemente, se revela. Mesmo com a prudente separação entre memórias e

autobiografias, ainda há, contudo, riscos. Apesar da pomposidade, a autobiografia também traz expectativa de revelação e isso pode trazer rachaduras desagradáveis na imagem dos ‘grandes homens’ do passado e do presente. Se mesmo as confissões religiosas, tendo como maior exemplo Agostinho de Hipona, lidavam com essa potencialidade de revelação, ela era matizada pela conversão – tratava-se, apenas, do passado pecador.

No fim do século XIX, contudo, esse caminho não era mais obrigatório: o passado poderia ser a chave do presente e do futuro. Até pecados podem ser salutares se contados como parte de um exercício maior de autorreflexão, quase de expiação pública, para serem expurgados (autobiografia enquanto confissão fora do confessionário). Em outras palavras, ao olhar até para os pecados dos grandes homens, os leitores – pequenas pessoas comuns – conseguem entender que eles são de fato grandes por enfrentar tais pequenezas e superá-las. Alguém que, mesmo sendo de barro, ainda assim se faz d’ouro. A autobiografia, portanto, facilitaria essa autoanálise introspectiva, a investigação do passado em busca de, perante a conversão religiosa ou da experiência do ancião que descreve o passado com o peso da sabedoria, reavaliar a sua história e a presentear aos reles mortais.<sup>125</sup>

### **Tensões imanentes**

Em paralelo à solidificação da autobiografia/memórias como um produto editorial, restou o desafio de defini-la. Trata-se de um gênero literário? Não para Paul de Man (1984, pp. 67-72). O crítico belga rejeita as tentativas de definir o texto autobiográfico enquanto gênero

---

<sup>125</sup> Há outro argumento válido que relaciona a ascensão autobiográfica com as revoluções burguesas que não há espaço para explorar aqui, mas que merece ser citado. Brunettiere (citado em Lejeune, 1998) afirma que a sociedade estratificada anterior demandava menor atenção à jornada individual, já que a sua posição social inicial definiria o seu fim. Em cenário menos estratificado, importa o caminho feito e contado na própria voz.

literário específico. Para ele, a autobiografia não aceita definições genéricas simples e não pode ser simplesmente separada de gêneros próximos que bebem da mesma fonte, como o romance. Em especial, de Man afirma que, em maior ou menor grau, a autobiografia é um modo de escrever que ocorre em todo tipo de texto. Em vez de um gênero, a autobiografia estaria mais próxima a uma figura de linguagem como a metáfora ou metonímia.

No entanto, a questão de maior intensidade, de acordo com ele, está na distinção entre ficção e autobiografia. Classificando como um problema de impossível solução, de Man afirma que: “Autobiography seems to depend on actual and verifiable events in a less ambivalent way than fiction does” (de Man, 1984, p. 68). Com a impossibilidade de confirmar a veracidade de algo nas autobiografias, acrescenta, questionamentos criam apenas um redemoinho em que a única certeza é o aumento da vertigem do indecível nos leitores, que o crítico belga traduz como estar preso eternamente em uma porta giratória em movimento.

De fato, um leitor não tem como saber se um acontecimento, um conflito, uma conversa ou especialmente um pensamento foi efetivamente verdadeiro, conforme jura o autobiógrafo e não um cálculo feito em papel para benefício próprio. Conforme apontado, tal questão parece ter um peso maior em uma autobiografia com a expectativa de revelação, histórico confessional e miragem de contato direto com a mente (e história pregressa) do autor. Mesmo fazendo um exercício mental e imaginando uma inquebrantável franqueza no autobiógrafo, ainda assim o cenário não se resolve. O motor da autobiografia, a memória humana, pode ser afetada por esquecimentos, confusões, bloqueios ou simples erros. É uma fundação caprichosa para construir um edifício com fumos de veracidade: “[A]ny narrative

of the self and its life-story will entail a reconstruction, subject to the vagaries of memory, which renders the division between autobiography and fiction far from absolute” (Marcus, 2018, p. 5).

Mesmo em um cenário em que fosse possível adicionar sinceridade completa do autobiógrafo à memória perfeita, apenas a escolha do que relatar e a ordem em que esses fatos são postos já, por si só, criam um cenário em que não é possível falar em verdade da vida vivida. A seleção de fatos escolhidos para serem narrados, mesmo sem a intenção de mentir, acabam criando um retrato enviesado, com efeitos próximos a uma simples mentira. É possível exigir de um sujeito, individual, uma escrita objetiva sobre si mesmo?

Em provocação em sua própria autobiografia, Paul Ricoeur afirma:

Parlant (...) d'autobiographie, je prends en compte les pièges et les défauts attendant au genre. Une autobiographie est d'abord le récit d'une vie; comme toute œuvre narrative elle est sélective et, à ce titre, inévitablement biaisée. Une autobiographie est, en outre, au sens précis, une œuvre littéraire; à ce titre, elle repose sur l'écart tantôt bénéfique, tantôt nuisible, entre le point de vue rétrospectif de l'acte d'écrire, d'inscrire le vécu, et le déroulement quotidien de la vie.<sup>126</sup>

Portanto, o tipo de texto com maior alegação (e potencial) de verdade é, ao mesmo tempo, uma convenção extremamente artificial em que se finge algo impossível – a experiência de outro em papel. É por tudo isso que as autobiografias acabam por colocar os leitores em uma posição única de fragilidade: eles não consomem uma história ficcional, mas algo que parece ser uma vida, e o interesse nasce por este motivo. Avançar na leitura é, de certa forma, seguir se nutrindo da impressão (esperança) de que se trata de consumir uma vida.

Apenas, contudo, se o benefício da dúvida for estendido, sem restrições, ao escritor. Caso o ponto de vista dos leitores seja mais cético, não há por que acreditar que algo escrito por

---

<sup>126</sup> Ricoeur, 1990, p. 11.

um autobiógrafo tenha acontecido como descrito. De maneira ainda mais radical, é difícil ignorar o ponto de vista que vê em algo no papel nada mais do que uma longa propaganda de si mesmo, temperada em um jogo de equilíbrio entre a expectativa de revelações para agradar ao público e o pendor ao autoelogio.

A promessa de maturidade apaziguadora, do autor voltando ao seu eu-juvenil e se consertando, também pode não passar de jogo de cena. Nada impede que o autobiógrafo de agora esteja de olho naquilo que o público-leitor e os críticos esperam ouvir. Mais, é possível inclusive carregar nas tintas ao relembrar os pecados da juventude, alimentando os interesses lascivos do público, garantindo mais vendas e aumentando o impacto dramático da virada do fim da vida.

Apesar dessa impossibilidade, a autobiografia continua e segue sendo um dos gêneros textuais mais populares até os dias de hoje. É perante a essa dificuldade das autobiografias/memórias que o caminho teórico trilhado por Philippe Lejeune se mostra interessante para a análise de um certo conselheiro/diplomata/escritor.

### **A ideia de um pacto**

Philippe Lejeune oferece uma abordagem única no estudo da autobiografia. Em vez de, como repudiava de Man, buscar uma definição genérica e estática que abarcaria tudo, ele sugeriu a ideia de pacto e a foi modificando e matizando ao longo da sua produção intelectual. Em resumo, segundo ele, o autobiógrafo estabelece uma espécie de contrato com o leitor em que, tacitamente, mantém a expectativa de honrar sua assinatura na capa e

contar a sua história. É uma declaração tácita de que o escritor é quem ele garante ser e que vai falar, de alguma maneira, sobre sua vida (Lejeune, 1989, pp. 3-30).

É interessante notar como, em um dos seus primeiros textos sobre o tema, Lejeune aciona a definição enciclopédica de autobiografia: “a retrospective prose narrative produced by a real person concerning his own existence, focusing on his individual life, in particular on the development of his personality”, (Lejeune, 1989, p. 193). A partir de então, ele passa a desdobrar a definição e mostrar como é insatisfatória. Isso não impediu, contudo, que boa parte das citações ao seu texto colocassem a definição enciclopédica como se fosse a palavra final de Lejeune sobre autobiografia.<sup>127</sup>

De qualquer jeito, a escrita autobiográfica, como também a das biografias, oferece garantias com base na referencialidade, argumenta Lejeune, que vai além do livro em si. O pacto também é referencial – ele dialoga diretamente com o universo exterior à publicação em questão.

All referential texts thus entail what I will call a ‘referential pact,’ implicit or explicit, in which are included a definition of the field of the real that is involved and a statement of the modes and the degree of resemblance to which the text lays claim. The referential pact, in the case of autobiography, is in general coextensive with the autobiographical pact, difficult to dissociate exactly, the formula for it would not be “I, the undersigned” either, but “I swear to tell the truth, the whole truth, and nothing but the truth”. (...) It is a supplementary proof of honesty to restrict it to the possible (the truth such as it appears to me, inasmuch as I can know it, etc., making allowances for lapse of memory, errors, involuntary distortions, etc.<sup>128</sup>

Vale ressaltar o quanto, para Lejeune, esse pacto tem um traço performativo – o juramento de quem coloca a mão sobre a bíblia (ou sobre a constituição) para confirmar que falará

---

<sup>127</sup> Ver o histórico em Allamand, 2018. A definição de autobiografia segue sendo tema de debate. Estudos introdutórios recentes sobre o tema optaram por uma definição radicalmente aberta, classificando a autobiografia como um gênero que “sets out to represent the complexities of human life, experience and memory” (Marcus, 2018, p. 3).

<sup>128</sup> Lejeune, 1989, p. 22.

apenas a verdade só vale se feito no tribunal, perante o público. Não teria efeito se realizado sozinho, dentro do seu próprio banheiro, por exemplo. Trata-se de ação com *mise-en-scène*, uma oferta de garantia, operada pelo próprio autobiógrafo em uma negociação pragmática. É uma argumentação interessante, que posiciona a autobiografia como algo que não só aumenta sensivelmente a expectativa de veracidade do público-leitor, como também coloca, antes mesmo de começar a leitura, o autor em uma posição diferente do que estaria se, por exemplo, fosse começar a narrativa de um romance, sugerindo que existe uma inversão na dinâmica de análise crítica. Lejeune posiciona o pacto autobiográfico não só na produção, da escrita, mas também na recepção pelo leitor, na leitura.

E é nesse último ponto que a posição do nome próprio surge com força. A abordagem teórica de Lejeune coloca o nome próprio como ponto central da autobiografia – é a partir dele que se desenrola não só a narrativa como, também, o interesse do leitor para o livro. Os nomes próprios, garante, possuem uma força que ativa a crença no leitor: “Real names possess a sort of magnetic force, and convey an aura of truth to everything that comes close to them” (Lejeune, 1986, citado em Allamand, 2018, p. 58).

De todo esse percurso teórico, o que parece fundamental para a investigação sobre Machado de Assis e suas memórias/memoriais ficcionais é que o pacto proposto por Lejeune deixa claro que há, nas autobiografias, uma possibilidade maior de alegar que o narrado é a verdade. A expectativa do leitor é motivada pelo pretense maior acesso à vida de um outro – um outro que eu quero ler e em quem, a despeito do risco da ficcionalidade, acredito. Adiciona-se a isso o fato de a voz do narrador machadiano vir de um eu maduro que, desdobrado em dois, volta sábio para recontar a sua vida, ou uma parte dela. Como

não acreditar no charmoso ancião voltando atrás para tentar entender (e talvez tentar perdoar) a si mesmo?

Ocorre que, como costuma ser o caso com Machado de Assis, tudo pode não passar de uma artimanha. O seu último narrador-autobiógrafo não se volta ao seu passado; na verdade, ele mal fala de si – não custa lembrar que Aires coloca seu nome completo apenas uma vez, nos dois livros que narra, apesar de se autoelogiar abundantemente. Todas as marcas da autobiografia passam a ser usadas como fio de lâmina contra o leitor – a expectativa da verdade, a esperança da confissão, a revisão do passado. O olhar da maturidade passa a reenquadrar o passado para ser usado como ferramenta de intervenção no presente, ocupado quase que exclusivamente como uma propaganda incansável de si mesmo. Nunca é demais reforçar que Machado sempre foi um grande leitor de autobiografias; sua biblioteca pessoal continha exemplos como as *Confissões* de Rousseau e a de Stendhal (Massa, 2008). As obsessões machadianas que podem ser vistas das *Memórias* ao *Memorial* dão a impressão de que ele afiou o pacto autobiográfico contra os leitores.

### **Autobiografia no Brasil**

Na viragem do século XX, o Brasil estava longe de vivenciar um *boom* autobiográfico como a França e, principalmente, a Inglaterra. Não havia, no país, um novo público-leitor chegando com memorialistas de outras classes ou gêneros a escrever, nem avanços tecnológicos na publicação que barateavam o acesso. A situação brasileira era basicamente oposta, já que o grosso da população, quase 83%, era completamente analfabeta e o mercado editorial incipiente. Vale lembrar que a impressão consistente de livros no Brasil se dá apenas a partir da chegada da família real portuguesa com o monopólio da imprensa régia, em 1808

(Hallewell, 2005). Ao longo do século XIX, portanto, o que se tinha era um mercado editorial brasileiro avançando aos poucos, com sua produção restrita a um pequeno público leitor.

Acontece que essa minoria leitora era, basicamente, a elite que acompanhava atentamente, e consumia vorazmente, as modas editoriais, em especial, francesas, mas também inglesas, de tal monta que certo desprezo pelo gênero autobiográfico também chegava refletido ao Brasil, mas de maneira diferente. Por aqui, as autobiografias se chocavam com o pudor, o bom tom e a exigência de discrição. Gilberto Freyre (1972) faz tal ressalva em sua introdução à *Minha Formação* (1900), de Joaquim Nabuco, talvez a mais famosa obra do gênero no período: “Repugnava aos melhores mestres brasileiros de bom-tom que um indivíduo elegante escrevesse de si próprio (...). Faziam-no franceses, ingleses e russos, é certo (...). Mas eram estrangeiros” (Freyre, 1972).

O impulso narcísico era uma das principais resistências ao gênero no Brasil. A narração de si, de sua vida, era malvista e facilmente atacável com críticas. Não à toa que Nabuco, já no prefácio do seu livro, preventivamente se defende: “[N]ão precisarei de pleitear minha própria causa, porque ela será sempre julgada pela raça mais generosa entre todas... Infeliz de quem entre nós não tem outro talento ou outro gosto senão o de abater!” (Nabuco, 1998, pp. 27-28).

Parece estar em jogo a percepção de que, desconectada da confissão religiosa, a autobiografia passa muito perto da vontade infinita de se discutir em público. Além da artimanha retórica do ataque preemptivo, Nabuco optou pela estratégia de falar de si, mas revelando muito pouco – caminho semelhante ao feito por Aires. Como mostra Ângela

Alonso (2007, pp. 150-180), desde o *Abolicionismo* (1883), Nabuco mantinha em mente a possibilidade de sucesso editorial dos seus livros – autobiografia incluída.

Para se defender do ataque de narcisismo, portanto, o argumento mais comum que justificava a incursão autobiográfica era a melhoria geral pelo detalhamento da experiência, seja da família, seja da nação. A reflexão sobre o passado era fundamental para a edificação dos filhos; pela amável e insistente instigação (como tendiam a explicar, quase ritualmente) de parentes ou amigos (Gay, 1998, p. 125). Isso também foi visto no Brasil – Nabuco dedica a sua autobiografia “A meus filhos”.

Só que, ao contrário das experiências francesas e inglesas, não havia, no Brasil, uma resistência à autobiografia por conta da leva de escritores de si com suas rebaixadas memórias. Como vai ser detalhado adiante, não havia vozes diferentes perturbando o discurso publicado no país – ao contrário, havia algumas vozes oficiais seguidas por um grande silêncio em papel. Não haveria como temer uma invasão plebeia, ou simples democratização, que contaminasse os textos de si dos grandes homens.

### **Além de Joaquim**

Ao discutir as autobiografias no Brasil, Afrânio Coutinho afirma, em *Literatura no Brasil*, que “não existe uma tradição de escrita memorialista no país”, colocando o Brasil em contraste com Inglaterra e França (Coutinho, 1969, p. 125). Ele não deixa claro o corte temporal, mas, se o foco está no fim do século XIX e início do XX, o argumento se mostra um tanto exagerado, já que é possível encontrar títulos, chamados geralmente por memórias, de nomes com alguma relevância no universo político e beletrista. O comentário parece indicar

certo desprezo ao tipo de produção autobiográfica que acontecia até então – não houve, salvo Nabuco, a aderência dos grandes homens nacionais à produção autobiográfica, algo que se manteve inalterado até os anos 1930.

O que o Brasil tinha, naquele momento, é, de fato, uma produção autobiográfica feita por nomes de menor relevo. É quase como se figuras do segundo escalão estivessem tentando usar as memórias como estratégia de avanço político. Cinco anos antes de *Minha Formação*, João Manuel Pereira da Silva, o conselheiro Pereira da Silva, político conservador e ardente defensor da escravidão durante 11 das 17 legislaturas do Segundo Reinado, publicou *Memórias do meu tempo* (1895).<sup>129</sup>

O conselheiro foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e ficou conhecido pelas obras de intenção historiográfica com ênfase na criação mitológica, mas de pouquíssimo cuidado factual. Nesta seara, o seu principal trabalho foi *Varões Ilustres do Brasil* (1858), uma série de biografias curtas, contabilizando um total de 500 páginas, feitas para criar uma espécie de catálogo dos grandes brasileiros imperiais.<sup>130</sup>

A produção de Pereira da Silva, contudo: “não representa uma autobiografia em que o autor se recordaria, explicaria e/ou justificaria sua atuação particular. [É feita para] defender a excelência das instituições da Monarquia parlamentar e constitucional brasileira” (Tasinafo,

---

<sup>129</sup> Outro conselheiro, e diplomata monarquista, o alagoano Matheus de Albuquerque publicou o seu *Memorial de um contemplativo* em 1900. Infelizmente, não foi possível encontrar o livro.

<sup>130</sup> A predominância do anedótico ou simplesmente ficcional na obra de Pereira da Silva é tamanha que o chiste de Martim Francisco 3º acabou reproduzido na própria biografia do conselheiro no website da Academia Brasileira de Letras. “A ninguém era lícito assegurar que desconhecia a história do Brasil sem ter lido os livros do velho conselheiro” (Academia Brasileira de Letras, 2016).

2003). Ou seja, sua obra de si acabou criada – no período inicial da república brasileira – para efetivamente influenciar o presente da publicação e usar a história de si como estratégia de embate político.

Na outra ponta, Anfrísio Fialho, republicano fervoroso e militar reformado que lutou na Guerra do Paraguai, publicou *Um terço de século (1852 – 1885): recordações autobiográficas* (1885). Trata-se do primeiro caso de uso do termo ‘autobiografia’ em um livro no Brasil, uma iniciativa ousada para um brasileiro de apenas 33 anos. Além de descrever sua jornada no *front*, Fialho debate seu histórico militar, sua carreira acadêmica na Bélgica e defende a república três anos antes da sua proclamação (Miranda, 2017).

Um apanhado de algumas das autobiografias do período não pode ignorar a produção específica de escritores relevantes. A primeira publicação a se destacar é *Como e porque sou romancista*, do escritor e político conservador José de Alencar (1893). Escrito em 1873, ela só foi publicada vinte anos depois, disfarçada como carta ao Dicionário Bibliográfico, assim evitando as acusações de narcisismo e falta de pudor. É curioso que Alencar tenha criado o modelo que, depois, foi reutilizado por Nabuco (e por Aires?): digressões sobre seus autores preferidos, parcas revelações de si, limpeza dos aspectos menos salutareos da autobiografia, com exposição milimetricamente calculada. No geral, os autobiógrafos brasileiros do período eram homens públicos preocupados em contar (bem pouco) a sua própria história, mas principalmente defender a sua posteridade e influenciar o debate presente e futuro.

Edson Nery da Fonseca, na sua compilação das autobiografias no Brasil, aponta a publicação de 75 títulos autobiográficos no país entre 1880 e 1930. A partir de então, ele alerta, o

gênero vê um crescimento exponencial no que definiu como “surto autobiográfico” (Fonseca, 1978, p. 130). Em seu estudo, que vai até o fim da década de 1970, ele compilou, ao todo, 546 obras, sendo que a principal ocupação dos autores era políticos e escritores (212), seguido por militares (56). Além dessas, aparecem médicos, religiosos e jornalistas.<sup>131</sup> O nascimento da autobiografia no Brasil deixa claro como ela foi praticada, em sua absoluta maioria, por políticos e escritores que, não raro, se dedicavam a produzir uma historiografia do país – inclusive ao mesmo tempo. Assim sendo, Nabuco não era a exceção, mas apenas o nome mais reconhecido entre eles: “Escrevendo sua autobiografia, ‘nhô Quim’ de Maçangana não escreveu um livro apenas pessoal: escreveu uma parte da história da formação nacional do Brasil” (Freyre, 1998, p. 20).

História nacional e propaganda de si, nas mesmas páginas. A *Formação* de Nabuco é um divisor de águas, sem dúvida, mas a combinação de escrita de si sem revelação, o fim da modéstia de se autoelogiar e sua publicação aos 51 anos, sempre com os olhos na historiografia futura, marcam uma atuação eminentemente política. Ainda neste capítulo, vai ser discutida a questão de como o autoelogio e a propaganda de si da autobiografia brasileira se espelha nas memórias ficcionais, mas antes é preciso se abordar a historiografia brasileira.

### **Historiografia, (auto)biografias e silêncios**

A historiografia brasileira era, até Capistrano de Abreu (1853-1927), feita com objetivos claros de construção patriótica imperial. A “boa” história envolvia produção de uma

---

<sup>131</sup> Apesar de extremamente útil, a categorização de Fonseca tem problemas metodológicos. Ele define Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Graça Aranha como escritores, não como diplomatas ou políticos.

narrativa sobre o passado que envolvesse a criação de um panteão dos grandes homens brasileiros, responsáveis por descobrir, consolidar e expandir a pátria, garantindo sua existência perante a toda a sorte de adversidades e perfídias dos inimigos.

Segundo argumenta Sergio Buarque de Holanda, Capistrano foi o primeiro a escrever em contraste marcado com a produção anterior. “O fato bruto e o simples testemunho documental não imperam (...) [n]em constituem aquela argila maleável de que fazem construções imaginosas, próprias para lisonjear interesses, vaidades ou paixões da hora que passa” (Holanda, 2008, p. 601). Ainda assim, estava distante a ideia de investigar fatos passados, buscando um ideal de neutralidade possível e de se apresentar ao público leitor salientando possíveis vieses intelectuais.

No Brasil em que Machado de Assis viveu, a historiografia nacional era oficialista, declaradamente atuando na produção de grandes heróis, preocupada com a unidade do país, com o avanço das fronteiras e com a criação de lições de moral. Acima de tudo, tinha objetivos políticos específicos – no caso, a unificação das diversas províncias do país continental e a coexistência pacífica, hierarquizada, das várias raças que o habitavam: “[A] história da nação se escrevia como história oficial, por funcionários do Estado, como instrumento de argumentação política” (Cano, 1998, p. 22).

A produção historiográfica imperial era centralizada pelo Instituto Historiográfico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, cuja revistas foram encontradas na biblioteca de Machado de Assis (Massa, 2008). O principal historiador do período, Francisco Adolfo de Varnhagen, tinha declarado suas metas em concórdia com os objetivos da produção do IHGB na sua *História Geral do Brasil* (1854-1857). Em carta, o historiador colocava como foco

manter a unidade da nação, cultivar a moral e os bons costumes.<sup>132</sup> O paradigma do projeto de construção de uma história nacional foi oficialmente publicado na revista do IHGB, em 1844: “Uma das primeiras tarefas foi definir como se devia escrever a História: (...) [E]screver a serviço da Pátria, contribuindo para a unidade do Império, e envolvendo o passado glorioso da Nação pela união das três raças” (Vasconcelos, 2004, p. 63).

A união das três raças foi o discurso adotado para descrever o Brasil como resultado do encontro de portugueses (europeus), indígenas e africanos em harmoniosa combinação. Trata-se de uma construção ideológica que buscava articular uma ideia de convivência pacífica, com cada raça em seu lugar, alcançada de comum acordo. Em termos concretos, trata-se de uma construção narrativa que tentava mascarar a violência e os traços extremamente hierarquizantes, supremacistas brancos, traduzindo como natural e positiva a dominância do português/europeu que colocava indígenas e negros como menos do que humanos.

A ideia do Brasil como resultado da união harmoniosa de portugueses/europeus, indígenas e africanos é o que o sociólogo Renato Ortiz chama de mito das três raças. Segundo ele, trata-se de tentar estabelecer uma identidade nacional pacificada: “Essa fábula é engendrada no momento que a sociedade brasileira passa por transformações profundas – da economia escravista para capitalista, da monarquia para a república. O mito não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais” (Ortiz, 1994, p. 38).

---

<sup>132</sup> Vai ser analisado o *Memorial* escrito por Varnhagen no fim desse capítulo.

Uma ordem racial pacífica, e hierarquizada, por excelência. Os brancos racionais, trabalhadores e civilizadores que se combinaram com a pureza indígena e a capacidade de produção dos africanos; somados, esses três polos criaram a identidade nacional – eminentemente cordial e pacífica. É um discurso ideológico altamente pernicioso e vendido como natural, criado por sobre um conjunto de silêncios.

### **A Bundle of Silences**

Ao se analisar as autobiografias, o que se vê são múltiplos silêncios, ou memórias de grandes homens, ou figuras similares em disputa, que representaram uma das principais fontes a alimentar a historiografia do país. Não raro, como salientado, feita pelas mesmas pessoas que produziram suas autobiografias.

O resultado de basicamente um único tipo de voz sendo publicada é, nos termos do historiador Michel-Rolph Trouillot, uma historiografia produzida por um conjunto de silêncios. Ao estudar comparativamente a escravidão nas Américas, analisando-a em termos de duração e tamanho, Trouillot argumenta que o sistema teve uma importância muito maior no Caribe e no Brasil do que nos Estados Unidos. A relevância simbólica do tema, nos seus termos, contudo, é muito menor nesses países do que nos EUA:

In the context of the hemisphere, the United States imported a relatively small number of enslaved Africans. (...) Brazil, the territory where slavery lasted longest, received the lion's share of the African slaves, nearly four million. (...) Brazilian and Caribbean societies (...) were slave societies. Slavery defined their economic, social, and cultural organization (...). The impact of slavery as what actually happened cannot in any way be said to have been stronger in the United States than in Brazil and the Caribbean. But then, why is both the symbolic relevance of slavery as trauma and the analytical relevance of slavery as sociohistorical explanation so much more prevalent today in the United States than in Brazil or the Caribbean?<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup> Trouillot, M.-R. (2015, p. 23).

A resposta desta questão precisa envolver a historiografia brasileira e, claro, as autobiografias. Em vez de supor que o silêncio autobiográfico nasça de algo gerado naturalmente por situações externas ou decisões individuais isoladas, é possível ver, na situação, o oposto: é difícil acreditar em tantas coincidências quando este silêncio é especialmente interessante para os mesmos grandes homens ou aspirantes a tal.

Trouillot argumenta que esse tipo de silêncio historiográfico é resultado das disputas políticas, em que vozes do passado conseguem fazer sua visão valer no presente e no futuro. Acima de tudo, acrescenta, a criação dos silêncios é uma construção ativa, feita para ser vista com naturalidade enquanto mascara uma história de conflitos (Trouillot, 1995, pp. 30-36). A historiografia brasileira envolvia a produção de um discurso de país que não abria espaço para outras vozes, cuja preocupação envolvia a unidade do Império Brasileiro, inicialmente, depois repassada para a República Brasileira.

É preciso atentar, especialmente, para o corte de classe, e de raça, na construção desse conjunto de silêncios. As memórias que chegavam, em especial da Inglaterra, de pessoas das classes 'baixas' ou desviantes, como pedintes, criminosos ou prostitutas, simplesmente não foram publicadas no Brasil, no fim do século XIX. Além disso, o país, apesar de ter recebido o maior contingente de escravizados do mundo, só conta com o relato, em primeira pessoa, de Luís Gama, descrevendo sua experiência do cativo. Em carta, o líder abolicionista relata a experiência de ter sido vendido e de ter sido forçado a trabalhar como escravizado dos 10 aos 17 anos.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> O texto autobiográfico do líder abolicionista foi enviado, em carta, para Lúcio de Mendonça, fundador da Academia Brasileira de Letras, em 1880 (Ferreira, 2008). Além dele, apenas o escravizado Mahommah Gardo

É preciso atentar, também, para o corte de gênero neste conjunto de silêncios. Não há autobiografias ou memórias publicadas por mulheres, no Brasil, até a década de 1940, conforme relata Fonseca (1978).

Gilberto Freyre ensaiou uma hipótese explicativa típica da sua sociologia. Segundo ele, o catolicismo com o analfabetismo justificaria a ausência de escritas de si das mulheres brasileiras: “Creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas (...) satisfaziam-se em contar os segredos ao padre (...) e à mucama” (Freyre, 1933, p. 42). Freyre reduz o fato a uma decisão individual, mesmo não tendo feito nenhuma pesquisa de campo. Ainda assim, o peso da sua inferência foi reproduzido pela crítica literária por um bom tempo.<sup>135</sup>

Leitores atentos dificilmente leriam a hipótese do sociólogo sem ver a reedição do tradicional machismo português/brasileiro, já que coloca as mulheres como criadoras do seu próprio apagamento. Ocorre que, no contexto da colonização espanhola e portuguesa, elas só poderiam escrever sobre si em conventos ou em segredo, imbricando suas histórias em escritos teológicos ou pedagógicos (Blanco e Williams, 2017, p. 14-26). Após a revolução francesa, contudo, elas passam aos poucos a ter um novo tipo de prisão fora do claustro religioso. Como explica Nora Catelli: “[U]n cambio en las costumbres de vivienda y trabajo

---

Baquaqua ditou a sua biografia, mas ele a publicou nos Estados Unidos, em 1954. O livro foi publicado no Brasil apenas em 2017.

<sup>135</sup> Freyre conhecia, e fez referência, ao livro *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant, publicado em 1942, mas escrito entre 1893 e 1894, mas não explica a exceção. Já Roberto Schwarz (1997), em *Uma outra Capitu*, opta por fazer uma conexão entre Brant e a Capitu de *Dom Casmurro*. Segundo ele, as duas – escritora e personagem – veem o país frustrar a expectativa de emancipação e precisam depender do próprio engenho para sobreviver ao patriarcado brasileiro.

de la clase media y la consagración de un modelo de mujer laica, encerrada en el círculo familiar, esposa y madre: el ángel del hogar” (Catelli, 2007, p. 50).

É nesse novo tipo de confinamento que o anjo do lar consegue reativar uma das poucas opções anteriores de expressão restrita ao claustro: a escrita de si. Mas isso só aconteceria se elas fossem capazes de enfrentar a tradição ibérica gloriosamente patriarcal, nos termos de Blanco e Williams, e nos países colonizados por Portugal e Espanha, nos quais as mulheres sentiam “that their lives had no value beyond reproduction; no individual intellectual purpose” (Blanco and Williams, 2017, p. 14).

Portanto, longe de preguiça, fofoca ou desinteresse, essas mulheres que escreviam sobre si precisavam lutar em um cenário duplamente hostil: que ativamente desencorajava a perseguição de atividades de cunho intelectual e, na outra ponta, dificultava extremamente a publicação mesmo em um gênero considerado menor como as autobiografias.<sup>136</sup> Como ressaltam Blanco e Williams (2024, p. 7), as escritas de si de mulheres “question the status quo, asserting their rights as both citizens and subjects”.

Quando Freyre, portanto, a priori inviabiliza a existência dos diários escritos por mulher, ele está ativamente descrevendo uma situação – as enormes dificuldades de mulheres escreverem de si -, mas, crucialmente, criando essa mesma realidade de forma performativa. Consciente ou inconscientemente, não importa, ele naturaliza a impressão de

---

<sup>136</sup> Esse impasse só começa a se resolver na virada para o século XX, quando as autobiografias de mulheres começam a aparecer em espanhol e em português. No Brasil, é apenas nos anos 1960 que vozes de mulheres, com interseccionalidades como raça e classe social, possam ser publicadas, sendo o principal destaque Carolina Maria de Jesus que, nascida em 1914, que só consegue publicar *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, em 1960.

que, no Brasil, a única voz possível em autobiografia era a de grandes homens ou daqueles em disputa para assim o serem – o que é refletido por Aires.

Se, no entanto, leitores atentos notarem como tanto as escritas de si quanto a historiografia se encontravam fechadas a outras vozes, é possível ver uma resposta surgindo no universo da ficção. Escritores brasileiros se dedicaram a criar uma imensa quantidade de autobiografias ficcionais cujos narradores vão muito além dos grandes homens e dão espaço para vozes e opiniões que, muitas vezes, vão além dos discursos oficiais ou da criação de mitologias preferidas no período.

### **Falsas autobiografias brasileiras**

Em paralelo ao conjunto de silêncios autobiográficos, é possível se perceber uma hipertrofia em um setor na produção literária brasileira: as autobiografias ficcionais. Os primeiros exemplos aparecem desde, pelo menos, a década de 1850. É curioso notar que, conforme o romance foi crescendo e se consolidando no Brasil, a linhagem de autobiografias ficcionais foi sempre dominante.

Antes de investigar o caminho escolhido por Machado, é fundamental voltar para o seu principal predecessor: *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854), de Manuel Antônio de Almeida. O romance, espécie de mistura de aventura picaresca de inspiração espanhola com traços da malandragem brasileira, conta, em terceira pessoa, a jornada do anti-herói Leonardo Filho, que vai do seu nascimento ilegítimo à adoção pelos padrinhos honestos até

o casamento com a viúva dos sonhos, em ação rocambolesca, tudo sendo arrematado por um final feliz, com o anti-herói acumulando várias heranças no caminho.<sup>137</sup>

Para a parte que interessa especificamente a este projeto, ainda que no incipiente mercado editorial brasileiro, Manuel Antônio repete a distinção autobiográfica arduamente cavada pelos beletristas dos mercados franceses e ingleses: as memórias eram para personagens “menores”, longe do pico da pirâmide, aqueles incapazes de autorreflexão.

Como resume Antônio Candido (1970, pp. 70-75), o romance teria se baseado em personagens reais que, trabalhados por cunhagem ficcional, foram colocados em um enredo rocambolesco. Especialmente o principal enviado do mundo da lei, o polo da ordem na dialética ordem/desordem, nos termos de Candido, o Major Vidigal, teria sido um major de polícia real da capital fluminense. No exemplo de Manuel Antônio, é possível ver como outras vozes, excluídas do universo autobiográfico, foram apenas capazes de entrar no discurso nacional via ficção.

A conclusão de Candido coaduna com a percepção dos críticos europeus sobre as memórias, já que, até na ficção, as memórias de Leonardo apresentam personagens incapazes de autorreflexão: “As *Memórias de um sargento de milícias* criam um universo que parece liberto do peso do erro e do pecado. Um universo sem culpabilidade e mesmo sem repressão, a não ser a repressão exterior que pesa o tempo todo por meio do Vidigal” (Candido, 1970, p. 84). Os dois lados da moeda, ordem e desordem, sincretismo popular

---

<sup>137</sup> Vale lembrar que Machado de Assis trabalhou junto com Manuel Antônio de Almeida e foram ambos membros da Sociedade Petalógica idealizada pelo editor e tipógrafo Francisco de Paula Britto (Pereira, 1936, pp. 62-73)

sobre ideologia oficial, passam a fazer um retrato, ficcional, que críticos como Alfredo Bosi (2004) apontaram como documental no período.

### **Autobiografias ficcionais machadianas**

É só com esse contexto que a trajetória das memórias ao memorial se torna iluminadora.

Ainda mais ao se levar em conta que Machado era um leitor, assíduo, de autobiografias.

Como citado, o escritor tinha as obras fundantes do gênero, mas seu interesse ia além das obras clássicas. Machado tinha na sua biblioteca o livro de 1890, a *Vie de Henri Brulard*

(2002), a inacabada autobiografia de Stendhal, além de seus diários de viagem e sua

correspondência recolhida. Ao contrário dos discursos autocongratatórios dos grandes

homens brasileiros autobiografados, o escritor francês narra a sua história com agressiva

ironia e sem medo de se ridicularizar, detalhando inclusive seus fracassos amorosos: “[O]ne

of France’s greatest novelists looks ruthlessly back (...). Stendhal’s is the most unforgiving of

autobiographies, long on resentment against his family, his hometown and his fellow-

countrymen” (Davis, 1995, p. 6, citado em Stendhal, 2002). Davis acrescenta que ela foi

escrita contra a gravidade e boas maneiras da escrita do século XIX: uma autobiografia com

ponta de faca.

As autobiografias brasileiras que Machado tinha em mãos, contudo, representam o

contrário. Tanto *Minha Formação*, de Nabuco, quanto as memórias do conselheiro Pereira

da Silva, ambas na sua biblioteca, têm outro modelo: estilo empertigado em texto

comportado, preocupado quase que exclusivamente com a atuação política e a incansável

propaganda de si.

Quando Machado de Assis produz protagonistas ficcionais em série, que se narram em (falsas) autobiografias, ele opta por, inicialmente, criar narradores que se fazem de Stendhal e se revelam pela voracidade ácida dos seus ataques, em Brás Cubas, ou pela casmurrice misantrópica de Bento Santiago. É evidente que ambos faziam, ao mesmo tempo, a propaganda de si e tentavam justificar os seus atos, mas a relação com os leitores era outra: era quase como se estes dependessem do veredito daqueles: com os fogos de artifício retóricos de Brás, para aceitar que o seu fracasso enquanto *pater familias* foi intencional e, em Bentinho, justificar a expulsão da esposa e filho.

É só com José da Costa Marcondes Aires, contudo, que Machado mudou radicalmente de estratégia. Abandonando o ataque ácido direto e o mal-estar deselegante da casmurrice, Aires consegue finalmente o ar de distinção necessário e corolário de capitais relacionados: social, cultural e simbólico. O diplomata é o homem de bem que, mesmo insinuando os seus conchavos aos leitores e as inúmeras reuniões com motivos jamais revelados, segue sendo respeitado em momento de troca de regime político.

É só com Aires que a relação com os leitores se inverte – o velho conselheiro determina o que vai ser dito sobre ele, sobre suas relações e sobre o país. Como mencionado anteriormente, é a recriação ficcional do arrivismo na forma: os leitores precisam se esforçar para fazer parte do distinto *club* de Aires, seguindo os seus pareceres e opiniões: são os leitores que procuram validação. Todo esse arcabouço garante que, ao fim e ao cabo, as opiniões de Aires – sobre si, sobre os outros, sobre o país – passem a ter o peso de verdade, consensual e natural, e não de uma leitura defendida por alguém em uma posição bem específica da disputa política.

Como já abordado, o gênero autobiográfico surgiu no Brasil completamente diferente do dos polos produtores da escrita de si no mundo. Ele só traz as vozes dos grandes homens, ou pleiteantes, que o fazem de maneira peculiar – o que parece importar mais é a propaganda de si e a intervenção no debate político. Quando bem sucedidos, se tornam como Joaquim Nabuco – figuras intelectuais que, disfarçando os seus vieses e interesses próprios, definem o debate historiográfico por gerações no futuro. Com o tempo, o ponto de vista de Nabuco foi questionado e o que era visto como imparcialidade agora é lido com ressalvas. Com Aires, ao contrário, esse reconhecimento ainda está por vir.

### **Diário (mais ou menos) íntimo**

O distinto conselheiro Aires quando escolhe escrever sobre si, ainda que pouco fale diretamente de tal, não opta por escrever memórias, rebaixadas, e nem pomposas autobiografias dos grandes homens brasileiros. O que o velho conselheiro está fazendo é bem específico: um memorial em forma de diário.

Ao contrário do que fez em *Esaú e Jacó*, ele e seu editor (editores?) abandonaram o modelo de narrativa corrida, em outras palavras, de romance tradicional, para colocar em papel a recriação concreta do diário. Se, como foi argumentado, o texto autobiográfico por si só já tem direito a uma maior alegação de verdade de quem escreve, chegando até a pretender uma suposta conexão de mentes entre autor e leitor, no diário isso é levado ao paroxismo: se trataria de um encontro com o autor “a quente”, sentando-se para escrever logo após os acontecimentos e sem saber o que vem pela frente.

E, mais, o diário embute em si a possibilidade de um eu em evolução que não é prevista na autobiografia/memórias. Em especial nos diários de vários anos, o eu-inicial tem, em teoria, o potencial de ser completamente diferente do eu-final autor do diário. Não precisa ser, como na autobiografia, a reavaliação grisalha que volta ao passado para atar as pontas da vida, mas um caminho, uma jornada, acontecendo ao longo das várias entradas do texto. O jogo de espelhos aumenta, já que, em um mundo ideal (idealizado), não há representação do eu possível mais próxima do que um diário. Simula, inclusive, um paralelo com a vida de quem o escreve, já que raramente alguém abre um dia sabendo que será o seu último – o que faz do diário único. É o espaço quintessencial da confidência, com o querido diário, o momento da revelação suprema e proibida dos adolescentes, quase anátema da publicação apesar de estar sendo escrito no código que todos os alfabetizados no idioma conseguem ler. O diário é a obra literária que traz o espaço liminar da violação pela leitura.

É exatamente nesse universo que quem escreve acaba em posição mais fragilizada. Não se tratando de ficção, mas do relato da própria vida com a criação do hábito da escrita, que exige recorrência, sem poder contar com a visão a posteriori da experiência, de se olhar para trás e reavaliar o que aconteceu para colocar tudo em seu devido lugar. Quem escreve um diário convive com a fragilidade perante a inescrutabilidade do futuro.

O diário apresenta algo de esperança também, já que a próxima entrada subentende a continuidade de uma vida a ser vivida. Diário como hábito, de escrita diária quase ritualística, ou diário como desafogo emocional, em que se volta e resgata o período anterior conforme se sente a necessidade, ou em momentos especialmente complicados: o diário é, ao fim e ao cabo, uma maneira de imortalidade: “[D]eath can prevent me from

continuing my diary, but it can't undo the diary (...) I will be preserved, my diary will stay on a shelf in the archives. They will publish me, multiplying my text from one to one thousand” (Lejeune, 2009, p. 198)

O papel do leitor também é sensivelmente diferente, quiçá potencializado. Há um tanto de ilícito na leitura de um diário comum, leitura enquanto ato de invasão; se publicado, por outro lado, todas as dúvidas sobre a autobiografia levantadas aqui se agigantam: o quanto pode ser considerado verdade e o quanto é autoelogio em pena própria? Não há resposta possível, as questões só se intensificam.

Paralelamente, quem lê um diário precisa lidar com a fragmentação do ato da produção dessa escrita tão típica na releitura, quando os vãos e as ausências aparecem e podem ser justificadas por todo o tipo de motivo. É difícil estabelecer com segurança se certa omissão foi falta de tempo ou tentativa de omitir um fato desagradável, algo inconsequente ou cuidadosamente planejado. Os leitores precisam lidar com a incerteza do vazio, de não poder decidir se algo não foi escrito por ser desimportante, por esquecimento, por vergonha ou por cálculo.

Lejeune (2001) traz uma provocação interessante sobre o diário em contraposição com a autobiografia que parece produtiva ao se pensar o velho conselheiro. O diário, para ele, tem algo de rarefeito e inexato, com a possibilidade de extensão longa, enquanto as autobiografias representam um projeto da projeção de si no papel, exercício eminentemente retórico, com fim previsto e claro.

An autobiography is virtually finished as soon as it begins, since the story that you begin must end at the moment that you are writing it. You know the end point of the story, because you have reached it,

and everything you write will lead up to this point, explaining how you got there. An autobiography is turned towards the past, so if something escapes you, it's the origin not the ending. Even if the ending changes place during the writing process will continue to coincide with it. I am always at the endpoint of my story. The diary is virtually unfinishable from the beginning, because there is always a time lived beyond the writing, making it necessary to write anew, and one day, this time beyond will take the shape of death.<sup>138</sup>

Com Machado, esse conhecimento sobre a forma diário é utilizado como lâmina na criação de uma barafunda de sentido. É essa imagem ilibada do diário verdadeiro, íntimo, que o escritor vai subverter para criar, em seu narrador Aires, um diário não-íntimo, diário por si só retórico, apoiando-se nos vãos e silêncios para aumentar as incertezas. No entanto, o editor, em sua advertência, faz uma ressalva: “apesar da forma de diário que tem”<sup>139</sup>. Fica pressuposta pela intervenção que o diário, enquanto produto literário, é de alguma forma inferior e, apesar disso, pode gerar algum interesse.

A referência de M. de A. parece ecoar o debate aqui ressaltado acerca da expectativa tácita de titulação e autorrevelação do diário perante o decoro esperado da grande figura. Como Nora Catelli (2007) resalta, o diário íntimo tem algo de feminino – o pior no ponto de vista de um patriarca, ou patriarca em construção, do século XIX brasileiro. As dúvidas e revelações sobre si, as emoções não deixam de ser, para um patriarca brasileiro, não só acessórios, mas algo entre irrelevante e baixo.

Portanto, Aires ou seu(s) editor(es), seguem o exemplo de Joaquim Nabuco em *Minha Formação*: diário íntimo com poucas informações sobre si e foco maior para outros, familiares ou inspirações intelectuais, terceiros, em suma. Mas, ao contrário dos exemplos reais, Aires produz um memorial.

---

<sup>138</sup> Lejeune, 2001, p. 103.

<sup>139</sup> MdA, Advertência, p. 1197.

### **Memorializar exceto a si mesmo**

Memorial é um termo pantanoso, com grande diversidade de significados. Primeiro, de acordo com a definição dicionarizada, ‘memorial’ envolve a reconstrução, em papel, de fatos ou indivíduos memoráveis, relembrando aquilo que viveu ou assistiu.<sup>140</sup> Estaria próximo das memórias e das autobiografias, mas reserva algo de ainda mais grandiloquente. Na outra ponta, memorial pode ser uma caderneta para se apontar aquilo que se deseja lembrar – um memento. O termo memorial tem ecos, portanto, quase dialéticos – pode descrever uma obra sobre indivíduos memoráveis ou uma estratégia de memorização.

Porém, memorial traz bem mais do que isso e atua quase como um camaleão conforme o uso. Para a diplomacia, um memorial é um simples informe, uma comunicação, com objetivo de instrução a uma questão específica de relações exteriores. Confidencial, evidentemente, e tão neutro quanto possível. O diplomata Aires possivelmente quer que os leitores aceitem essa definição, mas o memorial enquanto termo de uso corriqueiro se espraia por outros setores também.

Memorial pode significar, no comércio, um livro de notas que registra as operações comerciais, em outras palavras, um borrador; e, em arquitetura, descreve os fatos relacionados com uma perícia ou diligência. Enquanto parte do rito cristão, memorial (do senhor) é o momento máximo do culto, a celebração da eucaristia em que se relembra o sacrifício de Jesus. Um memorial pode ser um objeto, como uma placa comemorativa,

---

<sup>140</sup> ‘Memorial’, Houaiss, 2009.

celebrando a vida de uma figura eminente. Por fim, há a definição jurídica: trata-se de uma apresentação, por escrito, dirigida a uma autoridade pública, normalmente um juiz, detalhando suas razões (enquanto justificativa) e pleiteando algo.

De novo, ao se tratar de Machado de Assis, nenhuma escolha pequena, quem dirá o título do livro, pode ser lida placidamente. Ao retomar todos os significados possíveis do termo, o que se tem, na prática, é que nenhum deles abarca completamente o *Memorial de Aires*: um memorial de alguém que mal se descreve nem reconta as lembranças, em que grandes acontecimentos históricos são relegados a pano de fundo e escrito por alguém que garante ter sido funcionário de menor importância e que jura não ter interesses a pleitear.

É dessa instabilidade, ao que parece, que surge a força da escolha de Memorial como título desse romance instável. Aires falseia todos os significados possíveis de um memorial e, ao leitor, resta aceitar apenas a grandeza insinuada enquanto se enreda ainda mais na teia do conselheiro. Memorial não deixa de ser, no fundo, qualquer coisa que o conselheiro e seu(s) editor(es) quiserem.

Na sequência deste capítulo, vai ser analisada a produção memorialista de um grande nome brasileiro – diplomata, político e intelectual – que tem interessantes pontos de conexão com Aires.

### **Aproximação entre Aires e Joaquim Nabuco**

Este projeto já discutiu, em momento anterior, como o termo compasso, utilizado pelo conselheiro Aires para descrever a si mesmo, trazia níveis machadianos subterrâneos de

significado. Na passagem, há o sentido superficial, na qual o conselheiro parece sugerir que se vê como personificação do instrumento de mediação por excelência, capaz de literalmente apresentar o tão sonhado meio-termo comum. Seria o símbolo ideal para o seu brasão, já que mediação é o que Aires mais faz em suas mais diversas profissões: seja como diplomata, como conselheiro, como alguém que se jura acima da política. Aires embute a ideia que representa em si o esforço, via diálogo, de satisfazer as partes e permitir o acordo possível.

Aires, enquanto compasso, mostra, sub-repticiamente, mais. Além do falacioso meio termo possível entre um lado escravizado e outro escravizador, o compasso não só não é verdadeiramente equidistante como também está envolvido no jogo das cobiças e ganha benefícios por ser catalizador entre os polos. Trata-se de uma mediação em que o instrumento, visualmente, acaba sempre acima das duas pontas, que se atacam reciprocamente. Há também a sugestiva ação de o compasso abrir as pernas quase ao ponto de cair no chão; imagem crua, mas reveladora, de um ato que sugere ausência de quaisquer limites pessoais.

Foi apontado, prontamente, como a mesma imagem do compasso incorre outras vezes na prosa machadiana, tendo peso crucial no conto 'Teoria do Medalhão' (1881). Em vez de instrumento de *medição*, nas águas agitadas da precariedade brasileira ele se torna marca de instrumento de *mediação*, de criação de círculos concêntricos: "És moço, tens naturalmente (...) os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regime do aprumo e do compasso" (Assis, 2015b, p. 262). O compasso deixa de ser um dos principais equipamentos da era das

grandes navegações para ser subsumido a uma maneira de aparentar ser – retrato da mais pura inópia mental. O segredo que o pai de Janjão conta ao seu rebento é que há de se ganhar muito no cenário político ao adotar o regime do aprumo, ou seja, (aparência de) retidão, e do compasso, ou (a aparência de) equidistância. Em suma, não há nada de concreto atrás das opiniões e decisões, apenas interesse pessoal.

Antes de avançar na análise, é importante esclarecer que não se trata aqui de operar uma denúncia em termos morais. Menos ainda, o objetivo é sugerir uma suposta moralidade universal, ou seja, apontar que tal comportamento não seria feito por um verdadeiro homem de bem, mas sim tentar apreender o que há de sistêmico nesse processo. As ressonâncias da obra machadiana passam a ser muito maiores ao investigar o que é dado como natural e acaba sendo interiorizado sem debate. Apontar o dedo a um indivíduo em específico reduziria infinitamente a obra de Machado de Assis e, por consequência, faria da crítica um exercício em futilidade.

O que parece estar em jogo é que, mesmo com o fim oficial da corte brasileira apresentada nos dois romances narrados por Aires, e recriado em chave ficcional por Machado de Assis, o discurso da mediação, e do diálogo, segue sendo falacioso em terras brasileiras. A aparência de idoneidade serve apenas para esconder a facilidade na mudança de opiniões que parecem seguir apenas um único horizonte – a navegação nas correntes das águas frias dos cálculos egoístas.

## **Volta em torno de si**

O crítico machadiano K. David Jackson sugere, salvo engano pela primeira vez, que Aires é um personagem muito mais próximo de Joaquim Nabuco do que do seu criador, Machado de Assis. “A projeção do narrador no diplomata parece se confirmar no símbolo da flor amarela usada por Conselheiro Aires e Nabuco na lapela” (Jackson, 2009, p. 18). Trata-se de uma referência feita de passagem, em que Jackson não elabora as semelhanças, mas é uma percepção crítica que deve ser levada em conta.

Muito se fez da amizade entre Nabuco e Machado, tendo em vista a larga correspondência entre os dois.<sup>141</sup> O presente de Nabuco, enviado para Machado em 11 de agosto de 1905, tende a ser colocado como ponto alto da relação: tratava-se de um ramo do carvalho do poeta Tasso, no convento de Santo Onofre, em Roma: “O presente era um reconhecimento, raro em Nabuco, de uma superioridade. E era um gesto típico seu, sempre atencioso e afetivo com os amigos” (Alonso, 2007, p. 354).

É possível. Ocorre que outro episódio entre os dois, também contemporâneo ao envio do ramo, passou quase despercebido, apesar de coloca-los em polos opostos. Nabuco, agora firmemente sentado no Itamaraty, passa a usar a ABL como braço político da diplomacia brasileira e dos seus estratagemas políticos (Montello, 1986). O diplomata pernambucano queria o almirante Artur Silveira de Motta, o Barão de Jaceguai, um dos principais responsáveis pela sua aproximação com a República, em uma das cadeiras da instituição. Ocorre que, seja por objeção pessoal ou por resistência pelo fato de o barão ter apenas um

---

<sup>141</sup> Nabuco escreve pela primeira vez a Machado com 15 anos de idade, quando o autor tinha 25. Desde então, foram trocadas pelo menos 53 correspondências entre eles, entre 1865 e 1908.

livro publicado, o presidente da ABL, Machado de Assis, preferiu trabalhar pela entrada do seu amigo pessoal Mário de Alencar, de apenas 33 anos. Machado recebe então, em carta saída da Embaixada Brasileira, no dia 28 de julho de 1905, resposta do diplomata em tom pouco reverencial:

A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso agora graduar o acesso. Os novos podem esperar, ganham em esperar, entrarão depois por aclamação, em vez de entrarem agora por simpatias pessoais ou por serem de alguma coterie (...). Seria lastimável se as candidaturas as mais brilhantes que em nosso país possam surgir, como essas, recuarem diante de qualquer suspeita de haver na Academia grupos formados, e fechados. Devemos torná-la *nacional*.<sup>142</sup>

A reprimenda não passa despercebida e Machado responde, negando qualquer antagonismo com o agora poderoso diplomata: “Aqui estou para tudo o que V. mandar; aproveite enquanto há algumas forças restantes; não tardará muito que elas se vão e fique só um triste esqueleto de vontade” (Aranha, 2003, p. 136). Fica reestabelecida a hierarquia clara entre o funcionário público de carreira de nível médio e o aristocrata embaixador de família importante.

Machado, como é sabido, queimou boa parte da sua correspondência e não se sabe exatamente se houve mais comunicações a respeito do episódio. De qualquer maneira, Jaceguai foi de fato eleito para a ABL, mas apenas em setembro de 1907, enquanto Mário de Alencar entrou em 1905. Se, inicialmente, esse episódio parece servir apenas para ilustrar a dinâmica interna da academia, ele deixa claro que, entre os rapapés da correspondência, há significados submersos que podem passar despercebidos. Episódios, inclusive, que trazem de volta à mente a escrita de um certo memorial.

---

<sup>142</sup> Aranha (2003, pp. 118-139); ênfase no original. O debate relacionado com a candidatura de Jaceguai se arrastava desde 1903, com idas e vindas. O comentário de Nabuco sobre o grupelho não deixa de ser irônico tendo em vista que ele pleiteava a eleição do barão em benefício próprio. Para um detalhamento da questão e da política interna da academia, ver Montello (1997, pp. 472-502).

### **Memorialistas afins?**

O momento, agora, é verificar se, de fato, há proximidade entre o diplomata ficcional Aires e o real Nabuco. Como discutido, a produção memorialística de Aires alega estar focando o passado, enquanto, na prática, mantém vistas firmes na recepção futura e na reputação do autor (com a concomitante construção da história), além de atuação política no presente da publicação.

Outro traço fundante é o conforto extremo com hagiografias, em especial de si mesmo, o que envolve subverter a expectativa tradicional das memórias, até quase praticamente abandonar o traço confessional e mantê-las cuidadosamente sob controle, fazendo com que as revelações sobre si mesmo – traço fundante do gênero – sejam feitas a conta gotas, submetidas a um cálculo que não é apresentado diretamente aos leitores.

Como não faz parte do escopo desse projeto investigar com o detalhe necessário a obra de uma figura representativa como Nabuco, foi escolhido um caminho alternativo: resumir dois grandes momentos históricos da sua produção intelectual e investigar sua fortuna crítica para poder avançar em debate fundamental sobre o conselheiro Aires. Há o risco de se perder a nuance que dá cor e faz muito mais rico o fluxo das ideias e opiniões tomados frente aos acontecimentos de Nabuco; tal risco é assumido com pesar.

Para começar, é preciso cerrar o foco no Joaquim Nabuco da juventude. Um liberal, não raro em confrontos com seu moderado pai, ele apresentou agressivos pendores anticlericais ao mesmo tempo em que se destacou pela defesa da monarquia. Nabuco sempre deixou clara

a sua preferência pela Europa, em especial a Inglaterra, que via como pináculo civilizatório, com a sua monarquia constitucional.<sup>143</sup>

Após perder a eleição para deputado em 1881, Nabuco vai para seu exílio londrino e escreve *O Abolicionismo* (1883). Nele, o aristocrata recifense define a escravidão como traço fundante do Brasil, a grande chaga brasileira, que somada à colonização por um Portugal decadente e ao grande latifúndio eram responsáveis pelo atraso brasileiro: “A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que não se pode sondar, e infelizmente essa é a história do crescimento do Brasil” (Nabuco, 2019, p. 127).<sup>144</sup>

O livro tinha perspectivas moderadas relacionadas com a abolição: reparação aos escravizadores, importação de imigrantes europeus para substituir mão de obra escrava e abolição gradual da escravidão com prazo final em 1890 (que teria sido posterior a lei áurea de 1888). No calor dos acontecimentos, a recepção ao seu livro foi tímida, com vendas bem abaixo do que o esperado.<sup>145</sup> Retomado a partir da década de 1930 com a reeleitura positiva da miscigenação no Brasil, o livro foi visto como um grande clássico brasileiro.

---

<sup>143</sup> Ao se definir como um quase europeu expatriado nos trópicos, Nabuco era o tipo paradigmático de intelectual brasileiro que se sentia incapaz de ser nacional. Em carta, o escritor Mário de Andrade descreveu tal comportamento como uma afetação: “Moléstia de Nabuco é isso de vocês andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta de Boa Vista. [S]inta a Quinta de Boa Vista pelo que é e foi e estará curado da moléstia de Nabuco”, (Mário de Andrade, citado em Santiago, 2006).

<sup>144</sup> Evaldo Cabral de Mello (2019, pp. 11-28) alega que Nabuco estava desatualizado sobre as teorias racialistas da sua época e que utilizava o conceito de raça de maneira pouco criteriosa. Isso significaria, portanto, que a supremacia branca não teria o mesmo peso sobre a sua produção se comparada com autores como Silvio Romero ou Euclides da Cunha. Parece pouco plausível. No mesmo *Abolicionismo*, Nabuco afirma: “A africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua, e na única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar” (2019, p. 124).

<sup>145</sup> É fascinante a reconstrução do cenário político que Ângela Alonso (2007, pp.172-179) faz da data de publicação de *O Abolicionismo*. Segundo ela, as propostas moderadas de Nabuco perdiam espaço para perspectivas mais radicais de nomes como José do Patrocínio, Luiz Gama e Antônio Bento. Na publicação, a obra vendeu pouco: “Nabuco não conseguiu o suficiente nem para pagar os custos da edição” (Alonso, 2007, p. 179).

O afã reformista de Nabuco, contudo, se reduz sensivelmente na velhice e ele opera uma grande guinada conservadora. Ele abandona o anticlericalismo para se converter a um catolicismo tradicionalista tipicamente brasileiro; abandona a defesa intransigente da monarquia para atuar como diplomata destacado da primeira república brasileira; por fim, deixa o europeísmo em geral, e seu particular anglofilismo, para se tornar pan-americanista enquanto embaixador em Washington, ou seja, reproduz no Brasil da doutrina Monroe dos Estados Unidos, que previa a América Latina como zona de influência dos EUA.<sup>146</sup>

Ao analisar sua história intelectual, Antônio Candido provocadoramente descreve Nabuco como um radical temporário: “É notável a história desse aristocrata que conseguiu sair por algum tempo do círculo de interesses da sua classe (...), e a quem o movimento abolicionista deu uma clarividência assombrosa, que durou cerca de dez anos” (Candido, 1990, p. 7).<sup>147</sup>

Já Gilberto Freyre avaliou a campanha reformista de Nabuco em chave negativa, como traição de casta. “[E]le se afoitara a ser, quando jovem, ‘reformador social’, contra os interesses da própria casta – (...) a aristocracia escravocrática, (...) de brancos e quase brancos do império agrário que pertencia” (Freyre, 1972, p. 10, citado em Nabuco, 1998). Já a sua atuação posterior, em especial auto/biográfica, com *Um Estadista do Império* (1897-1899) e *Minha Formação* (1900), marca, para Freyre, o retorno do filho pródigo ao rego acolhedor da aristocracia conservadora brasileira.

---

<sup>146</sup> Candido (1990, pp. 8-11) relata que a conversão panamericana de Nabuco acabou por ignorar ou subestimar o perigo do neoimperialismo norte-americano sobre toda a América Latina.

<sup>147</sup> Para um resumo sobre as respostas críticas das viravoltas de Nabuco, ver Christian Lynch (2012).

Dois comentários específicos de Freyre sobre a produção autobiográfica de Nabuco, contudo, trazem à lembrança a produção memorialista de um certo conselheiro. Chamando Nabuco de “tranquilo escultor de si mesmo”, ele reclama das memórias sem nenhuma aresta e sem pudor do autoelogio: “É o que parece evitar quase sempre Joaquim Nabuco (...): o trivial, o cotidiano, a recordação de episódios que pudessem fazê-lo parecer senão ridículo, trivial, aos olhos do público” (Freyre, 1972, p. 18, citado em Nabuco, 1998).<sup>148</sup>

### **Viravolta escravocrata**

Dentre os vários semicírculos nabuquianos, um merece o maior destaque pela a aproximação com o velho conselheiro. No capítulo ‘Massangana’ em *Minha Formação*, o antigo abolicionista relata um inesperado sentimento já durante a República.

[N]o entanto, hoje que ela está extinta, experimento uma singular nostalgia (...): a saudade do escravo. É que tanto a parte do senhor era inscientemente egoísta, tanto a do escravo era inscientemente generosa. A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; (...). Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a da dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter-se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde a sentir pelo seu papel. (...) Nessa escravidão da infância não posso pensar sem um pesar involuntário... Tal qual pressenti em torno de mim, ela conserva-se em minha recordação como um jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também orgulho íntimo do escravo, alguma coisa parecida com a dedicação do animal que nunca se altera porque o fermento da desigualdade não pode penetrar nela.<sup>149</sup>

É aqui que as guinadas de Nabuco atingem o ápice. A escravidão deixa de ser a chaga brasileira para se tornar o traço espalhador de suavidade nacional, de um jugo suave. É a

---

<sup>148</sup> “Nas autobiografias (...), o registro de algumas de suas explosões de cólera, de algum dos seus pecadilhos de sexo (...): pormenores que façam o leitor regozijar-se -- como nota Moore -- com a descoberta ‘so consoling to human pride that even the mightiest in these moments of ease and weakness resemble ourselves’” (Freyre, 1972, p. 18, in Nabuco, 1998).

<sup>149</sup> Nabuco, 1998, p. 183.

criação de um passado patriarcal idílico, santificado por séculos de tradição, em que todos conheciam o lugar a que pertenciam. Como novidade, Nabuco apresenta a insinuação de um senso de orgulho, por parte dos escravizados, por conta de sua posição. Em outras palavras, o abolicionista Nabuco passa a fazer a apologia da escravidão brasileira exatamente nos tons que seriam adotados, por intelectuais conservadores, deste momento em diante.

É uma espécie de amnésia construída e articulada sobre o passado. Ítalo Moriconi (2001, pp. 164-171) afirma que este capítulo apresenta um ato de bravura vindo da pena de um dos líderes do abolicionismo brasileiro. Talvez seja esse o caso, contudo, a leitura que se restringe ao possível sentimento do autor acaba apagando a função das memórias como intervenção direta no presente. A data de publicação de *Minha Formação* (1900) não deixa esquecer que o livro é um dos movimentos de tentativa de reaproximação (e reconciliação) do então monarquista longe da política; o que faz do ato do escritor aristocrata uma demonstração pública da sua capacidade de matizar o seu passado de enfrentamento, atando suas pontas soltas, ao mesmo tempo em que se mostra disponível para cargos no novo sistema de governo.

Nabuco, embebido de nostalgia, então, cria um discurso que sugere uma justiça quase transcendental para a escravidão no Brasil. As memórias parecem ser saudades da infância de menino do engenho, mas não podem deixar de ser vistas como estratégia de autopromoção, uma atenuação do seu passado reformista e um redirecionamento do debate intelectual para áreas mais relevantes para si (e para sua casta). Nabuco, como Aires, faz a memória conectar o presente com o futuro, apesar de tratar, aparentemente, apenas do passado.

Esta versão sanitizada da escravidão brasileira é classificada por Abdias do Nascimento como a ideologia essencial da elite brasileira. Segundo o autor, é um discurso que tenta normalizar a exploração dos escravizados ao apresentar o país como eminentemente pacífico, abençoado com uma forma melíflua de escravidão em contraste com a brutalidade de outros países. A diferença, aqui, é a presença de escravizadores mais nobres e gentis. Essa construção avança ao ponto de alegar que o Brasil é um país sem racismo: “Entre nós, o racismo figura como um camaleão, muda constantemente de tática e de estratégia. Tanto toma a forma do paternalismo, da cordialidade, da benevolência, da boa vontade...” (Nascimento, 1968, pp. 94-105). Nascimento acrescenta que o racismo brasileiro é mais insidioso do que as outras versões, como a nascida na sociedade escravizadora norte-americana, já que não se manifesta abertamente e nega a sua própria existência, apagando fatos desagradáveis para criar uma ficção edulcorada como história oficial.

Movimento semelhante pode ser visto em *Memorial de Aires*. Relembrando os dias que precediam a abolição da escravidão, Aires segue na sua estratégia de se apresentar como alguém desconectado dos debates políticos e de todo e qualquer conflito. A alegação não passa, claro, de uma farsa. A ideia de acordo, de compromisso, só funciona com a pressuposição de uma situação inicial razoável entre os entes em desacordo. O que, imediatamente, tem tons farsescos com o cenário entre escravizador e escravizado. Qual tipo de concessão pode ser pedida de um escravizado? Como negociar com escravizadores proprietários de outros humanos?

Essa situação é tematizada diretamente no *Memorial*. Para uma classe que optou por quebrar a lei por mais de 25 anos para continuar com escravos, é inimaginável pensar em qualquer concessão.<sup>150</sup> A intransigência dos escravizadores aparece diretamente no *Memorial de Aires* em uma passagem importante. O pai de Fidélia, Barão de Santa Pia, escravizador e produtor de café do Vale do Paraíba, ouve dias antes da decisão sobre a inevitabilidade da abolição. Ele decide agir:

10 de abril

“Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso. (...) Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada – pelo gosto de morrer onde nasceram”.<sup>151</sup>

A decisão tomada pelo Barão é uma reprodução ficcional de uma estratégia comum entre os latifundiários da época, já que vários escravizadores tentaram súbitas alforrias em massa para fomentar um débito de gratidão com os ex-escravizados. Vale lembrar que a estratégia envolvia apenas uma mudança de nome, já que os atuais libertos seriam mantidos em condições praticamente iguais às de antes da mudança.

A informação prévia do Barão se mostra correta quando, passado pouco mais de um mês, em 13 de maio de 1888, a abolição é oficialmente proclamada. Perante o calor do momento, Aires se vê forçado a se posicionar:

13 de maio

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria, geral. Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com

---

<sup>150</sup> A lei Feijó, de 1831, proibiu o tráfico de escravos, mas foi sistematicamente ignorada por escravizadores que ou importavam diretamente ou patrocinavam o contrabando.

<sup>151</sup> MdA, entrada de 10 de abril, p. 40.

pena.

14 de maio, meia-noite

Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem.<sup>152</sup>

Depois de evitar participar da efusão pública, Aires abre seu diário para reproduzir o consenso mais banal do período. O Brasil foi a maior sociedade escravocrata do mundo, que recebeu o maior número de africanos no comércio atlântico e na qual a escravidão resistiu por mais tempo em todo o hemisfério ocidental. Qualquer outra declaração além de “durou bastante” seria difícil de substanciar. A entrada no dia 14 abre espaço, inclusive, para que ele tenha sido escrita um ou dois dias após a abolição. De qualquer maneira, o ponto é: Aires coloca uma platitudo em seu diário e apenas quando tudo já está resolvido.<sup>153</sup>

Dias depois, em uma reunião entre ‘amigos’, Aires tenta sondar a opinião geral:

16 de junho

Eu, para espanar a melancolia da sala, perguntei se os negócios do barão iam bem, e se os libertos... Aguiar voltou a ser gerente de banco e expôs-me algumas cousas sobre o plantio do café e os títulos de renda. Nessa ocasião entrou um íntimo da casa e conversou também do fazendeiro. Disse que os negócios dele, apesar do desfalque, não iam mal; deve ter uns trezentos contos. Aguiar não sabe exatamente, mas aceitou o cálculo.<sup>154</sup>

A pressuposição é que os negócios do Barão poderiam estar sofrendo com a abolição, já que ele perdeu sua mão de obra. As reticências em relação aos libertos sugerem que eles poderiam ter abandonado o trabalho depois da notícia. De maneira típica machadiana, Aguiar interrompe a faceta amigo para assumir o lado banqueiro: tudo estava em ordem.

---

<sup>152</sup> MdA, entradas de 13 e 14 de maio, p. 45.

<sup>153</sup> Ao escrever ‘era devida a carta’ no dia seguinte à Abolição, Aires se refere à correspondência de Tristão, que, no enredo de o *Memorial*, o reconecta com os padrinhos postiços e indica sua volta ao Brasil. Ocorre que a lei Áurea, ou Lei Imperial nº 3.353, era comumente referenciada como “carta de ouro” no período, ou simplesmente “a carta”, o que dá uma ambiguidade saborosíssima ao texto. Ambas cartas eram devidas, mas parece haver a indicação que, assim como Tristão fez com os padrinhos ao abandoná-los novamente, a carta de ouro será a ponta de lança para outro abandono, desta vez dos libertos.

<sup>154</sup> MdA, entrada de 16 de junho, p. 60.

Por mais que, contudo, os negócios do barão estivessem bem, sua saúde não estava. Ele morre subitamente e Fidélia herda o latifúndio. O seu primeiro instinto é vender a propriedade, como relata Aires:

10 de agosto

Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda, pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. Eis aí o que é ser formosa e ter o dom de cativar. Desse outro cativo não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos. Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustentá-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo. Prometeu-lhes, sim, não os esquecer, e, caso não torne à roça, recomendá-los ao novo dono da propriedade.<sup>155</sup>

É aqui que Aires passa a reproduzir a apologia da escravidão brasileira diretamente. Era uma forma mais doce de escravização, baseada em escravizados que amavam os seus “mestres” por conta das suas mais doces qualidades. Cativar surge, inclusive, como um verbo, um dom, chegando quase a sugerir que os libertos estariam prontos para a reescravização por conta do charme da viúva. Outro traço marcante do conselheiro é que, na passagem, ele se coloca em situação parecida com os escravizados, já que agora eles sabem quão difícil é a vida do próprio Aires – ele também enfeitiçado pela bela viúva. São empilhamentos de argumentos tão absurdos que, em um movimento típico machadiano, chegam ao humor.<sup>156</sup>

Vale ressaltar, aqui, um traço típico da escravidão à brasileira que não pode passar despercebido. Apesarem de os escravizados (e depois os libertos) estarem trabalhando em todos os cantos, dos latifúndios à cidades, das casas grandes aos casarões nas capitais, eles foram invisibilizados na literatura do período, seja em concórdia com o racismo de então ou, em chave farsesca, para subverter o discurso escravista, como argumentamos ser o caso

---

<sup>155</sup> MdA, entrada de 10 de agosto, p. 82.

<sup>156</sup> O medo da reescravização era recorrente entre os libertos. Ver Gato, 2020.

machadiano. O ápice do movimento de apagamento se dá na abolição – na alegação falsa de que a liberdade teria sido ‘dada’ pela princesa Isabel e sua carta de ouro. O que precisa ser ressaltado, antes de avançar no texto, é a resistência negra à escravidão e sua importância na abolição. Há inúmeros livros a se destacar, mas duas obras recentes oferecem norte valioso. Ângela Alonso (2015) marca a importância da resistência negra, em especial no Vale do Paraíba, em conjunto com os movimentos e contramovimentos do abolicionismo (nas suas esferas artística, política e de revolta aberta, de desobediência civil ou com o uso de violência) enfrentando o status quo e as respostas dos escravizadores. Discutindo um dos líderes escravagistas, Alonso comenta: “Maestria de etiquetas, francês e piano, o corte da sobrecasaca, todo o apuro do modo de vida da aristocracia imperial se nutria da senzala” (Alonso, 2015, p. 46). Já a leitura de Isadora Mota (2025) foca majoritariamente as reações da população negra, em especial nas décadas de 1840 a 1860, para discutir o abolicionismo insurrecional e como os escravizados, mesmo analfabetos, estavam atentos aos desenvolvimentos internacionais. Sempre atentos ao noticiário, eles atuavam contra a posição insustentável do Brasil como último país a manter a escravidão no continente americano. “[T]he context of freedom struggles changed. As war over slavery raged in the United States and emancipation became a reality in most of the Americas, the enslaved accelerated the pace of insurgency to demand abolition in Brazil” (Mota, 2025, p. 49).

De volta à Aires, o absurdo do ponto do conselheiro se intensifica com a sugestão ridícula de que escravizadores precisariam ensinar aos escravizados como trabalhar. Vale salientar como, durante os dois romances, nenhuma das pessoas do ciclo próximo de Aires efetivamente trabalha – as suas vidas são feitas de jantares e reuniões. O velho diplomata

termina a passagem com uma *blague*, imaginando o caos iminente com libertos sitiando a capital.

Machado está ativamente utilizando Aires para subverter a apologia da escravidão, marcando os traços de farsa da situação. É uma decisão artística com ressonância impressionante. O tamanho do ataque só pode aparecer quando apreendemos a decisão final da Fidélia sobre a fazenda. Depois de meses pensando sobre a possibilidade de continuar à frente do latifúndio, mantendo os libertos trabalhando lá, ela muda de ideia:

15 de abril

Já se não vende Santa-Pia, não por falta de compradores, ao contrário; em cinco dias apareceram logo dois, que conhecem a fazenda, e só o primeiro recusou o preço. (...). Uma vez que os libertos conservam a enxada por amor da sinhá-moça, que impedia que ela pegasse da fazenda e a desse aos seus cativos antigos? Eles que a trabalhem para si (...). Aplaudi a mudança do plano, e aliás o novo me parece bem. Se eles não têm de ir viver na roça, e não precisam do valor da fazenda, melhor é dá-la aos libertos. Poderão estes fazer a obra comum e corresponder à boa vontade da sinhá-moça? É outra questão, mas não se me dá de a ver ou não resolvida; há muita outra coisa neste mundo mais interessante.<sup>157</sup>

Machado mantém a subversão do discurso tradicional dos escravizadores. Aires trabalha dobrado para realizar o *spin* sobre o interesse na venda, mas leitores atentos conseguem ver: apenas um comprador estava levemente interessado. O velho diplomata opta por, simplesmente, mentir quando alega gigante interesse no latifúndio, já que, na entrada anterior do diário, ele afirma que Fidélia vinha pedindo por meses para Aguiar ajudá-la a vender a fazenda.<sup>158</sup>

O que o velho conselheiro convenientemente esquece de mencionar, mas que seria dolorosamente óbvio para leitores contemporâneos, é que a fazenda Santa-Pia estava

---

<sup>157</sup> MdA, entrada de 15 de abril, p. 182.

<sup>158</sup> Na entrada de 8 de abril, Aires afirma que Aguiar recebeu uma carta de Fidélia pedindo, oficialmente, ajuda na venda da fazenda, depois de vários pedidos informais. MdA, entrada de 8 de abril, p. 180.

localizada em uma região do Rio de Janeiro que sofria com o solo exausto por conta da superexploração do café. As cidades da região estavam sendo abandonadas pelos seus donos, no período. “As plantações de café do Vale do Paraíba (...), em processo de esgotamento desde o início dos anos 1870, foram sendo progressivamente abandonadas pelos fazendeiros, que se dirigiram para os promissores campos de São Paulo ou para a Corte, em busca de cargos públicos” (Fragelli, 2007, p. 198).

Os fazendeiros do vale do Paraíba, enfrentando não só o solo exausto e as pragas agrícolas, também passavam por uma série de desafios financeiros. Para levantar os recursos necessários para o plantio, os proprietários usavam seus escravizados como garantia de empréstimo. A prática, comum no império, passou a ser impossível na república: “Os fazendeiros ofereciam, como caução dos empréstimos, o patrimônio vivo representado pelos escravos [...]. [A] Abolição diminuiu a capacidade dos latifundiários para obter crédito” (Needell, 1993, p. 40).

A ação ‘caridosa’ de Fidélia era, na prática, uma herança maldita. É só ao voltar à materialidade histórica do período que os leitores conseguem ver, com clareza, quão provocativo é o texto machadiano. O que, para Aires, é apenas uma piada em seu diário, imaginando libertos sitiando a capital, tratava-se, de fato, de um comentário amargo sobre o que acontecia de fato no Brasil do período da escrita do memorial. Ondas de libertos chegaram ao Rio em busca de subsistência depois de terem sido abandonados à própria sorte, assim como os libertos de Santa Pia.

Machado escreveu seu último romance durante o período conhecido como a Regeneração, que começa com o golpe republicano e culmina com a reforma urbana do Rio de Janeiro. Era um período de impulso modernizante, com a meta de trazer padrões europeus para o Brasil, e que demandou mudanças radicais na infraestrutura urbana, como a destruição dos velhos casarões coloniais e a expulsão das pessoas que moravam lá, em sua maioria, libertos. Essa remoção contribuiu para a expansão das primeiras favelas.

De forma semelhante ao ato caridoso de Fidélia, o novo Rio de Janeiro era, também, um cavalo de Troia. Por trás das novas amplas *boulevards*, a regeneração era também uma estratégia para manter a tradicional hierarquia racialista. Em um truque retórico dos intelectuais brasileiros do período, os libertos foram responsabilizados pelo atraso brasileiro por conta da sua alegada falta de dedicação e disciplina. A chegada de imigrantes brancos, estratégia oficial do governo brasileiro, era, de acordo com os mesmos intelectuais, a única chance de o país enfrentar a "moléstia da cor", acusação levantada pelo crítico Silvio Romero contra o próprio Machado de Assis (Romero, 1992).

É esclarecedor ver como esse movimento é refletido no *Memorial de Aires*, no qual o termo liberto aparece 16 vezes. Em 10 delas, Aires está preocupado exclusivamente com a possibilidade de eles pararem de trabalhar. O restante das referências surge para especular sobre os sentimentos deles ante Fidélia e o quanto eles a respeitam:

28 de abril

Lá se foi Santa-Pia para os libertos, que a receberão provavelmente com danças e com lágrimas; mas também pode ser que esta responsabilidade nova ou primeira....<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> MdA, entrada de 28 de abril, p. 184.

Essa é a última vez que Aires permite que os libertos apareçam no romance. Exatamente como quando apareceram pela primeira vez, o conselheiro está simplesmente preocupado com a capacidade de trabalho deles – bestas humanas de produção. Ele conclui a entrada com outra das suas reticências. O texto machadiano parece sugerir que, neste momento da história brasileira, os libertos são descartáveis, tão relevantes quanto o bagaço de cana, resíduo de um processo produtivo do passado.

A única coisa que realmente importa para Aires e o seu círculo é a sua reputação. Ele se apresenta como tido em alta conta pelos seus conhecidos, seja os abandonados Aguires ou o novo *power-couple* Fidélia e Tristão, seja pelos outros inúmeros amigos ricos e influentes espalhados pelos romances. O velho diplomata, no melhor movimento de compasso, segue sendo amado por todos os lados que realmente importam – a sua vida vai ser celebrada no memorial para virar, quem sabe, até nome de rua.

Já Nabuco, na ponta menos ficcional, conseguiu navegar a mudança de sistema econômico e político, mesmo tendo defendido por anos o sistema monárquico derrotado e seguiu como diplomata de proa e grande nome do Itamaraty até a sua morte, em 1910.

Mais do que isso, sua produção intelectual, em especial a biografia do seu pai e o seu retrato sobre o abolicionismo no país, moldaram a historiografia do país por anos a fio. Sua figura pública, alçada às alturas de herói nacional também por conta de *Minha Formação*, só passou a ser reavaliada criticamente pela academia brasileira a partir dos anos 2000. É o que questiona Célia Azevedo:

Há, porém, um herói que parece resistir a qualquer ação do tempo, tal a longevidade da sua celebração tanto em surrados compêndios escolares como em textos clássicos ou recentes de alguns dos nossos

mais renomados historiadores (...). Sua celebração tem sido tamanha, as evocações em seu nome têm sido tão incessantes e apaixonadas, que alguém que não reconheça tal culto, ou não compartilhe de uma tal devoção, tem a sensação de estar sendo arrastado a um ritual sufocante de rezas e incenso, fora do qual só existiriam as fogueiras inquisitoriais. Portanto, o mais certo, e mais conveniente, será chamá-lo de Santo. Em vez de Joaquim Nabuco, diremos, simplesmente, São Nabuco.<sup>160</sup>

Hagiografia em vida (feita por si e por terceiros) e pastorear o futuro – tanto da própria imagem pessoal quanto do que se pensa da formação do país em seus momentos cruciais, seja da regência antes da maioridade de Pedro II até a queda do império e do início da república, seja das batalhas diplomáticas fronteiriças ou da campanha abolicionista até o fim da escravidão – não foi pequeno o papel desempenhado pela leitura de Joaquim Nabuco sobre esses temas e sua voz segue ecoando forte até os dias de hoje. No que tange à literatura, é principalmente apoiada nele que as memórias do menino do engenho, o filho do escravizador, se tornaram quase um lugar comum da literatura brasileira do período. Contemporâneo, Machado não teria como prever a influência do seu colega de academia, mas, se o que vimos em Aires foi correto, ele conseguiu intuir como o *modus operandi* do aprumo e do compasso poderia levá-lo longe.

Para avançar na semelhança entre os dois diplomatas, real e ficcional, este capítulo vai investigar as estratégias estilísticas e de retórica que os aproximam.

### **Afinidades estilísticas**

A estratégia narrativa de Aires envolve, como discutido no capítulo 1, afetação de franqueza, confissões de falhas menores que parecem inadvertidas, e apresentação das decisões unilaterais como consensos nascidos de comum acordo. Tudo isso cria uma relação que se pretende íntima com os leitores, simulando um diário privado. E, como foi discutido neste

---

<sup>160</sup> Azevedo, 2001, p. 86.

mesmo capítulo, isto pode ser lido como uma tentativa de aumentar a verossimilhança do relato.

Aires realiza um passo além da tradicional estratégia romanesca conhecida como 'querido leitor', de interpelação direta de quem lê, que Terry Eagleton classifica como a estratégia de artifício verbal (2013, p. 24). Aires é o mestre de subentendidos e, portanto, não precisa se dirigir diretamente a quem lê para criar esse ambiente de confiança que se esforça por parecer mútua. Apoiado na sua miríade de capitais, o conselheiro, claramente um 'homem de bem', brasileiro, escreve evidentemente apenas para leitores como ele, gente de bem também – o que significava, no Brasil, da época apenas brancos ricos e letrados. É um jeito de conclamar 'estamos entre os nossos'.

Talvez seja por isso que a infinita energia para autopromoção do conselheiro não cause estranhamento, seja em terceira ou primeira pessoa, já que esse tipo de justa erudita entre afins se trata de algo comum, assim como a insistência em simular uma modéstia que se desvenda imediatamente como falsa, que garante que a obra que os leitores têm em mãos é algo menor. No fundo, o horizonte visto é basicamente o mesmo. "Quem me leu Esaú e Jacó talvez reconheça estas palavras do prefácio: "Nos lazeres do ofício escrevia o Memorial, que, apesar das páginas mortas ou escuras, apenas daria (e talvez dê) para matar o tempo da barca de Petrópolis" (Mda, Advertência, p. 4).

É possível ver o fecho de ouro da estratégia narrativa do conselheiro pelo encerramento da passagem. Todas as barcas brasileiras, nesse período, levavam à cidade imperial brasileira. Petrópolis foi criada por decreto em 1843 e virou sede do Palácio Imperial anos depois, se

tornando o lugar da moda da elite, mesmo durante a república. Como afirma Lilia Schwarcz, Petrópolis se converteu “não só no abrigo seguro contra as epidemias que maltratavam o Rio de Janeiro durante o verão, como na grande vitrine da realeza e, claro, da corte (...). [Era] uma espécie de vila europeia e lá todos vivem como se estivessem ‘na civilização’” (Schwarcz, 1998, pp. 235-239). Ou seja, uma cidade dos melhores e para os melhores.

Petrópolis oferecia refúgio de uma série de ‘problemas’ brasileiros. Primeiro, o clima ameno era visto como um bálsamo perante as altas temperaturas do Rio de Janeiro. Além disso, como dito, a distância e a exclusividade garantiriam alguma proteção contra os micróbios. Acima de tudo, Petrópolis era um poço de exclusividade cuja distância, e cujas barcas, garantiam uma experiência protegida para quem queria ver e ser visto.<sup>161</sup>

### **Estilo em comum?**

É fundamental, agora, emparelhar os vários pontos acima apontados para notar como eles aparecem em Nabuco. A citação é longa, mas vale para se ter ideia do nível de paralelismo.

Do prefácio de *Minha Formação*:

**Foi para mim uma simples distração reunir agora estas páginas;** seria, porém, mais do que isso uniformá-las e querer eliminar o que não corresponde inteiramente às modificações que sofri desde que elas foram escritas. Agora que elas estão diante de mim em forma de livro (...) **pergunto a mim mesmo qual será a impressão delas...**

Está aí muito da minha vida... Será uma impressão de volubilidade, de flutuação, de diletantismo, seguida de desalento, que elas comunicarão? Ou antes de consagração, por um voto perpétuo, a uma tarefa capaz de saciar a sede de trabalho, de esforço e de dedicação da mocidade, e somente realizada a tarefa da vida, saciada aquela sede -- ainda mais, transformada por um terremoto a face da época, criado um novo meio social, em que se tornam necessárias outras qualidades de ação, outras faculdades de cálculo para lutas de diverso caráter -- **renúncia à política, depois de dez anos de retraimento forçado, e diante de uma sedução intelectual mais forte, de uma perspectiva final do mundo mais bela e mais radiante...** *Sed magis gratiarum actio...* (São Paulo).

**No todo, a impressão, eu receio, será misturada; as deficiências da natureza aparecerão, cobertas pela clemência da sorte;** ver-se-á o efêmero e o fundamental... Em todo o caso não precisarei de

---

<sup>161</sup> A presença da barca para Petrópolis é constante em *Esau e Jacó* e no *Memorial*, tendo 4 referências naquele e 10 neste, mas inexistente nos romances anteriores. Enquanto cidade, Petrópolis aparece 23 vezes em *Memorial de Aires* e 28 em *Esau e Jacó*, contra 2 em *Dom Casmurro*, 2 em *Quincas Borba* e 1 nas *Memórias póstumas*.

pleitear minha própria causa, porque ela será sempre julgada pela raça mais generosa entre todas... Se alguma coisa observei no estudo do nosso passado, é quanto são fúteis as nossas tentativas para deprimir, e como sempre vinga a generosidade... **Infeliz de quem entre nós não tem outro talento ou outro gosto senão o de abater! A nossa natureza está votada à indulgência, à doçura, ao entusiasmo, à simpatia, e cada um pode contar com a benevolência ilimitada de todos...** Em nossa história não haverá nunca Inferno, nem sequer Purgatório. Não dou, entretanto, o *bon à tirer*<sup>162</sup> a este livro, senão porque estou convencido de que ele não enfraquecerá em ninguém o espírito de ação e de luta, a coragem e a resolução de combater por ideias que repute essenciais, mas somente indicará alguma das condições para que o triunfo possa ser considerado uma vitória nacional, ou uma vitória humana, e para que **a vida, sem ser uma obra de arte, o que é dado a muito poucas, realize ao menos uma parcela de beleza, e quando não tenha o orgulho de ter refletido brilhante sobre o país, tenha o consolo de lhe haver sido carinhosamente inofensivo.**

“Esta manhã, casais de borboletas brancas, douradas, azuis, passam inúmeras contra o fundo de bambus e samambaias da montanha. É um prazer para mim vê-las voar, não o seria, porém, apanhá-las, pregá-las em um quadro... Eu não quisera guardar delas senão a impressão viva, o frêmito de alegria da natureza, quando elas cruzam o ar, agitando as flores. Em uma coleção, é certo, eu as teria sempre diante da vista, mortas, porém, como uma poeira conservada junta pelas cores sem vida... O modo único para mim de guardar essas borboletas eternamente as mesmas, seria fixar o seu vôo instantâneo pela minha nota íntima equivalente... Como com as borboletas, assim com todos os outros deslumbramentos da vida... De nada nos serve recolher o despojo; o que importa é só o raio interior que nos feriu, o nosso contato com eles... e este como que eles também o levam embora consigo”. **Este traço indecifrável, com que, em Petrópolis, tentei há anos marcar uma impressão de que me fugia o contorno animado, explicará as lacunas deste livro e muitas de suas páginas.**<sup>163</sup>

Todas as marcas estão aí. O uso da primeira pessoa, o exercício retórico de minimizar a importância do texto, a modéstia que se mostra falsa ao se desdizer imediatamente para fazer referência ao papel do autor, que se vê como fundamental, no caso, para a abolição. Surge, então, a quase confissão dos pecados pregressos ao relativizar preventivamente as opiniões do seu eu-jovem, sugerindo não concordar mais com elas, mas que – por grandeza de espírito e autenticidade – mantém no livro. Tal movimento que colabora na tentativa de garantir maior autenticidade.

Nabuco, inclusive, chega até a vislumbrar a possibilidade da existência de erros pregressos, ou a confissão de pecadilhos bonachões, mas que, contudo, não são exatamente seus – as deficiências são da natureza. A inocência e as boas intenções transpiram das páginas, apesar

---

<sup>162</sup> A referência ao mercado editorial é algo que aparece também nas *Memórias Póstumas*, reforçando o status de *insider*. Agradeço a Claire Williams pela lembrança.

<sup>163</sup> Nabuco, 1998, pp. 27-28. Ênfases adicionadas para marcar a semelhança com Aires.

da falsa modéstia aparecer novamente quando Nabuco garante ter o consolo de, pelo menos, ter sido carinhosamente inofensivo.

Nesta passagem se nota a combinação de expressões de uso eufemístico, *understatement*, como “somente, ao menos”, combinada com o subjuntivo, as inúmeras questões retóricas, e o elogio aos leitores, em “parte da raça mais generosa”, que cria uma estratégia narrativa de alta potência. O narrador, superficialmente, parece se questionar sobre o seu papel e como a história do país vai analisar suas ações. Leitores atentos, contudo, podem claramente identificar que tudo não passa de jogo de cena de alguém que sabe (pela conta da sua produção intelectual e das suas conexões de casta) que será visto como um dos grandes intelectuais do país.

Em termos mais práticos, o texto é atulhado de repetidas expressões em outro idioma e conta com referências literárias empilhadas, usadas ao bel prazer do narrador, traço comum nos textos narrados pelo conselheiro. No caso do prefácio de Nabuco, o santo Paulo, em latim. Ao voltar para a citação no contexto de origem, a carta aos Efésios diz: “Tornai-vos, pois, imitadores de Deus (...). Fornicação e qualquer impureza ou avareza nem sequer se nomeiem entre vós (...). Nem ditos indecentes, picantes ou maliciosos, que não convém, mas antes ação de graças” (2022, p. 2201).

Nabuco justifica sua guinada à república com a conclamação de Paulo aos Efésios para eles se comportarem como o próprio Jesus Cristo (talvez dando a outra face?), ao mesmo tempo em que coloca os seus críticos como pecadores adoradores de torpezas e impurezas. Tanto o

uso da citação apartada do seu contexto como o movimento agressivo disfarçado em camada de erudição têm conexão clara com a estratégia narrativa do velho conselheiro.

Ao se analisar especificamente a pontuação, o que se tem é um acumulado de reticências em combinação com perguntas retóricas; isso parece simular o caráter digressivo de análise, de revisita ao passado, pontilhado pelas alegações grandiosas, as declarações que ora se transmutam em afirmações inquestionáveis, ora se transvestem de provérbios contemporâneos de Nabuco. É um símile de tertúlia entre amigos, desde que esses amigos sejam riquíssimos, influentes e com veleidades de terem influído nos rumos do país.

Entretanto, nem tudo são semelhanças. Ao contrário de Aires, Nabuco não tem pudores à interpelação direta ao leitor e nem se omite da utilização da primeira pessoa do plural. Curiosamente, Nabuco faz isso para defesa prévia do seu livro, transformando a nação em um todo pacífico e harmonioso. “Infeliz de quem entre nós não tem outro talento ou outro gosto senão o de abater! (...). Em nossa história não haverá nunca Inferno, nem sequer Purgatório” (Nabuco, 1998, p. 28). Não deixa de ser estranho ver esse tipo de frase em quem foi tão veemente na denúncia das sevícias da escravidão.

É na conclusão do prefácio, contudo, que a estratégia narrativa chega ao seu ápice. Nabuco se cita entre aspas, resgatando uma carta da sua própria lavra para reproduzir a imagem de borboletas como ideias/memórias capturadas momentaneamente pela escrita. Ainda que nascida de um sentimento louvável, de evitar a morte dos insetos, a autocitação é longa, autoindulgente e transpira os vícios dos textos do período: oleosa, ofegante nas infinitas elipses das reticências e com o tom beirando o autocongratulatório.

Ocorre que, sete anos antes de *Minha Formação*, Machado de Assis discutiu as borboletas em uma crônica. "É meu velho costume levantar-me cedo e ir ver (...) as borboletas que de todas as partes correm a amar no meu jardim. Tenho particular amor às borboletas. Acho nelas algo das minhas ideias, que vão com igual presteza, senão com a mesma graça. Mas deixemo-nos de elogios próprios" (Assis, 2015d, p. 896).

Apesar de tratarem os dois autores sobre o mesmo inseto, a reação perante ao achado literário não poderia ser mais discrepante. Ao lembrar das borboletas na obra machadiana, os leitores jamais poderiam esquecer o episódio em que Brás Cubas relata, nas suas *Memórias Póstumas*, o assassinato de uma borboleta com um piparote. A sua justificativa é que o inseto era preto, em vez de azul. A metáfora não poderia ser mais clara em relação à escravidão. Na lista das borboletas admiradas por Nabuco, contudo, são encontradas várias cores, mas nenhuma preta.

Para matizar o debate sobre memoriais brasileiros, esse capítulo vai ser encerrado com a discussão do *memorial orgânico* escrito pelo pai da historiografia brasileira.

### **Um memorial orgânico**

Antes de *Minha Formação* de Nabuco, há um memorial escrito por um grande nome brasileiro. Não se trata de uma figura secundária da vida política nacional, mas de um dos maiores nomes de então. Francisco Adolfo de Varnhagen foi militar, diplomata e escritor da fundacional *História Geral do Brasil* (1854/1857), o volume criador da historiografia

brasileira institucionalizada e já discutida nesse capítulo, que tinha objetivo de estabelecer uma narrativa focada na unidade nacional e na estabilização do império.

Antes, contudo, de ser apontado como herói nacional, como o pai da historiografia brasileira e de receber o título de visconde de Porto Seguro, Varnhagen ainda enfrentava desconfianças. Nascido em Sorocaba em 1816, ele cresceu em Portugal e fez sua carreira política n'álm mar. Seu caminho pela diplomacia imperial foi tortuoso e sua nacionalidade brasileira chegou apenas em 1841 – quando ele tinha 25 anos. É no início de sua carreira, aos 33 anos, que ele escreve o seu *Memorial Orgânico* (1849), inicialmente publicado de seu posto em Madri por um autor anônimo, “um brasileiro amante do Brasil” como se lê na capa e, depois, reproduzido na revista *Guanabara* com a sua assinatura.<sup>164</sup>

O subtítulo deixa claro a intenção do texto e a ideia do uso de memorial do título – um apelo às autoridades, no caso, o imperador – enquanto por orgânico se subentende gerado sem motivos ulteriores: ‘Uma proposta para o Brasil em meados do século XIX’.<sup>165</sup> O objetivo de Varnhagen era libertar o país da condição colonial que, apesar da independência ter mais de duas décadas, ainda dominava, segundo ele, o Brasil.

O memorial de Varnhagen, longe das obras historiográficas que ocupariam sua atenção pelas próximas décadas, confessava abertamente se tratar de um livro que buscava um

---

<sup>164</sup> Na revista, ele se encontrava na companhia de Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias, os grandes nomes da literatura brasileira de então.

<sup>165</sup> Segundo Sérgio Eduardo Moreira Lima (2016), o projeto de Varnhagen passou despercebido durante o século XIX. Talvez, mas diversos dos pontos levantados por ele foram consensuais no período, em especial, a saída pelo imigrantismo europeu. O livro de Varnhagen também foi ativamente debatido (e rejeitado) no nascedouro por figuras como Manuel Antônio de Almeida, amigo de Machado de Assis, que atacou, em especial, o libelo de Varnhagen pela reativação das bandeiras em “A Civilização dos indígenas” (1851). Ver Cilaine Cunha (2017).

impacto político no presente: “Pusemos o dedo em várias chagas do país para acusar delas a existência (...). Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua cura” (Varnhagen, 2016, p. 110). Nas próximas páginas, vai ser verificado quais são as principais propostas do diplomata, qual é o diálogo possível com Aires (e o tipo por ele representado) e os rumos do país ao fim do império cujo principal historiador lutou tanto para unificar.

No livro, Varnhagen propõe mudanças radicais ao império de então: definição das fronteiras do país; troca da capital no litoral para uma cidade no centro do país (justificada pela maior facilidade na defesa em momento de avanço imperialista da Europa e dos Estados Unidos); a criação de mercado interno; melhora na comunicação com o centro imperial; diferente gestão (ou simplesmente supressão) das comunidades indígenas e afrodescendentes; incentivo à imigração de europeus brancos para oferecer o fim gerenciado da escravidão. Os diversos pontos são interessantes e mereceriam debate mais detalhado. Para o foco deste estudo, contudo, a atenção vai ser restrita à questão da gestão das ‘raças bravias’, nos termos de Varnhagen, e o fim da escravidão, pontos em que a análise em paralelo a Aires parece elucidadora. Antes, contudo, se faz importante visualizar rapidamente o momento histórico da chegada do *Memorial Orgânico*.

### **O período e as propostas**

A proposta de Varnhagem para escravidão brasileira era apresentada em momento agitado. Em teoria, o tráfico negreiro já estava proibido no Brasil desde a lei Feijó, de 1831, que previa que qualquer escravizado que chegasse ao país seria libertado imediatamente, além de impor pena e multa aos escravizadores e aos compradores. A falta de interesse em aplicá-

la, mais a corrupção generalizada das autoridades públicas e o apoio tácito de setores da população tornou a lei letra morta. Na prática, a elite agrícola continuou na atividade, agora criminal, segundo a lei do país. Como bem resume Chalhoub: “Não obstante a proibição legal, (...) o comércio negreiro (...) assumiu proporções aterradoras nos anos seguintes. [A] riqueza e o poder dos cafeicultores (...) viabilizaram-se ao arrepio da lei” (Chalhoub, 2012, p. 37).

A partir de 1845, contudo, o cenário se altera radicalmente. No Parlamento Britânico é aprovado o Ato Aberdeen (1845) que autorizava a marinha britânica a apreender qualquer navio suspeito de transportar escravos no oceano Atlântico. Apesar da grita nacionalista no Brasil, a pressão prática dos ingleses surtiu efeito e, cinco anos depois, em 1850, a lei Eusebio de Queiroz foi aprovada no parlamento e passou a proibir efetivamente o tráfico de escravizados.

É com essa materialidade que Varnhagen lida em seu memorial, ou seja, no momento imediatamente após a escravidão ser ferida de morte. Ao escrever, ele tinha duas grandes preocupações: como garantir a libertação dos escravizados sem riscos de uma revolta nos moldes haitianos e, acima de tudo, como evitar que as ‘raças bravias’, ou os indígenas e a população africana ou afrodescendente, condenasse o país à sua alegada inferioridade.

Em tons apocalípticos, Varnhagen alertava sobre as consequências da continuada importação de africanos:

Vimos (...) o escuro e medonho vulcão que estão preparando ao Brasil os que, sob pretextos de aumentar os braços e a cultura da cana e do café, sustentam como indispensável o tráfico dos africanos. Egoístas insensatos! E sacrificais assim o futuro do vosso país a um conto de réis de menos ou de mais para as alfândegas! Lede com reflexão a história da humanidade. Quem domina hoje ou antes desde o século de Luiz XI e de João II na Europa? A classe média, isto é, a gente não filha de algo, e por conseguinte os descendentes dos que poucos séculos antes eram servos; e tardaram tanto tempo porque não havia então constituições (...). Quereis pois ver o vosso Brasil daqui a séculos igual ao

continente da África fronteiro e vossos netos reduzidos talvez à condição de servos dos netos dos africanos? Ora pois, tenhamos mais patriotismo e não atraçóemos o futuro do Brasil.<sup>166</sup>

A passagem ilustra, no calor da década de 1850, como ainda era presente o terror na elite intelectual do império a possibilidade do que chamavam de haitianização do país.<sup>167</sup> Além da memória da Revolta dos Malês (1835), o país vinha presenciando uma série de tentativas de insurreição de larga escala bem próximas do período em que o *Memorial* de Varnhagen é escrito. “Vassouras, (...) Rio de Janeiro, 1847: um plano de revolta de escravos é surpreendido e sufocado (...). Em 1848, um novo plano é descoberto, desta vez extensivo a vários municípios do Vale do Paraíba e talvez ao Sul de Minas” (Slenes, 1992, p. 98). Não pode escapar a leitores atentos que Vassouras é a cidade da fazenda de Santa Pia, e que, depois, é herdada por Fidélia. Não só isso, o *Memorial de Aires* abre com um vendedor ambulante gritando: “Vai vassouras!, Vai espanadores!”.<sup>168</sup>

Ainda que Varnhagen posicione os indígenas como o maior problema dentre as raças bravias e recomende o retorno das bandeiras, o diplomata populariza a ideia do escravo como câncer interno. Em sua obra mais famosa, *História Geral do Brasil* (1854-1857), é possível ouvir ecos que precedem o Massangana de Nabuco:

Se os colonos escravos africanos concorriam a aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia. A escravidão, como ela foi admitida entre nós, alheia à ternura da família, endurece o coração dos escravos. (...) [O] melhor amigo que tem o bom escravo é geralmente o seu amo e senhor. Não só por um lado a opinião e a religião o obrigam a não ser despótico e cruel, como o aconselha a isso o individual interesse; — o instintivo amor da propriedade. (...) [O] colono negro boçal que chegava d’África, sem protetor algum natural, sem uma enxada sequer de seu com que revolvesse a terra, sem ninguém interessado a entendê-lo nas queixas de seus sofrimentos, devia perecer à míngua. O mesmo sucederia ainda hoje a muitos deles se momentaneamente os libertássemos, antes de os ir preparando para com o tempo fazer a seus descendentes o bem que seja compatível, em relação ao Estado e à família.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> Varnhagen, 2016, p. 160.

<sup>167</sup> Como bem explicita Celia M. de Azevedo (2004, pp. 91-181), a imagem do escravizado enquanto revolucionário em potencial era tanto arma retórica quanto temor real.

<sup>168</sup> MdA, entrada de 9 de janeiro, p. 6.

<sup>169</sup> Varnhagen in Sá, 2020, p. 6.

A passagem justifica sua reprodução por trazer, resumidamente, vários dos pontos principais dos argumentos da elite escravocrata de então que perdurariam por longo período no país. Os escravizados eram responsáveis pelo seu destino de cativos por conta da sua (má) índole; escravizados eram um câncer interno para o país, que precisava ser suprimido; a abolição era obrigatória por conta do efeito deletério que os escravizados representavam dentro dos lares brancos, já que eles pervertiam os costumes; o doce escravizador brasileiro, pela fé e pelo metal, defenderia sua propriedade, etc.

Os argumentos, curiosos por si só, são especialmente fantasiosos ao se pensar que Varnhagen escreve a partir da segunda escravidão no Brasil – momento em que há um recrudescimento das práticas de exploração total dos escravizados: “Foi o apogeu da escravidão negra no Novo Mundo, tanto do ponto de vista do número absoluto de escravos alocados nas plantations americanas, como do valor obtido com a exploração do trabalho deles” (Marquese e Parron, 2011, p. 99).

Além de falaciosos, os argumentos enumerados representam uma radicalização do ponto de vista escravocrata. A influência dos negros no país chegara, defendem, a um nível nefasto. Varnhagen chega a esboçar, em um floreio retórico para ressaltar a urgência do tema, um futuro em que os brancos brasileiros seriam substituídos e escravizados pelos afrodescendentes. Ele aborda isso diretamente em seu memorial: “Quereis pois ver o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente da África fronteiro e vossos netos reduzidos talvez à condição de servos dos netos dos africanos?” (Varnhagen, 2016, p. 160).

A pena de Varnhagen, contudo, destoa dos seus pares em uma questão importante. O diplomata, apesar de defender um fim prudente e paulatino da escravidão, sem prejuízo para os escravizadores, segue o consenso ao sugerir manter os libertos trabalhando, por anos como servos. Ele é radical, contudo, ao demandar que retirassem os escravizados da condição de mercadoria e impedissem sua venda para que pudessem criar laços familiares concretos (Varnhagen, 2016, pp. 120-180).

É aqui que o fim da passagem ganha maior peso. Varnhagen alerta que, caso fossem abandonados do jeito que estavam, os libertos iriam perecer à mingua. “[Q]uando viesse a abolição, [o negro] só engrossaria o contingente que andava pelas ruas transgredindo a ordem. [Uma] massa de homens livres e pobres sem ocupação (...) aumentando a sensação de intranquilidade” (Vanhagen citado em Sá, 2016, p. 110). O alerta de Varnhagen sobre os libertos no Brasil era presciente e se mostrou real.

### **Colegas na diplomacia**

Há inúmeras coincidências a serem apontadas entre Varnhagen e Aires. Os dois fizeram carreira na diplomacia brasileira, tiveram passagem profissional pela então remota Venezuela, tinham uma relação conflituosa com a própria nacionalidade e, evidentemente, escreveram seus respectivos memoriais. O que é mais interessante a este projeto, contudo, é a diferença fundamental entre os dois.

Manuel de Oliveira Lima, no seu discurso de posse na Academia em 1911, fez a praxe que era discutir o patrono da cadeira que assumia: no seu caso, o então historiador galardoado Varnhagen. Destacando o quanto seu predecessor tinha qualidades consideradas hostis a

um diplomata, como rompantes de cólera e as preocupações com “equidade”, ele arremata: “Para ele, a diplomacia não era a arte suprema de engolir desfeitas e disfarçar desaires. Achava-a compatível com a franqueza e a honestidade” (Lima, n.d.).

Além do interessante uso de desaires, o retrato de Oliveira Lima coloca Varnhagen no polo oposto de Aires: ante ao compasso de pernas abertas aos extremos, uma forma de extremo centro que aceita de tudo, Varnhagen era alguém, também no topo, que tinha repulsa por mentir ou, nos termos de Arno Wehling (2013, p. 196), que era “hostil à Realpolitik”, ou seja, fazer o que quer que precise ser feito para garantir o sucesso do país – alguém pragmático, ‘acima de ideologias’, pronto a fazer o necessário.<sup>170</sup>

Ainda assim, mesmo se ambos tivessem personalidade opostas, o projeto nacional era muito parecido. Exclusão e invisibilização de quem não era igual aos homens brancos dignos dos memoriais. Só que, se para Varnhagen suas palavras em memorial esboçavam uma ideia do futuro, Aires tratava, em seu livro, de sua execução. No fim da década de 1880, o cenário era completamente diferente. A abolição foi adiada o quanto se pode e, apesar da retórica, não houve grande revolta a quebrar todo o sistema por baixo. Na prática, o que se viu foi um rearranjo oligárquico – os escravocratas da capital, como o ficcional Barão de Santa Pia, perdendo espaço para o crescimento do dinheiro novo no oeste cafeeiro paulista.

Mais, o caminho do país indicava que outras urgências eram maiores – o trabalho livre acabaria finalmente com o ‘câncer interno’ pelo imigrantismo. É a mudança do discurso

---

<sup>170</sup> Bew (2016, p. 4) ressalta o quão vazia pode ser a utilização do termo *realpolitik* em termos práticos, normalmente usado para denotar que o outro lado é irrealista e está preso a ideologias.

direto contrário aos escravizados para a mudança matizada em um silencioso e discreto abandono dos libertos – que acontece, na prática, no *Memorial de Aires*. Como discutido, os libertos aparecem nos cadernos do conselheiro apenas para amar a sinhá Fidélia e para serem alvos de debates sobre a sua capacidade de continuar produzindo no mundo assalariado, basicamente, os dogmas escravocratas de então. Na república brasileira, que Aires vê nascer, o esforço era outro: efetivo apagamento.

### **Memória(I) em papel**

O período em que Machado viveu, parte dos tempos autobiográficos de Carlyle, já mostrava o lado menos aprazível do gênero hoje classificado como escritas de si. Seja em autobiografias, ou nas memórias, seja nos diários íntimos ou no pantanoso memorial, o que já parece estar claro para leitores atentos como Machado é que, já naquele momento – início do século XX –, esse gênero apresenta um tanto de artifício, de jogo de cena, de alegar desinteresse e prometer resgate do passado perdido para, na prática, fazer política, interferir no presente e manter o próprio nome relevante. No caso específico do Brasil, tratava-se de uma combinação de marketing pessoal e tentativa de controle da historiografia, maiúscula, de todo um país.

Falando especificamente do Rio de Janeiro ao fim do século, do nascimento do Brasil republicano pós-abolicionista, Luiz Antônio Simas (2024) descreve a capital da agora república como uma cidade em ebulição e comenta a decisão da elite intelectual do período – que tinha nomes tão concretos quanto Varnhagen e Nabuco e tão vivos (apesar de ficcional) quanto Aires: “[U]ma geração de homens públicos e intelectuais resolve simplesmente que esse Brasil precisava ser fundamentalmente europeu. Isso significava

apagar os elementos simbólicos (...) dos descendentes de africanos, dos ciganos, dos judeus pobres, dos nordestinos” (Werneke, 2024, 15’13”).

Ao serem vistos em sua concretude, os livros publicados de José da Costa Marcondes Aires, a partir do seu memorial - *Esaú e Jacó* e o *Memorial de Aires* – trazem em si uma ambivalência interessante. Por um lado, operam, com maestria, o programa da elite brasileira de então, que apaga tudo o que é ‘outro’, tornando importante apenas essa pequena elite que aparece e, mesmo perante a turbulência bem concreta da troca do sistema, acaba criando uma aparência de paz baseada em um meticuloso jogo de espelhos – como dito anteriormente, um incansável *sleight of hand*.

De tal monta que, até a sua morte, Aires mantém sua posição de destaque, segue sendo um distinto cavalheiro. Bem diferente, é verdade, dos socialmente fracassados narradores predecessores, em primeira pessoa, machadianos. Aires segue surfando na alta sociedade mesmo em período revolucionário.

Ao voltar para a história brasileira do período, o papel do conselheiro revela um cenário completamente diferente. Não se trata de idiossincrasias de um narrador, mas de um movimento clínico do escritor que deixa aos leitores atentos; um novelo de Ariadne que esclarece não só a jornada do personagem/narrador, como a do próprio país e os motivos das decisões da sua classe dirigente.

Machado foi capaz de mostrar o lado oculto dos tempos autobiográficos – não há encontro entre as almas e mentes de autor para leitor, apenas multiplicação dos jogos de interesses.

Machado, contudo, faz bem mais. Ele cria, nos livros vindos do memorial, uma denúncia oblíqua do narrador, que demanda um leitor ativo, que contraste as palavras do conselheiro no papel com a materialidade histórica. É assim que Machado consegue ser capaz de fazer a promessa da literatura confessional em primeira pessoa se realizar: trata-se, de fato, de uma confissão, só que ao contrário das intenções de quem a escreve e exigindo leitores que não aceitem, simplesmente, mais uma desfaçatez mentirosa desse homem que narra e parece tão apropriado e polido.

## Conclusão

“Por que meu entrevistado está mentindo para mim”? Esse é um dos primeiros ensinamentos de técnicas de entrevista que um jovem aluno recebe no curso superior em Jornalismo. É uma estratégia pedagógica criada para inculcar no repórter iniciante um saudável distanciamento e até certo ceticismo, para manter sempre em mente o interesse de quem fala. Esse velho ensinamento me veio imediatamente à cabeça quando me deparei com o conselheiro Aires e seus romances, ainda na graduação em Literatura, muitos anos antes de começar o projeto que os leitores têm em mãos. Agora, com essa intuição devidamente investigada em vários capítulos, o movimento de Aires de criar romances que giram em falso, quase anti-histórias, pode ser lido a contrapelo e sua figura pode ser encarada de forma mais crítica.

Por enquanto, contudo, é possível dizer que, para os leitores em geral e para a crítica machadiana em particular, José da Costa Marcondes Aires ganha, sempre, o benefício da dúvida. Os leitores, desde as primeiras páginas, sabem que José da Costa Marcondes Aires é homem de bem. Como se sabe disso? Basicamente porque ele assim o disse. Homem, supostamente branco e certamente rico, sempre contando com os préstimos de seu empregado José, descrito à europeia, como um servo, mas que, em contextos brasileiros, deixa sempre a dúvida de poder se tratar de um escravizado ou alforriado. Aires também tem as casas espalhadas pelo Rio de Janeiro. E, sobretudo, suas relações são irrepreensíveis – baronesas, fazendeiros, embaixadores, desembargadores, *attachés*, donos de bancos... Antes mesmo de Aires assumir a narração, nas advertências, o que se tem são todas as marcas que o colocam como um homem de bem. O sempre presente título de conselheiro -

em sua saborosíssima ambiguidade – é só o traço mais latente, mas trata-se de um homem com pendores literários, que se dedicou ao seu projeto pessoal de escrita, e, veja só, está indo e vindo justamente de/para Petrópolis, a cidade dos bons.

Adicione-se isso a sua personalidade e o resultado é impressionante. A educação que se presume impecável, a polidez completa, e, acima de tudo, o tédio à controvérsia produz como resultado final um homem de bem que os leitores se beneficiariam muito em conhecer. Assim, qualquer coisa que pudesse fugir dessa impressão superficial, acaba solapada e garante ao conselheiro o benefício da dúvida. É uma espécie do que atualmente se classifica de *halo effect*, ou efeito auréola, em que uma voz de autoridade cria um erro de percepção em quem ouve, influenciando os ouvintes indevidamente.<sup>171</sup>

Ou, ao menos, esse é o arcabouço narrativo que Aires, em primeira e terceira pessoa, ao longo de dois romances, logrou construir. As poucas informações claramente negativas que ele deixa escapar, em sua produção literária, são ignoradas, a imodesta hagiografia de si mesmo deixa de importar, e, ao fim, sobrevive a imagem do velho conselheiro como um cavalheiro, o mais próximo de um *gentleman* que o Brasil foi capaz de produzir.

Aires, sob sua pena, consegue naturalizar a si e a seu ponto de vista. O tédio à controvérsia é recebido como um minuto de sabedoria, a reação justa de um bem pensante perante os diversos acessos de fúrias francamente irracionais que, volta e meia, pipocam ao seu redor. A força do lema foi tamanha que acabou estendida ao seu próprio autor e reforçou o próprio

---

<sup>171</sup> O conceito foi cunhado por Edward Thorndike (1920) para descrever esse viés cognitivo em que a visão de um ouvinte sobre uma pessoa é influenciado por julgamentos anteriores. Como Aires não economizava na exposição de seus capitais, o leitor era constantemente bombardeado e possivelmente afetado pelo seu halo.

construto que manteve Aires confortavelmente fora de uma análise mais detalhada. É contra tal efeito que este projeto se dedicou. Ao voltar os olhos para Aires e a todas vestimentas que ele usa – conselheiro, diplomata, erudito e, até, marido – o que se nota é que cada uma dessas facetas acaba relativizada pelos próprios romances narrados e são, na prática, questionadas em processos que subvertem essas ideias, apesar da impressão inicial de anuência, desde que lidas com um olhar mais atento, que analise criticamente o velho conselheiro.

Os passos vão ser detalhados a seguir, mas vale um rápido resumo. Um conselheiro não é a voz da sabedoria desinteressada, capaz de ter um ponto de vista único por se encontrar acima dos conflitos, mas mais um agente político, extremamente atento às flutuações no tabuleiro político e dedicado a criar a imagem de apolítico; alguém cujo autointeresse e cálculo invocam com grandiloquência o lado dos fortes na demanda inextinguível de sempre se enganar mais alguém, açodando todo o resto em um sistemático esvaziamento dos conflitos, em que os pequenos acontecimentos são debatidos infinitamente, enquanto as grandes ocasiões nacionais acabam ocupando espaço mínimo.

Um diplomata não é o representante do trabalho incansável em busca do acordo possível, mas a forma, chancelada, da brutalidade civilizada, da camisa de força oferecida pelas normas e pelo apropriado para se expropriar com classe. A erudição nada mais é do que jogo de salão, empilhamento de referências para ludibriar e submeter, em exercício de força bruta intelectual, utilizada pragmaticamente nas contendas quotidianas, com pouca ou nenhuma preocupação com questões como a arte ou a verdade. E, por fim, nem o amor, a saída Romântica por excelência, é possível de ser encontrado, nem no matrimônio, já que o

casamento se mostra como apenas outro passo dado com o corolário de interesses relacionados, bem concretos e sempre materiais. Tudo deriva da luta das cobiças, como Brás Cubas bem definiu, na navegação nas correntes das águas frias dos cálculos egoístas.

### **Atando as pontas**

O primeiro passo do caminho para se retirar a plena aceitação à Aires e a seus pontos de vista foi atacar o cerne do consenso crítico que amalgama o conselheiro e o escritor. Além de apontar a incongruência de tal gesto crítico na revisão da fortuna crítica, foram enumeradas ações contrastantes entre os dois.

Os exemplos apontados foram vários, mas dois merecem ser retomados aqui. Primeiro, a relação matrimonial de Machado com sua finada esposa, apontada como amorosa quando não idílica, enquanto o casamento para Aires não passou de outro passo na construção de sua carreira. Segundo, o comportamento diametralmente oposto de criador e criatura nas celebrações da abolição. Enquanto o escritor participa da celebração no dia e da missa ecumênica celebratória, Aires se preocupava em aparentar distância e passa dias para escrever uma platitude em seu diário. Na mesma toada, foi abordada a superada discussão do absentismo machadiano, também chamado de traço apolítico do escritor, que acabou absorvido pelo lema do tédio à controvérsia. Novamente, este projeto deixa claro que se trata de uma característica da criatura, não do criador, e, mesmo naquele, uma máscara que é encoberta e descoberta conforme o seu interesse.<sup>172</sup>

---

<sup>172</sup> Como ressaltado, o esforço empreendido não busca ignorar o que realmente há de proximidade entre autor e narrador, mas reforçar o quanto se apagou ao se aceitar o amalgamento como realidade. É na busca da materialidade histórica que se encontra a reavaliação radical que separa efetivamente os dois.

O arremate desse passo se deu ao ressaltar como as inúmeras diferenças entre os dois acabaram sendo ignoradas, transformando o irrequieto escritor em um plácido sábio a torcer o seu bigode em sua torre de marfim, enquanto este era, na verdade, o seu narrador. A suposta aceitação de Machado pode nublar a constatação de que o escritor viveu sitiado durante toda a sua vida – não só como um homem negro, agregado de origem pobre, mas ainda epilético e sofrendo com a gagueira, praticamente a definição do que era visto como degeneração na época. Um escritor que surgiu trabalhando como tipógrafo, passou pelo jornalismo até se tornar um escritor renomado e presidente da Academia Brasileira de Letras. Em nenhum momento, o que era visto como ‘degeneração’ pelos seus pares deixou de importar, como dá dimensão a diatribe racalista de Sílvio Romero, destacada neste projeto. De maneira semelhante, o conflito dele com um aristocrata brasileiro de cepa – detalhado no quarto capítulo – é apenas um exemplo de como a reverência ao presidente da ABL era sumariamente subtraída em caso de desobediência à clara hierarquia – de classe e de raça – esperada tacitamente.

Para reforçar o caráter de criatura de Aires, o passo subsequente foi recolocá-lo em linha direta com os outros narradores machadianos. O que se tem é uma diferença em aparência, não em ação – cai o conflito direto, os ataques inclementes e a casmurrice exaustiva para dar lugar a uma voz que se quer quase doce, certamente apropriada, mas que, abaixo do nível mais superficial da leitura, conta com o mesmo capricho, mas agora é cuidadosamente apresentada oblíqua, sob as camadas de salamaleques. A investigação do uso das referências e citações foi fundamental para demonstrar como Aires é mais um dos narradores a tratar a literatura clássica como insumo a ser torcido e retorcido no seu

interesse de momento, exatamente como fizeram Brás Cubas e Bento Santiago. Apesar de ter sido o último e o único com dois romances narrados, Aires é mais um narrador machadiano e – como foi apontado aqui – o com melhor desempenho entre eles.

No segundo capítulo, foram analisadas duas referências históricas clássicas. Dentre as inúmeras referências torcidas e retorcidas por Aires, a atenção foi centrada em exemplos surgidos em momentos cruciais do enredo dos romances e por terem aparecido mais de uma vez nos romances. Além disso, por trazer um efeito único: cindirem o narrador daquilo que ele fala, abrindo espaço para a leitura desdobrada sobre o momento político da escrita de Machado de Assis. O resultado é uma criação artística de peso, já que apresenta um reflexo do comportamento do próprio conselheiro que o critica mordazmente.

Primeiro, Teócrito. O poeta de Siracusa, conhecido por ser o pai da poesia bucólica, fez sua carreira a procurar por patronagem que só encontrou na Alexandria fundada em tempos recentes, em período ainda lembrado por pessoas vivas na época. Mais, era controlado pela família macedônica que se quis faraó, incluindo a repetição da tradição do casamento entre irmãos. A poesia no período era, como se detalha no texto, o caminho para criar uma justificativa do monarca para governar os seus súditos. Além disso, quando Aires cita Teócrito, de forma algo destrambelhada, ele ilumina seu papel de conselheiro esvaziador de conflitos ao criar uma espécie de pastoral fluminense; que, em meio ao caos da abolição da escravidão e da Proclamação da República, o conselheiro foca obstinadamente em um ciclo estreito de pessoas riquíssimas e seus pequenos problemas, atuando em busca do idílico para reagir a esse caos (ou ao risco, que se mostrou infundado, de que as figuras privilegiadas do romance perderiam algo desse status). Assim como Teócrito, que cria os

seus pastores inspirados pelas musas a tocar flauta e fazer poesia ao se defenderem contra a urbanização agressiva da cosmopolita Alexandria, Aires burila seu discurso em uma construção idílica para reagir a um contexto de mudança – possivelmente radical.

Xenofonte foi a segunda referência clássica analisada. O escritor ateniense se notabilizou tanto pela ampla obra – que vai de diálogos a tratados econômicos, de historiografia a tratados filosóficos – como pela atuação como soldado mercenário contra o pior inimigo interno de Atenas, a cidade-estado Esparta, e seu pior inimigo externo, o Império Persa. Os dois lados de Xenofonte – autor e mercenário – são indissociáveis, como se aborda no capítulo, com a escrita acontecendo não apenas a reboque, mas para justificar as escolhas de Xenofonte enquanto soldado. Destaque para *Anábasis*, o livro em que Xenofonte cria uma terceira pessoa por meio da qual se elogia abundantemente, como faz Aires *em Esaú e Jacó*, e para a *Ciropédia*, a hagiografia do líder persa em que abundam anedotas sobre o imperador persa Ciro, o grande, que lembram muito o conselheiro.

No terceiro capítulo, o texto cerra foco na diplomacia no Brasil. Ao longo dos romances, Aires jura ter sido um servidor sem destaque, cuja irrelevância faz insensata qualquer investigação aprofundada. Novamente, o comportamento do conselheiro parece refletir, como espelho, a própria diplomacia brasileira, que se esforçava por apagar sua atuação no continente sul-americano, em especial em relação a seu avanço territorial. O Brasil – que em cerca de setenta anos ganhou território equivalente a três vezes a extensão da Itália – trata como natural sua expansão, algo nascido de comum acordo e baseada em bom senso, enquanto a produção acadêmica em inglês, e principalmente em espanhol, tem uma visão radicalmente diferente. Ao trazer o foco para Aires e a sua enormidade de capitais – social,

cultural e simbólico – o que se tem é uma duplicação do papel do Brasil enquanto país, a chamada “Ilha Brasil”, no apelido elogioso da época, destacando a distinção e a solidez ‘europeia’ de uma nação sul-americana que se quer branca e civilizada perante inúmeras repúblicas independentes, de colonização espanhola, em constante ebulição. A materialidade do período, contudo, mostra países menores com caudilhos, vencedores da vez, precisando lidar com um vizinho gigante verde-amarelo e de grande poderio militar.

Um exemplo específico da diplomacia brasileira mereceu análise detalhada. Escrevendo no início da calmaria da primeira república brasileira, após anos de guerra civil, Machado escolhe para Aires uma reunião – pouco explicada pelo conselheiro – com um diplomata belga. Trata-se do período exato em que o pequeno país europeu tentava repetir, na América do Sul, a experiência do Congo – já na época uma causa célebre denunciada por intelectuais em jornais do mundo todo e por ter inspirado a criação da expressão “crime contra a humanidade”.<sup>173</sup>

O momento da escrita, aliás, é paralelo à confirmação dos nomes de próceres republicanos como Quintino Bocaiuva e Ruy Barbosa a participar do corpo diretivo da empresa que, assumindo terras públicas no Mato Grosso, receberia os lucros do empreendimento que seria gerido pelos belgas em busca da borracha (Stols, 1975). Com a distância do tempo, sabe-se hoje que o projeto acabou não avançando, mas seu resultado era muito mais incerto no calor dos acontecimentos, ou seja, no período da escrita romanesca. O que segue claro é

---

<sup>173</sup> Após visitar o país em 1890, o jornalista George Washington Williams cunha a expressão “crimes against humanity” em carta ao monarca Leopoldo II (Hochschild, 1998, p. 242).

que Aires atuou como um operador do poder, uma figura influente e articulador político de peso, apesar das suas insistentes alegações do contrário.

Por fim, o quarto capítulo se dá avaliando uma das máscaras de Aires que, curiosamente, tende a passar despercebida: a atuação como memorialista. Ao se voltar à materialidade do período, o que se tem é a constatação de que pessoas como Aires – homens brasileiros, poderosos, ricos e presumivelmente brancos – usavam autobiografia, memórias ou, claro, memoriais, para escrever sua história pessoal, mas também a história de todo o país. Não se tratava de apenas uma visita ao passado, mas de ativa interpelação nos debates políticos do presente e de orientação das linhas mestras de pensamento para a visão do país sobre si mesmo no futuro. Depois de apresentar como as autobiografias surgem na Europa, essa trajetória é traçada no Brasil, destacando os inúmeros silêncios que esse tipo de obra teve aqui (que só verá o início das escritas de si por mulheres e grupos minoritários como resistência a partir dos anos 1950).

Esse passo é seguido por dois exemplos concretos de particular relevância para a obra machadiana. Primeiro, Aires é colocado lado a lado com Joaquim Nabuco, o grande diplomata e prócer abolicionista, que, ao escrever sua autobiografia *Minha Formação* (1900), registra uma das mais dramáticas *volte-face* jamais registradas, em diversos pontos (de monarquista para republicano, de anglófilo para americanista, de abolicionista para saudosista da escravidão, entre outras). As semelhanças na produção textual e no estilo dos dois chegam a impressionar. Na sequência, é abordado o *Memorial Orgânico* do chamado ‘pai’ da historiografia brasileira: o também diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen. Novamente nesse caso, o que poderiam parecer idiossincrasias do conselheiro passam a ser

lidas como reflexos distorcidos, e críticas mordazes, à produção intelectual brasileira do período.

### **Entre as pontas do compasso**

O que esse projeto espera ter deixado claro é que Aires, o artista do conchavo, não só é mais um narrador machadiano, como o mais bem sucedido deles. Machado de Assis consegue provar, com seu narrador derradeiro, que tendo a aparência de distinção, repetindo platitudes de medalhão e jurando estar acima dos conflitos, é possível seguir defendendo os fortes e apagando, ou pelo menos nublando, tudo o que seria negativo para si e para os seus. Descobrir e encobrir, portanto, como o próprio Aires explicou. Assim, o conselheiro garantiu a confiança cega às suas palavras por mais de um século, mas também o apagamento de sua atuação concreta.

A cena final do *Memorial* é uma das mais cruéis da literatura brasileira, mas é apresentada como natural, uma decisão motivada por empatia. Ao contrário, argumenta-se aqui, é a marca final de um navegador político desprovido de qualquer sentimento fora da ascensão. Depois de passar o *Memorial* chamando os Aguiares de amigos, destacando o encontro de almas que tiveram na velhice compartilhada, Aires se vê na porta da casa deles. Só que, em vez dos jantares e das confraternizações do passado bem pouco remoto, agora Aires chega na casa deles como conselheiro informal do novo poderoso casal: Tristão será deputado em Portugal e Fidélia terá toda a herança do seu pai, o barão de Santa Pia. Mais do que isso, Aires é oficialmente apontado como padrinho deles, efetivamente usurpando o título de Dona Carmo e Aguiar, o casal idoso e sem filhos que vai ser abandonado (no caso de Tristão, pela segunda vez). A cena é triste, já que nenhum dos jovens se dignou a se despedir

pessoalmente do casal Aguiar que, já sabendo da notícia da viagem, lida com a solidão e o vazio deixado pela saída dos filhos postiços. É neste momento que Aires toma uma decisão.

*Sem data*

Ao fundo, à entrada do saguão, dei com os dois velhos sentados, olhando um para o outro. Aguiar estava encostado ao portal direito, com as mãos sobre os joelhos. D. Carmo, à esquerda, tinha os braços cruzados à cinta. Hesitei entre ir adiante ou desandar o caminho; continuei parado alguns segundos até que recuei pé ante pé. Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos.<sup>174</sup>

É o artista do conchavo no seu auge. Ele não só recua, pé ante pé, sem ser visto ou sem oferecer uma palavra de consolo aos “amigos”, como habilmente nubla o peso do abandono perpetrado pelo casal de afilhados, Tristão-Fidélia. Aires chega a apostar em um caminho de questionamento metafísico que, inclusive, esconde seu próprio papel no matrimônio, já que, depois da resistência inicial, enquanto ainda disputava a viúva, o conselheiro passou a realizar conchavos que auxiliariam o matrimônio de Fidélia e Tristão. Na prática, o velho casal de “amigos”, os idosos Aguiar e dona Carmo, perdeu a validade para o velho conselheiro e foi sumariamente descartado.

Quando a crítica majoritária aponta Aires como um tipo ideal, acerta, nos parece, mas naquilo que não mirou – um homem ‘de idade’, diplomático e sábio – se visto com o cuidado necessário pode se mostrar, na prática, alguém incapaz de ter emoções além da posse (a conquista amorosa, para Aires, não seria outra coisa). Todos os movimentos, todos os mais diversos tipos de capitais são empilhados para a ascensão, que tem na cultura uma arma para ser usada no ringue das pequenas disputas e cuja opiniões podem muito bem ser guinadas em 180 graus, caso necessário. Tudo ao mesmo tempo em que afirma, jura até, se

---

<sup>174</sup> MdA, entrada Sem Data, p. 199.

tratar de alguém desinteressado, apolítico. Esse belo tipo de homem, portanto, parece ser um tipo ideal do sistema econômico.

O que Machado demonstra, com Aires, é que a adesão precisa ser completa. Mesmo em um idoso recém-aposentado que poderia, finalmente, se distanciar da luta das cobiças e passar o resto dos seus dias a alimentar os pássaros e ver os vendedores ambulantes anunciarem seus produtos, o que se tem é o contrário. O distinto conselheiro alega distanciamento no aprazível compasso de espera pela morte confortável enquanto, nas entrelinhas, preenche os seus dias com as reuniões de negócios, encontros, e discussões políticas. A corte da República Brasileira pode prescindir de um imperador de barbas brancas, mas a demanda de adesão subjetiva dos sujeitos à sua lógica interna não é facultativa.

Isso ajuda a explicar como o distinto conselheiro manteve o benefício da dúvida por tanto tempo. Aires produz um diário farsesco em que não só não se revela como empilha platitudes na tentativa de agradar a quem importa, em que a incapacidade de amar é repetida como um chiste, mas que descreve literalmente Aires. Já na narração de *Esaú e Jacó*, Aires mal se disfarça em personagem para elogiar a si. Em ambos, ele narra romances que giram em falso – dois irmãos gêmeos apaixonados por uma mocinha que acabam sem o amor e/ou o casamento e um experiente diplomata incapaz de declarar o seu desejo – um peculiar tipo de deserto. De qualquer maneira, não importa – ele é um homem de bem.

Todo esse cenário, contudo, não pode passar a impressão de que Aires foi bem sucedido em evitar passar para a frente a miséria de sua existência ou, por outra, a se propagar no futuro, com filhos. Uma leitura apressada pode colocar a escrita como sua herança, já que o distinto

conselheiro conseguiu, com a publicação dos seus cadernos, ser lido favoravelmente até hoje, mais de cem anos depois da publicação dos romances.

A vitória, contudo, parece pírrica. Ainda que próximo ao topo, Aires continuou funcionário – seus livros foram editados por figuras sem nome, incluindo M. de A., e o projeto a que ele aderiu completamente, seja conscientemente ou não, genuinamente ou de maneira interesseira, é muito maior do que ele. Como os exemplos concretos do período ajudaram a mostrar, ele foi apenas mais um alto funcionário na sua gestão.

No que diz respeito a Machado, o cenário é oposto. O escritor logrou criar narradores únicos, ardilosos, que revolucionaram o panorama literário brasileiro com as suas autobiografias ficcionais. Mais do que isso, narradores com vozes tão únicas e convincentes que, partindo do embate direto, passando pela casmurrice e terminando na distinção, foram capazes de manter os leitores sob jugo por décadas – ou, no caso do velho conselheiro, por mais de um século. Esse fato, por si só, já seria notável. O que não pode passar despercebido é que Machado realiza isso clivando seu texto em dois. Especialmente no que diz respeito ao seu último narrador, ele apresenta os pontos de vista, as suas declarações e, acima de tudo, as suas ações com certas incongruidades, algumas lacunas, sutis críticas. Se atentos, e desconfiados da distinção e do *halo effect* de Aires, os leitores passam a ver o narrador com distanciamento para, se este projeto está correto, posicionar o conselheiro no seu verdadeiro lugar – um oportunista político com casaca de medalhão. Dado esse primeiro passo, o olhar dos leitores pode finalmente chegar ao país inteiro – e ver como a distinção foi jogo de cena para a expansão territorial ou como erudição pode não passar de estratégia para o controle e a subjugação.

É aqui que a ressalva de Trouillot sobre a historiografia é ainda mais relevante: “What appears to be consensus actually masks a history of conflicts; silences appear in the interstices of these conflicts between narrators. (...) Any historical narrative is a particular bundle of silences (...) and the operation required to deconstruct these silences will vary accordingly” (Trouillot, 1995, pp. XII - 27).

É com esse distanciamento do narrador e do tipo que ele representa, que os leitores podem voltar a atenção ao conjunto de silenciamentos que caracteriza a história do país e reavaliar a ficção, a produção autobiográfica e a historiografia do país em conjunto. É só atento a essa materialidade que os diversos silêncios brasileiros vão, finalmente, poder ser desconstruídos.

## Bibliografia

- Academia Brasileira de Letras (2016) *Biografia J. M. Pereira da Silva*. Available at: <https://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>. (Accessed on: 17 July 2025).
- Alencar, J.d. (1990) *Como e porque sou romancista*. Campinas: Pontes.
- Alexander, N.G. (2016) 'E.D. Morel (1873–1924), the Congo Reform Association, and the History of Human Rights', *Britain, and the World*, 9(2), pp. 213–235.
- Allamand, C. (2018) 'The Autobiographical Pact, Forty-Five Years Later', *European Journal of Life Writing*, 7, pp. CP51–CP56.
- Alonso, A. (2007) *Joaquim Nabuco: Os Salões e as Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alonso, A. (2015) *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro 1868-88*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Anderson, L.R. (2011) *Autobiography (The new critical idiom)*. New York: Routledge.
- Angiolillo, F. (2003) 'Alfredo Bosi encara desafio machadiano', *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro 2003. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u30249.shtml>. (Accessed on: 9 May 2023).
- Aranha, G. (2003) *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: correspondência*. Rio de Janeiro, RJ: Academia Brasileira de Letras [1923].
- Assis, J.M.M.d. (2012) *Esaú e Jacó*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras [1904].
- Assis, J.M.M.d. (2022) *Memorial de Aires*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras [1908].
- Assis, J.M.M.d. (2014) *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras [1881].01

- Assis, J.M.M.d. (2015a) *Obra completa em quatro volumes. Vol. 1, Fortuna Crítica e Romance*. São Paulo: Nova Aguilar.
- Assis, J.M.M.d. (2015b) *Obra completa em quatro volumes. Vol. 2, Conto*. São Paulo: Nova Aguilar.
- Assis, J.M.M.d. (2015c) *Obra completa em quatro volumes. Vol. 3, Conto, Poesia, Teatro e Miscelânea*. São Paulo: Nova Aguilar.
- Assis, J.M.M.d. (2015d) *Obra completa em quatro volumes. Vol. 4, Crônica*. São Paulo: Nova Aguilar.
- Azevedo, C.M.M.d. (2004) *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo, Annablume.
- Azevedo, C.M.M.d. (2001) 'Quem precisa de São Nabuco?', *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(1), pp. 85–97. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100004>.
- Azoulay, V. (2004) "Exchange as entrapment: mercenary Xenophon?", in R. Lane Fox (ed.) *The Long March: Xenophon and the ten thousand*. New Haven: Yale University Press.
- Baldick, C. (2015) *The Oxford Dictionary of Literary Terms, 4th Edition*. Oxford: Oxford University Press.
- Baptista, A.B. (2020) *Esse Aires*. São Paulo, E-galáxia.
- Barros, R.d.S. (2018) *Protagonismo indígena: arranjos e conflitos nas sesmarias jesuítas*. Bahia: UEFS Editora.
- Bew, J. (2016) *Realpolitik: a history*. Oxford: Oxford University Press.
- Bíblia de Jerusalém (2022). São Paulo, Paulus.
- Blanco, M.-J. and Williams, C. (2017) 'Singular Feminine Voices and Histories' in *Feminine Singular: women growing up through life-writing in the Luso-Hispanic world*, Blanco, M.-J. and Williams, C. (eds.), Oxford: Peter Lang (Iberian and Latin American studies, volume 7).

- Blanco, M.-J. and Williams, C. (2024) 'Speaking up and Speaking out: The Expanding Field of Women's Life-Writing in the Luso-Hispanic World' in *Feminine Plural*, Blanco, M.-J. and Williams, C. (eds.), Oxford: Peter Lang.
- Bosi, A. (1970) *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2017.
- Bosi, A. (2003) *O Enigma do Olhar*. São Paulo: Ática.
- Bosi, A. (2006) 'Brás Cubas em três versões', in *Teresa - Revista de Literatura Brasileira*, 6/7.
- Bosi, A. (org.) (1982) *Machado de Assis – Antologia e Estudos*. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1996) *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.
- Bourdieu, P. (1999) Os três estados do capital cultural, in Maria Alice e Afrânio Catani (org.) *Escritos de Educação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bourdieu, P. (2004) *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2008) *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.
- Bourdieu, P. (2014a) Lógica da gênese e da emergência do Estado, o Capital Simbólico, in *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2014b) Nobreza de Natureza e Nobreza de Estado, in *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brandão, J.L. (2001) "A Grécia de Machado de Assis", in Mendes, E.A. de M., Oliveira, P.M. and Benn-Ibler, V. (eds.) *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Letras, pp. 351-374.
- Broughton, T.L. (ed.) (2007) *Autobiography: critical concepts in literary and cultural studies*. Abingdon, Oxford University Press.
- Buarque, D.S. (2021) 'Rio Branco and the origins of Brazil's status anxiety', 9 March. Available at: <https://blogs.kcl.ac.uk/brazil/2021/03/09/rio-branco-and-the-origins-of-brazils-status-anxiety/>. (Accessed on: 17 July 2025).

- Caldwell, H. (1970) *Machado de Assis: The Brazilian Master and His Novels*. California: University of California Press.
- Caldwell, H. (2021) *O Otelo Brasileiro de Machado de Assis: Um Estudo de Dom Casmurro*. Cotia, SP: Ateliê.
- Candido, A. (1970) 'Dialética da Malandragem', *Revista do Instituto de estudos brasileiros*, nº 8, São Paulo, USP, pp. 67-89.
- Candido, A. (1990) 'Radicalismos', *Estudos Avançados*, 4(8), pp. 4–18. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141990000100002>.
- Cano, J. (1998) "Machado de Assis, historiador". In: Chalhoub, S. (ed). *A história contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Carlyle, T. (2023) *Sartor Resartus, and On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History*. New York: Zinc Read [1850].
- Carvalho, J. M. (1982) 'O Brasil no Conselho de Estado: Imagem e Modelo'. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 25, n. 3: 379-406.
- Carvalho, J.M.d. (1997) 'Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual', *Dados*, 40(2), pp. 229–250. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.
- Carvalho, J.M.d. (2003a) *A construção da ordem, a elite política imperial: Teatro de sombras, a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, J.M.d. (2003b) 'Os três povos da República', *Revista USP*, 0(59), p. 96.
- Carvalho, J.M.d. (2015) 'Machado de Assis vai à missa', *Brasiliiana Fotográfica*, 29 de maio 2015. Available at: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=915>. (Accessed on: 9 May 2023).

Carvalho, J.M.d. (2021) *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

Castro, P.F.M. (1980) *Fronteras abiertas: expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo*. México: Siglo XXI Editores.

Catelli, N. (2007) *En la era de la intimidad seguido de El espacio autobiográfico*. Rosario: B. Viterbo.

Chalhoub, S. (2003) *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Chalhoub, S. (2012) *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras.

Compagnon, A. (2007) *O trabalho da citação*. Belo Horizonte, UFMG.

Costa, E.V.d. (1989) *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense.

Crestani, J.L. (2008) "O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família", *Revista da Anpoll*, 1(25).

Cunha, C.A. (2017) 'Apresentação de "Civilização dos indígenas. Duas palavras do autor do Memorial Orgânico"', de Manuel Antônio de Almeida, *Teresa, revista de Literatura Brasileira*, 17, 2016, 191-199.

da Silva, J.M.P. (2003) *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal.

Davis, L. (1995), 'Introduction' in Stendhal, *Life of Henry Brulard*, 2002, New York: New York Review Books.

De Man, P. (1984) 'Autobiography as de-facement', in *The Rhetoric of Romanticism*. New York: Columbia University Press.

Duarte, E.A. (org). (2009) *Machado de Assis, afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas.

Dumoulin, M. and Stols, E. (1987) *La Belgique et l'étranger aux XIXe et XXe siècles*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain.

- Eagleton, T. (2013) *How to Read Literature*. New Haven: Yale University Press.
- Faoro, R. (1974). *A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ferraro, A.R. (2002) 'Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: O que dizem os censos?', *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, pp. 21-47, dez. 2002.
- Ferraz, F.B. (2020) *Páginas de recordações: memórias*. São Paulo: Chão.
- Ferreira, F. (2018) 'No Festim Dos Lobos: o Império do Brasil e o Colonialismo na África Centro-Occidental (1880-1885)'. PhD thesis, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Available at: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/4747>.
- Ferreira, F.A. (2022) "Conde Villeneuve: um diplomata brasileiro entre a África e a Europa (1884-1885)", in Silva, A. P. B. R.; Paseti, G. (orgs) *Nas teias da diplomacia: percursos e agentes da política externa brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Ferreira, L.F. (2008). 'Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça'. *Teresa - Revista de Literatura Brasileira*, 8-9, pp. 300-321.
- Fonseca, E.N.d. (1978) 'A autobiografia no Brasil', in *Anais do III Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais do Brasil*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco.
- Fragelli, P. (2007) 'Memorial de Aires e a Abolição', in *Novos Estudos CEBRAP*, 79, pp. 195-208.
- Fréchette, L. (2013) 'Diplomacy: Old trade, new challenges', in Cooper, A.F., Heine, J. and Thakur, R. (ed.) *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press.
- Freyre, G. (1972) 'Introdução', in Nabuco, J. (1998) *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal.
- Gala, I. and Ferreira, F. (2022). 'As Relações Brasil-África no Século XIX: por uma Revisão Bibliográfica Incluyente'. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 09-42, maio/ago. 2022.

- Garcia, D.S.C. (2009) *Território e negócios na 'Era dos Impérios': os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Gato, M. (2021) *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Perspectiva.
- Gay, P. (1998) *The Naked Heart, the bourgeois experience*, volume 4. London: Harper Collins.
- Génette, G. (1979) *Introduction à l'architexte*. Paris, Seuil.
- Gera, D.L. (1993) *Xenophon's 'Cyropaedia': style, genre, and literary technique*. Oxford: Clarendon Press (Oxford classical monographs).
- Gledson, J. (1986) *Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gledson, J. (1996) 'Introdução', in Assis, J.M.M. de (1996) *A semana: crônicas, 1892-1893*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Gledson, J. (2006) *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das letras.
- Gledson, J. (2022) 'Introdução', in Assis, J.M.M.d. (2022) *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras.
- Goes Filho, S.S. (2021) *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Niterói: Editora Ingá.
- Goldhill, S. (2005) 'Review Stephens, Susan A. Seeing Double', in *Gnomon*, 77(2), pp.99-104, January 2005.
- Gomes, L. (2021) *Escravidão*, vol. 2. Rio de Janeiro: Globo.
- Grass, S. (2019) *The Commodification of Identity in Victorian Narrative: autobiography, sensation, and the literary marketplace*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Grieco, A. (1960) *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Conquista.
- Hallewell, L. (2005) *O livro no Brasil, sua história*. São Paulo: Edusp.

- Hart, S.M. (2017) 'Four Stomachs and a Brain: An Interpretation of "Esaú e Jacó"', *Portuguese Literary and Cultural Studies*, 13/14, Fall 2004/Spring 2005, p. 263-280.
- Hecht, S.B. (2013) *The scramble for the Amazon and the 'Lost paradise' of Euclides da Cunha*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Henrich, N. (2016). 'Ser ou não ser antiamericano? Os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima'. PhD thesis. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Hertzman, M.A. (2015). 'Where's the Empire in Brazilian Empire? Race, Gender, and Imperial Nostalgia in Brazil,' *Luso-Brazilian Review*, 52(1), pp. 1–20.
- Hobsbawn, E. (1990) *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hochschild, A. (1998) *King Leopold's Ghost*. Boston: Houghton Mifflin.
- Holanda, S.B. (2008) 'O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos', in Monteiro, P.M. e Eugênio, J.K. (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. São Paulo: Unicamp.
- Holanda, S.B.d. (2022) *O Brasil Monárquico - Do Império a República*. São Paulo: Bertrand Brasil [1972].
- Hortencio, L. (2014) 'Barão do Rio Branco, o gigante da diplomacia brasileira', in *Jornal GGN*, publicado em 28 de julho de 2014. Available at: <https://jornalgggn.com.br/cultura/jose-maria-da-silva-paranhos-junior-barao-do-rio-branco/>. (Accessed: 17 July 2025).
- Houaiss, A. (ed.) (2009) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hunter, R. (2005) "Introduction", in *Theocritus: Idylls*, translated by Anthony Verity. Oxford: Oxford University Press.
- Jackson, K.D. (2008) 'Uma vida que se narra', *Novos Estudos - CEBRAP*, (82), pp. 201–205.
- Jackson, K.D. (2009) 'Nabuco a Machado/Machado a Nabuco: ressonâncias de uma correspondência', *Revista USP*, (83), pp. 15–23.

- Jesus, C.M.d. (2021) *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.
- Jolly, M. (ed.) (2017) *Encyclopedia of Life Writing: autobiographical and biographical forms*. London New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Krevans, N. (2006) "Is there urban pastoral?", in Fantuzzi, M. e Papanghelis, T. (eds.) *Brill's Companion to Greek and Latin Pastoral*. Boston: Brill.
- Lacerda, B.O.d. (2020) *Dias ensolarados no Paraizo: Memórias*. São Paulo: Chão.
- Lane Fox, R. (ed.) (2004) *The Long March: Xenophon and the ten thousand*. New Haven: Yale University Press.
- Lebaron, F. (2014). 'Symbolic Capital', in Michalos, A.C. (ed.) *Encyclopedia of quality of life and well-being research*. New York: Springer.
- Lee, H. (2005) *Body Parts: Essays on Life Writing*. London: Chatto & Windus.
- Lejeune, P. (1989) *On Autobiography*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Lejeune, P. (1994). 'Un siècle de résistance à l'autobiographie', *Tangence*, (45), pp. 132–146.
- Lejeune, P. (2001) 'How Do Diaries End?', *Biography*, 24(1), pp. 99–112.
- Lejeune, P. (2009) *On Diary*. Honolulu: University Press of Hawaii.
- Lemos, R. (2009) 'A alternativa republicana e o fim da monarquia'. in Salles, R. (ed.) *O Brasil Imperial*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, M.d.O. (n.d.) 'Discurso de posse', in *Academia Brasileira de Letras*. Available at: <https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>.
- Lima, S. (2020) 'A representação do negro no conto machadiano', in *Mafuá*, Florianópolis, 34. Available at: <https://mafua.ufsc.br/2020/a-representacao-do-negro-no-conto-machadiano> (Accessed: 29 Sep 2022).
- Lima, S.E.M. (2016) *Varnhagen (1816-1878): Diplomacia e Pensamento Estratégico*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

- Lisboa, M.M. (1996) *Machado de Assis and Feminism: re-reading the heart of the companion*. Lewiston: E. Mellen Press.
- Lynch, C.E.C. (2012) 'O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco', *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (85), pp. 277–311.
- Marcus, L. (2018) *Autobiography: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Marques, M.C.M. and Grelle, C.E.V. (eds) (2021) *The Atlantic Forest: History, Biodiversity, Threats and Opportunities of the Mega-diverse Forest*. Cham: Springer International Publishing.
- Marquese, R.D.B. and Parron, T.P. (2011) 'Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão', *Topoi*, 12(23), pp. 97–117.
- Massa, J.M. (2003) *A Biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- McKeon, M. (2003) *The Origins of the English Novel, 1600-1740*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Mello, E.C.d. (2019). 'Nabuco: sua visão do passado brasileiro', in Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*. Brasília: Edições Câmara.
- Melo, G.C.d. (2001) 'A Antiguidade Clássica na obra de Machado de Assis', in *Confluência*, (22), v. 2, pp. 204–214.
- Meyer, A. (2005). "De Machadinho a Brás Cubas", *Teresa, revista de literatura brasileira*, 6-7, 409-417. São Paulo, 2005.
- Meyer, A. (2008) *Machado de Assis (1935-1958), ensaios*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Miers, S. (2005). 'Brussels Conference and Act', in Shillington, K. (ed.) *Encyclopedia of African history*. New York: Fitzroy Dearborn.
- Miranda, R. (2017) 'Anfrísio Fialho, herói da Guerra do Paraguai e propagandista da República', *Portal Entretexos*, 15 de novembro de 2017. Available at:

<https://www.portalentretextos.com.br/post/anfrisio-fialho-heroi-da-guerra-do-paraguai-e-propagandista-da-republica>. (Accessed: 17 July 2025).

Monteiro, J. M. (2019) *10 lições sobre Bourdieu*. São Paulo: Vozes.

Monteiro, P. M. (2008) 'As últimas páginas de Machado de Assis e a promessa não cumprida do Brasil', in *Estudos Avançados*, 22/64, pp. 104-156.

Monteiro, P.M. (2008), "Oui, mais il faut parier: fidelidade e dúvida no Memorial de Aires", *Estudos Avançados*, 22/64, pp. 291–324.

Montello, J. (1986) *O presidente Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Moriconi, I. (2001) 'Um estadista sensível. A noção de formação e o papel do literário em Minha formação, de Joaquim Nabuco', *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(46), pp. 161–172.

Morley, H. (1998) *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras.

Mota, I.M. (2025) *Freedom's Horizon: Black Abolitionism in Nineteenth-Century Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Mulligan, W. (2013) 'The Anti-slave Trade Campaign in Europe, 1888–90', in Mulligan, W. and Bric, M.J. (eds.) *A Global History of Anti-slavery Politics in the Nineteenth Century*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Nabuco, J. (1998) *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal.

Nabuco, J. (2019). *O abolicionismo*. Brasília: Edições Câmara, [1883].

Nadon, C. (2001) *Xenophon's Prince: republic and empire in the Cyropaedia*. Berkeley: University of California Press.

Nascimento, A. d. (1968) '80 anos de abolição', in Nascimento et al. (1968), *Cadernos Brasileiros*, n. 7. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros.

Needell, J. (1993) *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Newcomb, R. P. (2017) 'Joaquim Maria Machado de Assis, Six Crônicas on Slavery and Abolition,' *Portuguese Studies*, 33.1, pp. 105-22.
- Ortiz, R. (1994) *Cultura brasileira, identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Pereira, A. (2020) 'Crítica Política e Social', in *Machado de Assis: Ensaios e apontamentos avulsos*. São Paulo: Boitempo, [1959].
- Pereira, C.M. (2007) *A assunção do papel social em Machado de Assis: uma leitura do Memorial de Aires*. São Paulo: Edusp.
- Pereira, L.M. (1936) *Machado de Assis, Estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Pesavento, S.J. (1983) *A revolução federalista*. São Paulo: Brasiliense.
- Poggioli, R. (1975) "The oaten flute", in *The Oaten Flute, Essays on Pastoral Poetry and the Pastoral Ideal*. Cambridge: Harvard University Press.
- Preuss, O. (2011) *Bridging the Island: Brazilians' views of Spanish America and themselves, 1865-1912*. Madrid: Iberoamericana Vervuert.
- Pucci, J. (1998) *The Full-knowing Reader: Allusion and the Power of the Reader in the Western Literary Tradition*. New Haven: Yale University Press.
- Pujol, A. (2007) *Machado de Assis, Curso Literário em Sete Conferências na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, [1917].
- Reis, A.C.F. (1972) 'Prefácio' in Soares, A. T. (org) *História da formação das fronteiras do Brasil*, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Robertson, C. (1998) *The Wordsworth Dictionary of Quotations*. Ware: Wordsworth.
- Rodrigues, J.H. (1979) *O Conselho de Estado: o quinto poder?*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

- Romero, S. (1992) *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Roncari, L. (2007) *O cão do sertão*. São Paulo: Unesp.
- Rosenmeyer, T.G. (1969) 'Preliminaries', in *Green Cabinet: Theocritus and European Pastoral Poetry*. London: Bristol Classical Press.
- Rouanet, S.P. (2005) 'A forma shandiana: Laurence Sterne e Machado de Assis', *Teresa - Revista de Literatura Brasileira*, 6/7, pp. 84-98.
- Rousseau, J.-J. (2008) *Confissões*. Edipro.
- Roy, J. (2004) 'The ambitions of a mercenary', in R. Lane Fox (ed.) *The Long March: Xenophon and the ten thousand*. New Haven: Yale University Press.
- Sá, A.P.d.S (2016) 'Cravando um punhal na 'tremenda hydra da escravidam africana', tráfico e branqueamento no Memorial Orgânico de Varnhagen'. *Vozes, Pretérito & Devir*, Ano III, Vol. VI, No I (2016).
- Sá, A.P.d.S. (2020) 'Extinguindo o "infame" comércio de escravos no império brasileiro', *Oficina do Historiador*, 13(1), pp. 360-398.
- Sano, L. (2022) 'This is how I explain the universality of Xenophon": Machado de Assis, Brazilian Republic and the Cyropaedia', *Classical Receptions Journal*, Vol 00, 2022, pp. 1–14.
- Santiago, S. (2006) 'Atração do Mundo (Políticas de Globalização e de Identidade na Moderna Cultura Brasileira)', *Contexto*, 14, 13, pp. 11-29.
- Schilling, P. (1978) *El expansionismo brasileño*. Buenos Aires: El Cid Editor.
- Schwarcz, L.M. (1998) *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, R. (1990) *Um mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: 34.
- Schwarcz, R. (1997) *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, R. (2000) *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: 34.

- Schwarz, R. (2014), “Dança de parâmetros”, *Novos Estudos CEBRAP*, No. 100, pp. 163–168.
- Senna, M.d. (1998) *O olhar oblíquo do Bruxo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Senna, M.d. (2003) *Alusão e Zombaria, considerações sobre citações e referências na ficção de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Siracusa, J.M. (2010). *Diplomacy, a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Slenes, R.W. (1992) “‘Malungu, ngoma vem!’: África coberta e descoberta do Brasil”, *Revista USP*, 0(12), pp. 48-96.
- Soares, R.G. (2024) *Entre oligarquias: As origens da república brasileira (1870-1920)*. Rio de Janeiro: FGV.
- Sowerby, T. and Craigwood, J. (eds.) (2019). *Cultures of Diplomacy and Literary Writing in the Early Modern World*. Oxford: Oxford University Press.
- Stendhal (2002) *The Life of Henry Brulard*. New York: New York Review Books.
- Stephens, S.A. (2006) “Ptolomeic Pastoral”, in Fantuzzi, M. e Papanghelis, T. (eds.) *Brill's Companion to Greek and Latin Pastoral*, Boston: Brill.
- Stephens, S.A. (2018) *The Poets of Alexandria*. London: Bloomsbury Publishing.
- Stols, E. (1975). ‘O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)’, *Boletín de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, 18, pp. 57–73.
- Stols, E., Mascaro, L.P. and Bueno, C. (eds) (2014) *Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações*. São Paulo: Narrativa.
- Storms, M. (2021) *Companhia Belga-Brasileira De Colonização*. 23 Sep 2021. Available at: <https://belgianclub.com.br/pt-br/creator/companhia-belga-brasileira-de-coloniza%C3%A7%C3%A3o>. (Accessed: 17 July 2025).
- Tasinafo, C.R. (2003) ‘Introdução’, in da Silva, J. M. P. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal.

- Treadwell, J. (2005) 'The Rise of "Autobiography"', in *Autobiographical Writing and British Literature 1783-1834*. Oxford: Oxford University Press.
- Thorndike, E.L. (1920). A constant error in psychological ratings. *Journal of Applied Psychology*, 4(1), 25–29. <https://doi.org/10.1037/h0071663>
- Trouillot, M.-R. (2015) *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston, Massachusetts: Beacon Press.
- Tuplin, C.J. (2016) 'Xenophon (1), Greek historian', in *Oxford Research Encyclopedia of Classics*. Oxford: Oxford University Press.
- Twain, Mark (1905) *King Leopold's Soliloquy: A Defense of His Congo Rule*. Boston: The P. R. Warren Co.
- Valero, P.P.P. (2013) 'El discurso de la expansión de las fronteras del Imperio de Brasil', XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Available at: <https://www.aacademica.org/000-010/398>. (Accessed on: 17 July 2025).
- Vansina, J. (2010) *Being Colonized: The Kuba Experience in Rural Congo, 1880-1960*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Varnhagen, F.A.d. (2016) *Memorial orgânico (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão [1849].
- Vasconcelos, P.H.C. (2004) 'Um Olhar sobre a História da História no Brasil', *Guanicuns*, 01, 2004, pp. 84-103.
- Viana, M.J.M. (1995) *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Humanitas.
- Vianna, H. (1994) *História do Brasil: período colonial, monarquia e república*. São Paulo: Melhoramentos.

Warnotte, Daniel (1937). 'Bureaucratie et Fonctionnarisme', *Revue de l'Institut de Sociologie*, 17, pp. 245–260.

Watt, I.P. (2000) *The Rise of the Novel: studies in Defoe, Richardson and Fielding*. London: Pimlico.

Wehling, A. (2013) 'Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): Pensamento Diplomático', in Pimentel, J. S. (ed.) *Pensamento Diplomático Brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Werneck, P. (2024) 'João do Rio na encruzilhada — Ana Lima Cecilio e Luiz Antônio Simas'. *Quatro Cinco Um Podcast*, Episode 120, 04.10.2024, <https://www.youtube.com/watch?v=9IIFCrCDhZo> (Accessed on: 01 November 2024).

Williams, E. (2021) *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Wood, M. (2021) *The Black Butterfly*. Morgantown: West Virginia University Press.

Xenofonte (2021) *Ciropédia*. Translated by L. Sano. São Paulo: Fósforo.

Xenophonte (1854) *Cyropédia ou Historia de Cyro*, traduzido por J. F. Pereira. Lisboa: Typographia de A. Martins.